O Século do Crime, dos jornalistas José Arbex Jr. e Claudio Julio Tognolli, desvenda com agudeza e rigor o mundo subterrâneo das drogas, da venda ilegal de armas, crianças e órgãos humanos.

Quem ler este livro terá oportunidade de entrar na intimidade de organizações mafiosas de todo o planeta. Saberá, por exemplo, como foi rastreado e eliminado, em 1989, Francisco Marin Martins, representante no Brasil dos narcotraficantes Pablo Escobar e Manoel Antonio Noriega. Conhecerá, também, as ramificações que vinculam o crime organizado no Brasil à máfia internacional. E ganhará livre acesso a documentos inéditos sobre a política do governo FHC em relação ao chamado "cartel de São Paulo".

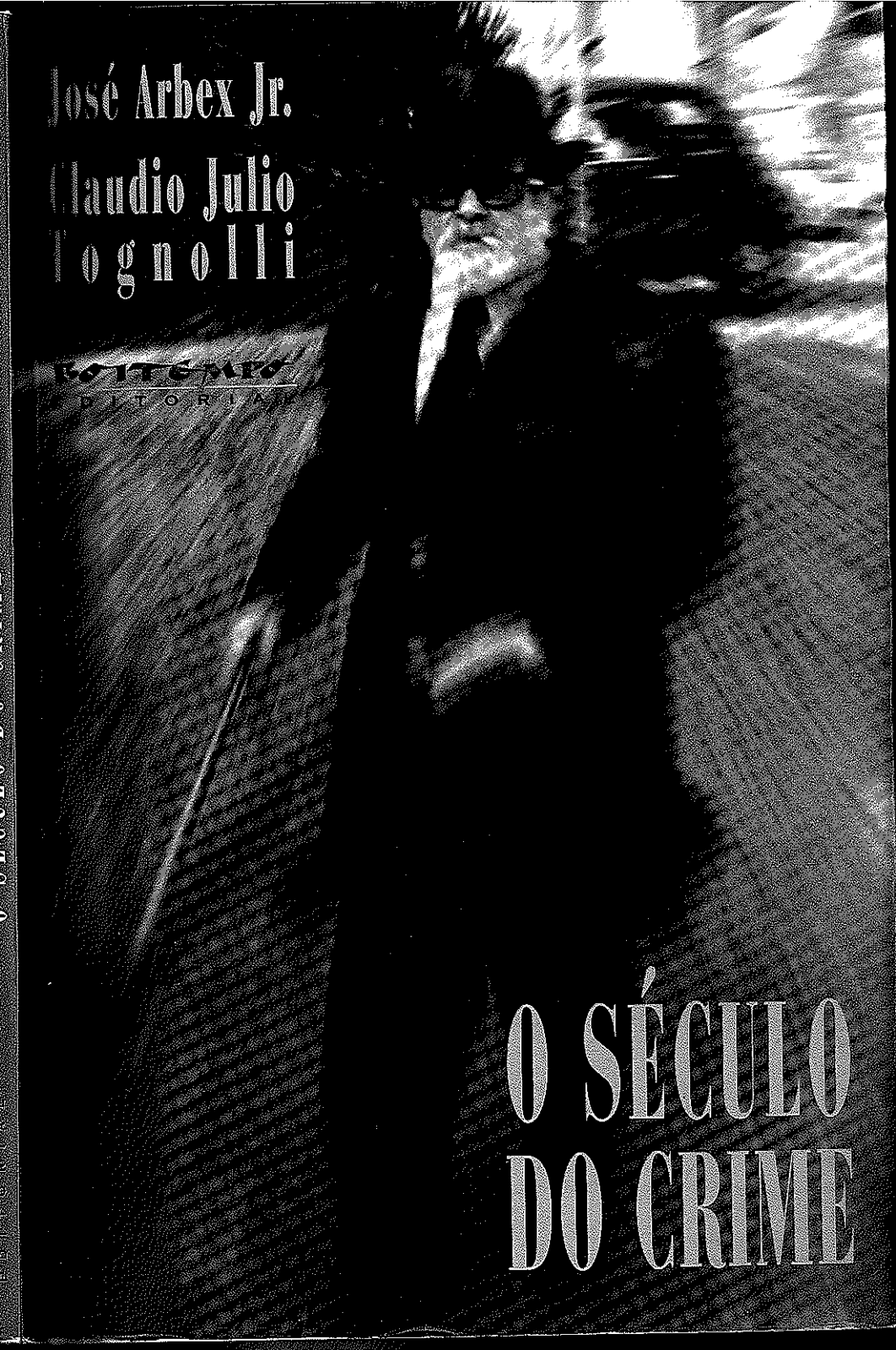
Se nada disso o fez desistir, então prepare-se: você não terá como escapar de *O Século do Crime*.

ISBN 85-85934-09-3

O SÉCULO DO CRIME
José Arbex Jr. e Claudio J. Tognolli

José Arbex Jr.
Claudio Julio Tognolli

BOITEMPO EDITORIAL



O SÉCULO DO CRIME

Quem acha que o século que se encerra é o "século da tecnologia" *não deve ler este livro*, senão para entender como essa tecnologia é posta a serviço do crime.

Quem considera que estamos no final do "século do socialismo" *deve passar ao largo* do texto de José Arbex Jr. e Claudio Julio Tognolli, salvo se quiser saber como a degeneração burocrática em nome do socialismo e dos trabalhadores pode terminar desembocando no controle do Estado e da economia por uma poderosa máfia, num processo de reconversão capitalista.

Quem se ufana de que vivemos o "século da democracia" *deve se abster de ter seu pensamento contaminado por este livro*, através do qual será informado de que os centros decisivos do poder no mundo contemporâneo passam longe das eleições, dos parlamentos, dos governos.

Quem acredita que vivemos o "século da revolução da informação" *deve se limitar a surfar na sua Internet e desviar seus olhos desta obra*, para não se desencantar ao saber como a grande imprensa faz do crime uma mercadoria fenomenal de promoção de vendas, instrumentalizando a segurança das pessoas em operações de marketing que produzem ilimitadas ganâncias.

Quem acha que chegamos ao final do século sem esperanças, deve seguir seu caminho rumo à mesa de bar ou ao divã mais próximo, porque aqui encontrará informação, crítica, desmistificação que, ao contrário do desânimo, o incitará à compreensão e à luta para que o século não termine sem que novos horizontes possam despontar.

Nem todos os criminosos estarão na cadeia, nem todos os governantes bastardos serão desmascarados e punidos.

38
28
6272
Lit. Polic.

O SÉCULO DO CRIME

Sebo
DO MESSIAS
Praça Dr. João Mendes, 166
Praça Dr. João Mendes, 140
Rua Quintino Bocaiúva, 166
São Paulo - SP
Tel. 3104-7111 * 3106-9596
Loja Virtual:
www.sebodomessias.com.br
E-mail: atendimento@sebodomessias.com.br

Compro e vendo (usados)
Livros - LP's - Cd's - DVD's
Fitas - Video - Som - TV
01 / 2007
Preço: 17,00
Obs.:

12,00
0,32

JOSÉ ARBEX JR.
CLAUDIO JULIO TOGNOLLI

O SÉCULO DO CRIME

apresentação
Caco Barcellos

BOITEMPO EDITORIAL

Copyright ©
José Arbex Jr. e Claudio Julio Tognolli

Edição de texto: *Isa Jinkings*
Preparação: *Valter Pomar*
Revisão: *Maria de Fátima Madeira*
Capa: *Ettore Bottini*
(Sobre foto do mafioso Frank Coppola, conhecido como três dedos — Italian Giornalist Agency)
Projeto gráfico e composição: *Flavio Valverde Garotti*
Produção gráfica: *Virgínia S. de Araújo*

Fotolitos: *Proposta Editorial*
Impressão e acabamento: *Provo Distribuidora e Gráfica*

ISBN: 85 85934 09 3

1996

Todos os direitos resevados à:
JINKINGS EDITORES ASSOCIADOS LTDA.
Rua Alemanha, 898 — Jardim Europa
01448-010 — São Paulo - SP
Fone/Fax: 883 7862

Para Fata Morgana,
qualquer que seja o nome
com o qual ela apareça
neste livro.

Índice

Apresentação 09

Introdução 13

Primeira parte
A organização internacional do crime

Cap. I — O crime e os Estados 31
Cap. II — As mães de todas as máfias 44
Cap. III — As máfias no país do carnaval 63
Cap. IV — Galina adora diamantes 84
Cap. V — Dinheiro sujo não se lava em casa 94

Segunda parte
Narcorrotinas

Cap. VI — Criminosos e comunistas 121
Cap. VII — Criminosos e neoliberais 133
Cap. VIII — Agentes secretos
Dr. Neto, o "ganso" misterioso da PF 145
Francisco Garisto: "Eu ajudei a matar o Marin". 148
Cap. IX — Nuestra bomba 156
Cap. X — O Sendero dos Estados Unidos 166
Cap. XI — A Yakuza no Brasil 181

Conclusão
O crime como ícone do Mal 195

Apresentação

Caco Barcellos

Os grandes traficantes do país são os jovens dos morros cariocas ou empresários de sucesso? Quem mais fatura com os crimes contra o patrimônio: os assaltantes que atacam nas ruas ou os executivos inescrupulosos do mercado financeiro? Banqueiro que faz fortuna com a lavagem de dinheiro sujo deve ser chamado de investidor ou de mafioso?

Se você costuma associar crime à ação dos personagens que freqüentam as páginas da nossa imprensa, prepare-se para belas surpresas. O Século do Crime *é um livro de uma rara dupla de repórteres, que não se limita a denunciar apenas os criminosos de baixa renda.*

A impressão que eu tive na leitura das primeiras páginas foi a de que Claudio Julio Tognolli e José Arbex Jr. produziram uma espécie de contrabando jornalístico. No cenário das grandes redações, imaginei a dupla invadindo os arquivos dos colunistas sociais e dos jornalistas especializados em economia, para dali "contrabandear" informações preciosas sobre os protagonistas do Século do Crime.

Bandido neste livro é homem de sucesso, ou melhor, comprador de sucesso de mídia. É um executivo com escritório móvel, informatizado, que se conecta com o mundo em segundos a partir de um quarto de hotel de luxo. É especialista em fazer o dinheiro do crime navegar pela economia globalizada e de gerar lucros exorbitantes nos países onde o patrimônio público está sendo privatizado.

Metralhadora, fuzil AR-15? Cheque, ações da Bolsa, papéis de fundo de investimento, dinheiro, dinheiro, dinheiro!!!

Gângster na virada do milênio não usa arma. Vende-as, de

preferência às toneladas. É um acionista de guerra, sócio informal da indústria bélica.

Bandido no Século do Crime *é um homem independente. Não se compromete, não se envolve, como os criminosos do passado, com os homens poderosos da política, da polícia, da imprensa, do Direito, da Justiça. Compra-os.*

O Século do Crime *é uma leitura que surpreende até mesmo quem já se preocupa em acompanhar o crescimento do crime organizado no mundo. É uma narrativa de primeira, às vezes didática, às vezes enciclopédica, enriquecida por episódios interessantes da experiência profissional de cada um e, sobretudo, pelos dados inéditos e de ampla pesquisa. A virtude deste livro vai além da exposição de uma realidade desconhecida das pessoas, mesmo das formadoras de opinião. Eles constroem um painel sobre as estruturas das principais organizações criminosas multinacionais. E analisam os principais episódios. Claudio Julio Tognolli e José Arbex Jr. tomam partido, opinam, emitem juízo de valor...*

O Século do Crime *é um livro polêmico.*

Analítico, Arbex procura explicar as razões sociais e políticas que deram origem às principais máfias em atividade no mundo. Você pode discordar de algumas de suas opiniões, mas dificilmente deixará de achar interessante discuti-las. Por exemplo: a sociedade comunista desconhecia o furto, o assalto, o tráfico de drogas, a violência das máfias, maiores organizações capitalistas do mundo... Hoje, aberta à economia de mercado, a Europa Oriental importou investidores e, com eles, o que há de mais podre no Ocidente: crimes de gângsteres independentes e das virulentas máfias internacionais.

No caso da Rússia, a política da livre iniciativa gerou duas figuras desconhecidas dos comunistas: banqueiros e empresários de fachada. O país que jamais conjugava o verbo lucrar entregou 60% das antigas empresas públicas para mafiosos disfarçados de investidores legais. A sociedade que tinha um único banco estatal agora, de cada dez bancos, tem sete nas mãos de gângsteres do mercado financeiro. As fontes de Arbex estimam que a grande quadrilha empresarial russa já forma um exército de seis mil mafiosos.

O Século do Crime *é um livro com estilo.*

As histórias narradas por Claudio Tognolli revelam um repórter com talento de cronista urbano. A série de personagens pitorescos deste livro só pode ser descoberta por quem circula pela área de risco com o

olhar atento dos profissionais de fina sensibilidade. Personagens como o superalcagüete da Polícia Federal que virou traficante internacional; ou o PM guerrilheiro que roubava carros da empresa telefônica de São Paulo para incorporá-los à frota da Polícia Militar.

Inesquecível o curioso agente-profeta da Polícia Federal com seus prognósticos assustadores. Se vingarem suas profecias, o Uruguai, na virada do século, será a capital mundial da lavagem de dinheiro. E a heroína desbancará a cocaína como maior ícone do mal. No ano 2000 ela deverá ter invadido o Brasil já como a droga número um de consumo em toda a América Latina.

O Século do Crime *é um livro-reportagem que certamente se tornará fonte de referência. E melhor de tudo: é uma garantia de boa leitura.*

Introdução

Aos doze anos de idade, J.B.N. não tem um tostão no bolso e nunca saiu do trecho que circunda a praça da Sé, no centro de São Paulo. Talvez jamais venha a saber que ele próprio é o ponto final de uma cadeia mundial, estabelecida em 23 países e que fatura por ano entre US$ 750 bilhões e US$ 900 bilhões — o que representa quase o dobro de todas as riquezas produzidas pelo Brasil em um ano inteiro.

Dorme enfiado em sua camisa, quatro vezes maior do que ele, sobre o sistema de ar condicionado da estação Sé do metrô. Seu dormitório ao ar livre, chamado de "quentinho" pelos meninos, é uma tela de metal colada ao chão, de uns quarenta metros quadrados, que vomita o vapor quente do ar-condicionado do metrô.

É novembro de 1995, e meninos atravessam as noites de verão ainda no bafejo do ar quente. J.B.N. se levanta e logo revela que consome *crack* há três anos — o que lhe tira a fome por vários dias. Fugiu de casa porque seu pai o espancava. Não tem mãe. Passou a viver da venda das pedrinhas do *crack*, cada uma a R$ 25,00. Seu território é limitado. Se vai para a Boca do Lixo, a região da prostituição e das boates *bas-fonds*, J.B.N. é expulso pelas prostitutas e seus agentes — todos acham que menino de rua afasta os clientes, que temem ser saqueados pelas hordas de meninos.

Até maio de 1996 a estimativa era de que cinco mil crianças viviam em condições idênticas na Grande São Paulo. Calculava-se que um grupo de cem menores estaria trabalhando para a revenda do *crack*.

J.B.N. diz que quem lhe dá o *crack* é um "pai de rua", o traficante que comanda o território "geopoliticamente" demarcado pela unidade básica dos quarteirões. O garoto ganha R$ 200,00 por mês. Bastaram cinco minutos de conversa com ele para que um barbudo atarracado se aproximasse de nós com um meneio inquisitório, em atitude fiscalizadora. O "pai de rua" não gosta de perguntas.

C.T.P., 37 anos, ambulante: suspendeu suas viagens há duas semanas. E "quebrou" quando a cota de mercadorias, no Paraguai, caiu de US$ 250,00 para US$ 150,00, em outubro de 1995. Um "cunhado" colocou-o no negócio das pedrinhas. Lucrava, em maio de 1996, R$ 1,5 mil mensais com a distribuição, já subtraído do montante o pedágio de preço instável cobrado segundo ele "por alguns policiais, por ex-policiais que trabalham como seguranças de casas noturnas e, principalmente, pelos "gansos" — informantes da polícia, conhecidos como "X-9" no Rio de Janeiro, como *'snitchers'* nos EUA e pela alcunha de *'pigs'*, nas obras policiais de Mickey Spillane.

Vive em Parelheiros, periferia de São Paulo, na casa que herdou do pai. Ele deseja ter filhos e casar logo que melhorar de vida, quando virar um "cabeça" (o intermediador entre o "pai de rua" e o dono das maiores porções de *crack* — que nem sempre é o grande traficante). C.T.P. não usa a droga. "Quem vende não pega, é lei."

Ele não sabe, mas esse código é uma lei universal do crime. O barão mor do cartel de Medellín, Pablo Escobar, não admitia

duas coisas em sua mansão: palavrões e conversas sobre drogas. Seus colaboradores dependentes eram eliminados em acidentes forjados ou simplesmente fuzilados. Al Pacino, encarnando o narcotraficante Tony Montana, dava o mesmo conselho em *Scarface*, refilmagem dirigida por Francis Ford Coppola: *"Don't get high with your own supply"* (não fique alto com sua própria mercadoria).

C.T.P., o Tony Montana da praça da Sé, não tem pena dos meninos. "É só um trabalho. Além disso, eu protejo eles."

N.B., 43 anos, engenheiro industrial de classe média, foi executivo de uma multinacional montadora de carros, no Grande ABCD paulista. A empresa descobrira que ele era viciado em *crack* depois que a polícia o flagrou, numa *blitz*, com pedrinhas no porta-luvas de seu carro. No olho da rua, sem emprego, sem luxos e morando novamente com a mãe, converteu em drogas — sobretudo nas fatídicas pedrinhas — todo o seu fundo de garantia de oito anos. Até dezembro de 1995, desempregado havia 3 anos, ia duas vezes por semana ao Departamento Estadual de Narcóticos de São Paulo, o Denarc, receber aconselhamentos psicológicos gratuitos com a atendente social Sônia de Pieri. Desconhecia o crime organizado: "Isso não existe, é fantasia. O negócio é cada um por si. Não vi ninguém ficar rico com esse comércio, juro".

O menino J.B.N., o ambulante C.T.P. e o dependente N.B. não tinham ciência da dimensão do mundo maior em que se circunscreviam — cuja primeira materialização dos lucros era gerada pelos hábitos diários dessas três personagens. Desconheciam e evitavam perguntar sobre quem estava acima deles em suas transações. Confrontados com os números que lhes apresentamos, riram. Não acreditam na explosão dos lucros das narcomáfias, na expansão dos negócios do crime organizado e acham que a expressão Século do Crime é "coisa de cinema", como nos disse o executivo N.B. É o que acontece com a maioria dos dependentes antes de se transformarem em traficantes para custear o próprio vício. Os três são a ponta final de uma cadeia invisível e onipresente, que hoje se estende por todo o mundo e já supera em força e riqueza muitas democracias.

MR. X

Deixemos nossas personagens entregues ao seu destino. Estamos, agora, numa das salas do Departamento de Estado dos Estados Unidos, em Washington. É ali que a mais poderosa nação do planeta formula as linhas gerais de sua política internacional. Numa sala coberta de folhas de carvalho, processam-se dados que chegam de todo o mundo, enviados pela Interpol, pelos governos, pelas Nações Unidas e pelo Fundo Monetário Internacional. Mr. X, um funcionário de carreira do Departamento de Estado (que usa suspensórios, fala português e é fã do escritor Tom Clancy — o Sidney Sheldon da alta espionagem), senta-se pomposamente na sua cadeira de resina Kevlar, à prova de balas.

Mr. X já morou no Brasil, Argentina, Panamá e Colômbia. Perito em análise de relatórios estratégicos sobre lavagem de dinheiro e narcotráfico, é engenheiro de sistemas por formação acadêmica, com doutorado em política internacional no período pós-derrocada dos sistemas socialistas de governo. Tem guardados em *hard disk* milhões de informações entrecruzadas. Mas, lamenta-se, nada sabe sobre a rotina dos J.B.N., C.T.P. e N.B. da vida. "Isso é função dos xerifes e assistentes sociais do nosso programa National Drug Control Strategy."

A obrigação profissional de Mr. X resume-se em nivelar nos arquivos de computador os destinos de narcotraficantes e mafiosos. É pago para ajudar a fisgar, legalmente e com provas *materiais* (prova *circunstancial* é coisa de jornalista, explica ele), os peixes grandes, que chama de *brown bomber* ou *pigs*. Sem esconder uma ponta de orgulho, Mr. X mostra, em alguns arquivos, os principais elos da cadeia do Século do Crime.

Aproveitando suas dicas e sugestões, começamos a buscar provas dos fatos em mais de duzentas fontes, em quinze países, num período que remonta há cinco anos. Acompanhamos, pessoalmente, as apurações oficiais omitidas, por questões políticas, das negociações sobre tratados de cooperação entre os governos dos países envolvidos. A partir daí, fizemos nossas próprias investigações. Com nossos relatos jornalísticos, procuramos descrever tudo com precisão, tentando conferir a este livro uma dimensão mais humana, mais tangível (exatamente aquela que Mr. X, tão distante das ruas e dos becos, desconhece).

Mas, sejamos justos com Mr. X: sua postura ereta e pasteurizada era a mesma das autoridades nas convenções de cúpula sobre o crime organizado. Nesses encontros promovidos pela ONU, os líderes dos países mais corroídos pelas máfias, inclusive os do Brasil, negavam com fúria que tal fenômeno ocorresse em suas terras. Talvez esta seja a forma politicamente correta de agir neste final de século.

O último contato com Mr. X aconteceu em novembro de 1995. Irônico, comentava por telefone a prisão em flagrante de uma cunhada do ex-presidente mexicano, Carlos Salinas de Gortari, em Genebra, ao sacar US$ 84 milhões de um banco, oriundos do tráfico internacional mexicano. Mr. X lembrou que o Partido Revolucionário Institucional do México, o PRI de Salinas, estava no auge das investigações sobre lavagem de narcodólares. "O engraçado é que um dos presidentes desse partido, Álvaro Obregón, sempre dizia 'Eu roubo menos' e mostrava o braço direito, do qual só tinha metade!" Mr. X tinha senso de humor.

ROTEIRO DAS INVESTIGAÇÕES

Com a ajuda de dicas como as de Mr. X, para fazer este livro, buscamos investigações oficiais junto a polícias, órgãos de informação, promotorias, juizados, empresas privadas de inteligência e Forças Armadas do Brasil, Itália, Rússia, Inglaterra, Estados Unidos, Japão, China, Colômbia, Canadá e Argentina, além do trabalho de historiadores e intelectuais sobre esse tema. Mais de 95% dos dados foram colhidos *in loco*. Tivemos também acesso a informações sigilosas das Nações Unidas e do Fundo Monetário Internacional, e a dossiês da agência Ansa, no caso específico da Itália. Em março de 1996, sob o patrocínio do governo norte-americano, foram entrevistadas em seis Estados dos EUA fontes fundamentais para a conclusão desta obra. Na lista de mais de cinqüenta pessoas entrevistadas, num período de três semanas, foram interpelados para *O Século do Crime* os principais agentes especiais do FBI (a polícia federal dos EUA), da DEA (a agência de combate internacional ao narcotráfico), investigadores das polícias estaduais, da Justiça, do Ministério Público e até conselheiros do Senado especializados em geopolítica do crime. Porém, as fontes mais atualizadas sobre

os detalhes do Século do Crime estavam no Departamento de Estado dos EUA. Na DEA foi-nos concedida uma entrevista especial de três horas com agentes do Departamento de Inteligência daquele órgão. A Interpol, a polícia internacional, liberou-nos seus principais arquivos quando soube de nossas boas relações com o senador Romeu Tuma — ex-vice-presidente mundial da organização.

O leitor será convidado a percorrer os mais diversos cenários, de Cuiabá a Moscou, do bairro da Liberdade, em São Paulo, aos tribunais de Miami, passando por Xangai, Nova York, Medellín, Nápoles e Cairo. Há um fio condutor entre casos, que, na aparência, ocorreram, sem nenhum vínculo no tempo e no espaço: todos eles pertencem à esfera do crime internacional organizado, que hoje constitui uma das facetas mais significativas no quadro das relações internacionais. As personagens dessa organização obedecem à mesma lógica, em todo o mundo — o desprezo total e absoluto pelas leis democráticas e pela transparência nas relações sociais e econômicas.

Sintetizamos, em seguida, algumas das faces da fascinante e perigosa esfinge que este livro tenta decifrar.

FACES DA ESFINGE

CUIABÁ, fevereiro de 1978. Agentes especiais da Polícia Federal brasileira recebem a determinação de se infiltrar entre representantes dos cartéis de Cali e Medellín. Trabalham com informações da Drug Enforcement Agency, DEA (agência antinarcóticos dos Estados Unidos) e relatam que os cartéis já começam a invadir o Brasil. Um dos relatórios dos federais indica que os narcotraficantes obedecem a ordens do general boliviano Garcia Meza, interessado no território brasileiro para exportar cocaína, via oceano Atlântico, a partir dos litorais paulista e carioca.

TÓQUIO, janeiro de 1981. O senhor Kazuo Taoka sente dores no peito e muito medo — estranha sensação para o líder da maior máfia oriental, a Yamaguchi-Gumi. Ele convoca seus assessores para informar que, no caso de sua morte, quer deixar herdeiros que expandam seus negócios. Morre sozinho, de ataque cardíaco. Seu herdeiro surge, passados onze anos, no Brasil, no final de 1992. E cumpre o derradeiro desejo do chefe: expande os negócios da Yamaguchi-Gumi na América Latina, a partir de Londrina, no Paraná, e do bairro da Liberdade, em São Paulo.

MOSCOU, agosto de 1981. Galina, de 58 anos de idade, resolve impor um recesso às doses e doses de vodca Viborova que já a consomem. Toma chá *darjeeling* com uma amiga, Natasha. Na mesa estão as baixelas presenteadas a seu pai, quinze anos antes, pelo birô político do Partido Comunista. As duas mulheres admiram os reflexos que um punhado de diamantes, largados com displicência sobre a mesa de mogno, imprimem na prataria do Partido. Dentro de duas semanas os diamantes irão para Luxemburgo. Lá serão trocados por narcodólares que vieram da Cidade do Panamá, onde foram depositados sob a forma de ordens de pagamento emitidas na Colômbia — país que recebeu em *cash* os narcodólares iniciais de toda a operação, vindos sobretudo de narcotraficantes brasileiros.

WASHINGTON, setembro de 1982. A Casa Branca recebe um relatório do Departamento de Finanças Estatísticas do Fundo Monetário Internacional. O dossiê começa a mudar a estratégia geopolítica de Washington: registra que as finanças mundiais perdem de US$ 80 bilhões a US$ 100 bilhões por ano, em decorrência das operações financeiras internacionais do crime organizado.

WASHINGTON, junho de 1985. Descobre-se que uma companhia fabricante de armas, a GTE, tem em seu poder planos secretos do Departamento de Defesa e tenciona fraudar concorrências para fornecimento de material bélico. Fica evidenciado, em investigação subseqüente, que os planos secretos antimáfia também vazaram para grupos criminosos de pelo menos cinco países. A partir daí os narcodólares passam a comprar até o aparentemente inatacável sistema de investigações dos Estados Unidos.

NOVA YORK, janeiro de 1987. Três anos e meio de prisão. Essa é a sentença do banqueiro Antonio Gebauer, acusado de fraude bancária. O vice-presidente do conglomerado Morgan Guaranty, prodígio do mercado financeiro, rendeu à Justiça — e aos criminosos — um processo didático sobre como se lavava dinheiro fraudado do fisco. A tática de Gebauer seria adotada por mafiosos italianos no Rio de Janeiro, a partir de 1990. Advogados de narcotraficantes e mafiosos estudam o caso para aprender como não serem apanhados cometendo os mesmos "erros" de Gebauer.

CIDADE DO PANAMÁ, fevereiro de 1987. Manoel Antonio Noriega, homem forte do Panamá, quer assistir em vídeo a um episódio do seriado policial *Magnum*, estrelado por Tom Selleck, o 007 de Honolulu. Uniformizado, cabelo emplastrado com gel, o general Noriega grava de memória os contornos da Ferrari 308 vermelha guiada por Magnum. E manda o importador panamenho Gabriel Taboada trazer de Miami uma Ferrari idêntica, presente para Fabio Ochoa, um dos barões do Cartel de Cali. Noriega sente-se tranqüilo. Oficialmente está "coletando informações" sobre o narcotráfico — incumbência que lhe foi feita no final de 1975 — a pedido do então diretor da CIA e futuro presidente dos Estados Unidos, George Bush. Fabio Ochoa recebe o carro em duas semanas. Toma café com Noriega, mais uma vez, e propõe que um homem de confiança seja enviado ao Brasil.

NOVA YORK, junho de 1987. O ex-agente da CIA Philip Agee revela que os Estados Unidos "estimulavam a guerra e as ações de terrorismo", via ações da Central de Inteligência. As armas fornecidas aos movimentos populares da América Central, Oriente Médio e Angola passam a ser revendidas, a preço de ouro, aos grupos mafiosos.

SÃO PAULO, maio de 1989. O enviado de Noriega ao Brasil, Francisco Marin Martins, hospeda-se em um hotel na rua Vieira de Carvalho, zona central de São Paulo. Esteve no Rio acertando uma sociedade com o traficante Toninho Turco. Marin acerta a distribuição, em São Paulo, de 150 quilos de cocaína de Cali e Medellín. A droga deve passar por São Paulo, Rio, e a maior parte irá para o Panamá e Miami. Marin Martins tem um agente duplo, o "Dr. Neto", como seu contato em São Paulo. No dia em que marca o início da distribuição do pó na cidade, alguém bate três vezes à sua porta, às três horas da madrugada. Ele estende a mão para o criado-mudo, saca do coldre sua pistola Magnum 357 e dispara três tiros contra a porta. Dentro de segundos o homem de Noriega no Brasil é varado por uma rajada de submetralhadora HK. Morre minutos depois, nas mãos da equipe da Polícia Federal chefiada pelo agente especial Francisco Garisto, que batera à porta.

PHNOM PENH, setembro de 1989. O exército vietnamita se retira do Camboja paulatinamente. É substituído por um novo clã militarizado, o dos barões do Triângulo de Ouro da produção e

tráfico de heroína. Começa a surgir a ligação entre as máfias orientais e os cartéis colombianos. Representantes de Cali e Medellín vão para o Camboja e para a Tailândia trocar cocaína por mudas de papoula. As rotas internacionais com saídas do Camboja serão usadas por soldados das mais novas máfias, a russa e a nigeriana, então embrionárias.

XANGAI, outubro de 1989. Mikhail Gorbatchov visita a Zona Econômica Especial, maior porto comercial da China e maior eixo das máfias chinesas, as Tríades. Os mafiosos chineses passam nesse ano a estreitar contatos com as máfias italianas do sul da Itália e dos Estados Unidos. Infiltram representantes no Partido Comunista Chinês. Querem se converter no maior conglomerado mafioso do mundo, mandando cocaína colombiana para a Europa em troca de heroína a ser enviada ao mercado norte-americano.

SÃO PAULO, janeiro de 1990. Uma morena de cabelos longos, guiando um Escort vermelho, entra na garagem de um edifício no bairro do Paraíso, zona Sul, e dá três tiros em Laurival Aquilino, o "Dr. Neto", agente duplo, advogado, informante e colaborador dos serviços antidrogas dos EUA. Morre anonimamente o maior informante internacional duplo que o país já teve. Ele havia delatado o esquema do general Noriega para o Brasil. Relato sigiloso da DEA registra que uma das amantes de Marin o matou, lucrando US$ 100 mil pelo trabalho, encomendado por Medellín.

SÃO PAULO, março de 1991. A ação de grupos de nigerianos que compram lotes e lotes de cola de sapatos, em Franca, interior paulista, faz o promotor Maurício Ribeiro Lopes abrir uma investigação inédita. Ele acompanha com a polícia a movimentação de jovens nigerianos instalados no Brasil a pretexto de cursarem universidades. As investigações revelam uma rede que, baseada em São Paulo, traz cocaína da Colômbia para mandá-la a Lagos, capital nigeriana, e dali para Moscou. A rede usa cola de sapatos para despistar cães policiais farejadores. Está detectada a introdução da máfia nigeriana no Brasil.

CABUL, maio de 1991. As máfias do Afeganistão se unem para, com os narcodólares, tornar o país independente da ex-URSS e livrá-lo da vigilância antinarcóticos do poder russo.

NOVA YORK, outubro de 1991. William Arkin, cientista do Greenpeace, divulga nomes de oficiais russos que vendiam ogivas

nucleares de porte médio em troca de dólares ou drogas. Os narcotraficantes começavam a lidar com artefatos nucleares para repassá-los aos mafiosos que vendiam armas.

MOSCOU, 1992. Relatórios cada vez mais alarmantes do governo russo, do Banco Mundial, do FMI e da CIA indicam que as organizações mafiosas haviam assumido o controle da maior parte das empresas estatais privatizadas após o fim da União Soviética (em dezembro de 1991). Aproveitando-se de leis ambígüas e do caos econômico, político e social no país, as máfias russas abriram 2 mil casas de crédito e instituições financeiras, amplamente utilizadas para "lavar" dinheiro obtido com a exploração da prostituição, do narcotráfico, do tráfico de armas, da venda de carros roubados e até do tráfico de armas e tecnologia nucleares.

WASHINGTON E RIO DE JANEIRO, fevereiro de 1992. Deflagrada a operação Green Ice em seis países. Em decorrência, é descoberta no Rio uma conexão mafiosa italiana, responsável pela lavagem de US$ 1 bilhão, sob o comando do italiano naturalizado brasileiro Sebastiano Sampietri. O dinheiro lavado pertencia ao Cartel de Cali.

BRASÍLIA, maio de 1992. Dois agentes da DEA, lotados na Embaixada dos Estados Unidos, começam a coletar informações sobre o narcotráfico no Brasil. Constatam que pelo país passa a maior parte da cocaína a ser traficada para o mundo inteiro. Obtêm inquéritos que mostram a presença de pelo menos dez mafiosos italianos no Brasil. E encaminham relatório ao Departamento de Estado, com o seguinte trecho: "No passado o Brasil não lavava dinheiro. Mas agora serve como elo entre os maiores produtores de drogas da Colômbia e os maiores distribuidores dos Estados Unidos". Os agentes sustentam que no Brasil "a corrupção vem dificultando o combate ao narcotráfico".

LONDRES, julho de 1992. Policiais de todo o mundo recebem um relatório da Scotland Yard. O texto afirma que os cartéis colombianos passaram a traficar heroína, produzida da papoula colhida em suas próprias terras. Elos inimaginados unem latino-americanos e chineses, nigerianos e russos.

FORTALEZA, julho de 1992. A quadrilha do mafioso italiano Rocco Morabitto é presa, no porto de Fortaleza, com seiscentos quilos de cocaína. A droga iria para a Europa e Eurásia pós-soviética. Surge o primeiro vínculo entre brasileiros, italianos e

mafiosos do Oriente. O responsável pelo carregamento, o jordaniano Walid Issa Khmayis, é ex-integrante da Juventude Estudantil Palestina, de Milão — aproveitando-se de seu passado político para colocar-se acima de suspeitas.

ARUBA, março de 1993. As famílias mafiosas italianas Cuntrera e Caruana detêm nesse mês, segundo a Interpol, mais de 60% da ilha de Aruba, paradisíaco protetorado holandês no Caribe. A fortuna de quase US$ 100 milhões foi amealhada em operações de lavagem de narcodólares para latino-americanos, incluindo brasileiros.

MIAMI E FORT LAUDERDALE, agosto de 1993. A Kroll, maior empresa de investigação privada do mundo, entrega à Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento, em Brasília, um dossiê sobre lavagem de dinheiro no Brasil. As investigações tentam provar que deputados se beneficiavam com o esquema de lavagem de dinheiro conduzido por Paulo César Farias, ex-tesoureiro de campanha do presidente Fernando Collor de Mello que foi misteriosamente assassinado em junho de 1996. O esquema denunciado fazia uso de jatinhos comprados em sistema de *leasing*. O relatório da Kroll revela um esquema de ablução que ia para Miami e desaguava nas ilhas caribenhas — por onde teria passado mais de US$ 1 bilhão do dinheiro público que se estima ter sido desviado do Brasil, segundo investigações da Polícia Federal. O esquema foi copiado daquele adotado há quinze anos pelas máfias italianas radicadas nos EUA.

LAGOS, fevereiro de 1994. O senhor M. E. Osamor prepara cartas endereçadas a empresários brasileiros (incluindo Antônio Ermírio de Moraes), argentinos e paraguaios, convidando-os a investirem na Nigéria. Oferece lucro de milhões de dólares, com papéis timbrados pelo governo nigeriano. Os que aceitam o negócio, indo para a Nigéria, são extorquidos e depois seqüestrados. A máfia nigeriana diversifica suas investidas.

LONDRINA, março de 1994. O mafioso japonês Hitoshi Tanabe é preso nessa cidade paranaense. Cabeça da Yamaguchi-Gumi, a maior máfia japonesa, veio ao Brasil para articular negócios com os cartéis colombianos de cocaína, numa rota para o Japão e China — e dali para a Rússia.

WISCONSIN, setembro de 1994. O cientista político Barry Weisberg senta-se diante de seu computador com processador

Pentium e elenca os tópicos de seus apontamentos. Ele é o consultor número um da ONU para assuntos de marginalidade, criminalidade e máfias mundiais. De sua tela vão sair as diretrizes que a Organização das Nações Unidas vai adotar em dois encontros de cúpula. A ONU está preparando, ainda reservadamente, duas reuniões a serem realizadas em Nápoles, sul da Itália, e no Cairo, Egito. Barry Weisberg vai coligindo pesquisas que em nada agradarão aos representantes de 23 dos 140 países que enviarão representantes aos Congressos: a reunião das dez maiores máfias do mundo, a partir desses 23 países, consagrou um poder econômico, político e geopolítico que, agindo sub-repticiamente, é mais forte e influente que a própria ONU e o Fundo Monetário Internacional.

AYACUCHO E LIMA, setembro de 1994. O governo peruano adota uma nova linguagem para acusar pessoas de prática de terrorismo. Sustenta que os cartéis colombianos estariam financiando o grupo maoísta Sendero Luminoso.

LÍDICE, setembro de 1994. A família do capitão Benedito de Oliveira, herói da Polícia Militar de São Paulo, recebe informações de que ele estaria no Peru ajudando os guerrilheiros do Sendero e sendo pago para ministrar aulas de sobrevivência na selva. A PM liga Benedito aos narcotraficantes que estariam no Sendero.

SANTO DOMINGO, outubro de 1994. Detecta-se, na República Dominicana, uma rede latino-americana de lavagem de dinheiro. O epicentro são as Ilhas Virgens britânicas, com ramificações nos Estados Unidos, Argentina e Panamá. Cai o clã dos Gamboa, que usavam inclusive o Brasil para lavar dinheiro para os cartéis na ilha.

NÁPOLES, novembro de 1994. A ONU realiza uma reunião de cúpula com representantes de 140 países. Declara que, em caráter de emergência, as máfias devem ser combatidas com novas políticas.

CAIRO, maio de 1995. A ONU realiza uma segunda reunião para debater a ameaça do crime organizado. Distribui dossiês e indica o surgimento de um novo sistema político: as narcocracias, democracias com eleições cujos candidatos foram patrocinados por mafiosos internacionais.

SÃO PAULO, maio de 1995. A Polícia Federal faz um relatório sigiloso em colaboração com a Polícia Nacional do Japão, apon-

tando que membros do grupo terrorista japonês Exército Vermelho estariam se mudando do Vale do Bekaa, no Líbano, para a fronteira do Paraguai com o Brasil. O objetivo seria montar uma linha de tráfico de cocaína, para supostamente financiar ações terroristas.

BRASÍLIA, outubro de 1995. A Interpol divulga dossiê revelando que cinqüenta chefes mafiosos italianos estariam vivendo no Brasil, 25 deles em São Paulo. Os nigerianos narcotraficantes presos até essa data, no país, são quase cem — e estariam ajudando os *capos* italianos.

GENEBRA, novembro de 1995. A cunhada do ex-presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari, é detida ao sacar US$ 84 milhões de um banco. O dinheiro seria proveniente de uma leva de narcodólares lavados no exterior por membros do Partido Revolucionário Institucional, o PRI.

MOSCOU, novembro de 1995. Mafiosos tchetchenos ameaçam colocar pacotes com material radiativo em locais públicos de Moscou. Um pacote com resquícios de Césio 137 é deixado num parque da cidade.

MOSCOU, dezembro de 1995. É divulgada uma lista, pela polícia de Moscou, que indica os preços cobrados pela máfia russa para assassinar dignitários: US$ 7 mil para eliminar empresários e US$ 120 mil para políticos do coturno de um Boris Ieltsin. Detalhe interessante é que existe um acréscimo de 20% no caso de o cliente desejar que o assassino também seja morto para não haver a mínima pista do crime.

BRASÍLIA, maio de 1996. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal recebe um dossiê bombástico, de 67 páginas. É assinado pelo delegado Francisco Vicente Badenes Júnior e pelo promotor de Justiça Luís Renato, do Espírito Santo. O documento denuncia em detalhes a estrutura daquela que é apontada, em 1996, como a maior organização atuante do crime organizado de que se tem notícia no Brasil. Chama-se Scuderie Detetive Le Cocq, agremiação integrada basicamente por policiais civis e militares do Espírito Santo e com ramificações em Brasília, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A organização é acusada de exterminar meninos de rua, roubar carros, traficar drogas, promover seqüestros, matar sob encomenda e vender proteção. Na organização, diz o dossiê, estão "mais de mil pessoas, que são reconhecidas

personalidades, incluindo um juiz de Direito, um promotor de Justiça, duzentos policiais civis e militares, fiscais da Fazenda, um coronel do Exército e um juiz-conselheiro do Tribunal de Contas". O grupo seria a mais bem organizada falange do crime interestadual, no Brasil, nos anos 90. O delegado Francisco Vicente Badenes Júnior investiga o Scuderie como o principal elo entre os cartéis colombianos da droga e o tráfico nos morros cariocas. Um grupo de quinze policiais militares do Espírito Santo (um tenente, três sargentos, dois cabos e nove soldados) é apontado como a "tropa de elite" do Scuderie. Investiga-se o assassinato de Ana Elizabeth dos Santos, ligada à Comissão do Orçamento da Câmara, em Brasília, como sendo obra executada pela organização.

* * *

Para maior didatismo, facilidade de leitura e de acompanhamento dos passos de nossa investigação, este livro é dividido em duas partes.

A primeira, intitulada *A organização internacional do crime*, trata da estrutura das principais organizações mafiosas em todo o mundo, aí incluindo as suas ramificações no Brasil e os processos de lavagem de dinheiro "sujo". Demos uma ênfase especial à máfia russa, por se tratar de um fenômeno de excepcional importância no mundo contemporâneo. O leitor notará que às vezes utilizamos a expressão "máfia russa" para designar o conjunto das organizações criminosas que atuam naquele país; outras vezes, adotamos a expressão no plural, "máfias russas", para enfatizar as distinções entre os diversos grupos. Os dados foram colhidos pessoalmente na Rússia, na Interpol francesa, na China, na Justiça italiana e no FMI, base de Washington.

Na segunda parte, intitulada *Narcorrotinas*, os autores narram em primeira pessoa alguns de seus contatos diretos com o mundo do crime, todos decorrentes de missões profissionais, coberturas jornalísticas em mais de dez países, a serviço da *Folha de S. Paulo*. O leitor conhecerá, também, o perfil de alguns agentes secretos que fizeram, e ainda fazem, as páginas policiais, como o misterioso "Dr. Neto" e o agente Francisco Garisto, que concedeu uma entrevista exclusiva.

Na conclusão, *O crime como ícone do Mal*, o leitor encontrará uma discussão de natureza teórico-histórica sobre o lugar simbólico que o crime — em particular o narcotráfico — ocupa na cultura contemporânea. Propomos, também, uma discussão sobre as responsabilidades da doutrina neoliberal e do sistema de globalização da economia na disseminação de uma mentalidade essencialmente utilitarista, que coloca a eficácia e o lucro acima de qualquer outra consideração, estimulando assim a prática criminosa.

O objetivo dos autores é fornecer um panorama a um só tempo jornalístico e interpretativo dessa grave questão que é o crime no mundo contemporâneo. Esperamos tê-lo feito da forma mais agradável possível, considerando que o assunto é dos mais áridos. Caso o leitor, ao terminar a leitura deste livro, sinta-se mais bem informado sobre essa questão — concorde ou não com os pontos de vista aqui expressos —, teremos cumprido nossa missão.

PRIMEIRA PARTE

A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CRIME

I

O crime e os Estados

Pela primeira vez em sua história — e numa era em que o quadro político internacional não parece indicar perigo de uma guerra generalizada —, a Organização das Nações Unidas realizou duas conferências de cúpula, num prazo inferior a cinco meses, para tratar do mesmo assunto. Tanto em Nápoles (novembro de 1994) quanto no Cairo (maio de 1995), representantes de 180 países conversaram sobre os novos problemas configurados pelo crime organizado. As duas conferências mostraram que máfias internacionais, baseadas em 23 países, estariam faturando, por ano, algo entre US$ 750 bilhões e US$ 900 bilhões, ou

o equivalente a quase o dobro do Produto Interno Bruto do Brasil. Essa soma, divulgada num estudo do FMI, estaria sendo gerada por US$ 200 bilhões faturados anualmente pelos cartéis colombianos da droga. A partir daí, constata-se o nascimento de uma nova economia que engole Estados inteiros e faz nascer, no fim dos anos 90, o Século do Crime.

A preocupação com as dimensões do crime organizado não é, em si, algo "novo". Ao contrário, trata-se de um tema que vem suscitando debates na ONU desde 1950. À época, a Assembléia Geral da organização determinou a necessidade de realização, a cada cinco anos, de um Congresso Internacional para a Prevenção do Crime e Punição dos Criminosos. O problema é que, quatro décadas depois, a ONU constatou que o crime organizado atingiu dimensões que desafiam a própria noção de uma ordem jurídica internacional reguladora da relação entre os Estados. Gerando cifras que superam os PIBs da grande maioria dos países, as "máfias" deixaram de ser um assunto de polícia para se tornarem uma questão geopolítica e financeira de primeira grandeza.

Um fervilhante mundo clandestino, não submetido a nenhuma espécie de lei ou regulamentação democrática, emprega centenas de milhares de pessoas. Os "negócios" incluem o comércio de drogas, armas (eventualmente, até nucleares), tecnologias sofisticadas obtidas mediante espionagem industrial ou compra de segredo, de escravas brancas e crianças, de órgãos humanos utilizados em transplantes, de transporte, passaportes e vistos de entrada falsificados para imigrantes ilegais, além das práticas "tradicionais" de suborno de autoridades e políticos, extorsão, exploração da prostituição adulta e infantil e controle de cidades ou regiões inteiras com base na força e no terror imposto por quadrilhas bem armadas e organizadas segundo uma estrutura paramilitar.

CRIME TRANSNACIONAL, POLÍCIAS NACIONAIS

Grupos mafiosos que tinham uma tradição de atividades limitadas às suas próprias regiões começaram a se associar, provavelmente no final dos anos 80, no sentido de estender sua influência às mais longínquas regiões do planeta. Estão incluídos nesse quadro as antigas máfias italianas e americanas, a Yakuza japonesa, as Tríades baseadas em Hong Kong e Sudeste asiático,

assim como os novos grupos mafiosos em rápida expansão na África ocidental e as novíssimas máfias russas (surgidas com o desmantelamento do Estado soviético), todas "alimentadas" pela produção dos cartéis colombianos do narcotráfico e, em menor escala, por outros centros de produção, como o Sudeste asiático. Em outros termos, a estrutura do crime organizado passou a ter, predominantemente, um caráter transnacional, ao passo que os mecanismos de policiamento e repressão preservaram — e ainda preservam — um caráter nacional. Isso faz com que as organizações criminosas tenham muito mais agilidade e capacidade de burlar as leis do que os Estados nacionais, relativamente morosos e muitas vezes limitados por antigas convenções internacionais — formuladas, em alguns casos, há décadas.

A proliferação e o crescimento das máfias foram estimulados pela era neoliberal, cuja marca principal é a desregulamentação das transações econômicas e financeiras, combinada com a facilidade de deslocamento de imensos capitais via sistemas de computador. Operando a partir de "paraísos financeiros", onde ninguém indaga a origem do dinheiro, as máfias injetam seus recursos no mercado de capitais, criando e sustentando corporações internacionais e respeitáveis organizações de fachada "limpa". O "dinheiro sujo" é, assim, transformado em capital especulativo, ansiosamente esperado e, em geral, muito bem recebido, em especial pelos países "emergentes", como Rússia, Brasil, México e Argentina. O resultado óbvio disso é que passa a haver uma interpenetração crescente entre o dinheiro das máfias e o mercado financeiro institucional. Podemos afirmar, com tranqüilidade, que se todas as máfias fossem subitamente destruídas, isso causaria uma catástrofe no mercado de valores mundial.

RÚSSIA: NOVO "PARAÍSO" DAS MÁFIAS

O crescimento mais extraordinário das máfias aconteceu na Rússia dos anos 90, em níveis alarmantes o suficiente para que o presidente Boris Ieltsin fosse levado a declarar que "a corrupção está devorando este país, de alto a baixo". A "explosão", em 1991, da antiga União Soviética, cujas empresas, comércio e instituições de crédito eram totalmente controlados pelo Estado, criou um absoluto caos econômico no país. Com o fim das

antigas leis estatistas, criou-se um período "selvagem" de transição social, econômica e política, ideologicamente dominado pela busca da "economia de mercado". Iniciou-se um processo acelerado de privatização, em que gigantescos conglomerados foram liquidados a preços irrisórios. Ao mesmo tempo, era possível comprar uma licença para abrir um banco pelo preço de um carro de luxo importado. O resultado é que nos primeiros meses de 1992 existiam mais de 2 mil bancos operando na Rússia, a grande maioria dos quais servindo apenas de fachada para os negócios das máfias. O processo desenfreado de privatizações tornou-se, assim, um excelente meio de "lavar" dinheiro "sujo", ao mesmo tempo que deu às máfias um poder tremendo sobre a política interna da Rússia.

A situação na Rússia chegou a um grau tão extremo que os especialistas internacionais em mercado de capitais e crédito chegaram a afirmar, em 1994, que a totalidade do sistema financeiro russo era "refém" das máfias. Outros especialistas afirmam, com alguma ironia, que na Rússia, depois de tudo, houve apenas a passagem do controle da economia das mãos do Estado para as mãos das máfias. Esse quadro é muito grave, quando se leva em consideração que as numerosas áreas de tensões e de conflitos étnicos constituem um poderoso mercado para o comércio de armas (é o caso, por exemplo, da Tchetchênia) e que muitos cientistas, técnicos e engenheiros russos desempregados ou mal pagos poderiam vender aos mafiosos segredos militares — incluindo informações vitais sobre a fabricação de armas nucleares.

O "tráfico nuclear" merece atenção especial dos serviços de inteligência do mundo inteiro. Em 1992, a Interpol (polícia internacional) detectou e interceptou um grupo formado por dois espanhóis e um colombiano que transportavam plutônio, ilegalmente, num vôo entre Moscou e Munique. O plutônio, como se sabe, é um elemento fundamental para a fabricação da bomba atômica. Não foi possível estabelecer um vínculo entre o contrabando de plutônio e os cartéis da droga da Colômbia, mas a mera possibilidade de que possa existir algo dessa natureza já era, obviamente, alarmante. Em maio de 1993, foi apreendida em Vilna, Lituânia, uma carga ilegal de 4,4 toneladas de berílio (usado em sistemas de mísseis teleguiados, em aviões de alta performance e em materiais óticos de precisão). Uma investigação de cinco meses realizada pela rede de TV CBS provou, irrefutavelmente, pela primeira vez, que o crime organizado estava por trás da carga ilegal. Ela seria vendida a "coreanos" por US$ 24 milhões, o equivalente a dez vezes o seu valor de mercado.

Mas talvez nem seja esse o maior problema em relação ao "tráfico nuclear". Cargas ilegais ainda podem ser detectadas e apreendidas, como aliás aconteceu nos casos em questão. O mesmo não se pode dizer dos técnicos que possuem o conhecimento de processos fundamentais para a produção de armas nucleares. Como impedir que eles vendam o seu conhecimento? Não há resposta para isso.

As máfias russas não se limitam a traficar drogas e armas em seu próprio país. Ao contrário, já controlam as atividades do crime organizado na quase totalidade da Europa oriental (em particular, Polônia) e em boa parte da Europa ocidental (Itália, Alemanha, França) e Américas (Estados Unidos, Canadá, Colômbia, Brasil), além, é claro, de manterem associação com os grupos mafiosos do Cáucaso (Geórgia, Armênia e Azerbaidjão) e Ásia central (as antigas repúblicas soviéticas islâmicas, Afeganistão, Paquistão — estes últimos, importantes e tradicionais centros produtores de heroína). Uma de suas atividades mais lucrativas e intensas é a "importação" anual, para a Rússia, de 250 mil carros roubados — mercado que, por si só, já é fonte de uma quantia astronômica de dinheiro.

O enorme capital gerado pelo crime organizado raramente tem uma destinação produtiva. Ao contrário, em geral é empregado em especulação, aquisição de bens de luxo e setores de serviço, como restaurantes, clubes noturnos e áreas de lazer. Quando esse capital especulativo circula num país cuja economia está em crise, é natural que ele crie tremendos abismos sociais. Uma pequena parcela da população vive muito bem, consumindo produtos de luxo importados, ao passo que a maioria vive perto da miséria. Alguns números de 1994 indicam as graves distorções geradas pelo crime organizado na Rússia: naquele ano, o PIB russo caiu 18% e a produção industrial 25%; em contraste, houve um crescimento de 10% na renda individual média. É claro que esse crescimento médio só foi possível graças aos dólares das máfias. Apenas esse dado evidencia a tremenda dimensão assumida pelo crime organizado no país.

A CHINA DAS TRÍADES

A China comunista é outra região altamente lucrativa para grupos mafiosos. As Tríades — organizações com base em Hong Kong, algumas com raízes no tráfico do ópio que vicejava na região no século XIX — faturam, anualmente, algo em torno de US$ 200 bilhões, obtidos mediante extorsão, exploração da prostituição, tráfico de heroína, transporte ilegal de gente que quer fugir do comunismo, indústria do lazer e entretenimento, mídia e bancos. Seus principais investimentos estão localizados nas Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), regiões liberadas pelo governo comunista chinês para investimentos capitalistas, em particular as províncias de Guandong e Fujian. Essas províncias são consideradas o "carro-chefe" do modelo de desenvolvimento chinês.

Segundo dados do próprio governo chinês, as Tríades praticamente controlam o tráfico de *containers* entre a China continental e os portos de Hong Kong e outros países do Sudeste asiático. É claro que isso propicia o desenvolvimento do tráfico de drogas, do contrabando, do transporte ilegal de todo tipo de mercadorias — incluindo seres humanos. Isso tudo tem um impacto social altamente nocivo e desestabilizador, já que as máfias funcionam como fonte de suborno e corrupção das autoridades, assim como criam "bolsões" de simpatia entre a população local por conta de sua proximidade étnica e de oportunidades de ganhar algum dinheiro com pequenos negócios vinculados às atividades do crime organizado.

Com freqüência, as Tríades se associam à Yakuza e às máfias russas para fazer comércio através do porto extremo-oriental russo de Vladivostok. Dali, as mercadorias — drogas, equipamentos eletrônicos de consumo, computadores, relógios, armas, etc. — são exportadas para as grandes cidades da Rússia e repúblicas vizinhas. Essas operações conjuntas são acertadas em "reunião de cúpula", duas das quais foram realizadas em 1994 em Varsóvia e Praga, segundo informações divulgadas pelos serviços de inteligência europeu-ocidentais. Aparentemente, não existe a menor intenção, por parte das organizações mafiosas, de se fundirem num único grupo transnacional. Preferem estabelecer alianças temporárias para determinados tipos muito específicos e datados de operações.

ÁFRICA, CONTINENTE QUE A MÁFIA NÃO ESQUECEU

Lagos, capital da Nigéria, é a capital do crime no continente africano. As atividades mafiosas cresceram muito no país a partir dos anos 80, quando os preços do petróleo — sua principal fonte de riqueza — despencaram no mercado internacional. Isso causou o encolhimento imediato da então próspera classe média nigeriana. Um número muito grande de estudantes e de profissionais recém-formados nas universidades, colocado diante de uma perspectiva sombria de desemprego e pobreza, resolveu aderir ao narcotráfico. Inicialmente, eles se colocaram a serviço dos cartéis colombianos. Com o passar do tempo, criaram suas próprias organizações.

No final dos anos 80, Lagos já fazia parte das grandes rotas internacionais do narcotráfico. Recebia cocaína e maconha através de uma rota que tinha origem nos Andes e utilizava o Brasil como corredor, e heroína do Sudeste asiático. De lá, a droga era redistribuída para a própria África, para a Europa e Estados Unidos. Uma das medidas do envolvimento dos nigerianos no tráfico foi dada pelo fato de que o governo da Tailândia constatou que suas prisões já estavam abarrotadas de traficantes nigerianos, o que o levou a pedir à Nigéria que repatriasse os seus cidadãos.

O problema é que esse país é, econômica e politicamente, um dos mais influentes do continente africano. A formação de uma elite financeira diretamente vinculada ao narcotráfico e ao crime organizado em Lagos estimulou a formação de grupos semelhantes em outros países da África, que dependiam, sobretudo, da exportação de matérias-primas como cacau, café e cobre, e que também foram atingidos duramente pela queda dos preços nos anos 80. A isso se acrescenta o fato de que os "programas de austeridade" e de "ajuste estrutural" recomendados pelo Fundo Monetário Internacional aos governos africanos criaram uma necessidade desesperadora de ingresso de novos capitais em suas economias, inibindo, na prática, os esforços de repressão e contenção da atividade das máfias, que, bem ou mal, injetavam dinheiro no continente.

Além disso tudo, a maioria dos países africanos passou, nas quatro últimas décadas, por um processo extremamente conturbado de guerras civis e de guerrilhas, algumas das quais não

foram totalmente resolvidas (como no caso de Ruanda, Angola e Moçambique). A relativa estabilização política dos anos 90 (muitas vezes sob a forma de ditaduras consolidadas) jogou ao desemprego pessoas que antes tinham o seu ganha-pão na guerrilha e na mobilização militar permanente. Essa gente, que não raro tinha e tem vínculos com traficantes de armas, tende a formar quadrilhas e gangues. É um campo fértil para a proliferação e crescimento de novas máfias, as quais, inevitavelmente, buscarão no narcotráfico uma de suas fontes mais lucrativas.

As novas máfias funcionam como pólo de atração para uma juventude desesperada e sem destino. Rapidamente, tendem a espalhar para todos os setores da vida o seu espectro de atividades: do narcotráfico e prostituição ao contrabando de certas matérias-primas que são preciosas e das quais a África é rica (por exemplo, ouro, diamantes e pedras preciosas). É fácil imaginar o poder corruptor das máfias africanas quando se sabe que militares, políticos e figuras públicas influentes recebem salários miseráveis de Estados falidos. Cria-se, assim, um quadro propício à multiplicação de "narcocracias" (traficantes que assumem diretamente o governo de seu país), como o regime em vigor na Bolívia no início dos anos 80.

OS CARTÉIS DA COLÔMBIA

Já dissemos, no início, que os recursos e a atividade das máfias no mundo contemporâneo foram, em grande parte, gerados e estimulados pelos cartéis da droga da Colômbia, em especial os de Cali e Medellín. O poder e os tentáculos que essas organizações conquistaram nos anos 80 são amplamente conhecidos em todo o mundo, sem que haja necessidade, aqui, de maiores detalhamentos. Basta dizer que, juntos, produziam 80% da cocaína consumida nos Estados Unidos, faturavam, anualmente, US$ 200 bilhões e constituíam — de longe — o setor produtivo mais importante da economia colombiana.

A ação repressiva orquestrada pelos Estados Unidos, que implicou o fuzilamento de Pablo Escobar ("chefão" de Medellín), em dezembro de 1993, e o aparente desmantelamento do cartel de Cali, em 1995, introduziu, certamente, modificações no mapa do crime organizado internacional. Mas isso não significa que a

polícia tenha liquidado definitivamente a ação do narcotráfico na Colômbia. Longe disso. A prisão ou execução dos antigos "chefões" apenas inaugura uma nova fase, de reorganização das atividades, como mostra, amplamente, a história: enquanto houver demanda pelo produto — a qual cresce, sem parar —, haverá gente para fabricá-lo e distribuí-lo em larga escala.

É óbvio que, para além de seu significado puramente econômico e financeiro, o poder do narcotráfico na Colômbia — isto é, no coração geográfico da América Latina — adquiriu um significado geopolítico de primeira grandeza, o qual discutiremos com detalhes mais adiante. Basta assinalar, por enquanto, que essa dimensão foi devidamente explicitada pela invasão do Panamá pelos Estados Unidos, em dezembro de 1989. O país conquistava, então, a "honra" de ter sido o primeiro a ser invadido no contexto da "guerra ao narcotráfico" promovida por Washington. A Casa Branca utilizou, como pretexto para a invasão, o fato de o homem forte do Panamá — à época, o general Manoel Antonio Noriega — ser associado aos cartéis colombianos da droga.

NUESTRA BOMBA

Nem só de apelo ao dinheiro fácil vive o crime organizado. Vive, também, de uma dimensão ideológica que exerce um certo fascínio, especialmente sobre as camadas mais jovens e pobres da população. Não raro, as organizações mafiosas aparecem como alternativa de organização e luta contra um Estado opressor, preocupado unicamente com a defesa dos mais ricos e associado aos interesses do capital multinacional. Para constatarmos isso, não é preciso ir muito longe: basta lembrar o prestígio que alguns traficantes do Comando Vermelho tinham junto às populações faveladas nos morros do Rio. O CV mantinha, nos morros sob seu controle, um "fundo de assistência social" que atuava com muito maior eficácia do que qualquer órgão previdenciário governamental. Além disso, oferecia emprego (mesmo que fosse de "vigilante" contra a presença de estranhos) e bons salários.

O "apelo ideológico" também foi reforçado, nos anos 70 e 80, pela associação entre grupos narcotraficantes e a guerrilha nacionalista e/ou de esquerda na América Latina, Ásia central e Sudeste asiático. Era o caso, por exemplo, do grupo peruano

Sendero Luminoso, ou do M-19 colombiano. Freqüentemente, eles ofereciam "proteção" aos laboratórios de cocaína situados na selva, em troca de dinheiro (ou drogas para comércio), com o qual compravam armas e sustentavam suas organizações. A Casa Branca, várias vezes, acusou o dirigente cubano Fidel Castro de envolvimento no narcotráfico, com o objetivo de "corromper" a juventude americana, "abalar os valores democráticos" dos Estados Unidos e ganhar dinheiro. Não importa, aqui, se as acusações tinham ou não fundamento, mas sim detectar a dimensão ideológica assumida pela droga e pelo narcotráfico.

Mas a frase mais emblemática para a caracterização da droga como ideologia foi proferida pelo traficante Carlos Lehder Rivas, fundador do Cartel de Medellín, no decorrer do julgamento de Manoel Antonio Noriega, realizado em Miami, meses depois da invasão do Panamá: "Nós, povos pobres da América Latina, temos sido explorados durante anos pelo imperialismo ianque. Mas nossa vingança está chegando: senhor juiz William Hoeveler, a cocaína é nossa vingança, é a bomba atômica da América Latina". Descontados a demagogia e o ufanismo, a frase é didática para indicar, na retórica do crime, a tentativa de angariar simpatizantes em nome de uma suposta ideologia libertadora.

AS MÁFIAS E OS HOMENS PÚBLICOS

Com ou sem retórica política, vinculadas ou não a grupos nacionalistas ou de alguma orientação ideológica, as máfias são uma realidade abrangente e marcante no mundo contemporâneo. Introduzem questões complexas sobre democracia e controle do Estado, muito típicas deste final de século, em que as regras do mercado e as tecnologias eletrônicas prefiguram, virtualmente, a "aldeia global" anunciada por Marshall McLuhan nos anos 60.

Mais do que nunca, a sombra do crime organizado está presente em todas as atividades do homem comum, mesmo quando ele parece uma realidade longínqua, apenas perceptível no noticiário da televisão. Longe vai o tempo em que o "chefão" assumia ares de Al Capone, cercado de capangas e fumando longos charutos cuja fumaça escrevia no ar as palavras "eu sou mau". Ainda há gente assim, é claro, mas o mais provável é que os *capos* das máfias atuais estejam nos escritórios dos grandes bancos e

corporações, em cargos importantes dos governos, nas instituições acima de qualquer suspeita — como foi demonstrado, na Itália, pela Operação Mãos Limpas.

Mãos limpas: eis uma característica cada vez mais rara nos homens públicos. E não é para menos. Num mundo em que o sucesso financeiro parece dar a medida de todas as coisas, é difícil alguém assumir uma posição de poder e comando e não ceder à tentação da sereia dos US$ 750 bilhões. A interpenetração entre as máfias e o poder político e econômico é uma característica marcante deste fim de século. Ajuda a explicar o descrédito na política e nas instituições. É, nesse sentido, uma ameaça concreta à democracia.

REFUGIADOS

A mais nova problemática decorrente das narcomáfias é a dos refugiados. Sem infra-estrutura, sem emprego, famintos, eles surgem em 1996 como a mais procurada mão-de-obra para as narcomáfias.

Dados obtidos junto às Nações Unidas, numa de nossas investigações, mostram o seguinte: o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) cuidava de 2,5 milhões de pessoas, em 1975, que haviam fugido de seus países natais. O montante chegou a 17 milhões de pessoas em 1991, subiu para 23 milhões de pessoas em 1993 e chegou a 27 milhões no início de 1995. Ou seja: em vinte anos o crescimento dos despatriados chegou a quase mil por cento.

Desses quase 30 milhões, 14,5 milhões são refugiados. Estão excluídos desses números, em 1996, outros 3,5 milhões de pessoas fora de seus países, que não são reconhecidas oficialmente como refugiados.

A conclusão das Nações Unidas é que o fenômeno é decorrente "da desintegração de Estados que, após a guerra fria, não desfrutaram do apoio e proteção das nações mais poderosas do mundo". De acordo com as Nações Unidas, o que se passa no mundo é "uma sucessão de crises humanitárias". E os refugiados, sustenta ainda a organização, têm encontrado "países industrializados cada vez mais impacientes para encontrar novas soluções".

Tanto no Brasil quanto na Nigéria ou nos EUA, os socialmente marginalizados têm encontrado nas organizações mafiosas uma guarida segura. A Scuderie Detetive Le Cocq, que comanda o crime organizado em três Estados brasileiros, recruta para suas fileiras policiais que não conseguem sobreviver com suas aposentadorias. Os dez maiores traficantes de cocaína do Brasil, até maio de 1996, eram quinze empresários paulistas e cariocas que afundaram com o Plano Collor — e agora usam suas antigas empresas como fachadas para mascarar o tráfico. A maioria delas, dizem a DEA e a Polícia Federal, está baseada em grandes e médias cidades do interior paulista. Foram citadas, no primeiro trimestre de 1996, Campinas, Bauru, Marília, Franca, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.

A máfia nigeriana se destaca na modalidade e tem recrutado "mulas" de mais de vinte países para transportar os lotes de drogas para outras nações. As máfias mexicanas da heroína têm buscado orientais para entrar com lotes nos EUA.

A convite do Departamento de Estado dos EUA, visitamos pessoalmente três autoridades, que deram entrevistas exclusivas para esta apuração, durante o mês de março de 1996. Eram especialistas no recrutamento de pessoal feito pelas máfias do Século do Crime.

Estamos no FBI do Estado de Washington, em Seattle, cidade preferida das máfias orientais recém-instaladas nos EUA. Tido como o maior perito dos EUA no detector de mentiras, o polígrafo, o agente especial Jack Cusack não é nada animador sobre o assunto: "As máfias chinesas estão invadindo Seattle e buscam refugiados de outras nacionalidades, que não orientais, para fazer o tráfico e praticar crimes. Estão buscando até mesmo mexicanos na outra ponta do país, prometendo-lhes advogados para legalizar suas situações irregulares nos EUA".

Vamos para Los Angeles e no bairro de Santa Mônica nos encontramos com James Galipeau, agente especial, um herói nacional da polícia, em todos os EUA. Mensalmente Galipeau vai à TV dar entrevistas para gente famosa. É amigo da apresentadora Ophra Winfrey e teve seu perfil mostrado em cadeia nacional no programa *60 minutes*.

Galipeau é catastrófico, mas quer lutar para evitar o que ele chama de "a nova hecatombe social". Traz nas mãos um mapa

das principais gangues dos EUA e vai explicando o que viu em trinta anos de trabalho investigativo nas ruas da Califórnia: "Os refugiados e imigrantes ilegais chegam aqui sem ninguém. As máfias são suas famílias, dão-lhes dinheiro, carinho, proteção, amor. Os jovens cooptados por essas máfias vêem em seus líderes seus salvadores. Fazem tudo por eles, inclusive matar. As gangues e máfias dão serviço aos famintos, dão-lhes amigos e tomam o lugar dos serviços sociais que o Estado deveria oferecer, mas não pode bancar monetariamente. Essa é a pior coisa desses anos. As máfias preenchem o lugar que tradicionalmente era dos pais, irmãos e familiares. Essa é a maior praga nos EUA e que se alastra em todo o mundo". Há trinta anos ele se infiltra entre máfias e gangues para acompanhar a recuperação de condenados que gozaram da liberdade condicional. Esse senhor de 40 anos, careca, dois metros de altura, musculoso e com o corpo acarpetado de tatuagens, é taxativo: "Para se acabar com as máfias há que se ter um esforço igual ao do Programa Espacial Americano. O inimigo está agora entre nós. As gangues que fazem os serviços de rua para as máfias mundiais são a praga do fim do século. Matam para disputar esquinas, matam por nada. Tudo para controlar as drogas. E os chefões não aparecem nunca. Mas os membros se sentem protegidos pela estrutura. Há nos EUA 150 gangues ligadas às máfias italiana, chinesa, nigeriana, russa, mexicana e mesmo do Camboja. A novidade é que agora esses grupos estão se unindo contra o governo, estão se respeitando".

Finalmente vamos para Washington D.C., no prédio da Drugs Enforcement Administration, onde nos recebe o agente especial Kevin Cronin, analista do Departamento de Inteligência da DEA. Ele nos relata que: "Colocar pessoas de outra nacionalidade para fazer o tráfico é uma nova mania das máfias, porque isso sobretudo descaracteriza a origem do produto. Os nigerianos têm usado paquistaneses, até mesmo meninas sul-africanas e australianas, para mandar heroína e cocaína para a Europa e para os EUA. As 'mulas' fazem aquilo como um bom emprego, com garantias".

II

As mães de todas as máfias

Com uma população de 57 milhões de pessoas, um PIB de 1,5 bilhão de dólares e uma renda per capita de US$ 18 mil, a Itália, berço das maiores máfias do mundo, agora se defronta com a internacionalização das atividades de suas organizações criminosas — um fenômeno que, tão explorado por Hollywood nos cenários de Chicago e Nova York, agora muda de palco. As máfias italianas buscam nos anos 90 outras frentes de investimento, jamais imaginadas pelos ficcionistas, tamanha a diversidade e ousadia: estão no Brasil, no Japão, na Rússia, na Colômbia, na Tchetchênia e até na China, oferecendo esquemas de lavagem de dinheiro em troca de cocaína, heroína e armas. A máfia italiana vem crescendo seguindo métodos de empreendimento das grandes corporações multinacionais, e é a base logística de todo o capital amealhado pelas dez maiores máfias do Planeta.

Com base em investigações feitas junto à Squadra Mobile, em Nápoles, que é especializada em combater as máfias, levantamos as fichas dessas organizações no sistema de inteligência da polícia italiana. Daí partimos para os arquivos das Nações Unidas, em Nova York, e para os dossiês do Ministério da Justiça e da Polícia Federal, no Brasil. Partindo disto, precisamos delimitar suas bases locais, para depois mostrar como seus tentáculos foram geopoliticamente crescendo. As máfias tradicionais são a a Cosa Nostra Siciliana, Camorra, a 'Ndranghetta e a Sacra Corona Unita. Têm mantido contatos entre si, incorporando novas metodologias de ação e organização. Por ano, lucram entre dezessete e 35 bilhões de dólares, quase um quarto da dívida externa brasileira.

COSA NOSTRA

A Cosa Nostra Siciliana cresceu na ilha italiana com o apoio logístico de boa parte de uma população de 5,1 milhões de pessoas, com bases fincadas em 390 municípios sicilianos. Com uma estrutura hierárquica piramidal, a Cosa Nostra notabilizou-se pela ação direta, cometendo os mais ousados homicídios da história do submundo: assumiu a morte do magistrado Giovanni Falcone, que dilacerava as máfias com seus inquéritos; explodiu o magistrado Paolo Borsellino, na companhia de cinco policiais que o escoltavam; assassinou a mais alta autoridade antimáfia do país, o general Carlo Alberto Dalla Chiesa. Tem cerca de 5 mil afiliados, numa estrutura que nomeia um representante a cada mil habitantes, chamado de "o homem honrado".

Para juntar-se ao mais sofisticado enclave criminoso da Itália, e o mais tradicional do mundo, o candidato deve demonstrar certas habilidades e características — a principal, um certo "quantum", uma capacidade de obedecer às ordens dos *capos* como se elas fossem autênticas "missões de vida". Após um pacto de sangue, o neófito passa por um ritual de iniciação pelo qual, caso aceito, torna-se um *picciotto* (homem honrado) — nome dado ao primeiro grau na hierarquia da organização.

Após obter sucesso e ganhar a confiança de outros "honrados", o acólito segue um autêntico plano de carreira, como numa empresa, e o novo passo é tornar-se um *capodecina*, o chefe de um grupo de dez membros. Na seqüência, poderá ser catapultado ao cargo de *capomandamento*, o subchefe de um vilarejo ou município. As outras promoções são aos cargos de representante regional ou provincial e, mais à frente, membro ou conselheiro do comando-geral. Os chefões das famílias, instância máxima da hierarquia, jamais podem agir sem o parecer dos conselheiros. A não-observância desse ritual representa quebra do pacto de sangue e, portanto, traição à "missão". A pena é a morte e até o assassinato dos herdeiros.

Essa estrutura foi obtida pela Justiça italiana em depoimentos do *pentiti*, os mafiosos penitentes que se converteram em informantes do Estado italiano e testemunhas judiciais. Dizem os penitentes que essa estrutura vigorou até os anos 70, quando subiram na organização dois novos líderes, chamados de "Corleonesi": Luciano Liggio e Salvatore Toto Riina, este último preso em 1994. Para angariar mais influência, ignoraram a hierarquia tradicional e direcionaram os negócios ao exterior, sem o beneplácito do sempre rígido e detalhista parecer estratégico dos conselheiros das *famiglias*.

Baseada em Corleone, nas cercanias de Palermo, a dupla começou a estabelecer no início dos anos 70 uma linha demarcando os limites de suas famílias. Declararam-se independentes, eliminaram as famílias rivais e introduziram uma nova hierarquia. Os Corleonesi impuseram a presença de um homem de sua confiança em cada decisão dos conselhos das outras famílias. Os penitentes sustentam que a medida fundou a "ditadura da Sicília". As outras famílias declararam o final dos tempos dourados, *la cosa bella che era* a união do grupo. Os descontentes começaram a entabular negócios um pouco mais ao norte da Itália. Aproximaram-se da 'Ndranghetta e da Camorra. Da Cosa Nostra, a 'Ndranghetta foi herdando o pendor para matar os inimigos em ataques dignos de uma operação bélica. A Camorra vem tentando ainda montar bases na Calábria, para que seus membros não sejam acusados dos ataques da 'Ndranghetta. Enquanto isso, segundo a Interpol, a Cosa Nostra se esmera no *offshore* e estaria exportando famílias para a Alemanha, França,

Espanha, Bélgica e Grã-Bretanha, impondo um recesso à clássica imigração para Nova York.

A mais nova modalidade de expansão, sem precedentes e considerada a mais atuante, é o envio de famílias para a Rússia e de representantes para a América Latina, sobretudo Brasil, Colômbia e Venezuela. O mais novo clã da lavagem de dinheiro, a família Cuntrera-Caruana, de Siculiana (Sicília), dispõe de milhões de dólares aplicados em Aruba, no Caribe, sobretudo em prestação de serviços e empreendimentos turísticos. Diz a Interpol que a base serve de posto de lavagem de dinheiro dos cartéis colombianos, em troca de fornecimento de cocaína. Ainda segundo a Interpol, a base em Aruba lavaria dinheiro para as máfias chinesas, as Tríades, em troca de plantas de papoula, ópio e heroína. As mudas de papoula têm sido levadas para a região amazônica da Colômbia, que já é o segundo país do mundo em tráfico de heroína para os Estados Unidos e a Europa.

CAMORRA

Enquanto se notabilizava pela eliminação de autoridades como forma de se manter, a Cosa Nostra Siciliana avançou, não premeditadamente, numa estratégia de alargamento territorial que culminou com a aproximação da Camorra, em Nápoles, e o decorrente crescimento da família camorrista.

A ação direta dos sicilianos, a partir do final dos anos 80, provocou efeitos geopolíticos criminais que, gerados no extremo sul, na ilha da Sicília, iam escalando a costa italiana e encontraram em Nápoles o receptáculo e ampliador dessas práticas — só que sob outros códigos de comportamento. Atuando numa região habitada por 5,7 milhões de pessoas, com representações criminosas em quase todos os 549 municípios da região de Campânia, a Camorra aproveitou os ataques dos sicilianos para montar uma estrutura volátil, quase inexistente, que se recompunha de acordo com as necessidades do momento.

Foi pulverizando seus comandos, adotou a prática do silêncio, não cometeu assassinatos de autoridades em larga escala e tornou-se o último conglomerado criminoso italiano a adotar a estratégia de alianças com as demais organizações. Sem os ataques terroristas, tentou retirar-se de cena para não despertar a atenção das au-

toridades. Tem 6,7 mil afiliados, um representante para cada grupo de 855 pessoas da Campânia. Enquanto suas bases napolitanas se compraziam em aprofundar os crimes em terrenos delimitados, alguns de seus chefes passaram a alargar as fronteiras de investimentos para outros países, sobretudo o Brasil.

A estratégia da Camorra, horizontal, sem hierarquias, levou o grupo a uma existência sem grandes turbulências, voltada à conquista do "cidadão-comum" como virtual novo parceiro nos negócios. Sua geopolítica e estrutura de poder visava à agregação do pagador de impostos em seus negócios — não a eliminação das autoridades via terrorismo. A Camorra, nessa prática quase populista de angariar simpatias, só teve duas hierarquias que a comandaram, nos últimos 25 anos. A primeira nasce na metade dos anos 70. Raffaele Cutolo formou a dissidência Nova Camorra Organizada, que dominou os negócios até o final dos anos 70. A família Bardellino-Nuvoletta-Alfieri chega a dominar os negócios, com o auxílio sub-reptício dos chefões da Cosa Nostra Siciliana. O grupo fica dividido. Mas, em 1992, Carmine Alfieri costura a aliança das famílias. Diz que a Camorra está unificada, sob a designação genérica de Nuova Famiglia Campana. O projeto fracassa politicamente e hoje a Camorra vive sob as asas da Cosa Nostra Siciliana.

Em Nápoles foram detectados, em 1994, 69 clãs da Camorra, 25 deles na região metropolitana da cidade, 12 famílias instaladas em Salerno, 17 em Caserta, 4 em Benevento e 11 na província de Avellino. Não fazem pactos de sangue, não adotam rituais de iniciação. O *status* dos membros é gerado pelo tempo que suas famílias vivem no local; é um poder baseado no respeito à suposta "sapiência" da tradição. Jamais invadem um território e o conquistam pelo terror, como a Cosa Nostra. Ao contrário dela, os camorristas avançam geopoliticamente através de injeções de capital em economias periféricas ainda embrionárias, sem manufaturas, pré-capitalistas e sem a presença de livre concorrência. Aproximam-se sempre, e primeiro, das classes depauperadas, prometendo-lhes benesses que o Estado não forneceu. Depois, mostra a tradição, os camorristas tentam conquistar os políticos locais. Diz-se na Itália que depois das ajudas que propiciou à recuperação da região de Nápoles, abatida por um terremoto em 1980, a Camorra ampliou seu séquito de colaboradores e simpatizantes e fez novas alianças com políticos de toda a Itália.

Tommaso Buschetta, preso no Brasil em 1985, foi a primeira conexão entre a família Bardellino e a Cosa Nostra. Os Bardellino haviam-se juntado aos Nuvoletta no final dos anos 70. Os dois tentavam ajudar a Cosa Nostra a se opor a Raffaele Cutolo — que em 1975 surgiu com a Nova Camorra Organizada, quebrando os laços tradicionais da Camorra. A disputa de territórios entre Nuvoletta (que apoiava o clã Corleonesi, da Cosa Nostra) e Bardellino (que apoiava a dissidência à máfia siciliana, montada por Buschetta) acabou produzindo uma guerra maior. Nessa época o futuro "penitente" Buschetta se opunha aos Corleonesi, liderados por Luciano Liggio e Salvatore Totto Riina.

Os depoimentos de Buschetta à Justiça italiana pegaram no primeiro golpe a Camorra. Hoje reina no grupo uma disputa jamais vista na tradição camorrista: pequenas gangues lutam por espaços disputados com a Cosa Nostra. Ultimamente, para se fortalecer, tem feito elos com a 'Ndranghetta e com a Sagrada Coroa Unida, na região da Puglia. A Camorra mantém, segundo a Interpol, uma das melhores estruturas de tráfico internacional de drogas, com corredores de importação de cocaína abertos com a Venezuela, Costa Rica e os cartéis colombianos. Acordos internacionais teriam sido estabelecidos em 1994 com traficantes baseados em Portugal e sudoeste da França. Também foram detectados camorristas, no mesmo ano, na Holanda, Grã-Bretanha e Alemanha. As principais atividades do grupo são, nessa ordem: tráfico de drogas, estelionato, contrabando de cigarros, loteria ilegal e turfe. Também têm se especializado em fraudar contratos comerciais e de trabalho. Em 1994, diz a polícia internacional, a Camorra passou a investir em atividades de lazer e no setor turístico.

'NDRANGHETTA

Nascida na Calábria, atuando num universo de 2,1 milhões de habitantes e em 409 municípios, a 'Ndranghetta ampliou nos anos 80 suas bases para as regiões central e norte italianas, fechando contratos geopolíticos com a Cosa Nostra Siciliana — de quem herdou a estrutura de obediência hierárquica rígida, só com o diferencial de distribuir o poder horizontalmente, constituindo "comissões" divididas em regionais e provinciais. Também sob influência de seus inspiradores na Cosa Nostra, responsabilizou-

se pela morte de um político e de um alto funcionário das ferrovias italianas, que lhes obstava o crescimento territorial.

Com base na região da Calábria, a organização tem 144 clãs, que englobam 5,6 mil membros. Dispõe de um controle territorial quase perfeito, pois sua presença na Calábria é de um filiado a cada grupo de 383 pessoas.

Não obedece aos esquemas da Cosa Nostra Siciliana. A estrutura de poder é horizontal, liderada por famílias que não dispõem de subchefes, como as comissões provinciais ou regionais, presentes nas demais organizações criminosas italianas. Uma lei criada em 1991 passou a permitir a autuação e demissão de autoridades municipais supostamente ligadas às máfias. Um grupo de 37 conselheiros e 13 administradores municipais foram investigados na Calábria por favorecerem a 'Ndranghetta.

Entre as cidades onde se estabeleceu esse conluio está Lamezia Terme, a quarta maior cidade da região da Calábria, com uma população de 70 mil pessoas. A agremiação está se infiltrando em cidades maiores, nos últimos dois anos. E está abandonando sua estrutura quase medieval e essencialmente paternalista. Os 'Ndranghetta atacam cidades distantes, sem infra-estrutura e com escasso auxílio de serviços públicos do Estado. Os clãs são baseados na estrutura familiar paternalista. Trata-se de uma agremiação criminosa muito leal ao sistema segundo o qual o núcleo familiar é o único que merece atenção, sacrifícios e lealdade. Seus laços são quase que sanguíneos. Assim a organização surge como a que menos forneceu penitentes arrependidos para a Justiça italiana. O *omertà*, código de silêncio entre os mafiosos, tem sua maior presença na organização.

Os últimos relatos da Squadra Mobile (o esquadrão italiano antimáfias) revelam que a 'Ndranghetta tentou estabelecer o sistema de poder vertical, nos últimos dois anos, nomeando comissários nas províncias que domina. Um único turbilhão se instalou entre as famílias, nos anos 70, dissipado com um acordo de paz entre os clãs dominantes, De Stefano e Imerti. O acordo teve a mediação de membros da Cosa Nostra, razão pela qual até hoje as duas máfias mantêm negócios.

Os membros dessa máfia adotam rituais, códigos cifrados e símbolos ocultos. Fazem cultos com códigos secretos, herdados de sociedades esotéricas medievais. Na 'Ndranghetta as mulheres têm

papel social determinante, conduzindo negócios e estratégias de golpes. O grupo vem tentando aumentar sua influência aproximando-se de políticos e financiando-lhes as campanhas. Apesar de feudais, são internacionalistas. Segundo a Interpol, mantêm clãs na Espanha, França, Austrália, Holanda, Alemanha, Canadá, Estados Unidos e América do Sul. O grupo se especializou em extorquir comerciantes varejistas, executivos, profissionais liberais. Em 1991 abandonou uma de suas práticas típicas, o seqüestro mediante resgate. O internacionalismo os leva, a partir do início dos anos 90, ao tráfico internacional de drogas, sobretudo o estabelecimento de rotas de narcotráfico com a Turquia (heroína) e a Colômbia (cocaína). Uma família chamada Grupo Sideno foi a pioneira dos negócios da 'Ndranghetta, saindo da Calábria e mantendo um entreposto mafioso, durante vinte anos, no Canadá.

SAGRADA COROA UNIDA

Uma quarta organização desponta nos anos 90, a Sacra Corona Unita. Fundada no sul da Puglia, conseguiu ser a única agremiação criminosa a transitar com desenvoltura entre os líderes da Cosa Nostra, da Camorra e da 'Ndranghetta. Tem poucos membros, e uma missão fundamental: amalgamar e moldar as relações entre todas as máfias italianas. Atua na Puglia, entre uma população de 4 milhões de pessoas e 257 subdistritos municipais. Violenta e novata na modalidade, começou a se formar em 1980, gerada a partir de dezessete gangues que reuniam mil membros.

A agremiação tem o menor domínio territorial entre as máfias italianas, mas não admite concorrência e reina nas cidades de Lecce, Taranto, Bari e Brindisi. Suas atividades principais são a extorsão e as ameaças com TNT. Entre janeiro de 1992 e junho de 1993, US$ 60 milhões em bens da Sagrada Coroa foram confiscados pelo governo italiano. A massa monetária recolhida da Coroa, no mesmo período, foi de US$ 7,3 milhões. As somas apenas se referem aos capitais e bens confiscados na região da Puglia, berço dessa máfia caçula.

A estrutura é vertical; no topo do poder há uma comissão que aplaca e avalia as rusgas internas, planeja assassinatos e inventa esquemas de corrupção e infiltração de simpatizantes no meio político. Apesar da semelhança com a Cosa Nostra, a Sagrada Coroa

dá aos clãs autonomia em suas ações criminosas. O "chefão" só é consultado quando surgem problemas de segurança interna e indícios de infiltração de agentes da polícia em suas claques.

Fornecer bens de consumo para o mercado negro talvez seja a principal atividade da gangue, voltada sobretudo ao contrabando de cigarros. Diz a Interpol que, nos anos 90, passaram a traficar drogas pela rota dos Balcãs e planejar crimes contra a Comunidade Econômica Européia e contra a Aima, órgão que cuida da flutuação de preços no mercado hortifrutigranjeiro italiano. Também têm se esmerado em lavar dinheiro, fraudar contratos e manipular concorrências públicas.

O grupo foi gerado a partir de fissuras em outras organizações. Em 1979, Raffaele Cutolo, que instalou em Nápoles a Nova Camorra Organizada, foi à Puglia reforçar sua fileiras. E batizou quarenta criminosos locais como homens de sua confiança e admiração. Com o empuxo de Cutolo, os batizados organizaram-se em duas composições, nomeadas Nova Grande Camorra Pugliese e Nova Grande Camorra da Puglia.

Os novos chefões autodenominavam-se *santisti*. A primeira etapa da carreira aqui era ser um soldado, ou o que chamavam de *picciotti*. Os já filiados à Camorra ganhavam os cargos de subchefões. Com o passar dos anos a Sagrada Coroa Unida se mostrou a mais hábil organização mafiosa italiana em infiltrar seus quadros em instituições do governo e manipular organizações públicas. Duas câmaras municipais foram dissolvidas, nas cidades de Surbo e Gallipoli, na província de Lecce, sob acusação de estarem nas mãos da Coroa Unida.

COSA NOSTRA AMERICANA

Diz o FBI, a polícia federal dos Estados Unidos, que a Cosa Nostra Americana, conhecida no país como LCN (La Cosa Nostra) é formada por 25 famílias distribuídas por todos os Estados Unidos, com três mil homens "trabalhando". Estima-se que o grupo movimente por ano cerca de US$ 90 bilhões, uma soma trezentos por cento superior à movimentação feita quando a Cosa Nostra dos Estados Unidos ainda não tinha ligações com os narcotraficantes internacionais.

Nos Estados Unidos a organização é bem hierarquizada. A

estrutura de poder é vertical, mas caminhando num desenho chamado de "piramidal". Na base estão os soldados, ou *bottom men* (homens do fundo), e no vértice se encontra o *capo*.

O maior *status* é o das famílias baseadas em Nova York, mas há desmembramentos dessa elite na Flórida, em Las Vegas, Atlantic City, Chicago e New England. Negociam bastante com a máfia siciliana, com quem os *capos* dos Estados Unidos têm relações de parentesco abrangentes. A LCN mantém uma Comissão que centraliza os trabalhos, composta por todos os *capos*.

Depois que ultrapassa suas atribuições de *bottom man*, o afiliado é promovido ao cargo de "homem honrado" e passa a ter sob seu comando um séquito de trinta associados. Um associado luta pela sua "contratação", como *fac totum*, até que seja admitido num ritual de iniciação, na presença de sua futura *famiglia*. O *capo* de cada família costuma manter um séquito de especialistas em sua companhia: em transferência internacional de fundos, no mercado de ações, advogados criminalistas e tributários, contadores e técnicos em telecomunicações e informática. Trata-se de uma das mais tradicionais práticas da máfia. Foi idealizada em 1931 por Salvatore Lucania, o "Lucky Luciano", que chegou a comandar 25 famílias. Notabilizou-se por ter fornecido às Forças Armadas dos Estados Unidos apoio e informações de seus comandados sobre a movimentação das tropas alemãs na Itália. Ultimamente, a Cosa Nostra dos Estados Unidos tem mantido comissões especiais para negociar com membros de outras máfias, em todo o mundo.

Moram em Nova York cinco famílias, bem no centro da cidade: Bonanno, Colombo, Gambino, Genevese e Lucchese. A partir dos anos 90, segundo o FBI, começaram a recrutar soldados diretamente da Sicília, também chamados nos Estados Unidos de "picciotti". Até 1994 , um grupo de trezentos desses soldados foram presos, o que originou a importação das novas fileiras sicilianas. Dos *capos*, que eram 25 em Nova York, vinte estão atrás das grades, entre eles: Vittorio Amuso, chefão da família Lucchese; Carmine Persico e Victor Orena, do clã dos Colombo; John Gotti, o chefe da família Gambino, e seus *subcapos* James Failla e Joseph Corrao.

A LCN obtém seus lucros nos Estados Unidos explorando principalmente prostituição, jogo e tráfico de drogas. Também ganha comissões de outras máfias, que, pagando esse imposto,

são autorizadas a operar no território sob seu domínio. Mantendo um poder de influência sobre os sindicatos de trabalhadores, mantém um sistema de pressão política sobre a economia.

É o principal elo das máfias ocidentais com as orientais. A partir de 1990 começou a estabelecer canais com a máfia russa.

NÚMEROS

Segundo o Ministério da Justiça italiano, vinte mil pessoas integram os quadros dessas máfias, inseridas em grupamentos sociais com nomes distintos em cada organização, e distribuídas da seguinte forma: 180 famílias e 5 mil afiliados à Cosa Nostra Siciliana, 100 "clãs" e 7 mil membros compondo a Camorra, 150 "associações" e 5 mil filiados à 'Ndranghetta, e mil membros distribuídos em 50 "sociedades" da Sagrada Coroa Unida. Os números divulgados pelo Ministério do Interior da Itália, destacados do último censo sobre o crime, de 1993, revelam que nesse ano 2 244 912 crimes foram cometidos por essas agremiações, uma queda de 5,88% em relação a 1992.

O governo italiano discriminou as principais atividades como venda de drogas, extorsão, receptação de mercadoria roubada, tráfico de armas, contrabando de cigarros, roubos a bancos, roubos de carros e, ultimamente, seqüestros para a obtenção de resgate, sobretudo cometidos pela 'Ndranghetta. O capital amealhado é investido em negócios de prestação de serviços, imóveis e corretagem, *joint ventures* com pequenas multinacionais, turismo, lazer e produção de tabaco.

Resultado: em 1990 esses negócios geraram um lucro de 17 bilhões de dólares para as máfias italianas, com um crescimento estimado entre 10% e 20% ao ano. Nos últimos dois anos os chefões não oficiais, os testas-de-ferro, tiveram milhões de dólares confiscados pela Justiça italiana:

REGIÃO	*CONFISCADO (US$ milhões)*
Campânia	9,03
Calábria	9,7
Puglia	5,9
Sicília	19,9

O confisco de bens e capital dos chefões oficiais foi o seguinte:

REGIÃO	*CONFISCADO (US$ milhões)*
Campânia	21,3
Calábria	9,7
Puglia	7,1
Sicília	23,3

O governo italiano tem feito nos últimos cinco anos pesquisas geográficas para estabelecer o crescimento das estruturas horizontais de poder dessas máfias, que conquistam cidades corrompendo as autoridades e fincando novas bases de atuação. Entre fevereiro de 1991 e abril de 1994, o Ministério do Interior detectou 78 administrações municipais como recém-incorporadas ao território dominado pelos mafiosos.

A adesão às máfias vêm aumentando entre 10% e 20% ao ano. O último levantamento mostra o seguinte: 101 171 foram presos em 1992, contra 112 400 em 1993.

O número de suspeitos de novos crimes também aumenta: 609 496 acusados em 1993, um acréscimo de 8,7% em relação a 1992.

Os maiores chefões estão nas prisões italianas, denunciados por depoimento de Tommaso Buschetta, preso no Brasil em 1985. Salvatore Riina, de 64 anos, foi preso em 1994 junto de outros *capos*: Benedetto Santapaola, de 55 anos, e Giuseppe Pulvirenti, de 63. Os três planejaram a morte do general italiano Carlo Alberto Dalla Chiesa e sua mulher. Mas foi Santapaola quem cometeu o crime pessoalmente, como "solução final" para as perseguições da Operação Antimáfia, comandada pelo general assassinado. O patriarca da Nova Camorra Organizada, Raffaele Cutolo, de 53 anos, cumpre pena com Carmine Pimpernel, de 50 anos, conhecido como o "número um" da organização. Sua filha, Rosetta, de 28 anos, também na cadeia, era a estrategista de todos os crimes e assassinatos.

Com tantos líderes na cadeia, a Camorra funda uma subsidiária batizada de Nuova Famiglia, ou Nova Família, cuja missão era ampliar os negócios para a América Latina, Eurásia pós-soviética e Oriente. Umberto Ammaturo, de 52 anos, foi preso no Peru, quando tentava estabelecer ligações com cultivadores

de folha de coca. Essas prisões empurraram as atividades para fora da Itália, e aí começam a surgir os elos com outras máfias mundiais. Os mais procurados são herdeiros dos aprisionados, que agora tentam estabelecer bases de lavagem de dinheiro no exterior. São eles: Bernardo Provenzano, 62 anos, chamado Pino u Viddanu, substituto de Raffaele Cutolo; também da Cosa Nostra, Pietro Aglieri, 35, o Signurinu, que planejou a morte de Giovani Falcone e matou pessoalmente o mais poderoso democrata cristão da Sicília, Salvo Lima; o cunhado de Cutolo, Leoluca Bagarella, de 52 anos, que carregou a bomba que matou Falcone; Giovani Brusca, de 37, que detonou os explosivos no carro de Falcone; e Antonio Salvatore Minore, 56, que matou o juiz Ciaccio Montalto.

Em liberdade até 1994, planejam a diversificação *offshore*, inicialmente com os cartéis colombianos. Colaborando com o esquema de lavagem, surgem os outros chefões em liberdade até 1994: Mario Fabbrocino, de 51 anos, que atua nas cercanias do Monte Vesúvio; Pasquale Scotti, 36, procurado no nordeste do Brasil — para onde teria fugido com a determinação de comprar terrenos no litoral, como ferramenta de lavagem de narcodólares. Da 'Ndranghetta, o número um em liberdade é Giuseppe Ierino.

MÁFIA RUSSA

Com o final do Estado Soviético e o surgimento de formas pré-capitalistas na oferta de bens de consumo e produção, uma economia paralela apareceu como ponto de sustentação para "atravessadores" de mercadorias. Surgiu um pólo, na Rússia, muito semelhante ao adotado pela 'Ndranghetta italiana: conquista de confiança da população, por meio da instalação de um sistema comercial, de serviços e mesmo lazer que — se na região da Calábria da 'Ndranghetta demorava a chegar — na Moscou dos anos 90 eclodia como um mundo de consumo com novidades que, cinco anos antes, só existiam no sonho do então cidadão soviético.

Aproveitando-se de uma caótica e lenta transição para a economia de mercado, gangues começaram a se organizar em busca do dinheiro fácil e logo abandonaram o papel de "atravessadores" de mercadorias. Em 1993, o governo russo estimou em 4 352 o

número de grupos criminosos organizados. A última cifra, divulgada em 1994, mostrava que esta havia subido para 5,7 mil agremiações criminosas. Elas são compostas por duzentas gangues, consideradas "sofisticadas" nas análises feitas pelo governo russo, e têm conexões com grupos criminosos estabelecidos em 29 países. Essa complexa rede internacional envolve, direta ou indiretamente, um exército de três milhões de criminosos.

As táticas criminosas incluem, é óbvio, o controle do sistema bancário, embrionário e instável diante de uma economia de mercado recém-adotada. Os números da ONU, do FBI, da DEA e do Ministério do Interior russo revelam que:

- 40% dos negócios privados russos estão sob influência da máfia (a cifra chega a 80%, caso se considere o número de empresas obrigadas a pagar "taxas" extorquidas por grupos mafiosos a título de "proteção");
- 60% das antigas empresas estatais que foram privatizadas no início dos anos 90 estão sob controle total ou parcial das máfias;
- 50% dos bancos moscovitas são ligados às máfias russas (essa cifra atinge 70% quando se considera o sistema bancário russo em seu conjunto);
- 70% das lojas, dos hotéis e dos serviços (principalmente a indústria ligada ao turismo) pertencem à máfia;
- 15% dos lucros é a taxa extorquida dos comerciantes locais e de investidores estrangeiros que queiram, por exemplo, abrir escritório de representação em Moscou;
- três mil oficiais russos foram interrogados em 1993, acusados de terem ligações com o crime organizado;
- 46 generais foram à Corte Marcial em 1993, sob a acusação de prática de corrupção relacionada com a máfia.

Com essas atividades, começou a se modificar a estrutura das antigas e tradicionais gangues criminosas da Rússia. Explodiram nos anos 90 grupos comandados na antiga União Soviética por líderes populares conhecidos como *vory v zakonye* (ladrões oficiais), que comandavam negócios monopolizando o comércio em limites geográficos "conquistados" e estabelecidos. E as máfias traçaram seus limites territoriais e delimitaram suas atividades. A

dolgoprudnaya controla a venda de proteção; os membros da *lyubertsy* exploram a prostituição; os homens da *solnstevo* cuidam das máquinas de apostas; voltada ao mercado internacional e ilegal de couro, surge a *ingushy*, que também contrabandeia peles para a Itália; como máfias "coligadas", aparecem as organizações do Azerbaidjão, comandando as rotas de drogas do Oriente para o Ocidente e vice-versa, e a máfia tchetchena, acusada de manter subrepticiamente em Moscou um exército armado de seiscentos homens, especialistas em homicídios.

As máfias russas mantêm, em geral, a tradicional estrutura piramidal que caracteriza organizações semelhantes em todo o mundo. Na base da pirâmide estão os meliantes de rua, os pistoleiros que controlam o "seu" território sob a liderança de um chefe de grupo. Calcula-se que Moscou seja controlada por vinte grupos, totalizando algo em torno de seis mil homens armados. No nível imediatamente superior da pirâmide estão os grupos de "intermediários" e os de "segurança". Os "intermediários" fazem a ligação entre os "chefões" e a "base". Os de "segurança" são formados por "cidadãos acima de qualquer suspeita" (jornalistas, banqueiros, artistas, atletas, políticos) que fornecem informações, ajuda legal, prestígio social e cobertura política. Finalmente, na cúpula, estão os "chefões". Calcula-se que há setecentos deles presos ou em liberdade. Eles se reúnem periodicamente para resolver disputas, criar estratégias e estabelecer as "regras do jogo".

As drogas começaram a ser produzidas em larga escala em toda a ex-União Soviética, com um capital produtivo injetado pelas máfias russas. No Uzbequistão cresceu em mil por cento, em dois anos, a área destinada às plantações de papoula. Encontraram-se em 1993, mil quilômetros quadrados de terreno nas cercanias da usina atômica de Chernobyl, uma área ainda com resquícios do vazamento atômico. Vladimir Burlaka, chefe da Polícia Antinarcóticos de São Petersburgo, avaliou que a colheita de papoula feita em 1992, em território da ex-União Soviética, valeria no mercado internacional US$ 5 bilhões. Os lucros são reinjetados sobretudo em investimentos na cidade de Moscou e metrópoles russas. O general Mikhail Yegorov, chefe do Departamento Antimáfia do Ministério do Interior, diz que os sindicatos do crime controlam 40 mil novos negócios instalados no país.

As máfias russas têm estabelecido negócios, segundo a ONU,

com a máfia siciliana e com os cartéis colombianos. A Alemanha é apontada pela Interpol como entreposto dos russos mafiosos que vão para a Europa. Nos Estados Unidos, a Interpol tem investigado as colônias russas de Nova York e da Califórnia. Além disso, suas conexões se estendem, com intensidades variáveis, a outros países da Europa, Ásia, América Latina e África.

TRÍADES CHINESAS

Herdeiras de sociedades secretas que existem há trezentos anos, as Tríades surgiram na Manchúria, sob a forma de conglomerados formados para desafiar os poderes da dinastia Ching. Suas bases de operações estão em Hong Kong e lucram, segundo as Nações Unidas, US$ 200 bilhões por ano — a soma bruta da extorsão, prostituição, tráfico de heroína, contrabando, jogatina e operações bancárias.

O nome tem origem no símbolo triangular das três forças vitais do Universo, segundo os chineses: Homem, Terra, Céu ou Paraíso.

Nos anos 90 as Tríades passam a investir seus lucros nas zonas econômicas liberadas pela economia centralizada do Estado chinês. É um retorno ao país depois de duas tentativas frustradas de se estabilizarem em território chinês. Foram banidas do país nos primeiros anos do século 20. Apoiaram Chiang Kaishek e os nacionalistas chineses em 1949. Deixaram a China com a tomada do poder pelos comunistas. A base das Tríades foi para Taiwan e Hong Kong, de onde comandou todo o tráfico de ópio e heroína do Oriente para o Ocidente. Com um batalhão de *experts* em investimentos internacionais, entraram no início dos anos 90 com investimentos *en masse*, nas províncias chinesas de Guandong e Fujian. As autoridades chinesas vaticinam que os lucros das Tríades vão causar uma desestabilização na economia do país. A zona das duas cidades constitui o principal pólo de investimento econômico do leste e sudoeste de toda a Ásia. O dinheiro mafioso no local já está gerando especulações, o que é visto como uma cratera, que cada vez mais vem se ampliando, entre as classes alta e baixa, aumentada pelos itinerantes investimentos das Tríades.

Ainda se mantêm numa estrutura de poder vertical, mas

completamente diferente da verticalidade do poder adotada pela Cosa Nostra, por exemplo. Os que ocupam cargos mais altos não se misturam diretamente com os crimes. Os cargos médios, nessa hierarquia, ocupam-se diretamente com as atividades criminosas e não recebem ordens de ninguém. Aqui surge um intrincado núcleo, encarregado de dar proteção aos envolvidos diretamente com as ações. Os altos cargos só atuam como mediadores de conflitos na organização.

Semelhante ao da Cosa Nostra, o batismo se dá com um pacto de sangue, no qual o postulante fura o dedo e mistura seu sangue com o dos membros mais velhos. E os neófitos têm sido encaminhados às novas bases, sobretudo Londres, na Inglaterra, e Galícia, na Espanha. Os grupamentos das Tríades são *Sun Yee On*, com 60 mil membros baseados em Hong Kong; a *14 K*, também de Hong Kong, com 30 mil, que nessa cidade dividem terrenos com os 28 mil filiados da *Wo Federation*; a *United Bamboo*, em Taiwan, com 5 mil homens, e o *Grande Círculo*, na China, com um exército de cifras desconhecidas.

YAKUZA

A máfia japonesa possui 90 mil membros, distribuídos em 3,4 mil clãs que faturam 1,4 trilhão de ienes por ano. Dispõe de uma suborganização, a *Yamaguchi-Gumi*, com 26 mil filiados em 966 pequenos grupos. Ainda mantém as células da *Smiyoshi-Kai* e a *Inagawa-Kai*, cada qual com 8 mil membros.

Em 1871 o feudalismo foi oficialmente dissipado no Japão. A unificação jogou no desemprego 500 mil samurais, cujas carreiras haviam sido erigidas nos diversos feudos espalhados pelo país. Esses samurais herdaram do feudo o espírito de corpo chamado de *oyabunkobun*, uma bem definida relação feudal que estipulava lealdade e devoção fetichistas para com o chefe do clã.

Os samurais deixaram de ter suas regalias de chefões, e boa parte deles, revoltados com os novos tempos, passaram a compor grupos de criminosos — no princípio preocupados com a população carente. A primeira fonte de lucro encontrada pela embrionária organização foi o controle sobre o jogo de cartas. A palavra *yakuza* significa um péssimo resultado no jogo de cartas, em japonês chamado de "hanufada" ou cartas de flores. O jogo

japonês previa que o pior resultado das cartas era o número vinte. A seqüência 8, 9 e 3, somando vinte, é lida "ya-ku-za".

É também da época feudal a tradição de se cortar a última falange do dedo mínimo dos que falharam ao chefe supremo, não conseguindo cumprir uma ordem. Na época, cortar o dedinho significava perder a segurança. Hoje essa prática é sinônimo de lealdade ao líder. As primeiras tatuagens também eram uma forma de imolação imposta aos que falharam — naquela época os desenhos eram feitos no corpo com agulhas de bambu, num processo extremamente doloroso de pintura que chegava a durar cem horas.

A estrutura de poder da Yakuza ainda é inspirada no sistema patriarcal japonês. Feudais, exigem de cada associado uma quantia mensal para a organização. Como nas máfias italianas, há um ritual de iniciação para o neófito, onde se promete "lealdade eterna" ao grupo. A relação com os chefões segue os códigos de comportamento que um pai exige de um filho.

A *cupola* italiana, mediação exercida pelo *capo* nas desinteligências de gangues, jamais fez parte das práticas da Yakuza. Os desentendimentos são resolvidos com lutas entre as gangues. A punição imposta aos que cometem falhas é a amputação dos dedos.

A organização exerce grande influência entre os políticos japoneses — ligações com a Yakuza derrubaram os primeiros-ministros japoneses Tanaka, Nakasone e Takeshita. Até março de 1992 não constituía crime afiliar-se à organização. Desde então, pertencer a ela passou a ser crime grave.

A máfia japonesa tem ampliado seus negócios para os Estados Unidos, Havaí, Filipinas e Sudoeste asiático. Concentra-se no setor de construção e empreitagem, especulação imobiliária e financeira. Uma fatia de 35% de seus negócios vem do narcotráfico internacional, 17% da jogatina, 12% da extorsão, 7% da prática de usura e acordos em contendas cíveis para evitar as cortes de julgamento.

Segundo documentos divulgados pela ONU, a prática atual da Yakuza de recrutar mão-de-obra escrava em todo o mundo, como as prostitutas que tentam importar do Brasil, tem raízes no século XIX. Com o crescimento industrial do Japão, os núcleos da máfia japonesa começaram a explorar a oferta

de mão-de-obra nos setores de construção de navios, cabotagem e construção civil.

A Yakuza logo se engajou no movimento criado no Japão ultranacionalista para evitar a expansão do comunismo nos sindicatos de trabalhadores. Com o Plano Marshall e a reconstrução do país no Pós-Guerra, capitaneada pelos Estados Unidos, a organização criminosa encontrou esteio ideológico para crescer, aderir à xenofobia anticomunista e assim implantar mais bases. Com o expurgo ocorrido em 1949, durante as perseguições promovidas ao Partido Comunista japonês, tornou-se moda torturar sindicalistas — o que a Yakuza fazia com o tácito consentimento do governo.

A máfia japonesa expandiu fundamentalmente suas bases territoriais a partir da demissão de 20 mil funcionários públicos japoneses, em 1949, acusados de simpatizar com o comunismo. A geopolítica ferrenha dos Estados Unidos para conter a organização dos trabalhadores na Ásia deu empuxo para a Yakuza fundar empresas de contrabando de bens de consumo e produção — que eram, inclusive, oferecidos aos comunistas recém-demitidos.

Na década de 60 a chefia do crime esteve nas mãos do mafioso Yoshio Kodama. Fez acordos para perseguir os comunistas, fazendo-se de informante do serviço secreto japonês, o G-2, e da CIA. Kodama patrocinou a fundação do Partido Liberal japonês, aproximando-o do Partido Democrático. Na década de 60 a Yakuza dispunha de 180 mil membros diretos e atuantes. O poder de Kodama só caiu por terra em 1976, quando se descobriu uma roubalheira firmada entre ele e a empresa norte-americana de aviação Lockheed. Até 1981 Kazuo Taoka era o líder supremo da Yamaguchi-Gumi, a maior facção da Yakuza. Morreu naquele ano de um ataque cardíaco, após um reinado despótico de 35 anos. Mas o principal herdeiro da organização seria encontrado, como veremos, no Brasil.

III

AS MÁFIAS NO PAÍS DO CARNAVAL

Depois da prisão do *capo* Tommaso Buschetta, em São Paulo, o Brasil deixou de freqüentar na imprensa o lugar ocupado pelos países que haviam se convertido em paraísos para o crime organizado ampliar suas bases. A partir de 1985, com o início das confissões de Buschetta à Justiça italiana (que levaram à cadeia mais de 400 mafiosos), o Brasil sai do foco das cartilhas da geopolítica do crime. Mas, lentamente, o movimento expansionista de Cali e Medellín vai reconduzindo o Brasil ao foco das investigações internacionais. A Polícia Federal abria os olhos para listas e listas de procurados na Itália, Ja-

pão, EUA e Nigéria que, segundo a Interpol, estavam se mudando para o Brasil para montar bases de tráfico e lavagem de dinheiro. O movimento veio crescendo: em 1988 a maior apreensão de cocaína feita no país era de 150 quilos, de uma só vez. Em 1995 a maior apreensão pesava 7,5 toneladas.

O Brasil começa a freqüentar oficialmente o clube dos países vitimados por redes reforçadas do crime internacional no dia primeiro de abril de 1993, quando o presidente americano Bill Clinton vai ao Congresso divulgar o Relatório Anual sobre Controle Internacional de Narcóticos. Bill Clinton é sucinto em seu discurso, mas põe à disposição do Congresso um relatório de 450 páginas, elaborado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e distribuído às embaixadas em todo o mundo, na forma de dois disquetes de computador, acompanhados de duas páginas introdutórias onde se lê *Unclassified, imediate release*, ou seja, não era confidencial e deveria ser distribuído o mais amplamente possível.

No documento, o Brasil aparece, pela primeira vez, como o maior canal de distribuição mundial da cocaína produzida pelos cartéis de Cali e Medellín, da Colômbia. Também aparece em segundo lugar na lista dos países possuidores de dinheiro gerado pelo narcotráfico.

Taxativamente, o documento sustenta que a crise política instalada no mandato do ex-presidente Fernando Collor de Mello "tirou do governo brasileiro a disposição de lutar contra o consumo e tráfico de drogas". O Brasil está entre os líderes do narcotráfico, numa lista de 130 países. Todos esses países formaram tratados internacionais de combate ao narcotráfico. Sustenta o Departamento de Estado que no Brasil "a legislação antinarcóticos faliu, enquanto o Congresso dedicava sua energia para investigar e tirar do poder o presidente Collor".

Bill Clinton considerava que o Brasil começava a dar "passos adequados" no combate ao crime organizado internacional, mas não deixava de fazer críticas severas. Segundo o Departamento de Estado americano, a instabilidade causada por lutas pelo poder em cargos executivos, como o Ministério da Justiça, impediu a realização de operações antitráfico nas fronteiras brasileiras. O resultado seria assustador, revelava o documento: o Brasil começava a lavar dinheiro para as máfias italianas e se instalava entre os

quatro maiores entrepostos mundiais do narcotráfico. Estava também entre os seis maiores fornecedores mundiais de éter e acetona para o refino e industrialização da cocaína.

EVASÃO E "LAVAGEM" DE DÓLARES

Canais internacionais de lavagem de dinheiro começavam a ser criados, segundo os Estados Unidos, porque "os brasileiros ricos não confiam na economia do país" e estariam mandando o excedente de suas economias para bancos "nos Estados Unidos, Europa, Paraguai e Uruguai". Também o governo brasileiro não teria "o mínimo controle" sobre o crescimento das plantações de folha de coca em território nacional. E mais: também pela primeira vez o Departamento de Estado colocava o Brasil em primeiro lugar na lista dos países para onde os cartéis colombianos teriam estendido seus investimentos e negócios. Indicam os americanos que o crescimento do narcotráfico no Brasil teria se dado em decorrência da falência econômica.

Nessa época, a Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal de São Paulo passava a admitir que começava a mudar o perfil do narcotraficante preso no Brasil. Na época, os detidos eram comerciantes e prestadores de serviços recém-capitalizados que, depois do Plano Collor, faliram e passaram a alugar suas empresas a traficantes, para usá-las como fachada. A PF chegou a elencar quinze cidades ao norte e ao noroeste de São Paulo invadidas por esse tipo de neotraficantes. Compravam aviões Cesna 410, iam ao Mato Grosso, negociavam a cocaína nas fronteiras, voltavam ao território paulista de avião e depois, em caminhões, vinham distribuindo os carregamentos nas cidades de médio porte, até chegarem a São Paulo, onde, muitas vezes, já dispunham de um narcotraficante pronto para embarcar a cocaína, por avião ou navio, para os Estados Unidos, Caribe, Europa ou África, via península Ibérica.

Os americanos criticavam a atuação do governo brasileiro na comercialização de produtos químicos, sobretudo éter e acetona, empregados no refino da pasta de coca. Diziam que o governo brasileiro havia imposto "algum controle" sobre os produtos químicos nacionais, mas nenhum sobre a química importada. A química destinada ao refino tem sido importada para

consumo doméstico e chega a ser contrabandeada para Colômbia, Peru e Bolívia.

O BRASIL NA NARCOGEOPOLÍTICA

O documento colocava o Brasil num mapa geonarcopolítico perigoso. O país começava a surgir na arena internacional como uma das principais engrenagens do crime organizado, que, segundo o Departamento de Estado, se desenvolvia da seguinte forma, em 1993:

- Os cartéis colombianos produzem entre US$ 100 bilhões e US$ 200 bilhões de cocaína anualmente;
- os Estados Unidos consomem cerca de US$ 20 bilhões dessa produção, e em seu mercado são lavados por ano US$ 140 bilhões do crime organizado;
- o Brasil tem seu território usado para transportar a cocaína que gera esses narcodólares;
- para fazer a cocaína, os cartéis colombianos plantam as folhas de coca no Peru, que em 1993 detinha 61% da produção mundial das folhas;
- para diversificar os negócios, os cartéis têm plantado papoula no Peru e na Colômbia, numa colheita que cresceu 1 000% (mil por cento) em 1993;
- os narcodólares são lavados nas Bahamas, que já possuem 50 mil empresas de *trading* especializadas em ablução monetária;
- o dinheiro lavado vem sendo depositado nas ilhas Caiman, que possuem apenas 26 mil habitantes, pelo censo de 1992, mas concentram mais de US$ 400 bilhões em seus bancos privados;
- o dinheiro que passa pelo Brasil também é lavado no Uruguai, como alternativa às ilhas caribenhas.

A partir desse relatório de 1993, o Brasil desponta no noticiário internacional como a mola-mestra do crime organizado na América Latina. O novo relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos, divulgado em 1994, elencava o Brasil da seguinte forma: "As pressões sobre Bolívia, Colômbia e Peru fizeram os

cartéis da droga procurarem países vizinhos para se instalar: Brasil, Equador e Venezuela". Segundo o relatório, os narcotraficantes estavam procurando "uma atmosfera política que fosse mais condizente com os seus negócios".

O novo documento trazia novidades nada animadoras. Sustentava que 1 123 000 pessoas haviam sido presas em 1993 nos Estados Unidos com drogas. Em decorrência disso, havia dobrado o número de homicídios cometidos entre menores de dezoito anos. As drogas geraram em 1993 quinhentas mil emergências médicas, e um terço de todos os casos de Aids registrados no país. Os mafiosos estavam crescendo a partir de suas bases latino-americanas e movimentaram, neste ano, cinqüenta bilhões de dólares somente em território dos EUA. Quatro entre dez americanos tomavam precauções de segurança devido a ameaças relacionadas com o tráfico, preferindo ficar em casa a sair e estar "à mercê" dos traficantes. O relatório de 1994 trouxe em anexo a Pesquisa Nacional sobre Abuso de Drogas (NHDSA), que tornava públicos números impressionantes, e com um peso geopolítico inacreditável:

- 77 milhões de americanos já haviam usado drogas: 70 milhões maconha, 23 milhões cocaína, 4 milhões *crack*, 18 milhões alucinógenos e 2 milhões heroína;
- 37,2% das crianças com doze anos de idade já haviam provado alguma droga.

HEROÍNA, A NOVA PREOCUPAÇÃO

O número de usuários havia caído, de 22,3 milhões, em 1985, para 11,7 milhões, em 1993. Mas o consumo de heroína não mudava, desde 1988: os viciados *hardcore* continuavam na casa dos 2,7 milhões, 2,1 milhões deles consumidores contumazes de cocaína e 600 mil deles de heroína. No cômputo final, as drogas provenientes da América Latina estariam custando ao bolso do contribuinte americano US$ 67 bilhões por ano, incluindo nisso o custo com médicos, assistência policial e psicológica e o combate internacional.

O principal agente fornecedor, a América Latina, estava enviando ao mundo, por ano, 270 toneladas de cocaína, 243 delas

especificamente para os EUA. A mais nova preocupação do Departamento de Estado dos EUA era o consumo de heroína, que, segundo o relatório anual, "cresceu dramaticamente desde 1988". A produção da droga estava aumentando, e a Ásia ainda encabeçava o *ranking* mundial, com 76% da produção. Mas o novo problema convergia para a América Latina, que aparecia a partir de 1993 como o segundo produtor, com 15% dos lotes enviados para todo o mundo.

Os vôos interceptados da Colômbia para os Estados Unidos, com carregamentos de heroína, revelavam o seguinte aumento: 41 detectados em 1991 contra 232 em 1993. E, a partir de 1994, a Polícia Federal brasileira já começa a trabalhar com a hipótese de que a heroína poderia migrar para território brasileiro. Alberto Corazza, delegado do Departamento Estadual de Narcóticos de São Paulo, faz um vaticínio: "A heroína está entrando lentamente no Brasil e dentro de pouco tempo vai ser o principal terror das ruas de São Paulo, vai provocar mais crimes do que o consumo de *crack* tem provocado". Corazza foi à Grã-Bretanha, em 1992, participar de um Congresso da Scotland Yard. "As informações da Yard eram de que os cartéis colombianos estavam diversificando seus negócios. Havia sido detectada uma reunião entre líderes colombianos e membros da dinastia Cheng, que são os barões da plantação de papoula. Os colombianos receberam mudas de papoula e começaram a plantá-las".

DOCUMENTO RESERVADO

Em março de 1996 o Departamento de Estado dos EUA divulga, em caráter reservado, seu relatório anual sobre narcóticos — um calhamaço de 600 páginas que aponta as principais diretrizes do combate mundial ao crime organizado. O documento começa taxativo: "O Brasil emergiu em 1995 como a mais significativa rota de trânsito para carregamentos aéreos de folhas de coca colhidas no Peru e destinadas para laboratórios na Colômbia. O governo começou a demonstrar estar ciente da vulnerabilidade do Brasil para os traficantes colombianos, que estão usando o país como a maior rota de trânsito, centro potencial de processamento de cocaína e núcleo de lavagem de dinheiro".

O documento revela que os EUA deram ao Brasil, em 1995,

US$ 4 milhões para apoiar as forças brasileiras no combate ao narcotráfico. Mas os EUA são críticos nesse ponto e dizem que, embora isso tenha ocorrido, o governo aparentemente não estabeleceu um mecanismo confiável para canalizar sistematicamente o dinheiro para a polícia. Ao Brasil falta uma estratégia de controle nacional do narcotráfico. O país continua a ser a maior rota de trânsito da cocaína produzida na Colômbia e destinada aos Estados Unidos e Europa.

Em março de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu relatórios da Polícia Federal informando que as polícias norte-americana, espanhola e holandesa haviam detalhado as ações do chamado "Cartel de São Paulo" — composto de 18 chefões que comandam a distribuição de drogas no país e do Brasil para todo o mundo. A Federação Nacional dos Policiais Federais sustenta no dossiê entregue ao Presidente que esses 18 chefões sobrevivem em São Paulo mantendo empresas de fachada. Os dois principais chefões teriam ascendência espanhola e seriam famosos empresários da noite, que circulam com desenvoltura no chamado eixo Rio—São Paulo.

Conversamos com um dos policiais que elaboraram esse documento. "A cocaína sai de São Paulo pelo porto de Santos e vai para toda a Europa. O jogo do bicho está na frente da operação de lavagem desses narcodólares. Os banqueiros do bicho mantinham contato com os narcotraficantes responsáveis pela carga de 7,3 toneladas de cocaína apreendida, em 5 de maio de 1995, no Estado de Tocantins. Sabemos também que a empresa criada por essa quadrilha, a In-Out Exportação, mantinha contato estreito com o comerciante paranaense Nasrat Jamil, um dos responsáveis pelas 7,3 toneladas de cocaína. O ponto de contato entre os empresários da noite e os narcotraficantes funciona nas cercanias da rua do Ouvidor, no Centro de São Paulo. Já o contato com as organizações internacionais é feito pelos traficantes foragidos Antônio Mota da Graça e Sâmia Haddock Lobo."

Até maio de 1996, a Polícia Federal de São Paulo, com a ajuda da DEA, seguia semanalmente esses "empresários" em restaurantes luxuosos dos Jardins, na zona sul da cidade. Até essa época, e também semanalmente, os vôos desses narcotraficantes pela ponte aérea Rio—São Paulo eram seguidos de perto por agentes especiais da PF e por informantes da DEA.

As autoridades internacionais estão convencidas de que os chefões da máfia brasileira moram nos Jardins, em São Paulo, e mantêm apartamentos de luxo na avenida Vieira Souto, na zona sul do Rio — de onde comandam os grandes lotes de tráfico que, quase artesanalmente, são lastreados em pequenas proporções por pequenos traficantes dos morros cariocas. "Os chefões de Cali no Brasil não aparecem nos jornais porque estão trancafiados em suas mansões em São Paulo ou em seus duplex na Vieira Souto", revela o agente especial Francisco Carlos Garisto.

O agente especial Russ Rodgers faz comentários nada animadores quando relaciona casos com base nos quais é traçada a imagem do Brasil no Departamento de Estado norte-americano. "Tenho uma história curiosa para contar. Fui encarregado de encontrar revólveres calibre 38 para municiar a Escola de Polícia que a Força Multinacional está montando no Haiti. Os mais baratos são de uma empresa brasileira, que por lei não poderia vendê-los em território norte-americano, porque são cópias dos nossos Smith Wesson. A própria empresa brasileira não tinha quinhentas unidades deles para nos vender. Sabe onde eu fui encontrar os revólveres em quinhentas unidades, revólveres *made in Brazil*? Em Miami, para pronta entrega. Isso te dá uma dimensão de como o contrabando entra e sai do Brasil e vem para cá. Quinhentas armas proibidas de serem vendidas aqui foram oferecidas a mim, um agente do Departamento de Estado!"

As armas, segundo Russ Rodgers, eram apenas um dos milhares de exemplos que os agentes norte-americanos poderiam citar sobre o descontrole brasileiro. Descontrole que Russ Rodgers exemplificava mostrando os seguintes trechos do relatório de 1996 do Departamento de Estado dos EUA:

"Um capital corrente muito forte e uma economia estável fazem o Brasil cada vez mais atrativo para os negócios dos lavadores de dinheiro. As tentativas do governo de estabelecer um centro de inteligência para apoiar a investigação judicial de crimes financeiros é um primeiro e encorajador passo em direção ao combate à lavagem de dinheiro. Mas a falta de uma lei antilavagem de dinheiro e o contínuo sigilo bancário permanecem um sério obstáculo para a investigação dos crimes financeiros".

O Sistema de Vigilância da Amazônia, o Sivam, um negócio obscuro que gerou uma CPI, já que o Brasil teria que desembolsar US$ 1,4 bilhão para implantá-lo, sem concorrência, é apontado pelo Departamento de Estado dos EUA como a solução mais viável para contornar o problema (lembramos que o Sivam comprado dos EUA geraria em território norte-americano, segundo o presidente Bill Clinton, 20 mil empregos). Diz o documento do Departamento de Estado: "No final de 1995 o governo continuava comprometido a implementar o Sivam, que aumentaria o sistema de monitoramento dos aviões. Mas o projeto ainda pendente depende de aprovação do Senado brasileiro".

O Departamento de Estado aponta, no capítulo entitulado "Corrupção", que o governo brasileiro não "tem condenado a produção e distribuição de drogas, numa questão de política, e tampouco condena a lavagem de narcodólares. Mas a corrupção no Brasil continua um problema a nível estadual e local. O vasto território brasileiro e os sofisticados sistemas de comunicação e transporte encontrados no país continuam a atrair as organizações de narcotráfico internacional, que usam o país como o maior ponto de trânsito".

Passamos para o prédio da Drugs Enforcement Administration, a agência norte-americana do combate internacional ao narcotráfico. Lá a agente Rogene Waite nos proporciona uma brilhante palestra na companhia de três agentes do Departamento de Inteligência da DEA, que nos fornecem documentos sigilosíssimos, datados do primeiro quadrimestre de 1996. O Brasil aparece da seguinte forma: é a principal base da máfia nigeriana, a que mais cresce no mundo e que leva a cocaína dos cartéis colombianos, via Brasil, para o Extremo Oriente — onde é trocada por heroína, e a partir da África do Sul vai para território da ex-URSS para ser comercializada por armamentos e material nuclear. O país é prioridade número um na luta mundial contra a solidificação do Século do Crime.

Francisco Carlos Garisto, agente especial da Polícia Federal que combateu os cartéis colombianos por catorze anos, relata que "oficialmente não se fala nada, mas eu digo que a heroína está para invadir o Brasil e se converter numa praga. Em 1989 eu fiz um relatório à diretoria da Polícia Federal dizendo que o *crack* iria se converter na pior praga do país. Ninguém acreditou, e olha

o que aconteceu... Agora eu digo que a heroína vai ocupar o papel do *crack*". Omar Alemán, agente da Drugs Enforcement Administration, diz o mesmo: "Tudo indica que a heroína vai invadir a América Latina inteira". Mas até outubro de 1995 o Denarc havia atendido apenas quatro dependentes da droga, todos moradores da zona Leste, que haviam comprado porções de heroína na Favela do Boi, em São Miguel Paulista, no extremo leste de São Paulo.

PERU, COLÔMBIA, NARCOCORRUPÇÃO

"O Peru é o atual centro da indústria de cocaína e deve-se intensificar seriamente o combate", dizem os americanos, acrescentando que 60% dos suprimentos de folha de cocaína são produzidos no Peru, país que "apresenta um problema grave de militares envolvidos em corrupção". Da Colômbia, o relatório de 1994 diz que naquele ano sessenta toneladas de cocaína haviam sido confiscadas e 434 laboratórios destruídos.

Apontava-se na Colômbia o "crescimento da narcocorrupção" e o poder de compra da cocaína, "intimidando os fiscais do governo". Da Bolívia foi dito que o governo era "muito lento" em adotar medidas e do México falou-se que era "a fonte número um de química para produção da droga que vai para os Estados Unidos". A principal conclusão para a América do Sul foi que "a abertura das fronteiras para o comércio internacional encorajou os traficantes" a aumentarem suas bases nos países para fazer maior trânsito de drogas.

CONEXÃO BRASIL

O Brasil aparece mais uma vez, em 1995, como um dos preferidos das narcogangues. Em setembro de 1995 a Interpol entregou um relatório ao Ministério da Justiça revelando que o Brasil era o país preferido dos mafiosos italianos foragidos. O endereço fora escolhido devido à proximidade com a Bolívia, Colômbia e Peru, o que facilitaria o tráfico internacional de cocaína — com o Brasil sendo utilizado como base para carregamentos destinados à Ásia, Estados Unidos e Europa. Um grupo de cinqüenta mafiosos estaria morando no Brasil, 25 deles em São Paulo.

Os mafiosos estariam aqui para fazer uma ligação entre os cartéis colombianos e as máfias Cosa Nostra, da Sicília, e Camorra, de Nápoles. Em janeiro de 1995 dois italianos foram localizados em São Paulo, sob acusação de tráfico internacional de cocaína: Gaetano Sant'Angelo e Vicenzo Ferantelli. Rocco Morabitto estaria em São Paulo desde 1991. Sua última aparição pública foi em julho de 1992. A quadrilha tentava exportar via o porto de Fortaleza, no Ceará, seiscentos quilos de cocaína — com documentação de "envio de remessa" expedida por uma *trading* que Morabitto mantinha no bairro de Itaim-Bibi, na zona Oeste de São Paulo.

Morabitto tinha como sócio o traficante jordaniano Walid Issa Khmayis, responsável pela compra da mansão de Morabitto no Morumbi, zona Sul de São Paulo. Walid, preso até 1995 na Casa de Detenção de São Paulo, seria o responsável pelo assentamento de mafiosos italianos no Brasil. Eles comprariam cocaína, remeteriam os carregamentos para os Estados Unidos, Europa e Oriente Médio, a partir do Brasil, e teriam como responsabilidade ampliar os negócios com novas máfias, como a russa e a nigeriana.

O relatório da Interpol revela que Walid era integrante da Juventude Estudantil da Palestina, em Milão. Fugiu para o Brasil com o sobrinho Ayman Rateb. Traficava armas para a Turquia em troca de heroína. Para trabalhar no Brasil, associou-se a Francesco Sculli, sobrinho de Morabitto. Em 10 de setembro de 1995, o jornal *O Estado de S.Paulo* dedicou três páginas ao assunto, revelando que Walid começou a morar na capital de São Paulo, num apartamento da rua Caiowaá, em Perdizes, zona Oeste. Comprou uma madeireira no Butantã, para funcionar como máscara de seus ganhos com o narcotráfico, e montou um escritório na rua 7 de Abril, no centro de São Paulo, usando a fachada de "empresa de comércio com pedras preciosas". Segundo a Polícia Federal, na casa de Walid, no Morumbi, foram encontradas ligações dele com a máfia 'Ndranghetta, da Calábria.

Em Fortaleza, onde pretendia montar uma *holding* mundial de tráfico de heroína e cocaína, Walid associou-se aos italianos Francesco Sculli, Antonio Sanguedolce e aos libaneses Mounir Georges El Kadamani e Ali Ajaj Jaafar. Trouxeram seiscentos quilos de cocaína, de Goiás, mas foram presos quando tentavam embarcar a droga.

A LISTA DA PF

A lista obtida por nós junto à Polícia Federal serve de endosso para as preocupações do Fundo Monetário Internacional e das Nações Unidas. De 1988 a 1995 um grupo de 23 mafiosos de alto coturno foram presos em terras brasileiras. Com as fichas criminais deles, remetidas ao Brasil pela Interpol, pode-se avaliar que tipo de negócio as diversas máfias italianas pretendem estabelecer no Brasil nos próximos anos.

Os principais detidos pela Polícia Federal:

PAOLO ANGELI SORPREENDENTE. Fez uso da mais nova técnica que, segundo a Interpol, tem sido adotada pelos mafiosos radicados no Brasil: casar-se com uma brasileira, ter um filho e assim evitar a extradição. Sorpreendente foi preso em fevereiro de 1993, aos 35 anos de idade, no bairro do Jabaquara, zona Sul de São Paulo, apresentando-se como um finíssimo estilista de roupas de Roma. Na Itália, era condenado a quinze anos de cadeia sob acusação de assassinato, seqüestro e assaltos. Estava em São Paulo para fundar uma *holding* de tráfico de drogas.

ANTONIO SALAMONE. Em abril de 1993, a Polícia Federal prendeu o siciliano Salamone, cuja ficha corrida, na Itália, possuía mais de cinqüenta metros de comprimento. Era acusado de ser o traficante número um da Sicília, onde teria ordenado pessoalmente 119 homicídios. Como era naturalizado brasileiro e, aos 78 anos, considerado "idoso", o Supremo Tribunal Federal brasileiro decidiu que não deveria ser extraditado.

FRANCESCO TOSCANINO. Nasceu em Viena, na Áustria. Foi preso pela primeira vez no Brasil em 1973, com o *capo* Tommaso Buschetta. Sua extradição o levou para os Estados Unidos, onde passou oito anos. Saiu da cadeia e foi reconduzido ao cargo de chefão da Camorra, em Nápoles. Morava numa mansão de seis quartos no Parque Petrópolis, na zona Norte de São Paulo, e mantinha uma chácara em Jundiaí. Em dezembro de 1989, Toscanino foi preso pela PF brasileira, acusado de tráfico internacional de cocaína. Extraditado para a Itália, quebrou o tratado de silêncio e passou a colaborar como informante antimáfia.

UMBERTO AMMATURO. Ammaturo entrou para a Camorra em 1959

e em 1970 tornou-se o novo companheiro de Maresca Assunta, viúva de Pasquale Simonetti, antigo chefe da Camorra, morto numa emboscada. Foi morar no Panamá em 1976, para traficar cocaína. Em 1985 instalou-se no Peru, numa sociedade de mafiosos comandada por Antonio Bardelino. Em agosto de 1990, a Polícia Federal brasileira prendeu-o em Governador Valadares, Minas Gerais, sob a acusação de comandar uma rede de tráfico de cocaína para a Itália. Morava em Juquitiba, São Paulo, num sítio. Subornou dois policiais federais brasileiros e fugiu da superintendência da PF, em Brasília. A Interpol o interceptou no Peru, casado com Johanna Valdez e pai de dois filhos peruanos. A estratégia não evitou sua extradição. Está preso na Itália e é um dos principais informantes da Justiça italiana na Operação Mãos Limpas.

MARCO PUGLIESI. Preso pela PF no Rio em 1993. Era líder da organização Sagrada Coroa Unida. Montou o restaurante I Plagliacci, em Ipanema, no Rio de Janeiro. Comandava seqüestros, jogatina, lavagem de dinheiro e tráfico de cocaína, baseado em Roma.

GAETANO GIUSEPPE SANT'ANGELO. Em 1976, na cidade de Alcamo Trapami, na Sicília, Gaetano matou dois policiais. Seu comparsa, Vicenzo Ferranteli, estava vivendo no Brasil até julho de 1995, segundo a Polícia Federal. Gaetano foi preso em janeiro de 1995, em São Roque, São Paulo, onde mantinha um sítio.

Os mais procurados pela Polícia Federal, até março de 1996:

ANTONIO BARDELINO. Cinqüentão e boa-vida, seria um dos comandantes da máfia siciliana. A ficha fornecida pelo delegado Roberto Precioso Jr. diz que Bardelino mora na Bahia; era sócio do Clube Náutico de Búzios, no Rio de Janeiro; morou na avenida Vieira Souto, em Ipanema, no Rio de Janeiro, e chegou a constituir sociedade no restaurante carioca Bocaccio; associou-se a Umberto Ammaturo para exportar cocaína; era dono de uma casa em Mairiporã, dois apartamentos na alameda Gabriel Monteiro da Silva e um na rua Joaquim Floriano, na capital paulista. Seria hoje um dos principais chefões internacionais do Cartel de Medellín.

GIUSEPPE CUNTRERA. Diz a PF que Cuntrera é o chefão da Cosa Nostra na Venezuela e no Brasil. Trabalharia em sociedade com

seus irmãos Pasquale, Paolo e Gaspare, todos sicilianos da cidade de Agrigento. Seria o dono de empresas radicadas no Brasil, montadas como fachada para traficar cocaína, que oficialmente operariam nos ramos de navegação, exportação de carne, agropecuária, restaurantes e imóveis.

GIUSEPPE CIULA. É casado com a chilena Carmen Espinal Guerrero, presa na Penitenciária Feminina do Carandiru, na zona Norte de São Paulo, por tráfico internacional de cocaína. Ciula estaria morando em São Paulo e é acusado de comandar o tráfico de cocaína colombiana, via Brasil, para toda a Itália. É membro da Cosa Nostra.

BRUNO E RENATO TORSI. Irmãos, pertencem à Camorra. Foram presos em São Paulo, em 1992, mas colocados em liberdade por falta de provas. A PF os acusa de traficarem cocaína com bases estabelecidas no Nordeste e no Mato Grosso.

PASQUALE RAFFAELE GRAZIANI. É o chefão da Nuova Famiglia, a Camorra insurrecta, e segundo a PF mora no Rio de Janeiro. Estaria mantendo no Brasil empresas de pesca e restaurantes como fachada para o tráfico de cocaína e lavagem de dinheiro.

GIUSEPPE CASTORO. Apontado como membro da Cosa Nostra, estaria dividindo seu tempo entre Minas Gerais e Mato Grosso. Seria responsável pelo envio de cocaína colombiana, via Brasil, para a Holanda e Itália, mascarando seus negócios com empresas de gado de corte.

RECORDE HISTÓRICO

A partir de 1995, o Brasil passa a deter um recorde histórico de apreensão de cocaína na América Latina. A apreensão, feita em junho de 1994, lançou os holofotes mundiais sobre as conexões do narcotráfico no Brasil e foi apontada como o primeiro nó desatado na rede que conectaria o país às máfias italianas e cartéis colombianos, numa linha direta. Catorze narcotraficantes foram presos ao tentar enviar 7,5 toneladas de cocaína do Brasil para os Estados Unidos e Europa. Segundo a PF, a operação foi financiada com as reservas do Cartel de Cali. Só para montar a estrutura de despacho da droga havia-se gasto US$ 1 milhão, nas contas feitas pelo delegado Antonio Borges Filho, da Polícia Federal.

A apreensão revelou uma infra-estrutura perfeita de lavagem

de dinheiro. A base de operações era Ciudad del Este, no Paraguai. A PF descobrira que o libanês Nasrat Mohamad Jamil Rassoul mantinha contas correntes vultosas no Manhattan City Bank e no Banco Holandês — prontas para transferências internacionais de fundos para contas no Chase Manhattan Bank. Os narcodólares chegavam à Ciudad del Este, eram retirados e depositados no Banco Bamerindus. Em seguida o dinheiro era pulverizado em várias contas correntes abertas em nome de pessoas que não existiam, os chamados "fantasmas".

Seguindo a rota dos depósitos, localizou-se uma conta do Cartel de Cali aberta somente para comprar toneladas de tabaco, empregado na camuflagem da cocaína confiscada no Brasil. As primeiras pistas surgiram no dia 3 de maio de 1994, quando Jose David Hadad enviou US$ 70 mil em ordens de pagamento, via agência do Bamerindus de Foz do Iguaçu, para sete agências do Banco do Brasil. A desova do dinheiro terminava em contas correntes do Banco do Brasil nas cidades de Catanduva, Chapecó, Concórdia, Campos Novos e Erval do Oeste, no estado de Santa Catarina, e em Erexim e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande.

As contas mantidas em Ciudad del Este alimentaram a compra do Rancho Alvorada, no Estado de Tocantins, onde as 7,5 toneladas de cocaína estavam estocadas. Foram também comprados aviões, barcos e veículos, empalmados por três companhias montadas para mascarar o envio da cocaína para o exterior: Out Comércio de Importação e Exportação Ltda, Starex Importação Ltda. e Comercial Massari de Tabacos Ltda.

A SCUDERIE LE COCQ

Estamos em 20 de maio de 1996 e o delegado Francisco Vicente Badenes Júnior traz em sua valise, decorado, um documento de 67 páginas, por ele assinado. Badenes prepara-se para expor à Comissão de Direitos Humanos, na Câmara Federal, uma constatação bem documentada e bombástica: o perfil da Scuderie Detetive Le Cocq, do Espírito Santo, que surge em 1996 como o mais bem organizado plantel do crime no Brasil.

A Scuderie foi fundada no Rio de Janeiro, em 1964, depois do assassinato do detetive Milton Le Cocq. A partir daí, corpos de "bandidos" sumariamente executados passaram a ser

encontrados no Rio, ao lado de um cartaz com o crânio que simboliza a Scuderie.

As atividades vieram crescendo. Só no Rio de Janeiro a Scuderie tem 3 800 associados. O deputado estadual carioca José Guilherme Godinho Ferreira, o "Sivuca", tornou-se popular no Rio de Janeiro ao adotar o *slogan*: "Bandido bom é bandido morto". O deputado fundou a revista do grupo, batizada "Le Cocq", e revela que a Scuderie cresceu tanto que agora tem "representações" no Japão, França, Itália, Alemanha, Estados Unidos e em quase todos os países da América do Sul. O ex-vice-presidente da Scuderie, Almir Nayat, orgulha-se desse crescimento.

O dossiê do delegado Francisco Badenes diz que, também no Rio, comanda a Scuderie o delegado de Polícia Civil Luiz Mariano. Diz ainda o dossiê que em Minas Gerais o chefe do grupo é o inspetor de polícia José Maria de Paulo, conhecido como "Cachimbinho" e citado no livro *Brasil, tortura nunca mais* como o linha-dura da polícia mineira.

Quando chegamos a Brasília a situação se torna mais grave. Sustenta o delegado Badenes que Ana Elisabeth dos Santos, morta como "queima de arquivos" durante as investigações da Comissão do Orçamento, iniciadas em 1993, foi assassinada pelo detetive particular Lindauro da Silva e pelo ex-delegado Leovegildo Lopes. Até aí, nada de novo. A polêmica surge quando o delegado Badenes prova que os dois são associados da filial da Scuderie Le Cocq do Distrito Federal. Francisco Badenes sugere que até o jornalista brasiliense Mário Eugênio, que denunciava o Esquadrão da Morte, teria sido assassinado por membros da Scuderie do Distrito Federal.

Em seus registros estatutários, que encontramos no Cartório Civil de Vitória, na Praça Costa Pereira, a Scuderie grafou o seguinte, entre as páginas 531 e 541 da ata de registros cartoriais: "Uma instituição benemérita e filantrópica, sem fins lucrativos, com o objetivo de servir à comunidade".

Os objetivos do grupo aparecem como "combater a criminalidade em geral, combater aos tóxicos de forma específica e prestar socorro à sociedade em momentos difíceis".

Badenes depôs aos deputados em companhia do promotor Luís Renato, também do Espírito Santo, que carregava consigo uma fita de vídeo, de duas horas, intitulada "A Medalha",

com cenas das principais *blitz* e investigações contra a Scuderie desde 1991.

A Scuderie Le Cocq dos últimos cinco anos é um grupo de policiais civis e militares, freqüentadores do Clube Náutico Brasil, no Espírito Santo. Começaram a ganhar destaque entre 1991 e 1993, período em que se estima tenham matado mais de dez meninos de rua em Vitória.

As primeiras provas de que se tratava de uma máfia organizada surgiram em 11 de novembro de 1992, quando o menino Jean Alves da Cunha, de treze anos, foi assassinado depois de ter conversado com policias militares. Testemunhas do crime levaram o delegado Francisco Badenes a um grupo de 15 policiais militares (1 tenente, 3 sargentos, 2 cabos e 9 soldados), acusados de ter matado os menores, deixar seus corpos expostos nas ruas e, com isso, fazer pressão para que o governo estadual desse aumento de salário aos membros da corporação — que estavam em greve. As mortes eram atribuídas a "bandidos", que estariam agindo livremente em decorrência da greve na polícia.

A Scuderie Le Cocq teve sua sede no Espírito Santo revistada com mandado judicial. Ali o delegado Francisco Badenes encontrou quase mil fichas dos associados.

Entre eles: um juiz, um promotor, policiais rodoviários federais e estaduais, um delegado federal aposentado, fiscais da Fazenda estadual, um coronel da reserva do Exército, um conselheiro do Tribunal de Contas do Espírito Santo, seis vereadores, um deputado e um ex-deputado, ambos estaduais. Nas fichas ainda havia dados e fotos de noventa policiais militares, entre eles o então comandante geral da PM do Espírito Santo, 33 advogados, duzentos policiais civis e militares, peritos da Polícia Civil, funcionários da Justiça estadual e um banqueiro do jogo do bicho. Ao lado do fichário repousava um crânio humano, em gesso, com duas tíbias a embasá-lo, sustentadas pelas iniciais "EM".

SISTEMA

Talvez a parte mais interessante do dossiê investigado pelos deputados federais, a partir de maio de 1996, seja o capítulo "Do sistema de acobertamento".

A exemplo da Yakuza e das máfias italianas, o delegado

Badenes sustenta ter encontrado na Scuderie um sistema de proteção habilmente montado pelos seus acólitos. Denuncia o delegado Francisco Badenes:

"No Poder Judiciário, há a protelação de depoimentos relevantes quando se trata de pessoas influentes. Há a substituição de juízes na conclusão dos processos. Ausência de julgamento e conseqüente sentença dos casos apurados.

No Ministério Público não são acompanhados os inquéritos. Há a substituição, expediente utilizado para garantir total controle da apreciação dos inquéritos que se deseja acobertar. Mesmo com evidências, a denúncia do promotor não é apresentada.

Na Polícia Civil a perícia é deficiente para garantir as provas materiais. As provas colhidas pelo perito desaparecem ou são manipuladas. Há confissões forjadas para desviar os verdadeiros culpados. Há álibis forjados. Os relatórios não refletem as investigações. Depoimentos importantes são omitidos dos inquéritos. Há a substituição de delegados na condução de inquéritos".

Diz o dossiê que as mortes de José Sasso, João Bigode, Carlos Batista, do ex-policial "Russo" e de "Mestre Caio", ocorridas nos últimos cinco anos no Espírito Santo, foram maquiadas por esses procedimentos.

A Polícia Federal investiga em 1996 suposto tráfico de drogas montado num esquema de "extensão de negócios" da Scuderie. Os nomes aqui citados não constam como suspeitos desse tipo de crime, mas são apuradas novas conexões montadas em 1990.

Naquele ano a Polícia Federal deflagrou a Operação Marselha, que apurava lavagem de dinheiro, tráfico e extorsão. Foram denunciados os delegados Cláudio Guerra, Gílson Lopes, José Geraldo, Júlio César de Oliveira Silva e os agentes Romualdo Faria, Pedro Suzano, Charles Lisboa e Paulo César Gomes.

Em 1994 começaram novas investigações sobre narcotráfico na Scuderie, que levaram à prisão do ex-tenente da PM capixaba, Paulo Jorge dos Santos Ferreira, com porções de cocaína.

O dossiê investigado desde maio de 1996 revela ligações da Scuderie com outras agremiações políticas e de classe, como o Sindicato da Polícia Civil do Espírito Santo (Sindipol), Sindicato dos Transportes Rodoviários, União Democrática Ruralista (UDR), como consta das atas da Scuderie capixaba.

Desde 1995 estão jurados de morte pela Scuderie: Cátia Maria de Souza, Oneide Maria de Souza e Daniel Paiva, testemunhas de homicídios. A testemunha mais importante até o início de 1996 era Gerusa Torres da Silva, ameaçada de morte. Ela depôs em juízo, revelando que seu ex-marido, Carlos Roberto Luzia de Freitas, teria matado catorze pessoas depois que se associou à Scuderie capixaba.

Um exemplo de falsa vítima é didático no entendimento de como funciona o esquema do crime organizado.

É o caso de José Carlos Preciosa, preso em 1995, sob acusação de ter assassinado Odilon dos Santos Ferreira, em Vitória. Preciosa era segurança do Clube Náutico, ponto de encontro dos membros da Scuderie. Tendo tido sua prisão preventiva relaxada, Preciosa foi libertado e assassinado, três dias depois. Antes de morrer, porém, socorrido por policias militares, disse agonizando que fora atacado "a mando do dr. Coimbra, que mandou me matar". Ele falava do vereador José Coimbra, de Vitória. No dia seguinte ao seu atentado, Preciosa iria entregar ao delegado que o prendera um dossiê sobre as atividades da Scuderie. O puxador de samba Vanderley da Silva Ferreira, o "Thor", apresentou-se ao juiz da Terceira Vara Criminal, confessando o assassinato de Preciosa. Eximiu o vereador do crime, dizendo que matara "por vingança".

O depoimento da mãe de Thor à Justiça mudou a história. Segundo Antônia Ferreira, Thor "estava assumindo a culpa do crime porque Coimbra, presidente do Clube Náutico, prometera-lhe um bom emprego na Prefeitura de Vitória; mas o que ele acabou ganhando foi uma grande cadeia". A proposta fora feita a Thor, disse a mãe, três dias depois da morte de Preciosa, no Clube Álvares Cabral, na presença do irmão de José Coimbra, o deputado Lelo Coimbra. Revelou dona Antônia que a arma do crime lhe fora entregue após a conversa, ao que se seguiram instruções de como confessar o crime. A mãe sustenta dispor de uma fita gravada por Thor durante a conversa sobre como assumir o crime. Ela acredita que tal gravação seja sua única garantia de vida.

Como o Cartel de Cali, a Scuderie é denunciada por manter um serviço de assistência social para conquistar a simpatia da população carente. A revista oficial da agremiação, chamada *O Centurião*, divulga o seguinte: a Scuderie é vítima de uma "campanha caluniosa", mas seu intuito é fazer "doações para a

comunidade e a população carente", pois a entidade é voltada "para a fraternidade".

O advogado João Benedito de Azevedo Marques, relator de um documento da Comissão dos Direitos da Pessoa Humana, do Ministério da Justiça, sustentou no dossiê que a Scuderie opera em conjunto com a polícia: "Como se fossem uma verdadeira quadrilha de bandidos, travestidos de policiais, matam, extorquem, roubam e seqüestram impunemente".

Um dossiê elaborado pelo Departamento de Polícia Federal define a Scuderie como "uma arapuca conduzida por espertalhões para arrecadar dinheiro de terceiros". Ainda de acordo com o dossiê, "a associação é, no Espírito Santo, o maior grupo de criminosos organizados de que se tem notícia no Brasil, para roubar, traficar, matar e espalhar o terror".

O deputado Aloísio Krohling, presidente da Comissão de Cidadania de Direitos Humanos do Espírito Santo, denuncia a Scuderie: "Não se trata, pois, de um clube de justiceiros, mas de uma organização política urdindo um plano para apossar-se do aparelho de Estado".

O Procurador Regional da República, dr. Onofre de Faria Martins, baseado no Espírito Santo, vai mais além nas suas denúncias: "Há informações de que grandes empresários sonegadores seriam mandantes de crimes de homicídio para a manutenção de seus esquemas de sonegação".

O delegado Francisco Badenes coloca no seu relatório depoimentos de 51 associados da Scuderie capixaba, nos quais eles revelam por que são associados. "Com um adesivo da Scuderie no meu carro muito dificilmente algum guarda rodoviário vai me multar, e nenhum fiscal vai complicar meu serviço", explicou um deles. Outro afirma que, por ser comerciante, a filiação à Scuderie poderia dar-lhe oportunamente "segurança no negócio e segurança pessoal, já que é uma instituição formada por policiais". Outro ainda sustentou que "sem sombra de dúvida eu, como filiado, tenho mais segurança e fico mais protegido".

No seu esforço de provar que a Scuderie já é uma máfia nos moldes da italiana, o delegado Francisco Badenes cita uma frase do magistrado italiano Giovanni Falcone, em livro publicado pela editora Bertrand Brasil: "A máfia se torna Estado nas terras onde o Estado é tragicamente ausente". Prossegue com uma citação de

José Luís Del Royo, extraída da obra *Operação mãos limpas*, lançada no Brasil pela editora Ícone: "[...] as massas sentem-se mais desamparadas e avultam as estruturas de uma força ilegal como a Máfia, que defende o *status quo* ao mesmo tempo que, aos olhos do povo, se substituirá à autoridade do Estado, distribuindo uma justiça grosseira".

Nilce Alves Martins, uma das depoentes do dossiê do delegado Francisco Badenes, é um exemplo desse fenômeno. Tendo sido furtada em US$ 50 mil, guardados em sua residência, Nilce deu queixa à Delegacia Patrimonial, onde sustenta que chegou a pagar somas aos policiais para que apressassem as investigações. As diligências foram inúteis. Frustrada com os serviços de segurança oferecidos pelo Estado, ela assentiu em receber em sua casa um representante da Scuderie capixaba, chamado Paulo Roberto, que prometeu "achar e dar um jeito no ladrão. Se precisar, é só chamar. Nós, escudeiros, vamos sumir com o presunto (corpo do acusado do furto)".

PARAMILITAR

A Scuderie é definida como uma "máfia paramilitar" a partir da apreensão, em suas sedes, de coletes policiais, com o símbolo da agremiação sobre o peito esquerdo. Possui um Departamento de Assuntos Especiais (DAE), em que os agentes secretos e de inteligência são designados "agentes desconhecidos". A agremiação dispõe também de um setor de Inteligência e Contra-Inteligência; mantém uma linha exclusiva de radiocomunicação, como as polícias e exércitos; criou o cargo de "diretor de dia", inspirado na figura policial do "delegado de dia" e na militar dos "oficiais de dia"; seus associados recebem missões de segurança em clubes; promovem *blitz* para confiscar adesivos da Scuderie em poder de automóveis de simpatizantes não afiliados oficialmente, ações registradas em livros especiais para tais diligências; mantém um sistema de criação de sindicâncias internas, como no Poder Público, para apurar penalidades dos membros, jamais comunicadas às autoridades de fato. Nos encontros os membros louvam a Scuderie repetindo o lema: "Somos a espada da Justiça" na meta de "combater a criminalidade". A Scuderie possui um aparelho jurídico de advocacia criminal para prestar assessoria aos associados.

IV

GALINA ADORAVA DIAMANTES

Pulamos agora para a ex-URSS. Galina adorava diamantes, jóias e brilhantes. Sua coleção era uma das maiores da Rússia e do mundo. Quando gostava de uma peça exposta em alguma joalheria de Moscou (daquelas só abertas a visitantes estrangeiros ou a membros da alta cúpula soviética), ela comprava imediatamente e, quando não era possível comprar, roubava. Não havia limites à sua gula, nem poderia. Era filha de Leonid Brejnev, o todo-poderoso dirigente soviético entre 1964 e 1982, amante dos cavalos de corrida e dos carros esporte. Quem ousaria contestar a vontade de uma figura com poderes imperiais?

Esse ambiente de corrupção e abuso de poder (praticado em nome do socialismo, da igualdade entre os povos e da paz mundial) que vigorou durante as últimas décadas na União Soviética ajuda a explicar, pelo menos parcialmente, o tremendo poder das organizações mafiosas da Rússia. Elas são constituídas, em parte, por antigos funcionários do Estado soviético e do Partido Comunista. Trata-se de gente habituada a atuar na sombra dos aparelhos burocráticos, a burlar as leis e — fundamental — a manter as aparências de uma vida devotada à causa pública. A influência da máfia russa não começou, portanto, nos anos 90. Ela já existia, sob outra forma, no regime soviético e, antes dele, no interior da nobreza czarista, que, acobertada pelo regime de terror absolutista, organizava grandes gangues que estendiam seus tentáculos aos confins do império russo.

IÚRI TCHURBANOV E O "MAL BURGUÊS"

Oficialmente, o crime havia sido erradicado da Rússia dos sovietes. Claro, sempre poderia haver um ou outro indivíduo que, "desviando-se dos ideais socialistas", deixava-se levar por "tentações burguesas". O crime como mal social era típico do capitalismo. Fora definitivamente erradicado da União Soviética, tanto quanto a prostituição, o desemprego e o suicídio. Essa imagem oficial persistiu até o verão de 1988, quando, sob o impacto das reformas de Mikhail Gorbatchov (conhecidas em todo o mundo como *glasnost*, transparência política, e *perestroika*, reestruturação econômica), o terceiro marido de Galina Brejnev, o general Iúri Tchurbanov, foi levado a julgamento, por prática de corrupção.

O ex-genro de Brejnev era um dos chefes da "máfia do Uzbequistão", que envolvia também seu ministro do Interior, Nicolai Shokolov. A máfia de Tchurbanov se especializara no desvio da produção de algodão e cítricos para o mercado negro e no contrabando, principalmente de diamantes. Durante o julgamento, o ex-ministro do Interior do Uzbequistão, Haidar Iakiev, confessou ter subornado Nicolai Shokolov com dinheiro, jóias, vinhos finos e frutas exóticas, cujo valor total foi superior a 100 mil rublos.

Tchurbanov foi condenado a doze anos de cadeia, e Galina foi poupada. Alcoólatra, com 58 anos de idade, aparentando vinte

a mais, com sinais de demência, ela mal conseguia entender que "sua" Rússia pertencia ao passado. Quanto ao ex-ministro Shokolov, cometera suicídio com a mulher Natasha, em dezembro de 1984, depois de sucessivos escândalos.

O NOSSO PLANO CRUZADO E O DELES

Quem viveu o Plano Cruzado brasileiro pode entender por que a União Soviética era o "paraíso" das máfias: com os preços artificialmente congelados pelo governo, os produtores "escondiam" as mercadorias ou diminuíam a produção, para forçar uma alta do valor de mercado. Os estoques só apareciam mediante um ágio, cobrado ao consumidor. Assim, oficialmente a inflação era zero, mas na prática o ágio determinava a alta do custo de vida. Pois bem, durante anos foi mais ou menos assim que as coisas funcionaram na União Soviética: como no caso do Plano Cruzado, oficialmente os preços estavam congelados e as mercadorias só existiam no faz-de-conta, nas tabelas oficiais. E essa era a razão das enormes filas para comprar pão, leite, etc. E esse foi o espaço que as máfias trataram de ocupar. Podia-se conseguir de tudo no mercado negro, desde que se pagasse o exorbitante preço exigido. Formaram-se quadrilhas especializadas, que contavam não só com a participação de dignatários do Partido Comunista e do Estado, como dos pequenos funcionários, fiscais do governo, etc. A corrupção espalhou-se como um poderoso câncer no regime soviético.

Curiosamente, como os porões do regime soviético só começaram a aparecer na era da *glasnost*, alguns historiadores e intelectuais mal-informados (ou mal-intencionados) atribuem à própria *glasnost* a responsabilidade pelo florescimento das máfias. É como se alguém, ao saber-se subitamente portador de câncer avançado, culpasse o médico que diagnosticou a doença. Outra referência é de que as máfias russas cresceram na era Gorbatchov, e mais ainda após o colapso do socialismo, graças a uma situação transitória em que o regime agonizava, e as novas instituições políticas, sociais e jurídicas se encontravam em estágio incipiente. Em síntese, se o velho caía de podre, o novo mal engatinhava.

Essa transição era agravada, ainda, por aqueles que eram contra as reformas, fazendo de tudo para sabotar a produção de mercadorias. Eram, em geral, burocratas acostumados a uma vida relativamente tranqüila, com uma série de privilégios assegurados pelo Partido Comunista. Eles não estavam nada dispostos a trabalhar normalmente, nas condições de uma democracia em que teriam que prestar conta de seus atos. Assim, sabotavam como podiam os esforços de normalização da vida sob as novas condições da *glasnost* (por exemplo, deixando estoques de alimentos apodrecerem em armazéns malcuidados ou atrasando deliberadamente a produção de máquinas para a agricultura, etc.), ampliando com isso o espaço de atuação das máfias.

SUBORNOS E PROPINAS

Segundo estatísticas divulgadas pelo Instituto de Pesquisas do Ministério do Interior da ex-União Soviética, a metade daquilo que, em média, os funcionários públicos ganhavam no fim de cada mês de 1991 era proveniente de subornos e propinas. Em 1985, a média era de "apenas" 30%. No final dos anos 80, a Procuradoria Geral do Estado soviético indiciou 225 mil altos funcionários do Estado por prática de corrupção, incluindo dezoito integrantes do Departamento para o Combate à Corrupção. No começo de 1991, a média anual de oficiais demitidos por vínculos com a máfia atingia a cifra dos vinte mil, o dobro da verificada na época de Brejnev. No mesmo ano, Alexander Gurov, chefe do 6º Departamento do Ministério do Interior — órgão criado por Gorbatchov, em 1989, para combater o crime organizado —, avaliava que quatro entre cinco agentes das milícias (polícia de elite) estavam no bolso das máfias.

Entre 1989 e 1991, os anos de agonia do comunismo soviético, as somas movimentadas pelas atividades da máfia russa foram multiplicadas 130 vezes: de 1 bilhão para 130 bilhões de rublos, atingindo pela primeira vez uma importância equivalente ao total do déficit soviético. Apenas para efeito de dimensionar o significado destas somas, basta dizer que, naquela mesma época, o salário médio mensal de um professor ou de um médico era de 200 rublos. Em 1991, as atividades da máfia já se estendiam a todos os setores da economia, mas nada ainda que pudesse se comparar ao que aconteceria nos anos seguintes.

1991: A RÚSSIA ESTÁ À VENDA

Os fatos da época são amplamente conhecidos. Em agosto de 1991, um frustrado golpe de Estado precipitou a dissolução da União Soviética, formalmente decretada com a criação da CEI (Comunidade de Estados Independentes), em dezembro daquele ano. A Rússia foi mergulhada numa situação de absoluto caos social, político e econômico. O presidente Boris Ieltsin, portador de um perfil autoritário e pouco dado ao diálogo, colocou o pé no acelerador do processo de privatização das empresas estatais soviéticas. Eis o grande fato: subitamente, a Rússia inteira estava à venda, e só as grandes máfias — associadas ao capital internacional — tinham dinheiro para comprá-la.

No início de 1992, seis mil empresas foram a leilão em Moscou. As regras para a participação e compra de ações eram imprecisas, os oficiais do Estado encarregados de sua execução eram, em geral, corruptos, e o Estado não tinha nenhuma possibilidade técnica de controlar a ação das máfias. Para piorar as coisas, Ieltsin havia decretado o desmantelamento de todas as instituições centrais soviéticas, incluindo o 6º Departamento do Ministério do Interior contra o crime organizado. O resultado, segundo divulgou à época a agência de notícias *Tass*, foi que em algumas semanas os grupos mafiosos colocaram sob seu controle algo entre 50% e 80% de todas as lojas, armazéns, depósitos, hotéis e empresas fornecedoras de serviços de Moscou. Três anos depois — diz Piotr Filipov, assessor de Ieltsin e chefe do Centro para Análises Políticas e Econômicas —, a máfia russa já controlava 40 mil empresas privatizadas. Calcula-se que em 1994 o faturamento total das máfias foi da ordem astronômica de 2 trilhões de rublos (o equivalente a US$ 300 bilhões).

É óbvio que essas cifras mudaram a forma e o estilo de atuação do crime organizado. Se até o final dos anos 80 era comum a disputa de "territórios" entre grupos mafiosos, com tiroteios de rua muito semelhantes aos que existiam na Chicago dos anos 20, depois da privatização as coisas mudaram radicalmente. Os "chefões" perceberam as vastas oportunidades abertas pela situação do país e trataram de organizar instâncias de deliberação para acertar pacificamente suas diferenças, bem como elaborar estratégias comuns. As reuniões de cúpula são feitas em Moscou, mas

também em outras capitais (em particular, nos antigos países socialistas, como a Polônia, aproveitando-se da tradição cultivada desde a época em que eram membros dos respectivos partidos comunistas).

Essas reuniões de cúpula também estabelecem as normas para o contato com organizações internacionais do crime. Segundo dados fornecidos pela Interpol em Moscou, muitas empresas de capital misto (do tipo *joint-ventures*) são apenas fachada para os vínculos com máfias de outros países. Pelo menos quinhentos grupos mafiosos usam essas empresas para estabelecer vínculos operacionais permanentes com Estados Unidos, Itália, Alemanha, Áustria, França, Canadá, Polônia, etc. Em 1993, o próprio presidente Boris Ieltsin admitia que "pelo menos mil grupos mafiosos russos têm contato com organizações do crime internacional". Os mais importantes entre eles são parte das máfias da Sicília e dos Estados Unidos.

DROGAS, CONTRABANDO, VIL METAL

A exportação de maconha, haxixe, heroína e drogas sintéticas (*krokodil* e *chert*, ou demônio, em russo, mil vezes mais fortes do que a heroína) é um dos negócios mais lucrativos. Oficialmente, calcula-se que na Rússia existem pelo menos 1,5 milhão de viciados em droga. Alguns especialistas russos afirmam, porém, que esse número pode ser até quatro vezes maior. As plantações de papoula e maconha, abundantes no Cáucaso, Ásia central e Sibéria, produzem o suficiente para abastecer o mercado russo e ainda sobra muito para a exportação. Entre 1991 e 1992, o aumento das exportações gerou um comércio que saltou de 4 bilhões para 15 bilhões de rublos.

Graças, porém, à fúria privatizante do governo Ieltsin, o narcotráfico passou a ser apenas uma das facetas das atividades dos grupos criminosos. A máfia passou a centralizar o contrabando em larga escala e até mesmo a exportação de matérias-primas e produtos industriais pesados, como metais. Em 1992, foi exportada ilegalmente, através dos portos da Estônia (no Báltico), uma quantidade tão grande de metais processados pela indústria da Defesa russa, que a república transformou-se num dos grandes exportadores mundiais de metal, sem operar uma única siderúr-

gica em seu próprio território. As máfias venderam quantidades enormes (não há um cálculo preciso) de cobre, zinco e outros metais para empresas na Europa e na Ásia. A carga, muitas vezes, era transportada da Rússia central para portos exportadores em comboios e aviões militares.

O setor financeiro passou por um processo ainda pior. Da noite para o dia, "brotaram" milhares de organizações de crédito em toda a Rússia, graças a uma legislação mal elaborada, quando existente, e, na maior parte dos casos, ambígua. Como na antiga União Soviética o crédito era monopólio do Estado, não havia a figura jurídica do banco privado. O resultado é que o nascente Estado russo teve que elaborar leis da noite para o dia, improvisando na maioria dos casos. Para abrir um banco, por exemplo, basta provar a posse de certo capital (em qualquer hipótese irrisório para as máfias multimilionárias), que deve ficar depositado como "garantia" no Banco Central.

CAOS JURÍDICO: A MÁFIA AGRADECE

Claro que o caos jurídico não aconteceu apenas em relação às casas de crédito: na verdade, a Rússia teve que praticamente "inventar", a toque de caixa, um corpo de leis regulamentando relações de mercado, inexistentes sob o regime soviético. É claro, também, que o vácuo jurídico-institucional resultou, na prática, na aplicação da lei do mais forte, e o mais forte eram as máfias. O caso das casas de crédito era mais grave porque, de posse dos bancos, a máfia poderia "lavar" dinheiro obtido graças às suas atividades criminosas, aplicando-o no mercado de valores (da Rússia e de outros países) ou em investimentos perfeitamente legais. Criou-se, assim, um fluxo ininterrupto entre a obtenção de recursos por todos os meios (narcotráfico, prostituição, contrabando, extorsão, etc.) e a "lavagem" do dinheiro por intermédio das agências bancárias.

Basta mencionar um único escândalo para dimensionar os montantes dos "negócios" propiciados pelo caos legal. Em 1992, mafiosos da Tchetchênia foram flagrados quando tentavam captar nada menos que o equivalente a US$ 350 milhões em bancos privados, oferecendo, em troca, notas promissórias garantidas pelo Banco Central da Rússia. Quatro altos funcionários do Banco

Central foram, posteriormente, detidos. Aliás, os tchetchenos só devem ter sido descobertos e detidos porque algum dos bancos privados que eles tentavam lesar era provavelmente de propriedade de um grupo mafioso mais poderoso, que se encarregou de desmantelar o esquema.

Mesmo depois de uma nova Constituição, aprovada em dezembro de 1993, a falta de uma estrutura jurídica adequada à realidade de mercado continua sendo fonte de distorções incríveis. Não há um corpo de leis específicas contra atividades de "conspiração econômica", fraude, formação de cartéis, leis que nos países ocidentais foram resultado de muitos anos de experiência de combate ao crime organizado. Permanecem resquícios anacrônicos do regime soviético, por exemplo leis que combatem atividades "ilícitas", como a especulação em busca do lucro. Trata-se de um caos jurídico extremamente favorável a todo tipo de manobra; não há "brechas" na legislação russa, apenas porque ela é, inteira, não uma "brecha" mas toda uma avenida para o crime.

PARAÍSO DOS MAFIOSOS, PESADELO NUCLEAR

Assim, a Rússia transformou-se no sonho de todo mafioso: oferecia (e oferece) a possibilidade de controle do ciclo completo do crime, das atividades de rua às tramitações da alta política, do pequeno meliante ao banqueiro internacional. Tudo isso num país que, longe de ser marginal em relação à comunidade das nações, é uma potência nuclear, com 150 milhões de habitantes e uma histórica tradição de influência geopolítica continental em áreas extremamente sensíveis do planeta (Europa e Ásia Central). É isso que faz do crime organizado na Rússia uma questão internacional da mais alta importância.

A questão nuclear — nunca é demais insistir — é um dos problemas mais graves. Em 1991, um cientista que trabalhava para o Greenpeace, William Arkin, provou que por US$ 250 mil ele poderia comprar uma ogiva nuclear de porte médio (de aproximadamente 700 quilos). Seu trabalho, intitulado "Massa Crítica", foi amplamente documentado, com nomes, locais e fatos (incluindo a identidade de um tenente do Exército que pediu dinheiro para facilitar a retirada da ogiva de uma base militar). Levando-se em consideração que ninguém sabe com exatidão quantas

ogivas ainda existem na Rússia (calcula-se que seja algo entre 15 mil e 30 mil) e que essas ogivas são guardadas por oficiais e soldados mal pagos, muitas vezes desmoralizados pelos sucessivos escândalos de corrupção dentro do Exército, o quadro torna-se desalentador.

Os serviços de informação da própria Rússia e de outros países registraram pelo menos cinquenta casos envolvendo tráfico de armas e tecnologia nucleares. Diante da urgência do problema, uma das formas de tentar diminuir os riscos foi a compra, pelos Estados Unidos, de quantidades substanciais de plutônio enriquecido (utilizado na fabricação da bomba atômica). Em 1992, por exemplo, a Casa Branca adquiriu quinhentas toneladas desse material. Mas isso não é uma solução definitiva, até porque apenas transfere o problema para outro cenário. Basta uma única ogiva para causar um estrago que qualquer vítima de Hiroshima e Nagasaki poderia muito bem descrever.

Para tornar o quadro mais sombrio (que nos perdoem os leitores!), em muitos casos não há legislação na Rússia nem nas repúblicas vizinhas para controlar, limitar ou proibir a comercialização e o trânsito de materiais bélicos estratégicos. É o caso do berílio. Esse material, utilizado para construir mísseis teleguiados, aviões e componentes óticos, contém urânio altamente enriquecido, também utilizado para construir bombas atômicas. Apesar disso, ele não é considerado um material de uso restrito. Isso significa que, em tese, alguém poderia exportar berílio legalmente, desde que provasse a legitimidade de sua procedência (a máfia pode obter facilmente esse material subornando militares da Defesa russa).

O crime, enfim, é o principal problema da Rússia pós-comunismo. Outros países, como os Estados Unidos, também enfrentaram fases históricas em que o crime organizado era um elemento constitutivo do processo de formação de grandes capitais financeiros (como não lembrar da Chicago dos anos 20, quando a Lei Seca promoveu impérios clandestinos, incluindo o do pai do presidente John Kennedy?). Mas a particularidade da situação russa é a sua alta periculosidade, por envolver a mais mortífera tecnologia já produzida pelo homem e por basear-se num país com tradição de potência continental.

À luz desse fato, a história dos diamantes de Galina soa como

uma simples e inofensiva brincadeira de colegial. Nada mais equivocado. Por mais inocentes que pareçam ao olhar perplexo dos anos 90, eles são uma espécie de emblema de um regime absolutamente corrupto, o campo fértil para a proliferação da máfia contemporânea. Os diamantes de Galina são os ovos da serpente. Nosso triste legado é conviver com o monstro, até que, na melhor das hipóteses, ele seja destruído sem causar tragédias de consequências impensáveis.

V

DINHEIRO SUJO NÃO SE LAVA EM CASA

A revista *Newsweek* estima que o capital acumulado a cada ano, por todas as máfias do mundo, seja de US$ 3 trilhões. Diz a ONU que o crime organizado, vendendo drogas e armas, é mais rico que a indústria do petróleo. Em 1992, os lucros do tráfico de drogas estavam em US$ 308 bilhões por ano. A distribuição de heroína, cocaína e maconha rendia US$ 159 bilhões anuais, dos quais US$ 142 bilhões eram auferidos na Europa e nos Estados Unidos. Ainda naquele ano, o narcodólar lavado e reinvestido somava US$ 100 bilhões na Europa e na América do Norte. Todos esses dados foram

calculados pelo Grupo Financeiro de Ação Internacional, da União Européia.

As máfias sicilianas e norte-americanas, a máfia russa, os cartéis colombianos e as máfias orientais, lideradas pela Yakuza japonesa e as Tríades chinesas comandam um esquema mundial de tráfico que vai das drogas às matérias-primas. Nos primeiros meses após a liquidação da URSS, passaram a traficar também artefatos nucleares. Os lucros são lavados e reinjetados na rede financeira internacional, e aí multiplicam-se inacreditavelmente. Em 1982, o Departamento de Finanças Estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) calculou que as finanças mundiais perdiam, em decorrência dessas lavagens, de US$ 80 bilhões a US$ 100 bilhões a cada ano.

Em 1987 outra pesquisa do FMI foi divulgada, após quatro anos de pesquisas. Esse relatório, nomeado *Esteva Report*, denunciava que o "buraco-negro" criado no ano de 1983 na economia mundial, graças às lavagens, era de US$ 25,2 bilhões. A quadruplicação desses lucros criminosos, em nove anos, levou o FMI a fazer o seguinte anúncio na Conferência da ONU sobre Crime Organizado, em novembro de 1994, em Nápoles: o buraco gerado pelas lavagens das máfias é estimado, em 1994, como sendo da ordem de US$ 700 bilhões a US$ 1 trilhão, a cada ano. Revela a ONU que entre 1982 e 1992 o total de dinheiro confiscado das máfias mundiais era US$ 3,5 bilhões, dos quais US$ 1,3 bilhão fora confiscado na Itália. Somente na Itália as atividades da máfia geravam, em 1992, um lucro estimado em US$ 17 bilhões. O Instituto Wharton estima que a Cosa Nostra americana tenha faturado US$ 52 bilhões em 1990.

PROBLEMA TRIVIAL

O complexo sistema de lavagem começa com um problema trivial. O dinheiro vivo pesa três vezes mais do que as drogas trocadas por ele. Cédulas de US$ 10,00 chegam a pesar, num pagamento grande, até trinta vezes o seu valor em espécie, isto é, a cocaína. Os cartéis consideram quase impossível fazer pagamentos internacionais em *cash*. A primeira etapa da lavagem começa nas ruas: o fornecedor pega as notas dos clientes e as deposita no banco mais próximo.

Os cartéis desenvolveram uma novidade, os chamados "smurfs". São os soldados rasos de equipes chamadas células, cada uma supervisionada por um patrão. Correm a vários bancos diferentes, depositando em diferentes contas. Na década de 80 uma taxa de 6% era cobrada pelos lavadores sobre o montante abluído. Em 1994, um serviço completo de lavagem cobrava taxas de 26%, incluindo serviço de aplicação dos narcodólares em fontes legais de investimento.

Para reduzir o peso do dinheiro vivo, os especialistas em lavagem encontraram uma saída simples e legal. Transformam o dinheiro vivo em ordens de pagamento, via empresas tradicionais como U.S. Postal e American Express. Essas ordens podem ser contrabandeadas por avião ou remetidas por serviços privados de *courier*. O Panamá vem sendo o país preferido para se lavar narcodólares via ordens de pagamento. A ONU espera ter, até 1999, uma força-tarefa global para fiscalizar as operações financeiras.

FOCOS

O sistema de lavagem de dinheiro proporciona o faturamento anual de US$ 750 bilhões, somando-se os lucros de todas as máfias mundiais. Caribe e Luxemburgo surgem, segundo as Nações Unidas, como os maiores lavadores de narcodólares do planeta.

Mas focos antes impensáveis de lavagem têm surgido. Em 1993 o Brasil é elencado, pela primeira vez, no relatório anual do Departamento de Estado dos EUA. O documento mostra o Brasil em primeiro lugar na lista dos quarenta países pelos quais os cartéis colombianos e as máfias italianas estendem seus investimentos.

"As instituições financeiras no Brasil são cada vez mais usadas como elos entre os produtores de cocaína da Colômbia e os maiores distribuidores de drogas levadas aos Estados Unidos." Na polêmica avaliação do governo americano, a corrupção "continua a obstruir, em níveis local e estadual, as leis de combate ao narcotráfico". Um fator que também estaria atraindo os narcolavadores ao Brasil seria a facilidade de se adquirir, em território nacional, os produtos químicos utilizados para refinar a pasta de coca. "O Brasil impôs algum controle sobre os produtos

químicos nacionais mas nenhum sobre a química importada. Esta química, destinada à produção de cocaína, é facilmente importada para consumo doméstico no Brasil e depois contrabandeada pelas fronteiras com a Colômbia, Peru e Bolívia". Ainda segundo o dossiê, narcodólares eram facilmente lavados em casas de câmbio de São Paulo e Rio de Janeiro.

Um relatório da Interpol divulgado reservadamente no Brasil, em março de 1993, endossava o Departamento de Estado. Dizia que o Rio de Janeiro estava se tornando um "grande ponto de entrosamento" entre os cartéis colombianos e as máfias italianas.

OPERAÇÃO GREEN ICE

O ponto de partida para essa conclusão foi a Operação Green Ice, deflagrada em todo o mundo em 1992, para detectar pontos de ablução. A operação levou à descoberta de uma empresa-fantasma, chamada Rotary Corporation, no centro do Rio. A companhia lavava dinheiro da máfia para negociações com os cartéis. Participaram do cerco internacional as polícias da Itália, Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, apoiadas pelas subseções locais da Interpol. A conexão montada no Brasil havia lavado US$ 1 bilhão da máfia. Os extratos das movimentações estavam em poder do mafioso Sebastiano Sampietri, de 31 anos. Era um italiano naturalizado brasileiro em 1988, detido pela Squadra Mobile em Roma.

O esquema era familiar, seguindo as normas medievais herdadas por facções das máfias italianas. Sampietri tinha uma tia, Vera Romagnoli, moradora da cidade italiana de Mantua. Ela comandava o esquema de arrecadação de narcodólares em Nápoles, no sul da Itália. Os valores eram repassados ao sobrinho, que os recebia em bancos de Nova York e em contas internacionais da Rotary Corporation, baseada no Rio. O passo seguinte da operação era remeter o dinheiro para uma conta da empresa Ourobrás, de São Paulo, formada numa associação entre Sampietri e o napolitano Gaetano Sideri. As duas empresas também lavavam dinheiro para o Cartel de Cali.

Como seqüência à Green Ice, foi preso em Roma o mafioso Giancarlo Porcacchia, um dos sócios-fundadores da empresa Porcacchia Transportes, sediada também em São Paulo. A empre-

sa mantinha relações comerciais com outra companhia, registrada oficialmente no Brasil sob o nome de O. C. Refe. O dono era o mafioso e traficante Paolo Refe, cujo irmão, Giorgio Orio Refe, foi detido em Roma durante a Green Ice.

O CARIBE

Depois da "opção Brasil", o dinheiro era e ainda vem sendo enviado às ilhas do Caribe. Nas Antilhas, segundo a ONU, há 24 mil empresas especializadas em lavagem. Esses passos começaram a ser evidenciados a partir dos depoimentos prestados à Justiça italiana pelos mafiosos arrependidos. Em março de 1993, a Interpol italiana começou a vazar para a imprensa as primeiras pistas. Indicavam que as famílias mafiosas italianas Cuntrera e Caruana eram donas de 60% dos imóveis de Aruba. Num diário entregue à Justiça por um arrependido, a polícia encontrou um relato que descrevia em detalhes como o megamafioso Alfonso Caruana e os três primos da família Cuntrera (todo o trio traz Giuseppe como nome de batismo) depositaram mais de US$ 50 milhões em Aruba. Os narcodólares se converteram em hotéis, cassinos e restaurantes, adquiridos entre 1988 e 1992. Dizia o diário que até a campanha de um primeiro-ministro do protetorado holandês de Aruba fora financiada pelos narcodólares.

O império de Aruba começara a cair em setembro de 1992. A Polícia Federal venezuelana acabara de extraditar para a Itália os irmãos Gaspare, Pasquale e Paolo Caruana. Eram proprietários da maior discoteca de Caracas, comprada numa operação casada de lavagem feita com os cartéis. Pedro Arevalo, advogado dos mafiosos, teve os documentos de seu arquivo legalmente confiscados. Esses documentos revelaram o elo perdido que seria encontrado em Aruba. Havia títulos cartoriais de propriedades e imóveis, cartões de crédito e extratos de setenta contas bancárias.

Disquetes em poder do advogado revelavam negociações de envio de cocaína para todo o território da antiga URSS. Uma das melhores pistas era um contrato de US$ 28 milhões celebrado em dezembro de 1991, não muito antes de se acalmarem os ânimos após o golpe fracassado contra Mikhail Gorbatchov. O documento previa preços de materiais de construção, superfaturados, para mascarar a lavagem de narcodólares em Aruba, com auxílio da

máfia russa. Também indicava outra pista: a venda de um terreno de 125 quilômetros quadrados entre a Colômbia e a Venezuela. Essas terras, dos Cuntrera-Caruana, foram vendidas às pressas para os irmãos Napoli — famosos representantes internacionais da família Gambino, tida como a mais poderosa da máfia de Nova York. Vendido o terreno, os Cuntrera-Caruana procuraram uma nova base de investimentos.

Para lavar os narcodólares faturados na Venezuela, bolaram a operação superfaturada com a máfia russa, comprando material de construção fabricado em Moscou e remetido para Aruba. Recém-baseados em Aruba, reformularam seus investimentos usando duas empresas batizadas de Calanchoca e Maschary C.A. As duas empresas, segundo o diário, comandaram o envio de seiscentos quilos de cocaína colombiana para a máfia siciliana, em 1988. O pó bateu na bota da Itália a bordo do cargueiro Big John, atracado na Sicília. Uma delação levou a polícia à cocaína no porão do navio.

ILHAS E EX-COLÔNIAS

A ONU aponta ex-colônias como paraísos de lavagem: as Antilhas Holandesas, as ilhas Caiman, Seychelles, Barbados e Hong Kong são soberanas e obtiveram independência política total ou parcial. Mas perderam o direito de ter suporte econômico da antiga colônia. Na Europa, Luxemburgo, Liechtenstein e as ilhas Channel apresentam a mesma deficiência econômica e são paraísos das máfias. As ilhas Channel, formadas por Jersey, Guernsey e Sark, no Canal da Mancha, perto da costa francesa, não seguem os regulamentos da União Européia, o que lhes possibilita oferecer vantagens inéditas, não encontradas nas operações financeiras internacionais. Em 1994 havia 64 bancos na ilha de Jersey, 53 em Guernsey e, na região, 25 mil intermediários de operações. Não há tarifas alfandegárias. O mesmo se dá nas ilhas Caiman, segundo os Estados Unidos o ponto preferido de lavagem dos cartéis colombianos.

As Antilhas Holandesas, compostas das ilhas Bonaire, Saint Eustatius, Saint Marteen, Curaçao, Saba e Aruba, são paraísos históricos. Segundo acordo firmado com os Estados Unidos em 1948, as companhias registradas nas ilhas são isentas de taxas para

investimentos em território dos Estados Unidos. As ilhas abrigam sessenta bancos e 24 companhias *offshore*. É o local preferido pelas máfias italianas interessadas em lavagem.

LUXEMBURGO

Mas a conexão Aruba apresenta algumas variantes. Luxemburgo apareceu nesse cenário, a partir de 1990, como o mais poderoso pólo mundial de lavagem dos cartéis e das máfias. O exemplo mais didático que encontramos nos arquivos da Interpol é o relatório sobre a prisão do traficante colombiano Franklyn Jurado, que vivia em Luxemburgo. Numa mala encontrada entre seus pertences, Jurado trazia listas com a atualização do movimento de 115 contas bancárias, distribuídas em dezesseis países. Segundo a DEA, Jurado estava montando um esquema pioneiro de negociação de cocaína com traficantes de material nuclear russo. Um anexo aos arquivos da Interpol vai mais a fundo. Feito pela BKA, a polícia federal alemã, o anexo afirma que ocorre no país uma média anual de sessenta ofertas de material nuclear roubado, a ser trocado pela cocaína colombiana. Em 1993 foram registradas e interceptadas 241 dessas ofertas — em negociações que envolveram 545 pessoas cuja ficha criminal denunciava envolvimento com o narcotráfico internacional.

CHIMBORAZO

Em outubro de 1994 a Polícia Federal brasileira pipocava por dentro. Havia a informação não oficial de que o Brasil poderia ser incluído, de última hora, numa operação mundial antilavagem. A operação foi batizada de Chimborazo, comandada em seus bastidores por FBI, DEA e Interpol. As primeiras informações vazaram em Buenos Aires: fora detectada uma teia que lavava US$ 50 milhões por semana, US$ 2,7 bilhões por ano. O *capo* do esquema seria o colombiano Hugo Cuevas Gamboa, ligado aos barões de Cali e acusado nos Estados Unidos, desde 1985, de lavagem de narcodólares. Esse vazamento fez com que o chefe de polícia de Honduras, coronel Roberto Lazarus, revelasse que a informação, tornada pública, tinha "alertado muitos criminosos, na América Latina". Naquele 18 de outubro, durante a operação,

o Panamá divulga ter apreendido cem quilos de cocaína no Canal — e declara que a polícia panamenha fizera "tudo sozinha, sem a ajuda da operação" —, uma divulgação que aumentava a curiosidade sobre a empreitada multinacional.

Foram presas dezesseis pessoas nos Estados Unidos, dezesseis na República Dominicana e quatro na Argentina. O centro de tudo era Hugo Gamboa. O mafioso era herdeiro de uma rede de câmbio de moedas, fundada por seu pai em Cali, no ano de 1935. Em 1994 a empresa-mãe dos Gamboa se chamava Universal de Cambios, com filiais internacionais comandadas pela *holding* ICI, registrada nas Ilhas Virgens Britânicas. A empresa tinha filiais nas Américas Latina e Central, batizadas de Ungiros Servicios Internacionales e Rapid-O-Giros — desmembradas nas filiais Titan Intercontinental e Xanadu.

Cada um desses braços distribuía os narcodólares a serem lavados. A filial costa-riquenha, Ungiros, lavara US$ 13 milhões de narcodólares a partir de 1990. Pequenos bancos eram usados para enviar o dinheiro para outros países. José Angel Rivera, presidente do Banco Nacional, de propriedade do Estado costa-riquenho, foi acusado de comandar um dos canais da rede. Até o final de 1995 essa operação ainda era conduzida pela DEA — que investiga agentes governamentais acobertando o maior esquema de lavagem detectado nas Américas entre 1990 e 1995.

As polícias de cinco países foram acionadas para a operação (Estados Unidos, Costa Rica, República Dominicana, Honduras e Panamá). Na última hora Honduras desistiu de participar, pois o general Luis Alonso Discua, comandante das Forças Armadas, alertara que a estratégia bolada para a América Central não funcionaria.

A ILHA DO DIABO

O Caribe tem em Saint Kitts, parte do arquipélago das Ilhas Virgens Britânicas, talvez sua ilha mais paradisíaca. Em 1994 uma série de tragédias tiram a ilha do circuito *in* e a inscrevem no *out* da crônica policial. Primeiro: um barco chamado Maxi II, que levava à ilha um embaixador das Nações Unidas, desaparece em junho, num dia de sol — e somem do mapa o embaixador Bill Herbert e cinco convidados, sem deixar pistas. Segundo: um executivo do Special Branch é assassinado em terreno insular.

Terceiro: o filho de um primeiro-ministro é morto em Saint Kitts. Quarto: 150 presos se amotinam e um monstruoso carregamento de cocaína apreendido dos cartéis é roubado. Final: o agente especial Alex Ross, da Scotland Yard, chega à ilha com a informação de que ali estava um dos maiores nichos de lavagem de narcodólares dos cartéis e máfias.

Saint Kitts é a última ilha do Caribe invadida pelos cartéis colombianos. Tanto o Partido Conservador, o PAM, quanto o Partido Trabalhista trocam acusações de que seus rivais políticos são sustentados pelos barões de Cali. Diz a DEA que Saint Kitts é a mais nova rota adotada pelos traficantes para enfiar suas mercadorias nos Estados Unidos, via mar. A ilha fica a 1,6 mil quilômetros de Miami. É habitada por apenas quarenta mil pessoas e recebe duzentos mil turistas por ano. Um líder comunitário, Billy Herbert, banqueiro e diplomata, atraiu à ilha os primeiros barões colombianos. As investigações da Scotland Yard ainda não haviam terminado em dezembro de 1995. E levavam a uma rede de cubanos-americanos que, nos Estados Unidos, representavam o cartel. As mortes são tidas como uma queima de arquivos de quem sabia demais sobre o novo paraíso.

AS NOVAS TEIAS

Os relatórios oficiais sobre a lavagem de dinheiro foram trocados entre os representantes policiais enviados às duas reuniões de cúpula da ONU, sobre o crime organizado, realizadas em novembro de 1994 (Nápoles) e maio de 1995 (Cairo). Os dossiês são a base de análise conjuntural para a nova geopolítica surgida em decorrência do crime organizado. Eis um resumo das novidades na lavagem até 1995, obtidas junto a autoridades de mais de doze países. Todas as mais recentes movimentações e novas estratégias de lavagem das máfias estão relatadas:

CANADÁ. Surgiu como novo pólo de lavagem em 1994. A polícia de Quebec confiscou US$ 73 milhões de narcodólares e desbaratou uma quadrilha de 41 pessoas. O dinheiro iria para o pagamento de 558 quilos de cocaína colombiana. O grupo trabalhava para as máfias italianas e os cartéis colombianos. Toronto tem sido base para a máfia russa operar com as famílias mafiosas italianas Magaddino e Papalia. Uma investigação feita à ONU por

Donald Piragoff, conselheiro governamental de justiça criminal, sustenta que as Tríades chinesas já invadiram o país, lavando dinheiro na costa do Pacífico. Diz ele que há membros dos cartéis colombianos agindo com a máfia italiana em Montreal e Toronto. A máfia russa se estabeleceu em Toronto a partir de 1992.

AUSTRÁLIA. É um ponto alternativo de investimentos das máfias orientais. O narcotraficante Tommy Law, por exemplo, lavou US$ 74 milhões por meio de trezentas contas abertas, com nomes falsos, no Banco de Comércio e Crédito Internacional de Hong Kong. Dessa soma, US$ 15 milhões foram relavados com a compra de propriedades na Austrália. Tem sido base para a lavagem das Tríades chinesas. Em maio de 1994 foi preso no país Masaru Takumi, um dos líderes da facção Yamaguchi-Gumi, da máfia japonesa Yakuza. Ele lavara US$ 800 mil comprando uma cobertura em Sydney. Em 1993 foram identificadas no país, diz o órgão National Crime Authority, máfias libanesas lavando dinheiro vindo da importação de haxixe e heroína, imitadas por gangues vietnamitas baseadas no distrito multirracial de Cabramatta, em Sydney. Em 1994 entraram no país traficantes colombianos.

VENEZUELA. Desponta lavando US$ 3 bilhões dos US$ 22 bilhões de narcodólares que passam pelo país a cada ano, segundo o Departamento de Estado dos Estados Unidos.

HOLANDA. Virou ponto de encontro para narcotraficantes bolarem estratégias globais de investimentos. Segundo relato anual da Central de Pesquisas de Informações, de Amsterdã, em 1993 foram detectadas na Holanda 98 gangues de lavagem muito bem estruturadas. Haviam sido fichados 59 desses grupos em 1991, e apenas três tinham sido detectados em 1988. Entre 1992 e 1994, um lote de cinco mil transações financeiras consideradas suspeitas foram registradas em Amsterdã.

PANAMÁ. Dois por cento dos US$ 750 bilhões lavados pelas máfias num ano, em todo o mundo, passam pelo Panamá.

MÉXICO. Lava por ano, segundo a Promotoria Geral mexicana, US$ 30 bilhões. Teve em 1994 sessenta companhias acusadas de lavar narcodólares dos cartéis colombianos. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos estima que cada "casa" de câmbio mexicana lave US$ 5 milhões por mês. O *capo* mexicano mais recente é Juan Garcia Abrego. Opera em parceria com os cartéis colombianos no Estado de Tumaupilas, a sudoeste dos EUA.

URUGUAI. Deve despontar no final dos anos 90 como o maior lavador de narcodólares das Américas, a partir do contrabando de ouro.

BÉLGICA. Em 1992 começou a ser chamada de "a Terra Prometida" dos mafiosos, com o surgimento de sindicatos do crime chineses, curdos e russos. Tem alojado também mafiosos da Itália, Turquia e Marrocos. Em 1993 foi detectado na Antuérpia um esquema de lavagem de uma facção russa composta apenas de judeus. As principais moedas de lavagem na Bélgica têm sido metais preciosos e gemas. Em 1993 foi identificada no país uma rota de cocaína e heroína, acompanhada de lavagem, com seus extremos baseados em Amsterdã e Paris. As investigações levaram à prisão de Fung Lai Fat, o "Andy", representante na Bélgica da Tríade chinesa 14K. A rota incluía lavagens em Pequim. O chefe do esquema era Kwong King Sow, mafioso chinês baseado em Luxemburgo.

ROMÊNIA. Surge como ponto de lavagens ainda embrionárias mas crescentes, que são originadas pelo contínuo tráfico de drogas ao país. À Romênia convergem carregamentos de haxixe, trazidos da África pelas máfias nigerianas, lotes de cocaína dos cartéis e heroína oriunda da rota dos Bálcãs.

ESPANHA. Foi invadida a partir do início dos anos 90 por membros das Tríades chinesas. Os mafiosos têm entrado ilegalmente no país, fazendo uso de pequenos barcos pesqueiros marroquinos fundeados nas costas espanholas. Na Espanha os chineses têm explorado mão-de-obra dos imigrantes ilegais, prostituição e extorsão contra comunidades orientais locais. Estão substituindo os processos de lavagem tradicionalmente mantidos na Espanha pela máfia turca. Lavam o dinheiro trazendo para a Espanha produtos orientais por "mulas" (portadores) da máfia nigeriana — originalmente encarregados de trazer heroína da Tailândia.

FRANÇA. Os principais mafiosos da Itália têm lavado narcodólares em Grenoble, onde há uma gigantesca comunidade siciliana. Quem domina o esquema é a família Sommatino, ligada a Giuseppe Madonia, um *capo* poderoso preso em março de 1992. Michele Zaza, conhecido como "o Pazzo" ou "Crazy", tentou fundar um grupamento mafioso na Cote D'Azur, corrompendo autoridades municipais. A partir de 1989 a Cosa Nostra formou uma *joint-venture* francesa com as máfias corsas de Marselha

— lavando dinheiro obtido com a morfina e a heroína levadas à França pelos produtores turcos. Os narcodólares têm sido investidos em cassinos, o mais famoso deles tocado pelo mafioso Giovanni Tagliamento. Em 1989 foi estourado pela polícia um esquema de lavagem que previa investir os narcodólares na construção de duzentas casas de luxo, campo de golfe e hotel cinco estrelas em Chateau de Taulanne. Mais de 80% da cocaína colombiana que chega à Itália é despachada para território francês, segundo a Interpol, cuja sede mundial é baseada em Lion.

ALEMANHA. Teve um *boom* do crime organizado a partir de 1990. Em 1993, mostram os registros da Polícia Federal alemã, foram investigados no país 42 246 crimes, envolvendo 9 884 pessoas ligadas às máfias internacionais. Em 1992 só haviam sido registrados 641 casos. As investigações foram feitas sobre acusados de 91 nacionalidades diferentes. Os alemães eram apenas 45% dos suspeitos, seguidos de 15% turcos, 9% ex-iugoslavos e 5% italianos. Em 1993 as máfias lucraram 767 milhões de marcos em território alemão e deram prejuízos de 1,8 trilhão de marcos ao governo alemão. Na Alemanha o dinheiro sujo é gerado pelo tráfico de armas e drogas, prostituição e jogatina, principalmente. Há colônias recentes de mafiosos italianos no sudoeste do país — bem na fronteira com a Suíça e a França, o que facilita a evasão dos "narcomarcos".

INGLATERRA. Era a base de operações de um esquema mundial de lavagem, implodido em setembro de 1993 na Operação Green Ice. Quatro Tríades chinesas operam na Grã-Bretanha, segundo o Serviço de Inteligência Nacional sobre o crime, órgão do governo britânico. As Tríades na Grã-Bretanha são a 14K, Wo Shing, Wo On Lok e San Yee Ong. Lavam dinheiro oriundo de esquemas de agiotagem, que cobram juros entre 3% e 10% ao dia.

HONG KONG. Apresenta um crescimento anual de 60%, contabilizado a partir do tráfico de heroína. Foi invadido pelas Tríades chinesas.

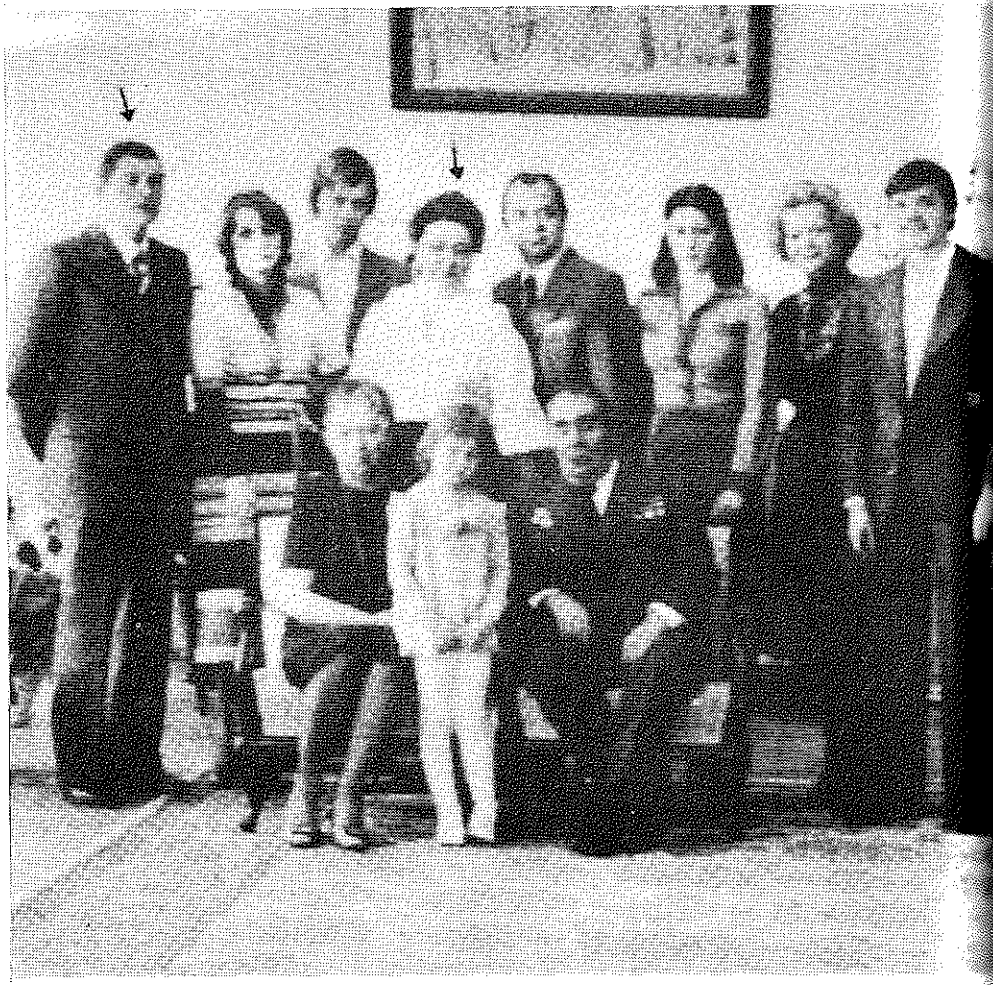
ONU

Al Capone, ou Scarface, o lendário chefe do crime organizado na Chicago dos anos 20, passa uma agradável tarde de pesca a bordo de seu iate em Biscayne Bay, Florida, após ter cumprido um ano de prisão por posse ilegal de armas. Comparado aos "chefões" dos atuais grupos mafiosos multinacionais, Capone seria apenas um capo *provinciano.*

ONU

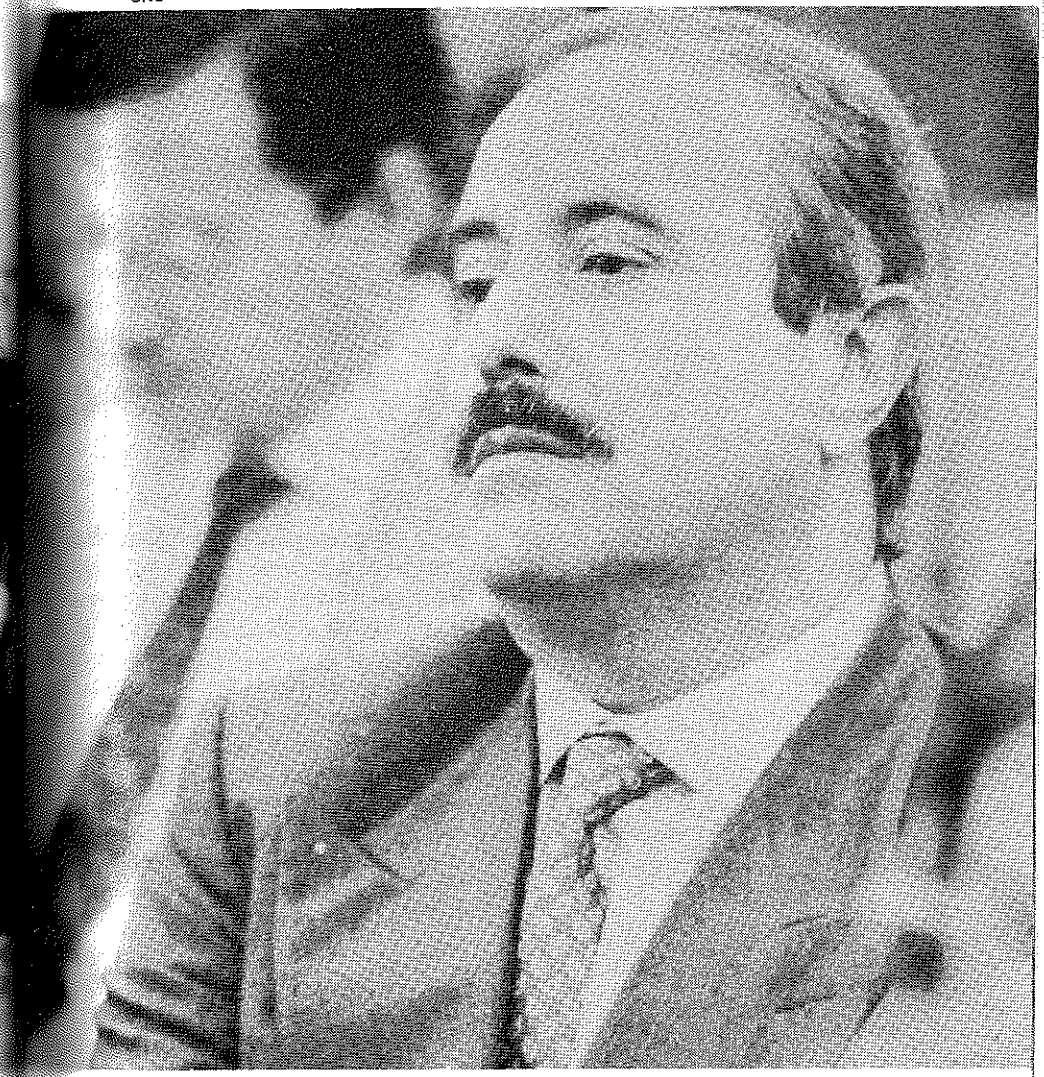
Salvatore Lucania (ou Charles "Lucky" Luciano), o pacato senhor que aparece em sua casa, em Nápoles, na foto de 1954, chegou a chefiar 25 famílias associadas à Cosa Nostra americana nos anos 30. O capo, *deportado dos Estados Unidos em 1946, forneceu ao Pentágono apoio e informações sobre a movimentação de tropas alemãs na Itália.*

Agência Estado



Galina, filha de Leonid Brejnev, e Iúri Tchurbanov, seu marido, ambos envolvidos em escândalos de corrupção, aparecem em rara foto de família, tirada nos anos 70. Brejnev e Victoria, sua mulher, estão sentados. Galina tinha especial predileção por diamantes. Tchurbanov foi julgado e condenado em 1988, por formação de quadrilha e abuso de poder.

ONU



O juiz Giovanni Falcone, de Palermo, um dos arquitetos das operações de desmantelamento da máfia italiana, foi assassinado em 23 de maio de 1992, quando uma tonelada de explosivos colocada sob seu carro blindado foi acionada por controle remoto. Não fosse o atentado, ele seria nomeado chefe do Departamento Antimáfia da Procuradoria Pública.

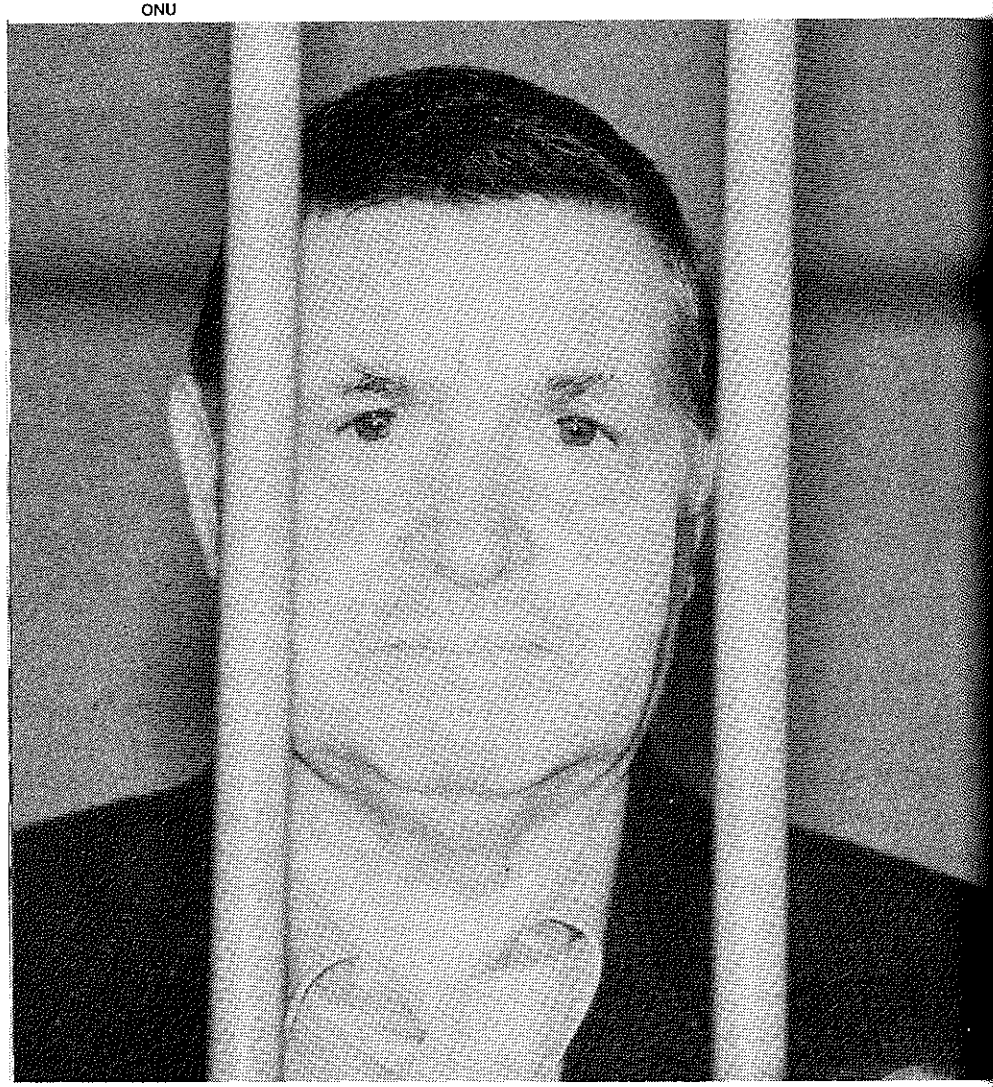
ONU

As informações dadas por Tommaso Buschetta, o mais famoso delator da Cosa Nostra, a Giovanni Falcone, a partir de 1984, desvendaram a estrutura, as regras e os segredos da máfia siciliana, e forneceram a base jurídica para a abertura de 707 processos criminais contra mafiosos, a partir de novembro de 1985.

ONU

Palermo, Via D'Amelio, 19 de julho de 1992: quase nada restou do carro-bomba que matou o magistrado Paolo Borsellino e cinco guardas. Os mafiosos interceptaram uma chamada telefônica de Borsellino a sua mãe, anunciando a data e a hora em que lhe faria uma visita. Ele era um dos principais colaboradores de Giovanni Falcone na luta contra a máfia.

ONU

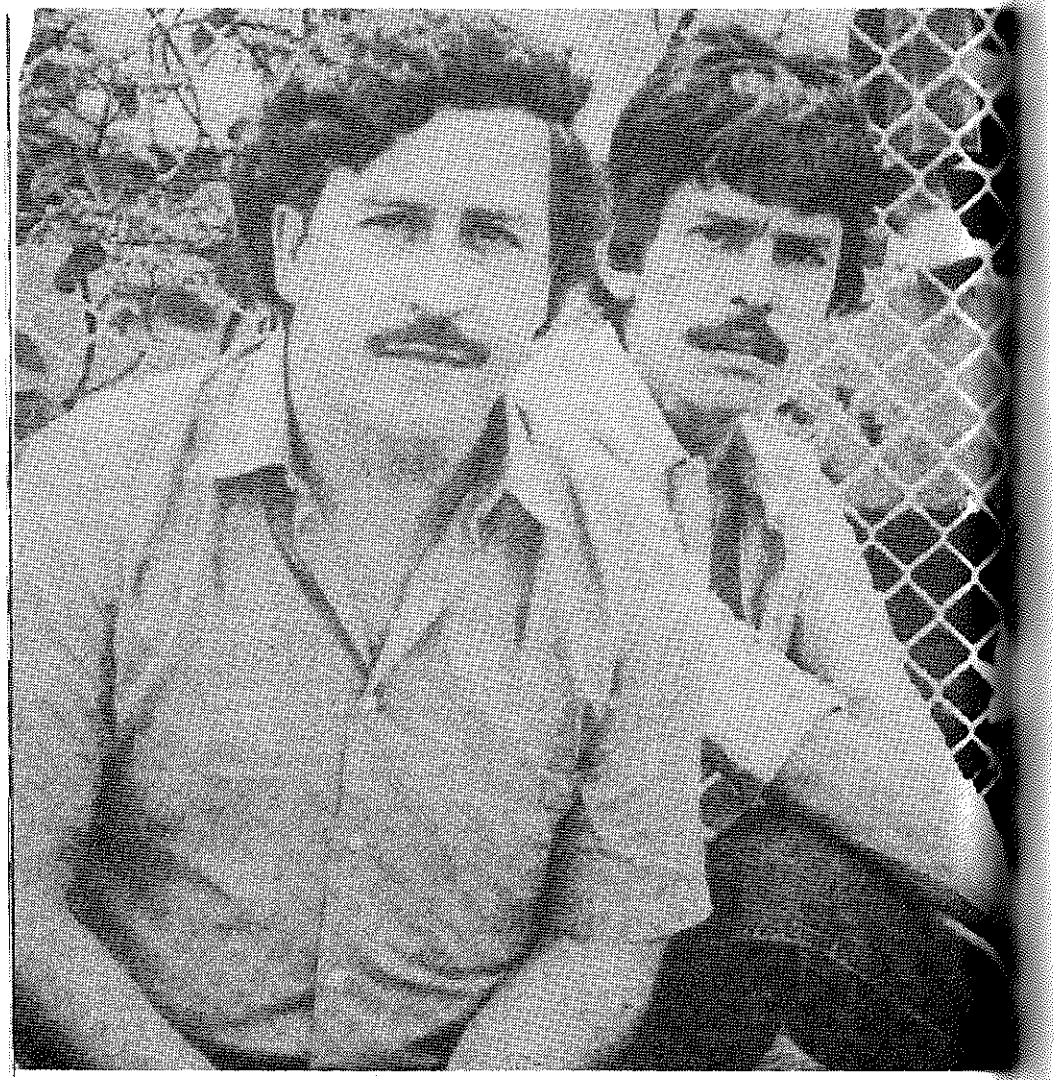


Totò Riina, apelidado "u Curtu", chefão da Cosa Nostra siciliana, foi preso em 15 de janeiro de 1993, após 22 anos de buscas pela polícia. Segundo os "arrependidos" (ex-membros da máfia que se tornaram informantes da polícia), Totò ordenou o assassinato de Giovanni Falcone e de Paolo Borsellino e impôs um clima de terror entre as famílias.

ONU

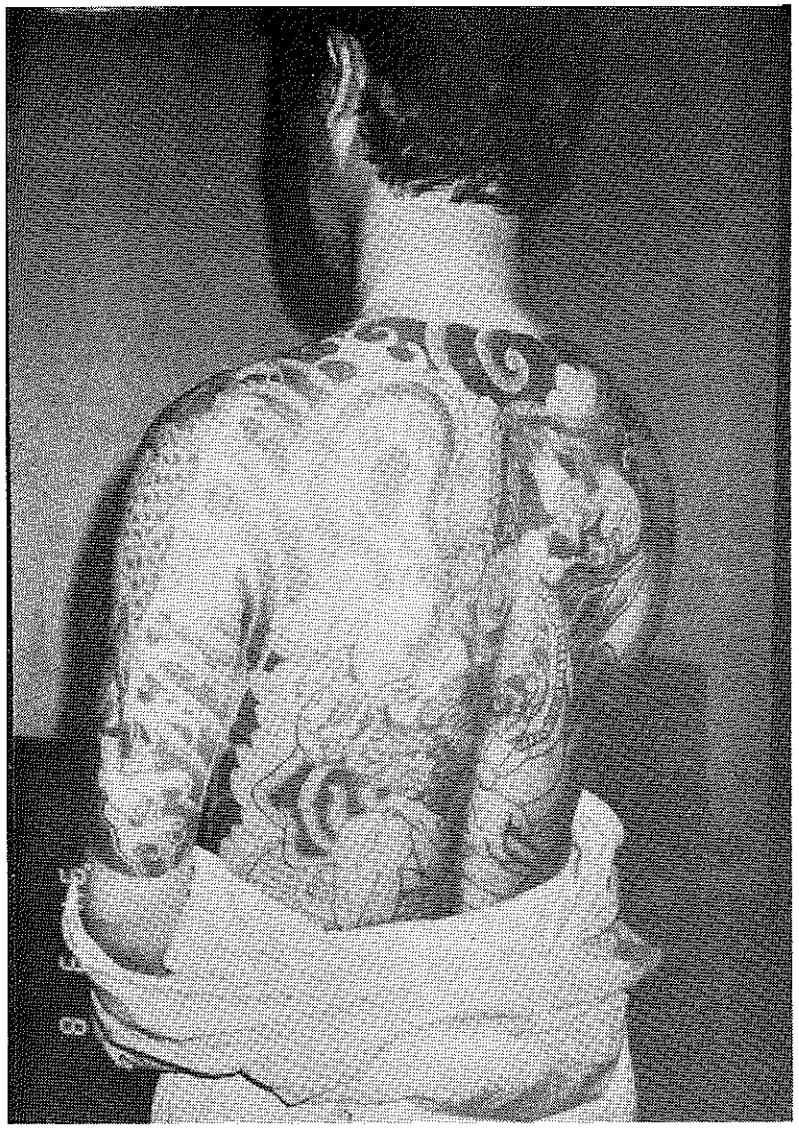
John Gotti, chefe da "Famiglia Gambino", de Nova York, construiu um poderoso império baseado na exploração ilegal do jogo e da prostituição. Escapou quatro vezes à condenação, mediante o assassinato de testemunhas-chave, para ser finalmente condenado graças ao depoimento do "arrependido" Sam Graviano.

ONU



Pablo Escobar, "chefão" do Cartel de Medellín, foi morto em 2 de dezembro de 1993 por uma força policial especial. Graças ao narcotráfico, chegou a acumular uma fortuna de US$ 3 bilhões. Violento, sabia também ser populista: patrocinava campanhas de caridade, angariando a simpatia de parte da população, que o chamava de "Don Pablito".

Bill Kimura



O corpo tatuado de Hitoshi Tanabe, preso pela PF brasileira em março de 1994, é a marca inconfundível da Yakuza, a máfia japonesa. Tanabe, líder da facção Yamaguchi-Gumi da Yakuza, implantou no Brasil esquemas de extorsão, prostituição, tráfico de drogas e armas. Sua "base territorial" era o bairro da Liberdade (SP).

ONU

FEDERAL MINISTRY OF FINANCE

FOREIGN EXCHANGE & TRADE RELATIONS DEPARTMENT

FEDERAL SECRETARIAT, IKOYI - LAGOS.

P. M. B. No. 12591
Telegram: FEDMINFIN
Telephone 683143

Ref No. ECA/FERD/X/93/92
Date 14th Sept., 1992

THE DIRECTOR OF FOREIGN OPERATIONS
CENTRAL BANK OF NIGERIA
TINUBU SQUARE LAGOS.

DIRECTOR OF FOREIGN OPERATIONS RECEIVED AND REGISTERED DATE: 14-09-92 CENTRAL BANK OF NIGERIA

CENTRAL BANK OF NIGERIA RECEIVED DATE 14/9/92 International Remittance Office Lagos.

Payment approved & necessary action ok

Dear Sir,

FOREIGN PAYMENT APPROVAL

Please effect payment immediately the amount indicated below to the Beneficiary and debit account 3163.

Amount: US$30,000,000.00
(in words) (THIRTY MILLION, U.S. DOLLARS ONLY)

CONFIDENTIAL

Payee: IMPORTEX - IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.

Bankers: BANESPA S/A.,
ONE BISCAYNE TOWER,
SUITE 3700

APPROVED

ACCOUNT NO. 627.30439.35 ABA-066010474

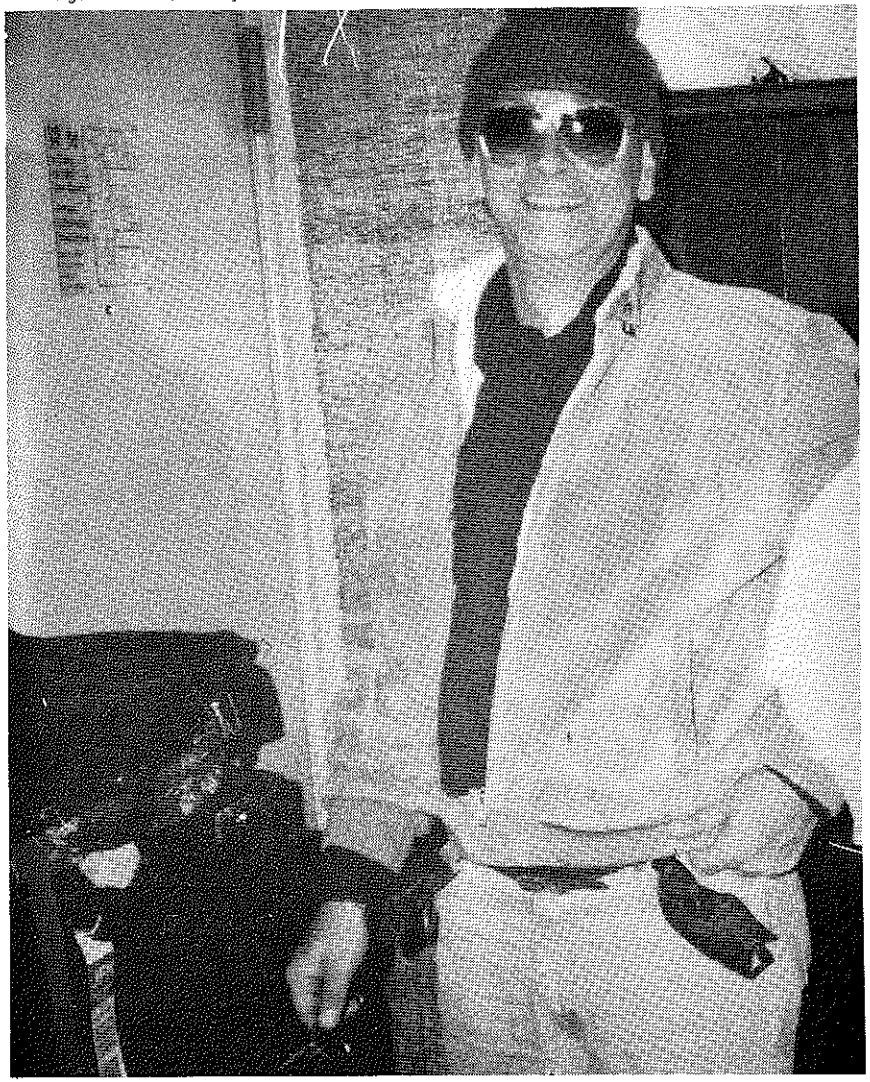
Purpose of Payment: CONTRACT N O: FMAV/SPO/9874/90

FOREIGN EXCHANGE & TRADE RELA DEPT. ... OF ECON. & DEV.

14/9

Reprodução de um documento da máfia nigeriana enviado por fax a mais de 200 empresários paulistanos. Os nigerianos obtinham os endereços e números de telefone dos empresários por meio de registros em câmaras comerciais e associações de classe.

Agência Estado, 04.março.1990



Lourival de Moura Vieira Aquilino, ou "Dr. Neto", era advogado e informante da PF. Ganhava, segundo os policiais, US$ 5 mil por cada quilo de cocaína apreendido graças às suas informações. Foi morto, em 19 de janeiro de 1990, por uma morena de cabelos longos enviada pelo Cartel de Medellín, quando saía de seu escritório no bairro do Paraíso (SP).

Segunda parte

NARCORROTINAS

VI

Criminosos e comunistas

JAJr

Vinte e duas horas, uma agradável noite de setembro, 1990. Os sinos do Kremlin, a fortaleza do império russo, soam com imponência na *Krasnaia Plochad*, a Praça Vermelha de tantas histórias de conspirações e conflitos. Por ali passaram Ivã, o Terrível, Pedro, o Grande, Vladimir Ilitch Lênin, Lev Davidovich Trotski, Josef Vissarionovitch Stalin e uma longa linhagem de imperadores. Ivã ordenou a construção da catedral de Basílio, o Venturoso, com suas famosas cúpulas retorcidas para simbolizar as cabeças decepadas dos chefes de exércitos islâmicos por ele derrotados. Só Stalin, entre tantos su-

cessores, faria jus à sua estética da vingança. Krasnaia Plochad. *Krasni*, em russo, quer dizer vermelho, mas tem também, originalmente, a conotação de algo belo. O belo é vermelho, o vermelho é belo. No alto da torre do Kremlin, a bandeira comunista, iluminada por poderosos holofotes, hipnotiza o olhar, galvaniza os sentidos, cria uma sensação de suspense histórico. Cada badalada do sino dura uma eternidade. Até que...

Até que o inconfundível e insuportável sotaque caipira de turistas do meio-oeste dos Estados Unidos rompe e impede qualquer possibilidade de sentimentos ou reflexões mais profundos, mesmo naquele cenário repleto de fantasmas. Saímos do mundo da História com agá maiúsculo para o mundo do hambúrguer, o minúsculo agá de todos os dias. Há pouca coisa mais deprimente do que essa sensação. Os turistas querem ver a troca da guarda do Mausoléu de Lênin. É um ritual impressionante, para quem tem o estranho hábito de apreciar coreografias militares. Com extrema precisão, soldados jovens, altos e fortes, parte da elite do Exército Vermelho, percorrem a passo de ganso, ao som das badaladas, os cem metros que separam a entrada do Kremlin da porta do mausoléu. Ali rendem seus companheiros, que acabam de completar sessenta minutos de absoluta imobilidade, qualquer que tenha sido a temperatura —que varia de 35 graus no curto verão a 50 negativos no inverno. A platéia aplaude e pede bis.

PROSTITUTAS

No meio da multidão, passeiam mulheres russas deliciosas, altas, loiras, de brilhantes olhos azuis, esperando atrair a atenção de algum estrangeiro. Muitas são estudantes universitárias, médicas, professoras, engenheiras. Exercendo a sua profissão, elas ganharão, com sorte, um salário mensal de duzentos rublos, o equivalente a US$ 10 no câmbio negro. Uma noite de programa com um turista poderá lhe render pelo menos US$ 100, o equivalente a dez meses de salário, além de meias de *nylon*, camisas de seda e outros artigos "luxuosos", em geral inacessíveis. Entre soldados e caipiras, a prostituição mais vulgar impera na Praça Vermelha, às portas do Kremlin, diante do Mausoléu de Lênin. Poucas vezes a história criou um contraste tão grande entre a imponência de fatos passados e a

decadência do presente. Com todo seu imenso espaço, a Praça Vermelha me dá asfixia.

Essa foi minha última visita à Praça Vermelha, em 1990. Eu concluía, então, uma estada de quase três anos como correspondente da *Folha de S.Paulo* em Moscou. Como jornalista, acompanhei Mikhail Gorbatchov em quase todas as suas andanças pelo mundo nesse período, de Pequim a Roma. Entrevistei escritores, políticos, juristas, intelectuais, antigos dissidentes e judeus perseguidos em outras épocas, cosmonautas, atletas, cientistas. Conversei com muita gente na rua — trabalhadores, prostitutas, feirantes, policiais, jovens —, debati temas políticos e sociais com agentes da KGB e fui até assaltado por uma das famosas máfias que atuam em Moscou. Cinco anos depois, eu me lembro com melancolia daquela última visita à Praça Vermelha. Agonizava, então, uma fase da história marcada pela busca "científica" de uma sociedade justa. Milhões de pessoas, incluindo aquelas com quem convivi, teriam seus destinos mais uma vez radicalmente transformados.

1988: CLIMA DE ABERTURA

Quando cheguei a Moscou, em junho de 1988, terminavam os festejos em comemoração aos mil anos da Igreja ortodoxa russa. Pela primeira vez em sete décadas, os cristãos tiveram a possibilidade de manifestar livremente sua fé. Ronald Reagan acabara de deixar o país, e o Partido Comunista iniciava os preparativos para a sua decisiva 19ª Conferência, realizada em junho e julho. Era um clima de efervescência, e por todos os cantos as pessoas discutiam política. Começava-se a dizer em voz alta aquilo que em anos anteriores seria suficiente para garantir ao "subversivo" uma viagem sem volta aos campos gelados da Sibéria.

Logo depois da conferência do PCUS, o que mais me causou impacto foi o julgamento do general mafioso Iúri Tchurbanov, em setembro de 1988. Os promotores Telman Gdlian e Nicolai Ivanov foram transformados em quase heróis pela gente comum, das ruas. As pessoas ficavam perplexas com as revelações, diariamente estampadas no *Pravda* (jornal oficial do PCUS), sobre a "máfia do algodão" e os vínculos entre os altos funcionários do partido e do Estado e as organizações criminosas.

A praça Púshkin, a escassos quinhentos metros da Praça

Vermelha, tornara-se um centro de discussões públicas. Uma anedota muito repetida no local era a seguinte: três tubarões se encontram e contam como foi seu último banquete. O primeiro diz que se deliciou com uma gorda turista na Côte d'Azur, outro com um forte pescador. O terceiro faz cara feia e diz que teve uma indigestão, pois engolira um burocrata comunista cheio de medalhas no peito que, com roupa e tudo, se banhava no mar Negro (onde Brejnev costumava passar suas férias). Sacha, um rapaz de dezenove anos, diz numa das rodas da praça Púshkin que não aprova a pena de morte, mas que no caso de Tchurbanov não a veria com maus olhos.

Mas nem todos os russos estavam otimistas com o que vinha acontecendo. Para muita gente, o julgamento de Tchurbanov não passava de uma manobra política de Mikhail Gorbatchov, ansioso para se livrar dos "brejnevistas", contrários às reformas. O armênio Karen Artmanian, um senhor de cinqüenta anos, dizia não estar surpreso com os acontecimentos. "Todo mundo sempre soube desses crimes. E vai continuar assim." Outros afirmavam que "bater em cachorro morto não tem graça". Alguns integrantes da organização oposicionista União Democrática, à época ilegal, lembravam que os abusos do poder ainda eram uma constante, e que ali mesmo, naquela praça, uma manifestação havia sido reprimida algumas horas antes. "Será que isso vai acabar? Duvidamos", dizia um porta-voz do grupo.

DA SIBÉRIA AO AFEGANISTÃO

Quando cobri a retirada soviética do Afeganistão, em agosto de 1988, tive a oportunidade de conversar com muitos desses soldados. Eram, em sua maioria, jovens de dezoito ou dezenove anos. Andrei S., por exemplo, era da Sibéria, acostumado a baixíssimas temperaturas durante nove meses do ano, e tinha que enfrentar, ali, um calor sufocante de 40 graus ou mais a maior parte do tempo. No início de nossa conversa, Andrei repetiu, como de praxe, a lenga-lenga sobre estar orgulhoso de participar da Guerra do Afeganistão na qualidade de um "guerreiro internacionalista". Quando baixou a guarda, confessou que a única coisa que realmente queria era voltar para casa, onde tinha uma bela namorada, cuja foto mostrou, com algum rubor na face.

Foi no Afeganistão que tive uma das piores experiências de minha vida. Junto com outros vinte correspondentes internacionais, tomei parte de uma equipe que havia sido autorizada, pela primeira vez, a visitar a frente de batalha e entrar nas instalações militares soviéticas. Para isso, teríamos que voar de Cabul, a capital, para Herat, a novecentos quilômetros de distância, quase na fronteira com o Irã. O vôo teria que ser noturno, pois à luz do dia seríamos alvo fácil para os *mudjahedin* (guerrilheiros muçulmanos). De noite, o vôo teria que ser realizado com o avião completamente às escuras, e ainda assim corríamos o risco de ser detectados pelo som. Decolamos às 23 horas. O piloto, que me pareceu vesgo, era bigodudo e usava um turbante árabe.

A maioria dos jornalistas já estava embriagada antes mesmo de as turbinas começarem a funcionar. Como não bebo, nem pude usar esse recurso para "escapar" ao pesadelo. Durante o trajeto, vários mísseis Sting passaram ao lado do avião — longe o suficiente para não causar dano, mas suficientemente perto para fazer o aparelho balançar. Os mísseis, sensíveis ao calor liberado pela máquina de voar, eram "enganados" por projéteis que emanavam alta temperatura, disparados pela nossa tripulação com esse objetivo. Depois do terceiro ou quarto míssil, dormi. Era uma óbvia reação emocional ao *stress*.

Nos bazares do Afeganistão, em Cabul, Herat, em todos os povoados, o comércio era intenso, mesmo debaixo da guerra civil. Em qualquer um daqueles mercados podia-se encontrar mais produtos à venda do que em Moscou inteira. Falando assim parece exagero, mas eu me acostumei à sensação de desconfiança que as pessoas manifestam sempre que falo de Moscou e da vida no comunismo. Os russos se deliciavam naquelas tendas atulhadas de coisas, de tapetes persas a refrigerantes, passando por jóias, artesanatos raros, sedas e... obviamente, drogas. Claro que as drogas não eram livremente expostas, mas era muito fácil encontrar o caminho. Afinal, o Afeganistão (assim como o Paquistão, regiões da Índia e outras áreas da Ásia central) tornou-se produtor de maconha e papoula, além de corredor do narcotráfico. A guerra facilitou as coisas e transformou em negócio altamente lucrativo a venda das drogas para os próprios soldados russos.

NUNCA NADE NO RIO MECKONG

Comércio e guerra sempre andam muito juntos. É na guerra, aliás, que o mercado negro ganha força total, e muita gente enriquece. Tive a mesma sensação no Camboja, em setembro de 1989, quando cobri a retirada do exército vietnamita, que mantinha aquele país sob ocupação. Havia contrabando de tudo. Numa barraca à beira do rio Meckong, na região contra a qual a Casa Branca ordenara bombardeios secretos e selvagens nos anos 60, encontrei até uma abençoada garrafa de Perrier contra o sufocante calor de quarenta graus à sombra. Os americanos, aliás, deixaram para sempre a sua marca no país. Quando quis nadar no rio, meu intérprete cambojano, um sujeito muito simpático, olhou para mim como se eu estivesse completamente maluco. Explicou, depois, que eu poderia esbarrar em alguma mina americana, ou contrair uma doença nas águas do rio, infestadas dos produtos químicos ali jogados pelos "heróicos" bombardeios de Tio Sam.

Vinte anos depois da Guerra do Vietnã, aquela região tornara-se uma das rotas preferidas pelos "chefões" do Triângulo de Ouro, os exportadores de heroína do Laos, Mianma (antiga Birmânia) e Tailândia. Tentei, contra todas as advertências de meu intérprete, entrar em contato com alguém vinculado ao narcotráfico. Como no Afeganistão, qualquer centro urbano no Camboja, por menor e mais pobre que fosse, apresentava um intenso movimento comercial. Quando não estavam comprando, as pessoas se reuniam para falar, discutir, comer. Era óbvio que estavam acontecendo coisas fascinantes para um estrangeiro — eventualmente, até comércio de drogas —, mas o idioma era uma barreira intransponível.

Mas não era só a questão do idioma. Logo aprendi que naquela região — e, de certa forma, em todo o Oriente, sem que com isso eu pretenda fazer qualquer generalização racista — era muito comum a expressão facial do sujeito não apenas ocultar seus sentimentos, mas negar aquilo que ele realmente estava querendo dizer. Por exemplo, tive como "guia" no interior do Camboja um tenente vietnamita que falava um inglês sofrível. Uma noite, quando estávamos acampados perto de uma base guerrilheira de Pol Pot, inimiga do Exército vietnamita, ouvimos tiros ao longe. O tenente, sem parar de sorrir um só instante, pediu licença da forma

mais educada possível, e só quando já estava a uns dez metros de nossa barraca começou a correr na direção dos tiros.

Contrariando as advertências de meu intérprete, eu tentei, em Pnon Penh, a linda capital cambojana, fazer contato com alguém envolvido na questão do narcotráfico. Sempre fui fascinado pela forma de funcionamento das gangues do Triângulo de Ouro e pelas Tríades chinesas. É claro que, devido à barreira do idioma, a periculosidade do assunto e os ritos orientais de aproximação e dissimulação, dei com os burros n'água. Se ficasse por ali alguns meses, ou anos, talvez encontrasse gente disposta a falar. Mas jamais no curto período de vinte dias. Tudo bem, eu era pago para tentar. O mesmo aconteceu em Xangai, uma Zona Econômica Especial (ZEE), aberta aos investimentos capitalistas, onde estive em outubro de 1989, cobrindo a visita de Mikhail Gorbatchov à China. Foi às vésperas do massacre de dois mil estudantes, ordenado pelos burocratas de Deng Xiaoping, em 4 de junho.

O PREFEITO DE XANGAI

Xangai é uma cidade lindíssima. Não por acaso, é conhecida como a "Paris asiática". Sua localização, na costa da China continental, assegurou-lhe a condição de mais importante porto comercial do país. Foi um dos principais cenários da "guerra do ópio" (1839-1842), com a qual o governo britânico tentou liquidar, ou pelo menos controlar, a exportação de ópio chinês para a Grã-Bretanha. Encerrada a guerra, Xangai foi aberta ao comércio externo pelo Tratado de Nanking (1842). Nesta cidade surgiram as primeiras grandes organizações sindicais chinesas (em 1919) e ali foi criado o Partido Comunista (1922).

Como se vê, a cidade é uma espécie de "berço da modernidade" da China continental. Depois que Deng a transformou em ZEE, no final dos anos 70, o comércio vingou, e com ele o contrabando e o narcotráfico. Xangai tornou-se um dos pólos mais poderosos das Tríades, baseadas em Hong Kong. Sabe-se, hoje, que os poderosos tentáculos da organização envolvem a própria cúpula do Partido Comunista chinês, e isso é visível no dia-a-dia do lugar.

Lembro-me nitidamente, por exemplo, de que, quando o prefeito da cidade recebeu Gorbatchov, ele tinha à sua disposição a mais luxuosa limusine que já vi em minha vida. Considerando-se

que cobri alguns dos mais importantes encontros de cúpula das superpotências, isso não é pouca coisa. O extremo luxo abundava em cada detalhe da comitiva chinesa, dos ternos aos carros. A corrupção estava na cara de seus membros. Revoltante, ainda mais quando se sabe que a escassos quilômetros dali centenas de milhares de chineses trabalhavam em regime de semi-escravidão (o "salário" era inferior a US$ 1 por doze horas carregando carga) nos portos exportadores.

Em Xangai aconteceu algo muito curioso. O prefeito, esse cidadão comunista acima de qualquer suspeita, um homem sem dúvida preocupado com o futuro da humanidade, quis mostrar a Gorbatchov como funcionava uma ZEE. Fomos todos — Gorbatchov, sua mulher Raíssa, burocratas chineses, correspondentes internacionais, agentes da segurança, etc. — visitar uma fábrica japonesa de elevadores. Quando Gorbatchov e Raíssa entraram num dos elevadores e tentaram fazê-lo funcionar, a máquina permaneceu completamente parada. Entre risos e constrangimentos, não agüentei a oportunidade e gritei, de trás de uma linha de orangotangos da segurança: "É porque o senhor está muito gordo. Com excesso de peso, o elevador não funciona". Com sua típica presença de espírito, ele respondeu: "Que nada. Isso serve para mostrar que não é só a tecnologia soviética que deixa a desejar!".

Cada vez que me lembro da China, é inevitável a associação ao massacre da Praça da Paz Celestial. Romeu e Julieta indagavam o que há, afinal, num nome. Neste caso, há uma odiosa ironia. Praça da Paz dos Cemitérios para milhares de jovens que acreditavam que o Exército do Povo não iria reprimi-los. Convivi durante quarenta dias com aqueles jovens, e várias vezes tentei dissuadir alguns deles da idéia ingênua de que os corruptos *capos* de Pequim iriam entregar o poder como conseqüência do movimento pela democracia. Em geral, as máfias se perpetuam no poder. Ou então, quem o toma vira uma nova máfia. O fato é que dois mil jovens foram mortos, para que o prefeito de Xangai continuasse sua orgia.

MOSCOU: TODOS CONTRA TODOS

Cada vez que voltava de uma dessas viagens a Moscou, eu sentia que a capital dos sovietes estava ainda mais à deriva do que quando havia partido, alguns dias ou semanas antes. Ali, a

"guerra" não era tão simples quanto, por exemplo, no Afeganistão. No campo de batalha, sabe-se ao menos quais são os lados em luta. Moscou, nessa época, era uma terra de ninguém. Tudo — todas as referências e parâmetros estabelecidos, todos os consensos sociais — estava desabando subitamente.

Tendo como pano de fundo uma profunda crise econômica, política e social, para não falar do problema das lutas étnicas e dos movimentos das repúblicas pela sua independência, a sociedade começou a descobrir, estarrecida, a profundidade de sua própria miséria. Naquele ano de 1988, a cada quarenta segundos alguém era assaltado na União Soviética, uma mulher era estuprada por hora, e um ser humano era assassinado a cada noventa minutos. O país inteiro era a tal Chicago, anos 20. A sensação de guerra era tão forte que uma das piadas mais populares da época era a seguinte: "Moscou é como um grande harém. Todos aqui sabemos que um dia vão nos violentar. Só não sabemos quando, como ou quem".

O programa *Zvigliad*, os jornais, as pessoas na rua — todos discutiam temas como a prostituição, a Aids (*spid*, em russo), os nove milhões de abortos anuais feitos em péssimas condições higiênicas, o desemprego da juventude, o alcoolismo. Oficialmente, nada disso existia. Era tudo coisa do capitalismo. A mídia mostrava, também, as novas bandas de *rock* e *jazz*, o submundo fervilhante da nova literatura e formas de arte abstratas, antes consideradas símbolos da decadência burguesa. Para dar uma idéia do impacto desse momento na vida dos soviéticos, basta dizer que o *Zvigliad* atingiu, em pouco tempo, a espantosa audiência de 130 milhões de telespectadores.

COOPERATIVAS DAS MÁFIAS

Também nessa época começavam a surgir as primeiras "cooperativas", estruturas de serviços exploradas por indivíduos e não pelo Estado. As primeiras cooperativas eram, em geral, restaurantes e bares onde se podia comer e beber coisas não encontradas nos estabelecimentos estatais. Nada de excepcional: refrigerantes gelados, cerveja e vinho importados, carne de boa qualidade, verduras frescas. Mais raramente, foram criadas cooperativas também no campo e, numa fase posterior, na indústria. Mas foi no setor de

serviços que a máfia encontrou, na segunda metade dos anos 80, o seu campo de expansão. Os grupos mafiosos estabeleciam, diretamente, o seu próprio negócio ou passavam a cobrar "taxas" de proteção aos comerciantes que abriam cooperativas.

O mais comum era as máfias abrirem cooperativas. Afinal, não era fácil obter autorização do Estado para a sua criação. As propinas exigidas pelos oficiais comunistas eram elevadas, e a fiscalização estatal sabia ser implacável com aqueles que não pagassem. Só os grupos mafiosos poderiam ter à sua disposição os meios necessários para esse tipo de empreitada. As cooperativas logo se transformaram em meras fachadas para todo o tipo de trambiques. Prostituição de alto luxo, tráfico de drogas, contrabando de roupas e eletrodomésticos — tudo podia ser negociado nesses lugares, a preços completamente fora do alcance do cidadão comum. Mesmo um jantar nesses estabelecimentos não custava menos do que 50 rublos. Ainda que isso fosse muito barato em dólares (algo em torno de US$ 2,5), representava 25% de um bom salário soviético. A conclusão é simples: russos que jantavam em cooperativas tinham, necessariamente, renda de origem suspeita. Isso não os impedia de consumir lautas refeições acompanhados de belas *diévushkas*.

Foi nessa atmosfera de escândalos, de agonia da velha sociedade soviética, que proliferaram as máfias. Garotos como Antosha, Lubova e Cássia eram alvo fácil dos narcotraficantes. Meninas como Monika podiam, facilmente, cair na prostituição. Depois de muitas décadas de vigência de uma mentira oficial que contrastava absolutamente com a realidade prática, o cinismo tornou-se um recurso necessário à sobrevivência. Muitos se transformavam em mafiosos alegando não terem outra alternativa. Afinal, não eram mentirosos (e, muitas vezes, mafiosos) os dirigentes do país? Quando eu dizia, brincando, que era bolchevique, muitos não entendiam a ironia. Outros achavam que queria dizer, com isso, que tinha influência junto a alguém importante dentro do partido. Curiosamente, ninguém nunca achou que eu estava, de fato, defendendo a revolução socialista.

VENDEM-SE KALASHNIKOVS, GAROTAS, IMPORTADOS...

No final dos anos 80, em certos locais de Moscou, podia-se comprar qualquer coisa, de metralhadoras Kalashnikov a me-

ninas de catorze ou quinze anos, passando por amortecedores de carros importados (não encontráveis em nenhuma oficina estatal). Num destes locais, a feira da rua Bolshaia Pereiaslavskaia, um lugar que não era freqüentado por turistas estrangeiros, tudo custava muito barato. Por US$ 100 podia-se adquirir a metralhadora, por US$ 10 "usar" a menina. Conheci vários desses comerciantes do submundo. Eram, em geral, de origem russa, armênia, georgiana ou azeri. Gente que dá medo encontrar sozinho, à noite, na rua.

Foi alguém assim que me assaltou, numa fria madrugada de primavera, em 1989. Eram 2 horas, eu tinha acabado de chegar de Buenos Aires, depois de passar uma semana no Brasil. Levava uma mala contendo 35 quilos de roupa e "artigos de luxo" como papel higiênico, sabonetes, xampus, pasta de dente e outras miudezas do tipo, além de US$ 1.500 no bolso. Pouco antes de aterrissar no Sheremetievo 2, quando o avião sobrevoava Moscou, olhei as ruas completamente escuras da capital dos sovietes e pensei, pela milésima vez, que eu era demente por estar ali. O litoral norte de São Paulo era, sem dúvida, muito mais agradável.

À saída do aeroporto, tomei um táxi, junto com uma mulher que nunca tinha visto antes. Isso era comum, na cidade. A escassez tornou a privacidade um raro luxo. Quando já estava quase chegando em casa, o táxi foi interceptado por três sujeitos, que poderiam muito bem ser feirantes na Bolshaia Pereiaslavskaia. Ainda esmurrei um no peito, mas fui ameaçado por outro, que portava um punhal velho, com cabo de madeira. "*Ia spakoiniu* (estou calmo)" — disse. Levaram tudo. Naquela época, ainda era raro assaltantes molestarem estrangeiros, e por isso a KGB foi acionada. Em 48 horas, os sujeitos foram presos. Soube, então, que pertenciam a um dos numerosos grupos de mafiosos do Cáucaso. Lidavam com roubo, prostituição e tráfico de drogas. E a mulher que estava comigo era da turma. Gente fina.

Claro que nunca mais vi nada daquilo que eles levaram. Um ano depois, às vésperas de minha saída definitiva de Moscou, os assaltantes foram a julgamento. Ao depor, como testemunha, senti muita pena de seus pais e parentes, que, em prantos, lotavam a sala do tribunal. Pedi clemência e disse que não notei neles nenhuma intenção de me agredir (o que, aliás, era verdade, já que

só fui ameaçado depois de ter reagido ao roubo). Observei também, com ironia, que eles certamente não usufruíram do roubo, já que outros haviam tomado posse do espólio. O juiz preferiu ignorar essa observação.

ESTRANHA SAUDADE DE MOSCOU

Quando deixei Moscou, tinha a sensação muito vívida de que as coisas não poderiam continuar daquele jeito por muito tempo. Algo muito grave teria que acontecer. Mikhail Gorbatchov, na minha opinião um dos maiores estadistas deste século, estava tentando realizar uma transição a frio, da forma mais calma e pacífica possível. Seu maior desafio era ganhar tempo, de tal forma que o país conseguisse construir novas estruturas no lugar daquelas que agonizavam. Mas a marcha dos acontecimentos estava escapando ao seu controle. Em meados de 1990, já proliferavam as cooperativas de fachada para negócios escusos, os clubes noturnos luxuosos, os carros importados dos chefões da máfia, o tráfico de drogas, o banditismo. Começavam a se tornar freqüentes os assaltos a estrangeiros, os tiroteios de rua, a bandalheira total.

Voltei ainda uma vez a Moscou, em novembro de 1992, desta vez para entrevistar Mikhail Gorbatchov. Do avião, a capital já não era escura. Brilhavam os luminosos, os *outdoors*, no melhor estilo de qualquer capital ocidental, como Nova York ou Londres. Estranhamente, ver aquilo me causou mais compaixão ainda pela sorte da Rússia. Eram as luzes da máfia que iluminavam Moscou. Depois dos cinco milhões de mortos na guerra civil, dos quinze milhões de mortos na coletivização imposta por Stalin nos anos 30, depois dos trinta milhões de mortos na Segunda Guerra, depois de tudo a Rússia ainda tateia o seu caminho. É muito cruel. Sinto-me estranhamente apegado ao país e aos destinos de seu povo, talvez por ter tido que "apanhar" tanto para conseguir cumprir ali o mais importante desafio profissional de minha vida. Ao visitar de novo a Praça Vermelha, não mais vi a bandeira comunista, e de novo senti tristeza pelo fim de um sonho. O Mausoléu de Lênin ainda estava lá. E nunca uma múmia me pareceu merecer tanto esse nome.

VII

CRIMINOSOS E NEOLIBERAIS

JAJr

"Você é o anjo caído do paraíso financeiro", disse, em tom nada doce, o juiz Robert Sweet. Tudo aquilo que eu havia lido sobre a relação entre a moral puritana e a esfera pública estava refletido naquela frase. Manhã fria, 31 de janeiro de 1987. O banqueiro Antonio Gebauer, vice-presidente do Morgan Guaranty, uma das mais sólidas instituições financeiras dos Estados Unidos, acabava de ser condenado a três anos e meio de prisão por fraude bancária e a outros três por lesar o Imposto de Renda (o mesmo crime, aliás, que levou Al Capone às grades, em outubro de 1931). Tudo se passava no imponente

Tribunal de Justiça de Nova York, bem perto de Wall Street, centro financeiro do mundo, onde Gebauer havia passado alguns dos dias mais felizes de sua vida. Foi o primeiro caso importante que cobri como correspondente da *Folha de S.Paulo* em Nova York, onde trabalhei ao lado de Paulo Francis.

Aos 43 anos, Gebauer era considerado uma espécie de "menino prodígio" do mercado financeiro. Prometia um grande futuro na "era Reagan" — quando sucesso, eficácia e muito dinheiro era tudo o que importava. Mas a ambição falou mais alto, e o "anjo" caiu por meros US$ 8,7 milhões, que ele teve que devolver a todos os lesados. Envolvido pelo clima de euforia especulativa muito característico do neoliberalismo de Ronald Reagan, Gebauer jogou com dinheiro de investidores, incluindo um grupo de milionários brasileiros. Perdeu.

O banqueiro teve o azar de cair nas garras do promotor Rudolph Giuliani, que, aparentemente, gostava de ser visto como a reencarnação de Eliot Ness, o chefe dos "intocáveis" que lutaram contra Capone. Na mesma época do julgamento de Gebauer, Giuliani abrira processo contra onze executivos do prefeito de Nova York, Edward Koch, todos eles envolvidos em grandes falcatruas financeiras. Levou aos tribunais também os banqueiros David Levine e Ivan Boesky, condenados a pagar ao Estado americano uma multa de US$ 100 milhões e ainda enfrentar uma série de graves acusações.

PERMISSIVIDADE CRIMINOSA

Na "era Reagan" a permissividade criminosa era uma marca característica do "paraíso financeiro". Sucessivos escândalos indicavam, claramente, que havia algo de muito podre em Wall Street. Era um clima semelhante ao de 1929, quando a fúria especulativa encorajada pelo liberalismo do presidente Herbert Hoover levou à quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Em 1933, quando começava a recolocar a economia em seu lugar, com o New Deal, o sucessor de Hoover, Franklin Roosevelt, criou a Securities Exchange Commission (comissão contra a especulação). Para presidi-la, nomeou Joseph Kennedy, pai do futuro presidente dos Estados Unidos — o "velho" Kennedy enriquecera nos anos da Lei Seca, fazendo contrabando de uísque.

O aparente paradoxo entre a preocupação moralizante de Roosevelt e o passado delinqüente de Joseph Kennedy foi assim explicado, pelo próprio Roosevelt: "Ninguém melhor do que alguém do ramo para pegar um ladrão". Frase memorável. Um "ladrão" teria muito o que fazer, de fato, se quisesse trabalhar para moralizar os Estados Unidos da era Reagan. A nova quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1987, provocada principalmente pela orgia especulativa, ameaçou levar o pânico a todos os mercados financeiros do mundo e mostrou até que ponto "a história se repete como farsa".

Eu sempre experimentava um mal-estar quando era obrigado, por razões profissionais, a entrar em contato com os executivos, corretores da bolsa e banqueiros americanos, aquela estranha espécie engravatada, criada nos anos 80 e batizada de *yuppie* (*young urban proffessional*), tão glamourizada em filmes como *9 ½ Semanas de Amor*. Como retrato de seu modo de vida, ainda prefiro *Fogueira das Vaidades*, de Tom Wolfe. Claro que muitos entre os *yuppies*, talvez a maioria, devem ter sido razoavelmente honestos, mas era impossível não sentir a fedentina moral no ar quando se cruzava a Wall Street. O contraste entre a pompa com que eles se enfeitavam, com ternos caríssimos, e o clima de desmoralização que pairava na época era francamente ridículo.

ESCÂNDALO DA DEFESA

Outra grande falcatrua que tive a oportunidade de cobrir de perto foi o desenvolvimento do assim chamado "escândalo da Defesa". Precisamente porque no governo Reagan os gastos com a Defesa atingiram níveis astronômicos, é nesse setor que funcionários do governo revelaram mais claramente sua vocação para a prática de corrupção e malversação dos fundos públicos. O "escândalo da Defesa" envolveu bilhões de dólares disputados ilegalmente por executivos, funcionários de alto escalão do governo, empresas fornecedoras de armas e até agentes e ex-agentes da CIA.

Em junho de 1985, agentes do Departamento da Defesa descobriram documentos do governo altamente secretos entre os papéis de uma companhia privada fornecedora de armas, a GTE. Isso mostrou que o governo estava sendo espionado por empresas

que queriam obter melhores condições de conseguir contratos bilionários para a produção de armas. Em outubro, investigadores da Defesa e da Justiça anunciaram que estavam investigando denúncias de que "assessores" de 25 fabricantes de armamentos haviam subornado funcionários do Pentágono em troca de informações confidenciais. As investigações atingiam até o ex-secretário da Marinha, John Lehman Jr., e seu assessor Melvyn Paisley. Em setembro de 1986, um "assessor" ofereceu segredos do Pentágono a uma companhia, que informou o Serviço de Inteligência da Marinha. A oferta do "assessor" foi gravada e ele foi levado a denunciar outros integrantes da rede de espionagem.

Em abril de 1987, o secretário da Marinha John Lehman Jr. e seu assistente Melvyn Paisley foram obrigados a renunciar. Em 14 de junho de 1988, o FBI divulgou o curso de suas investigações. Uma semana depois, o caso foi levado a um júri federal. O Departamento da Justiça iniciou 275 processos, ordenou a busca em 38 escritórios e casas e colocou sob investigação dezenas de "assessores" e vinte fornecedores de armas. O secretário da Justiça Edwin Meese, que um ano antes fora processado por ter forçado a concessão de um contrato sem concorrência à fabricante de ferramentas Wedtech, foi novamente acusado de ter sido negligente, no mínimo, com a prática de fraudes e subornos na indústria de armamentos. Completamente desmoralizado, Meese tentou, ainda em vão, defender a atuação do Departamento da Justiça.

IRÃ-CONTRAS: A GRANDE FARSA

Foi também em 1987 que se deu o auge do escândalo Irã-Contras. A coisa toda começou a piorar em 4 de novembro de 1986, quando o presidente do Parlamento do Irã, Hashemi Rafsandjani, revelou que Robert McFarlane, ex-assessor de Reagan para Assuntos de Segurança, tinha viajado secretamente a Teerã (capital iraniana). Seu objetivo era conseguir que o governo iraniano interferisse junto à organização terrorista Jihad-al-Islami para conseguir a libertação de reféns estrangeiros seqüestrados no Líbano. A notícia causou estranheza, pois isso se contrapunha à política oficial da Casa Branca, de não negociar com terroristas. No dia seguinte, os jornais *The New York Times* e *The Washington Post*

denunciaram um acordo secreto mediante o qual os Estados Unidos forneceriam armas ao Irã, em troca da libertação de alguns reféns americanos. Washington também liberaria US$ 3,5 bilhões do Irã congelados em bancos americanos, além da devolução de outros US$ 10 bilhões que pertenciam ao xá Mohamed Reza Pahlevi, deposto em 1979 pela revolução de Khomeini.

No começo, a Casa Branca desmentiu tudo. Depois, sob pressão dos fatos, Reagan admitiu, em 15 de novembro, que "pequenas quantidades de armas" haviam sido entregues ao Irã. Lançando nova "bomba" no caso, o jornal isrralense *Hadashot* revelou que Israel servira de intermediário na transação com o Irã, da qual tinha participado também o coronel Oliver North, assessor do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Foram citados, pela primeira vez, os nomes dos negociadores de armas Adnan Kashogui e Manucher Gorbanifar.

Em 25 de novembro, o secretário da Justiça dos Estados Unidos, Edwin Meese (ele, de novo), revelou que parte do dinheiro recebido pelas armas vendidas ao Irã, algo entre US$ 10 milhões e US$ 30 milhões, tinha sido depositado em contas de bancos suíços pertencentes aos "contras" — mercenários que lutavam contra o regime sandinista (socialista) nicaragüense. Acontece que o Congresso havia proibido ao governo americano prestar qualquer ajuda aos "contras", sem que antes houvesse uma ampla discussão no Parlamento. Ou seja, o Executivo estava burlando a lei, mediante o uso de uma operação clandestina.

O almirante John Poindexter, chefe do Conselho de Segurança Nacional, e o coronel Oliver North foram forçados a renunciar ao cargo. Reagan teve que concordar com a formação de uma comissão especial de inquérito, integrada pelo senador John Tower, pelo ex-conselheiro de Segurança Nacional Brent Scowcroft e pelo ex-secretário de Estado Edmund Muskie. Durante os interrogatórios, ficou claro que altos funcionários do governo estavam envolvidos na operação, incluindo o então vice-presidente George Bush, e, muito provavelmente, o presidente Reagan. As conexões envolviam bancos em "paraísos fiscais" como as ilhas Caimã, e indicavam até contatos com organizações de narcotraficantes. Reagan negou, o tempo todo, conhecimento sobre os detalhes da operação ou que tivesse dado autorização para ajuda aos "contras". North, assumindo abertamente toda a responsabilidade

para defender o presidente, queimou em seu escritório uma enorme quantidade de documentos.

Durante semanas, a televisão americana transmitiu, ao vivo, os trabalhos da comissão de inquérito, que interrogava todos os suspeitos na sede do Congresso Nacional. Não perdi uma sessão. Era espantoso ouvir os depoimentos dos mais importantes representantes do mais importante Poder Executivo do hemisfério ocidental, todos confessando crimes e procedimentos repugnantes. Emergiu da série de depoimentos uma complexa rede envolvendo contrabandistas de armas, especuladores, chantagistas, jogo de influência e poder. Mas o principal dado, o pano de fundo de toda essa situação era o absoluto desprezo à democracia manifestado pelo Poder Executivo dos Estados Unidos.

NO PAÍS DO RAMBO-NORTH

Naquela época, o grande herói nacional americano era Sylvester "Rambo" Stallone. Rambo era um guerreiro destemido, um guerrilheiro armado até os dentes com metralhadoras, pistolas, morteiros e tudo o que havia de mais sofisticado no arsenal americano. Odiava os comunistas, mas odiava, também, os "malditos políticos" do Congresso dos Estados Unidos, que impunham freios à sua ação justiceira. Rambo queria entrar clandestinamente em lugares como o Vietnã e a Nicarágua para combater os comunistas e fazer justiça com as próprias mãos. Desgraçadamente, os "janotas de Washington", isto é, os congressistas, impunham certos limites derivados das relações estabelecidas pelo Direito Internacional.

Rambo Stallone, sucesso de bilheteria, foi recebido como herói na Casa Branca por Ronald Reagan, um ex-ator de filmes B em Hollywood. Rambo era a imagem forte da América. Era a "vingança" dos que foram feridos e/ou derrotados na Guerra do Vietnã. Era a promessa de que seria restituída a virilidade a um país guerreiro que estava imerso em escândalos e contradições. Era o ideal de parte da classe média que estava encolhendo como conseqüência da crise. Era a vingança antidemocrática contra os que defendiam os direitos civis, a integração racial, as instituições forjadas pelo *New Deal* de Franklin Roosevelt. Rambo era a face irada de uma América diminuída.

Oliver North, o principal personagem do escândalo Irã-Contras, lembrava muito Rambo, por sua idade, aspecto físico truculento e feições pouco inteligentes. Ele foi festejado por uma parcela significativa de pessoas. Lembro-me de ter visto muita gente andando com camisetas que portavam sua fotografia estampada e broches com seu nome, mesmo em Nova York, talvez a menos americana das cidades americanas. Em Washington e em regiões mais conservadoras, como o centro-oeste dos Estados Unidos, houve algumas passeatas em seu apoio, durante a semana de seu depoimento, iniciado em 7 de julho de 1987. A popularidade de Reagan também cresceu, depois que ele abandonou uma postura passiva e assumiu um discurso agressivo, dizendo serem legítimas as ações cujo objetivo era eliminar o comunismo.

Enquanto durou o escândalo, pairou sobre a Casa Branca o fantasma de um novo processo de *impeachment*. As mal cicatrizadas feridas de Watergate foram reabertas, e os políticos, intelectuais, congressistas e cidadãos comuns se perguntavam se a América suportaria a deposição de outro presidente. Multiplicaram-se os programas de televisão em que as pessoas se perguntavam o que é que estava acontecendo com a América, com os valores americanos. Os Estados Unidos começavam a descobrir que seus valores ideais estavam na lata de lixo. Eram os efeitos, na esfera psicossocial, das transformações que o neoliberalismo desenfreado de Reagan estava produzindo no país.

DECOMPOSIÇÃO MORAL

Outro sintoma da decomposição moral foi o mero fato de Reagan não ter caído, apesar de tudo. Richard Nixon, por muito menos, perdeu o seu cargo. O primeiro a ser condenado pela participação na operação foi Oliver North, mesmo assim apenas em 4 de maio de 1989. O júri o considerou inocente de nove acusações e culpado de três: auxiliar e praticar a obstrução de trabalhos do Congresso; adulterar, remover, destruir e esconder documentos do Conselho de Segurança; aceitar ilegalmente a instalação de um sistema de segurança para sua casa no valor de US$ 13 800. Sua pena não poderia ser mais suave: três anos de prisão domiciliar, multa de US$ 150 mil e uma ordem de realizar 1 200 horas de serviços para a comunidade. A sentença foi

recebida em meio à indiferença da opinião pública e o aplauso dos admiradores de North.

Os Estados Unidos já não viviam o clima efervescente do começo dos anos 70, quando estavam no auge as lutas pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã. Já não havia o clima de indignação moral que produziu a queda de Nixon. Em meados dos anos 80, a América democrática já estava subjugada pelas corporações. Passiva, perplexa, entorpecida. A Casa Branca venceu, a democracia perdeu.

EX-AGENTE AGEE: "A CIA É TERRORISTA"

Em junho de 1987, no auge do escândalo Irã-Contras, entrevistei o ex-agente da CIA Philip Agee. Ele estava visitando clandestinamente os Estados Unidos, já que seu passaporte havia sido cassado, em 1979, pelo governo americano. Agee trabalhara para a CIA durante doze anos, no Uruguai, México e em outros países latino-americanos, até demitir-se, em 1968. Escreveu, então, um livro revelando segredos da organização, que foi considerado pelo Departamento de Estado como um "sério ataque" à segurança nacional dos Estados Unidos. Durante a entrevista, o ex-agente declarou que a CIA praticava "ações de terrorismo e de estímulo à guerra" na América Central, Oriente Médio, Angola e outros países, e que havia deixado a agência porque começara a perceber que suas ações, "ao contrário de fortalecer as democracias, favoreciam as oligarquias retrógradas e as ditaduras militares. Eu não queria estar envolvido com isso".

Segundo Agee, "durante a administração Reagan a CIA recebeu, proporcionalmente, mais verbas do que qualquer outra agência governamental, incluindo o Pentágono. A sua principal atividade, nesse período, concentrou-se em operações secretas, do tipo Irã-Contras". O agente caracterizou a política externa de Reagan como "terrorismo de Estado" e disse que, ao contrário do que afirmavam os envolvidos no escândalo Irã-Contras, Reagan sabia de tudo o tempo todo, incluindo a prática de inúmeras ações ilegais.

Essas ações, como o próprio escândalo encarregou-se de mostrar, implicavam, muitas vezes, alianças espúrias com os mesmos narcotraficantes contra os quais voltava-se, oficialmente, a retó-

rica de Reagan. Entre eles, por exemplo, o próprio Manoel Antonio Noriega, homem forte do Panamá, que seria deposto em dezembro de 1989, mediante a invasão do país pelos Estados Unidos. O detalhe é que Noriega estava na folha de pagamentos da CIA desde, pelo menos, 1967...

É fascinante o cinismo, a falta de caráter do governo americano. Washington exibe a lei para combater o narcotráfico, quando são eles os primeiros a ignorá-la, inclusive para associar-se, quando lhes interessa, aos narcotraficantes. Em nome do combate ao narcotráfico, violam a soberania dos povos, invadem países, pressionam governos, exercem o mais puro e brutal imperialismo. Boa parte da população da Nicarágua, de El Salvador, da Colômbia e do Peru tem essa percepção da questão. Na Colômbia, por exemplo, Pablo Escobar Gaviria, o ex-chefão do Cartel de Medellín, morto num tiroteio em dezembro de 1993, era considerado um herói pelos habitantes mais pobres de Medellín e Envigado, o vilarejo onde nasceu. Mesmo em Bogotá, ouvi muita gente defendendo os cartéis de Cali e Medellín, principalmente porque seus chefes teriam *cojones* para enfrentar as pressões da Casa Branca.

A SAGA DE "DON" PABLITO

"Don" Pablito, como era chamado pelos seus apoiadores, era um sujeito corpulento, moreno, bigodinho bem cuidado, altura mediana (não chegava a 1,70m), alguém, enfim, que não chamaria a atenção de um transeunte desavisado, exceto, talvez, pelo olhar. Era um olhar perigoso, feroz e acuado. De fato, entre os narcotraficantes ele foi o mais violento e implacável. Começou a carreira pobre, como ladrão de carros. Ordenava o assassinato de juízes, ministros de Estado e policiais com a mesma tranqüilidade com que fechava acordos com a Igreja da Colômbia para patrocinar, por exemplo, campanhas como *Medellín sin Tugúrios* (Medellín sem favelas). A ele atribui-se a responsabilidade por 240 assassinatos, incluindo o de Luís Carlos Galán, candidato à presidência colombiana, em agosto de 1989.

Inteligente, Escobar sabia praticar o populismo e a demagogia para angariar simpatias. Distribuía benefícios entre a população mais pobre, pagando em suas empresas o dobro, em salários, do que era normalmente pago no resto do país. "Pablo deu

emprego a muita gente. Tem muitas indústrias e negócios, além do narcótico. Trouxe prosperidade para Medellín e paga seus funcionários muito melhor do que as outras empresas, onde o salário médio é de 50 mil pesetas (inferior a 100 dólares)", disse um motorista de táxi local.

A cidade, de fato, tinha uma aparência de grande prosperidade. Eu esperava encontrar um mísero *pueblo* perdido no meio da floresta, mas encontrei um centro urbano muito limpo, com prédios de arquitetura arrojada e *shopping centers* que rivalizavam com alguns que vi nos Estados Unidos. E a burguesia local vive muito bem. Ali comi um dos melhores pratos de frutos do mar. Chegavam de avião, fresquíssimos, da costa colombiana. Escobar, além de pagar melhores salários, financiava times de futebol, obras de caridade e, segundo circulava na cidade, era muito carinhoso com sua mãe e com sua família, e um bom chefe para seus subordinados.

Em junho de 1991, veio a "bomba": Pablo Escobar estava disposto a se entregar às autoridades colombianas. Aparentemente, estava sendo acuado em um nível insuportável por agentes da DEA, da polícia colombiana e por rivais do Cartel de Cali. Uma dona de armazém em Envigado, visivelmente simpática a Escobar, descreve da seguinte forma os seus motivos: "Pablito está cansado de lutar. Já tem fortuna suficiente para viver tranqüilo o resto de sua vida. Então, se puder cumprir pena na Colômbia, por uns vinte anos, reduzidos por bom comportamento, saldará suas dívidas e estará seguro. Para que continuar lutando?". Escobar juntou uma fortuna pessoal de aproximadamente US$ 3 bilhões. Nos cálculos da moça, até que valeriam a pena alguns anos de "cana" para, depois, desfrutar dessa fortuna.

Cobri a "prisão" de Escobar, em junho de 1991. Sua rendição foi negociada por intermédio do padre católico Garcia Herreros, um velhinho de 84 anos que descrevia o narcotraficante como uma espécie de santo. É notável como algumas contribuições financeiras conseguem operar todo tipo de milagre. O "chefão" impôs, praticamente, todos os termos de sua própria prisão, incluindo o principal: a aprovação, pela Assembléia Constituinte, de uma lei que impediria sua extradição para os Estados Unidos. Escolheu também o lugar onde ficaria "preso" — uma espécie de fortaleza que, se bem protegida, tornaria impossível um ataque-

surpresa por parte de seus inimigos. Com isso, Escobar estava, na verdade, comprando a tranqüilidade para gerir os seus negócios, sem os sobressaltos permanentes de alguém caçado por todos os lados.

Visitei a "prisão" de Pablo Escobar — um cenário bucólico no meio das montanhas, de fazer inveja ao melhor de Mauá (RJ), Monte Verde (MG) ou Campos de Jordão (SP). Pois muito bem: aí ficava a "prisão", no alto de uma encosta, com paisagem pontilhada por cachoeiras e riachos. No pé do morro fica Envigado. Duas ironias: o local era do próprio Escobar, e ali funcionava um centro para reabilitação de viciados em drogas. Junto com Escobar foram "presos" dez outros membros do Cartel de Medellín, todos necessários para que ele continuasse comandando as operações. Na "prisão", as celas eram muito amplas, com espaço para a prática de esportes e com direito a televisão. Em tom de brincadeira, perguntei ao comandante de batalhão Girardo, da 4ª Brigada do Exército (encarregado da vigilância externa do local), o que seria necessário para que eu também ficasse "preso" ali. Muito sério, respondeu que eu teria de ser igual a "don" Pablito.

UM ENCONTRO COM PISTOLEIROS

Quando ainda estava em Medellín, tive contato com dois membros do cartel. Eu queria conversar com algum comparsa de Escobar, mas não sabia como. Utilizei, então, um recurso perigoso, mas que às vezes dá certo: de "caçador" transformei-me em "caça". Fui a um clube noturno da cidade usando uma camiseta estampada com palavras em português e dei ares de alguém curioso, que anota tudo — o estereótipo, enfim, de um jornalista ingênuo. Como havia correspondentes do mundo inteiro na cidade naquela época, era muito fácil deduzir minha profissão. Com a vantagem de que eu, obviamente, não era "gringo". Depois de um certo tempo, fui assediado por dois sujeitos portando anéis e pulseiras de ouro puro, camisa de seda, sapatos brilhantes. Eram típicos sicários, pistoleiros. Azar o meu. Quem procura, acha.

Depois de vários uísques (e eu na minha terceira garrafinha de água mineral) e de muitas perguntas sobre quem eu era e o que estava fazendo ali, eles começaram a falar. Nada de muito

interessante, exceto pelo fato de terem "cantado" a bola: disseram que Escobar escaparia assim que o governo desse mostras de que poderia romper o acordo com o *capo*. Disseram haver muitos "esquemas" para a fuga, e que ninguém poderia detê-lo. Escobar fugiu da "prisão" em julho de 1992, depois que o governo colombiano ameaçou transferi-lo para um presídio de segurança máxima em Bogotá. Ali, provavelmente, seria interrogado por agentes do DEA. Entre a sua fuga e a sua morte, foram dezoito meses de um cerco infernal. Escobar morreu em Medellín, no telhado de um sobrado, cercado por quinhentos policiais e agentes fortemente armados. Seus últimos meses teriam sido tão difíceis que sua mãe, ao ver o corpo inerte do filho, exclamou: "Finalmente, está descansando em paz!".

VIII

AGENTES SECRETOS

CJT

Dr. Neto,
o "ganso" misterioso da PF

A maior incógnita para todos os leitores que costumavam acompanhar as páginas policiais era: quem são os famosos agentes da Drugs Enforcement Administration (DEA), que se infiltram entre as máfias para depois expor-lhes as fraquezas e desbaratá-las?

A imprensa internacional começou a enfocar a problemática da DEA depois que, em 1986, foi revelado o drama do agente especial Kiki Camarena, torturado e morto por traficantes mexicanos. No Brasil, todo repórter de polícia que se prezasse sabia do seguinte: 90% das apreensões de cocaína feitas neste país, pelo

menos até 1993, tinham a mão da DEA por detrás. Eu sabia pela boca dos policiais, civis e federais, que havia até 1992 oito agentes da DEA no Brasil, baseados em Brasília. Até esse ano dispunham de um quartel-general digno de filme de espionagem num *flat* localizado à rua Marquês de Paranaguá, no centro de São Paulo, bem ao lado do 4º Distrito Policial. Diziam os policiais que mais de 95% das apreensões de carregamentos de cocaína no Brasil eram feitas nas grandes cidades, porque "a DEA já tinha dado a dica mesmo, e a gente só seguia o carregamento de longe, esperando ele passar por São Paulo ou pelo Rio de Janeiro, para não ter o trabalho de ir muito longe".

O fato é que em 80% das apreensões de droga que a imprensa noticiava vinha sempre enxertada uma pérola do tipo: "um dos traficantes fugiu sem ser identificado". Com o tempo viemos a saber que esse foragido era na verdade o agente infiltrado, que tanto poderia ser um federal brasileiro como um homem da DEA ou mesmo um "ganso" — informante policial que no Rio de Janeiro é chamado de "X-9", e nos romances de Mickey Spillane ou Agatha Christie ganha o nome de *sttolie pig*, ou, simplesmente, porco. Em São Paulo já era praxe, nas primeiras grandes apreensões de droga, que um ganso de madeira fosse colocado nas mesas dos delegados José Augusto Bellini e Roberto Precioso Jr. — este considerado o mais brilhante cérebro que a PF já teve. O ganso fora presente de um agente, que comprou a peça no Pantanal especialmente para os delegados.

LOURIVAL DE MOURA VIEIRA AQUILINO, ADVOGADO

Eu sabia, mas não podia revelar, sob pena de ser desmentido, que o maior ganso de que a DEA dispunha nos cartéis colombianos era um advogado brasileiro, Lourival de Moura Vieira Aquilino, o "Dr. Neto". Naquela época, diziam os agentes, cada deduragem de um quilo de droga renderia ao alcaguete US$ 5 mil. Dr. Neto enriquecera com essas recompensas oficiais e oficiosas. "Parece que ele tinha um prazer especial por esse tipo de atividade", disse-me certa vez, coçando o bigode defronte a um pedaço de picanha, uma estrela então ascendente nos quadros da polícia, Paulo Fleury — filho do delegado Sérgio Paranhos Fleury, o fundador e *enfant gâté* do Esquadrão da Morte.

Eu havia atravessado uma noite com o delegado, junto do fotógrafo Helcio Toth, acompanhando os flagrantes que o Departamento Estadual de Narcóticos, o Denarc, fazia numa sexta-feira de Carnaval — uma época que o Denarc pregava, com cartazes, o que chamavam de "Temporada de Caça aos Gansos". Era moeda sonante que os informantes estavam dando dicas do narcotráfico em troca de alguns gramas de cocaína. Paulo Fleury, num jantar na madrugada, foi o primeiro a me chamar a atenção para essa figura fantasmagórica que era o Dr. Neto.

Em busca das pistas do Dr. Neto, encontrei o advogado e jornalista Edson Flosi, o mais brilhante repórter investigativo de sua geração, segundo costumava dizer Claudio Abramo. Flosi havia sido o primeiro a mergulhar na vida de Dr. Neto, e chegou a publicar um necrológio inesquecível, que começava assim: "O Dr. Neto morreu como viveu, misteriosamente". Dr. Neto era um advogado criminal que levou dois tiros no peito e um na cabeça num assalto, quando saía de seu escritório no conjunto Central Park, no Paraíso, em São Paulo, no final da tarde do dia 19 de janeiro de 1990. Pelo menos era isso o que dizia a história oficial.

A ASSASSINA: MORENA DE CABELOS LONGOS

A polícia mantinha o caso em sigilo, deixando vazar apenas que o Dr. Neto fora morto "por uma morena de cabelos longos, que pilotava um Escort vermelho e sabia atirar bem com uma automática, com as duas mãos". Os investigadores falavam e falam, certamente até agora, que o Dr. Neto morreu pelas mãos de uma agente do Cartel de Medellín. Ele tinha quase dois metros de altura, só usava roupas italianas e sapatos de cromo alemão. Era casado com a filha de um ex-prefeito de São Paulo e um de seus escritórios no Jardim Paulista era ponto de encontro de toda a escroquerie do *bas-fonds* em ascensão econômica pelo atalho da cocaína.

Em 1983, pelo menos cinco mansões de São Paulo foram assaltadas, incluindo a casa do então vereador Brasil Vita e a casa da apresentadora Hebe Camargo. Foram presos três ladrões: Cláudio Nery Tiroti, o "Careca", Adalberto Balcacci Lopes, o "Bacatinho", e Lélio Valentim dos Reis, o "Lelo". Acusaram Dr. Neto como o mentor intelectual das ações. Mas ele foi para a rua,

por absoluta falta de provas materiais. O advogado Antônio de Pádua Andrade conseguiu absolvição total de Dr. Neto, que voltou a advogar.

Dr. Neto fora preso uma vez nos Estados Unidos por derrame de dólares. Ganhara fama de montar flagrantes contra policiais que tentavam extorqui-lo. Ele era um gênio. É o que se falava então.

Naquela sexta-feira de verão Dr. Neto saiu do escritório com um policial chamado Fernando Jordão Frota. Desceram pelo elevador até a garagem. Frota tinha um braço engessado. Desarmado, só teve tempo de se esconder da saraivada. "Foi uma mulher magra, de cabelos pretos e longos, saia-calça e blusa listrada branca e azul. Fugiu num Escort vermelho", foram as palavras únicas de Jordão Frota. Em 1995, passados cinco anos da morte misteriosa, os policiais repassam o que ouviram dos altos escalões da inteligência: o Cartel de Medellín pagou US$ 100 mil para uma boliviana matar o Dr. Neto. Era uma encomenda para exterminar o melhor agente-ganso que a DEA já teve no Brasil, dizem.

Na tentativa de ilustrar melhor o que é ser um agente legalmente infiltrado, procuramos quem pudesse abrir o jogo. Ninguém fala quase nada, mas um agente especial se dispôs a contar tudo quando soube que o assunto era um livro sobre o Século do Crime.

FRANCISCO GARISTO: "EU AJUDEI A MATAR O MARIN"

Cada dia ele se parecia com uma personagem diferente do cinema. Uma vez era Buffalo Bill, outra Charles Bronson, outra um Steve Martin emagrecido — mas sempre Roberto Precioso Jr., o mais brilhante delegado de que a PF já dispôs. Fechadíssimo, Precioso fala pouco, gestos felinos, educação refinada e memória de um *pentium*. A primeira vez que falei com ele, em 1986, fiquei impressionado: pegava um inquérito de três mil páginas nas mãos e citava placas de carros, telefones, documentos. Tudo de cabeça, sem errar. Precioso Jr. era e ainda é o principal inimigo dos cartéis colombianos e dos mafiosos. Prendeu cem nigerianos da máfia de Lagos, mais de dez mafiosos da Camorra e 'Ndranghetta e mais de cinqüenta traficantes de Medellín.

Soube depois que ele troca de imagem todos os meses para evitar que seja reconhecido. Só deixou de me atender uma vez, quando, magoado, contestou uma reportagem minha — que supunha que agentes da DEA haviam colaborado na maior apreensão de cocaína já feita no Brasil, sete toneladas no Estado de Tocantins, em 1994. "Meu caro, essa nós fizemos sozinhos, como a grande maioria. Você errou feio", disse Precioso, traindo seu código de comportamento e batendo o telefone na minha cara. Com o tempo descobri que ele falara a verdade. Eu havia errado.

GATILHO FÁCIL, ENCICLOPÉDIA AMBULANTE

Nesse vai e vem da PF conheci o *pièce du résistance* de Precioso, o mais condecorado agente do Brasil, Francisco Carlos Garisto. Falador, gatilho fácil, formado em direito e jornalismo, Garisto é uma enciclopédia ambulante. É o mais bem informado agente brasileiro sobre as operações sigilosas da PF. Sabe rigorosamente quando falar em *off* e quando pedir um *on* declaratório e em caixa alta. Foi num desses *ons* que Garisto foi processado: em decorrência de uma entrevista dada a mim, na qual denunciava que sob o presidente Fernando Collor de Mello a PF estava acabando, "por tanto desmando e falta de estrutura". Garisto se notabilizaria por fundar o primeiro sindicato de policiais da América Latina, a Federação Nacional dos Policiais Federais, criada como uma espécie de corregedoria dos próprios agentes, que por meio da Federação evitavam que a PF ficasse nas mãos da máfia do presidente Collor — o único que, estatutariamente, podia demitir um policial federal.

SEGURANÇA DE PAPA, PRÍNCIPE E PRESIDENTES

Quando soube que estávamos escrevendo este livro, Garisto resolveu abrir informações até então inéditas. Foi segurança pessoal do papa João Paulo II, do príncipe Charles e de três presidentes americanos. Também foi o primeiro agente da América Latina a se infiltrar entre os membros dos cartéis de Cali e Medellín. Numa dessas operações, presenciou a elaboração de um golpe dado na Bolívia pelo narcogeneral Garcia Meza. "Quero dizer que o Brasil está invadido pelos cartéis internacionais, os gringos estão aqui",

avisa Garisto antes de dar a entrevista. Ele fala comigo por três horas, revelando dados jamais publicados na imprensa sobre os bastidores do Século do Crime. Por exemplo, homens do narcogeneral Antonio Noriega montaram uma conexão com o Cartel de Medellín a partir do eixo Rio—São Paulo.

Entrei para a Polícia Federal por uma questão de aptidão. Em 1970 eu servia no Batalhão de Intendência do Exército, na Lapa. Foi lá que aprendi a manter o contato com armas. Fiquei com vontade de entrar para a Polícia Civil, mas acabei entrando e ficando na Federal, onde obtive o primeiro lugar entre 350 agentes que fizeram o curso para a PF entre julho e dezembro de 1976. Nesse curso fui o único aluno que tirou dez em todas as matérias. Mas eu não queria participar do grupo do Deops nem do grupo da Censura Pública. Aí fui montar com o delegado José Augusto Bellini o primeiro sistema de informantes da PF no mundo das drogas.

As histórias de infiltração entre os traficantes parecem cenas de filmes... Em 1977 participei do recorde nacional de apreensão de cocaína, que eram apenas 2,5 quilos... e hoje se apreende no Brasil o pó em toneladas. Esses quilinhos estavam dentro de uma sanfona, acredite, uma sanfona vinda de Corumbá! Nessa época meu ponto de infiltração era na Praça Dom José Gaspar, no centro de São Paulo. Ali eu tinha feito uma espécie de cursinho entre os *hippies*. Eu me vestia como eles, cabelo comprido, sandália. Fiquei amigo de prostitutas e travestis para me infiltrar no mundo das drogas. Foi assim que entrei na famosa boate La Licorne, para mostrar com provas que ali era ponto de venda de pó. Eu era então mais conhecido entre os traficantes do que na própria polícia.

Eu andava com um punhado de notas falsas, que só mostrava aos traficantes. Na parte de trás, as notas traziam o carimbo "falso". Era um trabalhão mostrar o dinheiro sem que os traficantes vissem o carimbo! Hoje é mais fácil por causa da mala da DEA. A DEA tem uma mala que roda o Brasil todo. É uma mala preta que contém US$ 1 milhão, dinheiro de verdade, usado para iludir os traficantes. Os americanos morrem de medo de nos emprestar essa mala.

Em 1978 eu me infiltrei nos cartéis colombianos. Essa ação gerou a lei que hoje restringe o comércio de éter e acetona, usados para refinar a pasta de cocaína. Eu comprei éter e acetona legalmente, via

Polícia Federal, da Rhodia, então fui de caminhão até Cuiabá e Campo Grande. Fui dirigindo sozinho até fazer contato com o maior traficante do Brasil, Gerson Palermo, que está preso. Cheguei em Alto Paraguai e ali fui convidado para ir me encontrar com os chefões da droga num garimpo, na Bolívia. Eles tinham uma pista de avião toda asfaltada, um exército, bebidas, prostitutas para seus soldados... Depois do que vi, fiz um relatório sigiloso ao governo, mostrando que em 1978 os cartéis colombianos de Medellín e Cali começavam a entrar no Brasil pela cidade de Beni, na Bolívia.

Numa dessas infiltrações eu estava negociando éter e acetona com a família Herrera, que eram os representantes dos cartéis colombianos na Bolívia. Eles obedeciam a ordens diretas do general Garcia Meza. Na minha frente, eles bolaram o golpe de Estado que veio a depor a presidenta Lídia Geider. Eles discutiam o golpe citando Meza a todo momento e iam enchendo a cara de uísque. Fiquei tão envolvido que morei em Cuiabá por oito meses, para poder sustentar os contatos com os traficantes.

Eu estourei essa gente como no filme *Perigo Real e Imediato*, baseado no filme do Tom Clancy, quando o Jack Ryan se infiltra com os chefões dos cartéis... Eles me pediam para comprar peças de carro e falavam a toda hora sobre como era bom trabalhar para o dom Pablito, o Pablo Escobar, chefão do Cartel de Medellín. Eles eram da família Ochoa e naquele momento também trabalhavam para o Cartel de Cali. Começamos a estourá-los quando a DEA trouxe dos Estados Unidos um aparelho de BIP, que foi instalado dentro de um dos tambores de éter que eu havia transportado do Brasil até lá. O mais engraçado foi quando a Polícia Federal solicitou um avião para seguir o sinal do BIP. A bateria do BIP era especial, veja só, durava um ano. Tinha sido enviada ao Brasil pela NASA, era uma bateria usada somente por satélites. Então, continuando, o único avião disponível era um Sêneca, de propriedade do Júlio Campos, que era então o governador de Mato Grosso. Tivemos que furar todo o chão do avião para instalar as antenas dos monitores de rádio e radar. O governador ficou louco da vida. Estragamos todo o seu avião, e ele queria que a Polícia Federal lhe desse outro, novinho em folha.

Há algumas curiosidades. Só os pequenos traficantes cheiram pó. Os grandes não. Eles proíbem até que se fale no assunto em suas casas. O chefe do clã Ochoa, por exemplo, parecia um padre. Nem

podia se tocar no assunto de drogas dentro de sua casa. Mas falava das cenas de filmes que vi, de filmes de Hollywood mesmo. Um dia, você não vai acreditar, assisti cortarem o dedo de um empregado. Era o dedinho, como fazem na Yakuza. Ele tinha perdido para a polícia 50 quilos de cocaína.

Mas veja que eu sou a favor dessas infiltrações somente para que o agente tente comprar drogas e obter provas judiciais. Não se pode fazer infiltrações em que o agente vende a droga, porque aí pode acontecer, como já aconteceu, de os agentes não agüentarem a tentação e acabarem se corrompendo.

Quanto aos agentes da DEA, eles adoram vir para o Brasil. No exterior, isto é, fora dos Estados Unidos, ganham salário dobrado. Mas a maioria é burocrata. Só conheci um, que era um cara do outro mundo, chamado Mario Perez, que agora está aposentado e vive em Miami. A maioria dos agentes da DEA foge quando há tiroteio bravo.

Por falar dos informantes policiais, há coisas interessantes... Até hoje na minha casa tenho dois gansos de madeira que trouxe de Cuiabá. Eles eram colocados na mesa da PF de São Paulo toda vez que uma operação contava com a colaboração dos informantes. Havia um informante internacional, o doutor Neto, que morreu assassinado em São Paulo, e que havia virado traficante. Ele almoçava na França, jantava na Inglaterra e no outro dia estava tomando café da manhã em Nova York. Foi virando traficante, eu sabia que ele ia ter esse fim e, desde o começo, fui pelo seu afastamento da Polícia Federal de São Paulo.

Ninguém sabe disso, mas eu cheguei a prender em São Paulo, em 1989, um traficante internacional de cocaína que trabalhava para Manoel Antonio Noriega, que era o homem forte do Panamá. O traficante era o Francisco Marin Martins, que caiu morto no dia seguinte ao que estouramos a banca de drogas do Toninho Turco, no Rio de Janeiro. Marin era o suspeito número um do governo americano de ter matado o agente da DEA Kiki Camarena, no México. Ele esteve no Panamá, em contato com o general Noriega. O general Noriega cobrou dos cartéis colombianos US$ 500 mil para soltar o Marin, porque ele havia dado muitas despesas na prisão na Cidade do Panamá. O Marin tinha ficado preso num forte esquema de segurança, numa ilha panamenha. O Cartel de Medellín pagou o resgate que o Noriega queria, mas o Marin foi mandado a São Paulo e ao Rio de Janeiro para instalar as bases dos cartéis colombianos, em conjunto com o Noriega.

Nós matamos o Marin. Ele estava instalado no Hotel Bourbon, na rua Vieira de Carvalho, centro de São Paulo. E tinha trazido 150 quilos de cocaína. Invadimos o hotel com mandado judicial, e o gerente do hotel pediu em castelhano que agíssemos com muita discrição. Subi e dei três batidas na porta do quarto do Marin. Ele logo respondeu com um tiro de revólver Magnum 357, igual àquele que o Clint Eastwood usava no filme *Dirty Harry*. Respondemos com uma rajada de metralhadora HK 9mm, que furou toda a porta. O Marin caiu lá dentro, e o corpo dele ficou grudado na porta, nem dava para abri-la. Então o gerente, um argentino, ouviu todo aquele barulho, viu sangue no chão e nos disse: "Sim, sim, mas que discreção..."

Nessas missões de agente especial, tentando combater o crime organizado, eu vi também alguns episódios muito engraçados. Quando Ronald Reagan veio ao Brasil, me pediram para protegê-lo. Reagan foi recepcionado pelo então governador José Maria Marin, no Palácio dos Bandeirantes. O Marin entrou na sala em que o Reagan estava, sem se anunciar, e não falava inglês. Assim que ele entrou, o Reagan olhou para ele, todo contente, e falou: "Mas que ótimo, estou tranqüilo! Nos mandaram mais um segurança". Aí eu disse calmamente em inglês: "Mas, senhor Presidente, ele é o governador de São Paulo...".

Eu também fui segurança do papa João Paulo II, e ele deu um fora inacreditável. Eu não desgrudava dele temendo um atentado. Estávamos em Aparecida do Norte quando o Papa foi descansar, por trinta minutos, num mosteiro. E eu sempre do lado. Aí ele se levantou e falou de repente: "Quero ir para a capela". Fui correndo atrás. O Papa saiu andando rápido e vários padres vieram atrás dele, alguns ainda usando camisolão de dormir. O Papa me olhou e sussurrou em português: "Olha, lá vem meu batalhão de puxa-sacos". Eu fiquei espantado. Aí ele me olhou surpreso e perguntou: "É esquisito falar isso?". Então descobri que quem dera aulas de português ao Papa lhe ensinara que "puxa-saco" era um sinônimo que poderia tranqüilamente ser empregado, sem maiores problemas, para designar os assessores.

Também fui segurança do príncipe Charles, na sua vinda ao Brasil.

Não constava na agenda oficial uma visita ao programa de televisão do Sargentelli e suas mulatas. Mas o príncipe resolveu, de uma hora para outra, que queria ir ao programa. Eu discordei, dizendo que ele correria risco de vida. Aí ele me mandou um recado, via assessor, dizendo: "O senhor está proibindo o príncipe da Inglaterra de ver mulatas?". Eu respondi: "Não, estou apenas zelando para que Vossa Alteza vire rei". Na hora, ele pegou um caderninho e anotou a frase... O príncipe anda com um caderninho onde anota todas as frases que considera folclóricas.

Para evitar que o presidente americano Gerald Ford sofresse ataques do crime organizado, fui designado para ser seu segurança pessoal. Fomos a uma recepção para ele na casa do Mário Garnero, então presidente do grupo Brasilinvest. Fui fazer "varredura" na casa do Garnero e encontrei quarenta caixas de uísque sem selinho, sinal de que eram de contrabando. Falei que ia apreender as caixas, aí membros do Itamaraty e do FBI me disseram que eu criaria um incidente internacional. Quase me retiraram da comitiva do Ford.

Muitas informações confidenciais sobre supostos ataques do crime organizado são transmitidas nessas ocasiões. Quando o Papa veio, por exemplo, havia informações de que ele seria assassinado, em Aparecida do Norte, por um grupo muçulmano terrorista. Quando Reagan veio ao Brasil, um dossiê do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos falava de um atentado à bomba, em represália a uma prisão que o FBI tinha feito nos Estados Unidos. Na Conferência da Terra, a ECO-92, tínhamos um dossiê indicando que o terrorista Abu Nidal explodiria alvos israelitas no Rio de Janeiro. A segurança no Brasil é péssima, nossos portos e aeroportos são queijos suíços. Nossas fronteiras estão abertas aos cartéis colombianos da cocaína. Tudo entra por Corumbá, pelo Peru. Já relatei isso ao ministro da Justiça Nelson Jobim, em 1995.

Mais de noventa por cento da cocaína que vai para o Rio de Janeiro passa por São Paulo... Os cartéis lucram mais aqui do que em Nova York. Nós, da PF, só temos armas enferrujadas para combatê-los. As armas dos morros cariocas, do Comando Vermelho, vêm dos aeroportos e das fronteiras do Brasil. As grandes apreensões de cocaína feitas contra o crime organizado só têm valor para o governo dos Estados Unidos. Essas toneladas de drogas apreendidas não iriam

ficar no Brasil, se tivessem seguido livremente seu destino. E tem mais: todos nós, da PF, sabemos e temos relatórios de que membros do crime organizado japonês estão roubando nossa cassiterita lá no Nordeste, e ninguém fala nada. Os deputados têm raiva da gente. Quero terminar este relato falando algo duro, porém verdadeiro: o Poder Público brasileiro está totalmente corrompido pelos cartéis do crime organizado.

IX

Nuestra Bomba

CJT

A conexão Panamá

Quando o agente especial Francisco Garisto nos confessou que tinha ajudado a matar o narcotraficante Marin, que trouxera para São Paulo 150 quilos de cocaína, fez uma revelação inédita: Marin, segundo a DEA e a PF, era o homem que o general Manoel Antonio Noriega enviara para o Brasil. A ele teria sido outorgada a tarefa de estabelecer em São Paulo e, sobretudo no Rio de Janeiro, uma base de transporte da cocaína dos cartéis — que, saindo do Brasil, iria para a Cidade do Panamá e Miami, no sul dos Estados Unidos. E o clã no qual Garisto penetrou, o dos Ochoa, foi um dos mais citados no julgamento do general.

Como correspondente da *Folha de S.Paulo* em Miami, entre 1991 e 1992, minha primeira missão foi cobrir, diariamente, o julgamento do general Noriega — e investigar os possíveis desdobramentos das acusações que lhe eram imputadas, como a de ser o principal elo internacional do Cartel de Medellín. Era saborosíssimo o assunto, o julgamento foi talvez o principal ocorrido no Século do Crime.

Manoel Noriega completava 53 anos de idade em 1991. E, no dia 29 de agosto, numa tarde que torrava ovos no asfalto de Downtown Miami, foi aberto seu julgamento. Pelo menos quinhentos jornalistas de todo o mundo disputavam a tapas uma cadeira no Tribunal. A confusão era tanta que os US Marshals, esbirros que trabalhavam na Corte, distribuíram-nos, por razões de segurança, passes que só duravam vinte horas. Eram colantes brancos onde se lia *Trial Pass*. Quando o tempo de uso chegava às vinte horas preestabelecidas, o branco do colante, por uma reação química, tornava-se em cor-de-rosa. Ou seja: qualquer jornalista que fosse encontrado no Tribunal com um colante rosa era removido e investigado imediatamente. Isso poderia ser interpretado pelo FBI como uma tentativa de o repórter burlar as rígidas normas processuais. "Todos vocês sabem que devem trocar essa merda todo dia, todos vocês sabem que nos veremos todo dia, vocês vão enjoar da nossa cara em nome da lei", brincava um dos Marshals.

NORIEGA

O julgamento era dos mais polêmicos. O cinqüentão Noriega era um chefe de Estado soberano, que nos trâmites processuais dos Estados Unidos era tratado como um bandidinho comum — e isso qualquer um de nós, repórteres chatos e suarentos, pudemos notar naquelas sessões em meio a quarenta graus do Caribe americano. Noriega havia ficado preso em Miami, no bairro distante de Kendall, por vinte meses, desde que tropas dos Estados Unidos, numa operação de 24 mil homens, chamada de "Justa Causa", invadiram o Panamá, em dezembro de 1989, e arrancaram Noriega de seu refúgio, a Nunciatura Apostólica, pelo cangote — ignorando que aquele lugar era um sacrossantíssimo terreno consagrado e inviolável do Vaticano.

Noriega fora algemado por soldados e humilhado publicamente. Deixou aquele país de pouco mais de 2 milhões de habitantes numa manhã, 4 de janeiro de 1990, depois de ter se escondido por doze dias na Nunciatura. Para se entregar, sua condição foi usar a farda de general e que a voz de prisão fosse dada por um oficial de sua patente. Mais de cem militares fiéis a Noriega morreram em confronto com as tropas dos Estados Unidos.

A população apoiava os marines devido ao seguinte fato: Noriega havia anulado as aleições presidenciais de maio de 1989, em que Guilhermo Endara, da facção oposicionista Aliança Democrática de Oposição Civilista (Adoc), se dirigia aos repórteres como o vencedor. Em outubro de 1989, Noriega teria torturado os que tentaram impor-lhe um golpe.

Em 15 de dezembro seguinte, a Assembléia Nacional tornou público que o Panamá estava em "estado de guerra" com os Estados Unidos — o que o presidente George Bush interpretou como sinal verde para invadir o país, liquidar o assunto e prender o "narcogeneral". Mais tarde, Noriega tentaria se vingar muito sutilmente, dizendo ao jornalista Frederik Kempe, autor do livro *Divorcing the dictator*, que o próprio presidente Bush lhe dera US$ 100 mil, quando era diretor da CIA.

JUSTIÇA "MANU MILITARI"

Era a primeira vez que um chefe de Estado era julgado nos Estados Unidos. Vamos recapitular: Noriega não era americano, não havia cometido crimes em território americano. E o pior: quem o acusava eram criminosos condenados nos Estados Unidos e que recebiam milhares de dólares e comutação de penas para denunciarem o que sabiam sobre o tráfico de cocaína.

Historicamente, o Panamá já havia sofrido esse tipo de ingerência dos Estados Unidos. O Panamá se converteu num Estado soberano via *manu militari* dos Estados Unidos — que livraram o país da Colômbia porque na época, em 1903, era muito interessante para o "destino manifesto" da política externa dos Estados Unidos dominar o Canal do Panamá. Entre 1912 e 1918 tropas dos Estados Unidos invadiram o Panamá novamente. O julgamento do general Noriega, que ia ao Tribunal em seu uniforme militar, não constituía novidade. Noriega passava a ser uma re-

encarnação de Kruschev, na época em que o comunismo era o "maior mal do mundo", ou uma reencarnação de Kadafi, na época que o terrorismo era o "maior mal do mundo". O maior mal do mundo agora é o narcotráfico. Então que se condene Noriega a 145 anos de cadeia, como pediram os promotores no primeiro dia de julgamento, 29 de agosto de 1991.

As melhores informações do julgamento eram dadas na SW 2nd Street de Miami, não muito longe das lojas dos brasileiros, onde hordas e hordas de ex-agentes da CIA, aposentados, se reuniam para, *en masse*, ver Noriega sendo julgado. Como sabemos, Noriega foi agente da CIA entre 1970 e 1983. O então presidente Bush havia sido diretor da CIA entre 1976 e 1977, bem na época em que Noriega estava na gorda folha de pagamento dos agentes da central de inteligência. Os jurados, oito negros, dois hispânicos e dois brancos, sabiam que estavam com uma batata quente nas mãos. Como encarar as acusações do país que outrora pagava a Noriega?

LISTA DE ACUSAÇÕES

Meu primeiro empenho foi obter uma lista das acusações pendentes contra Noriega. Eram as seguintes: manter uma conspiração para proteger e incentivar a produção e o contrabando de cocaína; lavar dinheiro do Cartel de Medellín entre outubro de 1981 e março de 1986; dar abrigo a integrantes do Cartel de Medellín, na Cidade do Panamá, depois do assassinato do ministro da Justiça da Colômbia, Lara Bonilla, em 1986; ter recebido em *cash* US$ 5 milhões do Cartel de Medellín; negociar o mascaramento, com o cartel, da destruição de um laboratório de refino de cocaína em Darien, no Panamá; vender ao cartel tonéis de éter e acetona; extorquir o cartel para que a cocaína passasse pelo Panamá livremente, rumo a Miami; ter se sentado à mesa, junto de Pablo Escobar, para acertar o envio de cocaína para a Flórida entre 1981 e 1984; ter comandado pessoalmente a distribuição da droga na Flórida, quatrocentos quilos desovados entre maio de 1983 e janeiro de 1984; ter ordenado o refinamento de cocaína, num laboratório colombiano, para ser revendida nos Estados Unidos entre setembro de 1983 e março de 1984; ter exportado para a Flórida cocaína refinada no laboratório de Darien, no ano de

1984; ter transportado US$ 800 mil em dinheiro oriundo da venda de cocaína do Panamá para a Flórida; ter contrabandeado 322 quilos de cocaína a bordo do iate Krill, em novembro de 1985 e março de 1986.

BOMBA ATÔMICA DA AMÉRICA LATINA

Foi num desses testemunhos dos depoentes que surgiu talvez a melhor máxima do Século do Crime. Falando um inglês melhor do que o da apresentadora Ophra Winfrey, o chefão máximo do Cartel de Medellín, Carlos Lehder Rivas, foi depor em Miami. Falava para reduzir sua pena. Olhou para a cara do juiz William Hoevler e disse: "Meritíssimo, por muitos anos os Estados Unidos exploraram os povos pobres da América Latina. Mas nossa vingança chegou, senhor juiz: a cocaína é a bomba atômica da América Latina".

Numa das sessões do julgamento encontrei um senhor grisalho, atrabiliário e bem falante, que se apresentou como "comandante Argento". Tentava usar a imprensa para ser incluído no rol de testemunhas a depor contra Noriega. "Olha, eu estava na CIA e sou testemunha de que Noriega sempre quis matar o grande herói do Panamá, Omar Torrijos. Eu quero apresentar provas de que esse canalha traficava para o Cartel de Medellín, preciso ser colocado em contato com a Promotoria, quero depor."

Para meu primeiro dia de cobertura do julgamento, parecia-me um grande furo de reportagem. Enganei-me: agentes da CIA com documentos comprovatórios apareciam às dezenas na porta do Tribunal. Soube depois que tanto interesse se devia aos preços altíssimos que a promotoria pagava oficialmente pelas informações contra Noriega e contra os cartéis. Não havia dúvidas de que Noriega era um bandido, mas o julgamento do general nessas condições começou a nos parecer como moralmente indefensável.

As testemunhas cobravam muito bem para vilipendiar o general. Vamos a exemplos do que ouvi naquele julgamento.

MAX MERMELSTEIN, piloto de aviões: "Fui preso em 1985 sob acusação de ter importado para os Estados Unidos 55 toneladas de cocaína. Iria ser condenado à prisão perpétua e estou depondo em troca de um indulto. Ganhei do governo dos Estados Unidos US$ 670 mil para falar. Vi o nome de Noriega no livro-caixa de um chefão do Cartel de Medellín, em 1984".

LUIS DEL CID, ex-tenente-coronel das Forças Armadas do Panamá: "Fui preso em 1989 por traficar cocaína para os Estados Unidos. A partir de fevereiro de 1987 fui nomeado chefe da zona militar número 5, ganhando US$ 2 mil por mês. Eu tinha mais poderes que muitos prefeitos. Pelo menos vinte órgãos públicos do Panamá eram comandados por pessoas de confiança nomeadas diretamente por Noriega. Todos eram orientados para deixar o sinal verde para que trabalhassem no país membros do Cartel de Medellín. O piloto de avião Floyd Carlton Cáceres tinha um *green card* para fazer tráfico de drogas a partir de quaisquer hangares públicos do Panamá. Os principais departamentos públicos que funcionavam como canais do tráfico de cocaína eram a Unidade Especial Antiterror, o Departamento Pessoal, o Departamento de Instrução G-4, o Departamento de Aviação Cívica, comandado pelo coronel Alberto Purcell, o Departamento de Investigações Nacionais, comandado pelo coronel Nivaldo Madrillan, e o Departamento de Imigração, Aduana e Aeroportos, comandado pelo coronel Juian Melo".

Em 10 de outubro o julgamento entrava em sua fase sexual, com citações libidinais e libidinosas. Furioso, o juiz William Hoevler disse: "Estou muito preocupado com essa referência a mulheres, mas acho que o governo tem o direito de usar esses exemplos para mostrar, em detalhes, a ligação de Noriega com o cartel".

As novas acusações eram de que proxenetas do cartel teriam fornecido mulheres para Noriega e seus asseclas. A casa de Noriega estaria sendo freqüentada por doze mulheres presenteadas pelo cartel. "Não vejo provas materiais nesses depoimentos que configurem mérito de acusação", disse-me John May, advogado de Noriega. "Vou pedir a anulação desses depoimentos." Mas os depoimentos não foram anulados, e, além das mulheres, os depoentes falavam em fornecimento de carros de luxo.

GABRIEL TABOADA, maior revendedor de carros do Panamá: "Fui preso sob acusação de tráfico de cocaína. Quero dizer que vi o general Noriega aceitar US$ 500 mil dos traficantes Gustavo Gaviria, Pablo Escobar, Fabio Ochoa e Pablo Correa. Ele me pediu que importasse para Fabio Ochoa, do cartel, uma Ferrari 308 vermelha, igual à que o Tom Selleck usa no filme *Magnum*. A

partir do começo da década de 80, Noriega deu dinheiro a um rol de 47 diplomatas, incluindo adidos militares e embaixadores. O general queria que eles o ajudassem a importar carros de seus países, para serem comprados no Panamá por membros do cartel. Havia diplomatas da Espanha, Honduras, União Soviética, Irã, Iraque, Peru, Japão e Finlândia".

FLOYD CARLTON CÁCERES, piloto particular de Noriega: "Eu era engraxate em um aeroporto do Panamá antes de virar piloto do general... Fui preso em 1987 na Costa Rica e extraditado para os Estados Unidos. Depois do acordo com a Justiça dos Estados Unidos só fiquei quatro anos na cadeia. Vivo cercado de agentes do Sistema Federal de Proteção a Testemunhas... Noriega me autorizou a transportar carregamentos de cocaína da Colômbia para o Panamá, em 1981, e me pagou, em troca de dois transportes, US$ 100 mil e US$ 200 mil. Quando sondei o general pela primeira vez sobre o transporte, ele me repreendeu severamente. Fiquei, porém, surpreso, duas semanas mais tarde, quando ele me chamou e pediu que entrasse novamente em contato com os traficantes. O general fez algumas recomendações: o avião utilizado não poderia ter matrícula panamenha, e nem o nome dele nem o do país poderiam ser envolvidos. Os colombianos ofereceram US$ 50 mil pelo transporte da droga, o que provocou gargalhadas em Noriega. Ele disse que não faria um acordo por menos de US$ 100 mil".

Era óbvio que a Promotoria iria querer saber da situação de Cuba nessa confusão — um prato cheio que juntava dois "inimigos da sociedade" bem condimentados, os comunistas e os traficantes de cocaína. E não demorou muito para que Cuba despontasse. Foi bem no dia 20 de novembro de 1991, quando depôs Carlos Lehder Rivas, o pai espiritual dos cartéis colombianos. Ele dizia que Cuba ajudava a América Latina a transportar sua "bomba atômica" para os Estados Unidos.

CARLOS LEHDER RIVAS, ex-chefão de Medellín condenado à prisão perpétua: "Raul Castro, chefe das Forças Armadas cubanas e irmão de Fidel, aceitou subornos para permitir a passagem de cocaína de Medellín para os Estados Unidos. Eu me reuni duas vezes com Raul Castro, entre 1981 e 1983, para negociar os subornos. Quem participava também era Antonio de La Guardia, chefe da polícia secreta de Fidel, e seu assessor Manuel Pinero [os dois

foram executados em 1989, por ordem de Fidel, sob acusação de tráfico]. Eu pagava a funcionários do governo cubano para que permitissem os vôos. Fidel Castro chegou a mediar um desentendimento entre Noriega e o Cartel de Medellín, depois que as autoridades panamenhas destruíram, em seu território, laboratórios dos traficantes... Noriega era apenas mais um policial corrupto do Panamá, que iniciou seus negócios com o cartel no final dos anos 70. Nessa época um dos membros do cartel foi preso e espancado no Panamá. Noriega o obrigou a pagar US$ 250 mil. Aí o cartel teve que decidir entre subornar ou combater Noriega".

O julgamento esquentava. O promotor Michael Sullivan ameaçou convocar Fidel Castro a depor nos Estados Unidos! "Antecipamos que haverá o testemunho de Fidel Castro". Revelava Sullivan que o presidente cubano seria convocado a depor para esclarecer "eventos ocorridos em junho e julho de 1984", quando se encontrou com Noriega. Isso tornava a história mais complicada, na época. Um terço dos candidatos ao júri era composto de americanos de origem hispânica, e a maioria dos hispânicos de Miami nasceu em Cuba. Fidel foi descartado logo no começo, depois que duas candidatas ao júri falaram aos repórteres, na porta da Corte Federal de Miami, na tarde do dia 6 de setembro de 1991. "Eu não conseguiria ser honesta", revelava a cubana Maria Amarin, radicada em Miami, no que foi seguida pela também exilada Flora Arias.

O julgamento se tornou ainda mais polêmico quando o advogado Frank Rubino, um ex-policial de Miami, levou uma nova e contundente testemunha a defender Noriega. Chegou ao júri Francis Mullen, ex-diretor da DEA, que veio para falar em prol da libertação e inocentação do general panamenho, na tarde de 5 de março de 1992.

FRANCIS MULLEN, ex-diretor da DEA: "Jamais tive provas de que Noriega tenha se envolvido com os cartéis de cocaína. Cheguei a escrever várias cartas ao general agradecendo-lhe a ajuda no combate ao narcotráfico no Panamá. Dirigi a DEA entre 1981 e 1985".

DONALD WINTER, ex-agente da CIA: "Prestei trinta anos de serviços à CIA e sei que Noriega colaborou com a agência, e muito, entre 1971 e 1986".

Em Washington nessa época dizia-se terem sido extraviados

os relatórios oficiais da CIA, que mostravam a suposta colaboração de Noriega nas operações de combate aos cartéis. Os papéis só foram parar nas mãos da defesa por obra da imprensa, que em fevereiro de 1992 começou a publicar trechos de um documento chamado "Operação Negócios".

Esse dossiê dizia que Noriega teria fornecido aos Estados Unidos registros bancários dos distribuidores de drogas, violando inclusive o sigilo bancário panamenho. Entre os documentos fornecidos estavam as movimentações bancárias e provas de lavagem de dinheiro de Jose Gonzalo Rodríguez Gacha, um dos nove barões de Medellín. Essa cooperação de Noriega com os Estados Unidos, dizia o dossiê, havia levado à liquidação do First International Bank do Panamá, de propriedade de Gilberto Rodriguez Orejuela, um barão do Cartel de Cali. Um dos documentos, um telex datado de 24 de outubro de 1985, trazia a chancela lustrosa de Everett Briggs, ex-embaixador americano no Panamá. Briggs sustentava que, nos seus primeiros oito meses, a "Operação Negócios" provocara a apreensão de US$ 5,8 milhões do narcotráfico.

VEREDICTO

Em 9 de abril de 1992, depois de 35 horas de reuniões do júri, o juiz William Hoevler anunciou o veredicto: o general Manoel Antonio Noriega foi declarado culpado de oito acusações de tráfico e produção de drogas.

REPERCUSSÕES

GEORGE BUSH, presidente dos Estados Unidos e ex-diretor da CIA: "É uma importante vitória contra os chefões do crime. Espero que isso deixe claro para os barões da droga daqui e de todo o mundo que eles pagarão se continuarem envenenando as vidas dos jovens deste país ou de qualquer outro".

GUILLERMO ENDARA, então presidente do Panamá: "A hora da justiça chegou implacavelmente".

GUILLERMO FORD, então vice-presidente do Panamá, espancado pelos homens de Noriega nas eleições anuladas de 1989: "A justiça prevaleceu sobre o crime".

CARLOS ABADIA, líder da Cruzada Civil do Panamá: "O veredicto trouxe justiça para os panamenhos. Noriega violou todas as leis do nosso país e usou-as para levar drogas não só para os Estados Unidos mas para outras nações".

Terminava um processo de 27 meses, no qual depuseram 78 testemunhas, sessenta só da acusação, que viram mais de 750 documentos e fotografias. Noriega passará quarenta anos na cadeia depois de ter enfrentado o mais caro e mais barganhado julgamento do Século do Crime. As custas processuais, somadas ao preço da invasão do Panamá e aos valores pagos pelos Estados Unidos aos narcotraficantes que depuseram contra Noriega, atingiram um total de US$ 175,1 milhões.

X

O Sendero dos Estados Unidos

CJT

Em agosto de 1994 uma informação inacreditável começa a circular nos gabinetes do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, instância encarregada de avaliar e decidir as penas dos crimes cometidos pelos membros da Polícia Militar de São Paulo — uma corporação de setenta mil homens ou o quinto Exército das Américas. Oficiais do Serviço Reservado da PM, a inteligência da corporação, haviam obtido o paradeiro do capitão Benedito de Oliveira. O SR da PM raramente falha e é de longe o melhor serviço de inteligência do Brasil, sendo até 1995 a principal fonte de investigações da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), inteligência do Governo Federal.

Os oficiais do SR haviam obtido um informe confidencialíssimo, dando conta de que um dos maiores heróis da PM paulista estaria servindo no grupo maoísta-terrorista peruano Sendero Luminoso.

Benedito de Oliveira era o fundador do COE, o Comando de Operações Especiais da PM. Trata-se de um grupamento de elite, bem formado e armado, que realiza operações de campo que até mesmo o Exército considera impossíveis. Oliveira era um ás: subiu cordas de ponta-cabeça, tendo com os pés a mesma agilidade que as mãos teriam para segurar e escalar o cordame. Penetrava nas selvas, na Serra do Mar, e passava dias, semanas, sobrevivendo apenas com uma bússola, um punhado de sal e uma faca de comando militar. Chegou a dar aulas para oficiais da *Swat*, a polícia operacional de elite dos Estados Unidos, que vieram visitar a PM paulista. Era inteligente, brilhante e gostava de seqüestrar *trailers* de operação da Telesp, a Companhia Telefônica de São Paulo, pintá-los de verde-oliva e incorporá-los ao patrimônio do COE.

Mas o mito operacional da PM havia enlouquecido. Matou pessoas de sua família em 1981 e, preso, conseguiu escapar do presídio Romão Gomes, da PM, dando ordens, aos brados, ao cabo que zelava pela segurança. A PM tinha certeza de que Benedito estava no Sendero, e isso chegou a ser anunciado a três promotores e um juiz, da Justiça Militar paulista, pelo coronel Francisco Profício — que era na época o mais velho oficial da PM, à frente da Corregedoria do órgão, a polícia da PM.

A *Folha* queria um perfil detalhado de Benedito de Oliveira. Visitei sua família em Lídice, no interior do Rio de Janeiro. Falei com seus filhos e ex-mulher. Daquelas conversas surgia o perfil de um abnegado, um homem que se encantava com as lições do *Manual de guerrilha urbana*, de Carlos Marighela, que lia estratégia militar, que se esmerava em exercícios de sobrevivência dignos de um Rambo ou de um faquir. Benedito era um humanista apaixonado pela PM, pelos vizinhos e pela família. Mas enlouquecera. E estava pondo sua experiência a serviço de quaisquer causas aparentemente impossíveis.

EM AYACUCHO

Vou para Lima, capital peruana, e em seguida para as cercanias da floresta tropical de Ayacucho, onde se escondiam os últimos senderistas. Lima estava cercada de tanques e barricadas militares, erguidas contra ataques-surpresa dos *coches bombas* do Sendero Luminoso. Minha primeira investida foi no Pentagonito, a central das Forças Armadas peruanas, não muito longe do bairro de Miraflores — palco dos romances de Mario Vargas Llosa, que mora lá.

Dois generais do Exército me dão uma aula de hora e meia sobre o combate aos senderistas. Na parede está pendurado um quadro, onde se lê: "Demonstrativo de condenados pelo delito de terrorismo e traição à Pátria, entre 1992 e 1994". A soma era de 1 216 condenações, todas de senderistas. Não tardaram quinze minutos e os generais começaram a despejar outra surpresa — uma nova forma de se acusar os senderistas. Era uma planilha revelando que entre 92 e 94 o presidente Alberto Fujimori havia confiscado 28,7 mil quilos de estupefacientes, entre pasta de cocaína, cloridrato de cocaína e maconha.

Um grupo de 12,9 mil traficantes fora preso, e 415 mil quilos de produtos químicos para o refino da coca tinham sido confiscados. Detalhe: todos esses números eram conectados aos membros do Sendero Luminoso, que, segundo me diziam os generais Garlanza e Marky, "não recebe mais dinheiro de Cuba e agora tem que ajudar os narcotraficantes a soldo, para obter dólares e comprar as armas". Os senderistas começaram a ganhar esse terreno, segundo o general Nicolás de Bari Hermoza Ríos, já em 1987. "Naquele ano o Sendero tomou em abril a cidade de Tocache, e instalou nas cercanias um 'estado alternativo', cobrando 'cupos' (taxas) por cada aterrissagem de aviões dos cartéis no território dos terroristas do Sendero e do MRTA." Diz o general que "absolutamente todos" os grupos terroristas de esquerda que ainda sobrevivem no Peru se mantêm com a ajuda dos cartéis colombianos.

A nova ordem peruana, com dados fornecidos pela Drugs Enforcement Administration, esclarecia que no governo Fujimori "os plantadores de folhas de coca só recebem US$ 200 por quilo da folha, contra os US$ 1,5 mil que recebiam antigamente". Isso porque o embarque de folhas à Colômbia e à Bolívia tinha sido

dificultado pelo Exército. E, explicavam, os senderistas estavam metidos no narcotráfico internacional e haviam abandonado sua ideologia maoísta.

O Peru tinha, em 1994, seiscentos mil *desplazados*, camponeses desalojados sob pressão dos senderistas. Estavam retornando paulatinamente às suas terras, a partir de 1994. A orientação dada aos *desplazados*, agora, é de que a folha de coca pode ser a nova arma do Sendero Luminoso contra a paz nos povoados. O detalhe é que esses camponeses têm a folha de coca como substrato de sua cesta básica. Cada *desplazado* tem por tradição o consumo diário de cinqüenta gramas de folha de coca, o que os ajuda a compensar as carências alimentares. Segundo o estudo de Duke, Aulix e Plowman, da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, cada cem gramas de folha seca de coca têm, por exemplo, 1 540 mg de cálcio. Diz o estudioso francês Alain Delpirou, na obra *O Sendero da cocaína*, que a média diária de alimentos por pessoa, na América Latina, prevê o consumo diário de 487 mg de cálcio. Ou seja: o peruano do campo precisa da folha para suprir-se de energia.

PERU, CENTRO DA INDÚSTRIA DA COCA

O último relatório que recebi do Departamento de Estado dos Estados Unidos dizia o seguinte, referindo-se ao ano de 1994: "O Peru é o atual centro da indústria da cocaína e deve intensificar seriamente o combate à droga. Uma faixa de 60% do suprimento de folhas de coca do mundo é colhida no Peru, que apresenta um problema grave de militares envolvidos em corrupção".

Saí de Lima com a seguinte frase do general Marky: "Homens como esse militar brasileiro são pagos a preço de ouro para dar instruções e treinamento para o que sobrou do terrorismo e para orientar os narcotraficantes. Comunistas e terroristas, como os do Sendero, agora são traficantes de cocaína visando apenas ao dinheiro. E esse é o perfil do novo inimigo".

A MÁFIA NIGERIANA NO NOVO PANORAMA

Na primeira semana de março de 1995 recebo um telefonema de minha fonte na Embaixada dos Estados Unidos, em Brasília. Os americanos iriam anunciar sua política internacional de

combate ao crime organizado, e havia um disquete à minha disposição, com a íntegra das diretrizes dos Estados Unidos. Tratava-se de um documento fundamental, que marcava uma nova plataforma de consultas para análises da geopolítica surgida neste final de século.

O presidente Bill Clinton anunciava que iria pedir ao Congresso dos Estados Unidos, em 1996, mais US$ 1 bilhão para o programa de combate às drogas nos Estados Unidos e países afetados pelo narcotráfico.

Para variar, o documento trazia números impressionantes. Pelo menos 77 milhões de americanos admitiam ter feito uso de drogas. E os Estados Unidos gastam em média US$ 67 bilhões por ano para manter médicos, sistema judicial e aparato policial envolvidos no combate e prevenção do narcotráfico, na recuperação de dependentes — e também nos programas de educação antivícios. Entre os países que mais colaboravam, até 1995, para esse quadro monstruoso estavam Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, México, Nigéria e África do Sul.

Nigéria e África do Sul apareciam como absolutas novidades nesse relatório. A Nigéria estava tendo "progresso insuficiente no combate aos narcóticos". A recém-chegada máfia nigeriana passava a ser apontada como o maior e principal elo entre traficantes asiáticos e latino-americanos. A África do Sul surgia como entreposto da máfia nigeriana, tendo promovido "a abertura das suas fronteiras, o que encorajou os traficantes a tentarem fazer no país o maior trânsito de drogas do continente".

Mas a nova mira era a Nigéria, que chegou a 1995 apontada como o país em que nasceu a máfia encarregada de estabelecer os contatos entre os cartéis colombianos, as máfias italianas, russas e os tradicionais traficantes de ópio e heroína do Extremo Oriente.

A história dessa nova máfia não parecia novidade. Uma prática embrionária que começava a ser detectada em São Paulo, já em janeiro de 1991, dava exemplos microscópicos do macrocosmo da máfia nigeriana. Naquele janeiro, na segunda semana, eu havia sido informado de que um promotor de São Paulo estava mirando e sendo mirado pelos narcotraficantes internacionais — por estar "estragando vários negócios". Seu nome era Maurício Ribeiro Lopes, um homem nervoso, rápido, inteligente. Estive em seu escritório — uma pequena sala de no máximo oito metros

quadrados, abarrotada de inquéritos e espetada no décimo sétimo andar do Fórum Ministro Mário Guimarães, no Viaduto Dona Paulina, no centro velho de São Paulo.

Maurício Lopes foi logo ao assunto. "Estou encarregado de cuidar de casos que envolvem unicamente tráfico de cocaína e acho que encontrei um vespeiro novo", dizia o promotor. Ele começou do zero, contando das aulas de Direito que estava ministrando no Interior de São Paulo, na cercanias de Franca — o centro exportador dos sapatos brasileiros. Em suas viagens de ônibus ao Interior, começou a notar hordas e hordas de nigerianos, sempre bem vestidos, comprando cola de sapato aos quilos — e colocando os lotes da mercadoria em bagageiros de ônibus que vinham para São Paulo.

O promotor, depois de muita sondagem, não conseguira detectar nenhuma tendência que ligasse os jovens nigerianos instalados em São Paulo a nenhuma atividade econômica típica — como acontecia com a colônia coreana, sempre atrelada ao setor de confecção.

Uma visita ao delegado Roberto Precioso Jr. aclarou-me a história e confirmou as suspeitas que o promotor considerava a princípio improváveis e absurdas. Era inacreditável o número de jovens nigerianos que começavam a ser presos em São Paulo, sob acusação de tráfico internacional de cocaína. E a cola de sapato era um ardil, um código de comportamento coletivo adotado para confundir o faro dos cães da PF, às vezes de plantão nos portos e aeroportos do país. Compravam a cola no atacado, para baratear as operações de ocultamento da cocaína. Tanto a cola de sapateiro como borras de café maquiavam o cheiro químico da cocaína e confundiam os cães.

O delegado Precioso foi contundente logo de chofre, algo nada habitual para sua famosíssima fleuma. Deu-me declarações oficiais afirmando que era tamanho o crescimento das prisões de nigerianos que a PF pensava em pedir a suspensão do acordo de cooperação cultural que a Universidade de São Paulo (USP) mantinha com o governo da Nigéria. A PF e o promotor já dispunham até dos endereços das repúblicas em que se instalavam os maiores suspeitos de comandar o tráfico. "Quando presos, eles sempre declaram em inglês que não entendem nada de português e alegam inocência dizendo que estudam na USP e foram

enganados", dizia Precioso. A declaração do delegado foi manchete na *Folha*, reproduzida nas tevês e surtiu uma irada resposta do embaixador nigeriano no Brasil.

Mas os fatos passavam a tornar insustentáveis a defesa da embaixada nigeriana, que alegava racismo, preconceito e abuso de autoridade policial. Fato é que cinco anos depois, em setembro de 1995, havia cem nigerianos presos em todo o Brasil sob acusação de tráfico internacional de cocaína. E os próprios depoimentos prestados pelos acusados à polícia confirmavam as acusações sustentadas contra a Nigéria nos documentos geopolíticos dos Estados Unidos, versão 1995.

Passei a sondar os relatos oficiais da PF, de 1990 até 1995. Há casos exemplares. Em 20 de julho de 1993, por exemplo, os federais prenderam em Ipanema, Rio de Janeiro, um boliviano e um ganense em poder de 37,3 quilos de cocaína. Era o restolho de uma operação iniciada uma semana antes, que levara às grades seis africanos carregando 21 quilos de cocaína numa mala a ser embarcada no Aeroporto Internacional do Rio. A droga estava escondida em bombons e o grupo embarcava rumo a Lagos, capital nigeriana.

O ganense Teddy Hammond, de 33 anos, foi preso num apartamento da rua Vinícius de Moraes, em Ipanema. No imóvel havia dez quilos de cocaína, uma balança de precisão e quilos de bombons. Ele sustentou em depoimento que embalava a droga para o grupo preso dias antes no aeroporto. A droga era inserida em caixas de cuscuz, cereais e pacotes de café. Era ele a ponta da máfia nigeriana. O fornecedor da droga era o boliviano Carlos Rodolfo Saavedra Galdo, de trinta anos, preso na rua Barão da Torre, também em Ipanema. O depoimento de Galdo é um pequeno extrato dos canais de atuação montados em parceria do Cartel de Medellín com a máfia nigeriana. Galdo disse que trazia a cocaína de ônibus, da cidade boliviana de Cochabamba. Parava em Campo Grande, no Mato Grosso, e ali tomava outro ônibus para São Paulo e, em seguida, Rio de Janeiro. Os lotes eram embalados em potes de vidro recheados de café, para maquiar o cheiro. O lote encontrado com os dois, 37,3 quilos, custara US$ 185 mil na Bolívia e seria revendido, a partir de Lagos, em porções que totalizariam um lucro líquido de US$ 2,5 milhões, a preços do mercado europeu e da Eurásia pós-soviética, sobretudo da Rússia.

Vamos a outros casos exemplares, cujas pistas seguimos e destrinçamos. Em 15 de maio de 1994, o nigeriano Azubuike Kinsley Nwachukwu, de trinta anos, foi preso no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. Trazia 12,5 quilos de cocaína no fundo falso de uma mala — e outros 2,5 camuflados em latinhas de talco, cujo perfume acabou atraindo o faro dos policiais federais. A mala de mão do nigeriano era uma bomba ambulante que exalava perfume barato. Era o último vôo que a Varig fazia saindo de São Paulo rumo a Lagos. Uma semana antes a PF prendera o sul-africano Banke Wayne, de 25 anos, que tentava embarcar de São Paulo rumo a Johannesburgo, na África do Sul. Ele trazia 3,8 quilos de cocaína numa mala de mão, sem os mascaramentos tradicionais.

Os nigerianos vinham tentando mudar as rotas, dizia a PF. E isso começou a ser confirmado em 2 de agosto de 1994. No aeroporto 2 de Julho, em Salvador, outros dois nigerianos foram presos em flagrante. Tentavam embarcar num avião da empresa russa Aeroflot, rumo a Moscou. Eram os presos números 11 e 12 da dúzia de detidos feitos pela PF entre junho e agosto de 1994, sempre na chamada Transcoca — nome que recebeu dos policiais a linha semanal da Aeroflot, saída de Buenos Aires, na Argentina, com escalas rápidas em Salvador, na Bahia, e na Ilha do Sal, na África. Esses eram os primeiros indícios de que a máfia nigeriana tentava manter linhas diretas entre os cartéis colombianos e as máfias russas. Os acusados de tráfico eram os nigerianos Laurence Amaechi Nwaokoye, de 35 anos, e o estudante universitário Arinzechukwn Zixtus Osefo, de 29 anos. Seguindo o código de comportamento dos narcotraficantes nigerianos, haviam escondido os seis quilos de cocaína em latas de conserva e em pacotes fechados de sabonetes.

Nos encontros sobre crime organizado promovidos pela ONU, em Nápoles e no Cairo, a máfia nigeriana fora um dos assuntos mais polêmicos da narcogeopolítica discutida por 140 líderes nacionais.

As análises da ONU consideraram que a máfia nigeriana seria uma reação social ao colapso, no mercado internacional, do preço do óleo nigeriano, nos dois primeiros anos da década de 80. Isso passou a gerar desemprego e dificuldades financeiras de uma economia 95% preenchida com a exportação de matérias-

primas. Diziam os analistas da ONU que a crise nigeriana lançara no crime organizado, sobretudo, jovens universitários recém-inseridos no mundo dos empresários. A máfia nigeriana chegava a 1995 como a segunda maior organização criminosa a comandar o tráfico de heroína para os Estados Unidos, que é historicamente tocado pelas etnias chinesas. Em 1994, os Estados Unidos apresentaram um crescimento de 43% no consumo de heroína, em comparação aos níveis registrados no país em 1988 — segundo o Departamento de Estado americano. A máfia nigeriana passa a ser prioridade mundial nas investigações.

O atalho criminal seguido por empresários nigerianos falidos passou a ser adotado a partir de 1994 por nações africanas que enfrentavam iguais dificuldades econômicas, sociais e políticas. A ONU cita Gana, Benin, Serra Leoa. Mas investigar a máfia nigeriana é quase impossível — porque seus operantes trocariam constantemente os dialetos adotados nas conversas telefônicas grampeadas pela Interpol, em conjunto com as forças policiais nacionais. Como algumas máfias italianas, por exemplo a 'Ndranghetta, a máfia nigeriana segue uma hierarquia de poder tribal e impenetrável, baseada na estrutura familiar.

As principais investigações tocadas pela Interpol em 1995 tentavam desatar os nós que vêm ligando os cartéis colombianos às máfias nigerianas. Se no Brasil vão sendo detectados pequenos esquemas e rotas, nos Estados Unidos aparecem os laços que comandariam a superestrutura desse elo Cali—Lagos.

Em junho de 1995, minha fonte no Departamento de Estado dos Estados Unidos remete um informe oficial dando conta dessas investigações. A alfândega americana anunciava em maio de 1995 o indiciamento de 78 envolvidos numa quadrilha de distribuição de cocaína colombiana. George Weise, comissário-em-chefe do Serviço de Alfândega dos Estados Unidos, revela que essa operação durou quatro anos. Recebeu o nome de "Operation Cornerstone", e no final estavam indiciados três ex-promotores federais dos Estados Unidos (um ocupou cargo de confiança no Departamento de Justiça dos Estados Unidos). Segundo George Weise, as investigações revelaram a existência, dentro dos Estados Unidos, de "mecanismos para proteger os cartéis colombianos das condenações pesadas e das grandes operações de combate".

A investigação fora deflagrada em agosto de 1991, e levou num

primeiro momento à apreensão de catorze toneladas de cocaína contrabandeadas para o sul dos Estados Unidos dentro de postes de concreto. Nessa ação policial apareceram os planos dos cartéis para remeter aos Estados Unidos seis toneladas de cocaína por mês. São acusados de comandar esse esquema Miguel Rodrigues Orejuela, Jose Santacruz Londono e Helmet Herrara-Buitrago, os principais barões de Cali até novembro de 1995. Haviam envolvido no esquema seis advogados americanos, incluindo Michael Abbell, um ex-diretor do Escritório de Assuntos Internacionais do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, foragido até maio de 1996. O mais importante de tudo foram documentos encontrados em dezoito imóveis usados nos Estados Unidos pela quadrilha: contatos telefônicos com nigerianos de Lagos.

O outro problema é que, segundo a Interpol, o Brasil tem sido a base predileta dos negócios da máfia nigeriana. Isso porque o Brasil é o país em que ocorre o maior trânsito mundial de éter e acetona, empregados para refinar a pasta de coca. "Em 1993 o presidente Itamar Franco declarou que aquele seria o 'ano de luta contra os narcóticos', mas o governo dedicou poucos recursos para combater o tráfico crescente." O problema era também que o Brasil, até 1994, vinha "exercendo um controle muito pequeno sobre as fronteiras com a Bolívia, Colômbia e Peru, os maiores fornecedores de cocaína do mundo". Em 70% dos casos detalhados que apresentamos surge a conexão dos nigerianos com carregadores da droga, "os mulas", que trouxeram os lotes dessas fronteiras mal vigiadas. Os fatos da crônica policial diária revelam pequenos cacos desse mosaico.

OS 419

Em dezembro de 1993 recebo um telefonema inusitado na redação da *Folha de S.Paulo*. Um empresário brasileiro queria tornar público que estava sendo ameaçado por um novo braço da máfia nigeriana. Concordou em conversar comigo, sendo identificado, desde que eu o encaminhasse ao delegado Romeu Tuma, vice-presidente mundial da Interpol.

O empresário estava apavorado e eu o encontrei num galpão, em Santana, na zona Norte de São Paulo, trêmulo e com uma pilha de documentos debaixo do braço. "Vamos entrar no meu

escritório, que eu tenho muito mais. Mas, pelo amor de Deus, não ponha minha foto no jornal, senão vão me matar."

Seu nome era Luiz Baltazar, e ele havia sido contatado por um grupo de nigerianos. Recebeu por fax o primeiro "convite para investimentos", no dia 17 de agosto de 1992. "Mandei muitas respostas a eles, por fax, mas soube por um amigo, que trabalha com turismo, que esses nigerianos eram mafiosos muito perigosos. Interrompi a correspondência e quero denunciar para que outros empresários não enfrentem o medo que estou enfrentando", disse-me Baltazar. A primeira carta dos nigerianos tinha um estilo pomposo e começava assim:

"Eu sou o senhor Osamor, trabalho no gabinete do ministro da Aviação e dos Transportes da Nigéria. Executivos do Banco Central de meu país pedem ao senhor a autorização para depositar em sua conta a soma de US$ 10 milhões.

O código de conduta dos funcionários públicos da Nigéria nos proíbe de termos contas no exterior. É por isso que fui autorizado a fazer essas transferências para uma pessoa estrangeira honesta. Eu fui nomeado legalmente pelos meus colegas para procurar essa pessoa honesta, que vai poder guardar todo esse dinheiro para nós. O senhor também será solicitado a vir a nosso país e a nossa república vizinha, Benin, para assinar os papéis finais da transferência do dinheiro, quando a aprovação dessa operação finalmente estiver pronta. Esperamos o seu contato o mais rápido possível.

Felicidades, M. E. Osamor".

Tratava-se de uma máfia de seqüestradores e estelionatários nigerianos, conhecida mundialmente como "Organização 419". Lawrence Obisakie, então conselheiro da Embaixada da Nigéria no Brasil, me disse que "pelo menos cinco brasileiros" já haviam sido detidos em Lagos, vítimas do golpe dessa nova máfia.

O golpe era bem intrincado. A máfia enviava lotes de cartas e faxes personalizados, confeccionados com papéis falsificados com timbres de autarquias nigerianas. Informam que o destinatário fora escolhido de uma "seleta lista" de pessoas de confiança. Os destinatários receberiam US$ 20 milhões, dinheiro oriundo de empresários nigerianos que queriam "investir e apostar" em novos mercados no exterior. As missivas diziam que tais

nigerianos, no entanto, temiam que seus nomes constassem na lista de investidores internacionais. E queriam emprestado o nome dos empresários confiáveis, que em troca receberiam, "sob forma de gratificação" 30% das somas aplicadas — uma porcentagem que, diziam as cartas, jamais renderia lucros inferiores a US$ 6 milhões.

Os empresários atraídos à Nigéria para concretizarem o acordo eram presos logo ao desembarcar, acusados de serem ladrões de divisas nigerianas. O golpe se deve a uma mazela jurídica nascida do código penal do país. O nome "Organização 419" é derivado desse artigo, que ampara legalmente as "ações que o povo da Nigéria e suas autoridades levem a efeito para combater ilegalidades perpetradas por cidadãos estrangeiros em qualquer ponto do território nacional". O artigo dá lastro jurídico para que nigerianos dêem voz de prisão para o estrangeiro que cometa "alguma ilegalidade".

Naquela época começava a circular entre os empresários paulistas um dossiê dessas ameaças, sob a forma de um artigo publicado num jornal uruguaio, *La Republica*, que em quatro páginas contava a tragédia de um empresário de Montevidéu, assassinado em Lagos em outubro de 1992, depois de ter desistido de entabular negociações com os membros do 419. E o pior: empresários estrangeiros estavam sendo mantidos em cativeiro pela máfia, que exigia de suas famílias grandes somas para libertá-los de "acusações de corrupção".

Depois que Baltazar falou publicamente, passei a receber por mais de seis meses cerca de quatro denúncias por dia, feitas por empresários brasileiros apavorados. O procedimento de abordagem era o mesmo, e só variava a autarquia que fazia a oferta. A mais citada era a Corporação Nigeriana de Petróleo Nacional, acompanhada de duas empresas privadas, Saipem Group e Sanprogetti Group — que queriam investir no exterior por terem apresentado "superávit comercial".

E o assunto cresceu no mundo inteiro a partir da segunda quinzena de dezembro de 1993, quando o ministro da Informação da Nigéria, Jerru Gana, anunciou que o combate à máfia 419 era prioridade do governo "devido ao alto nível de indisciplina e corrupção" encontrado nos quadros do governo daquele país. Esse combate passou a ser capitalizado por outra gangue. O en-

tão governo nigeriano, que fazia do combate às máfias a sua plataforma política, havia nascido de um golpe de Estado dado pelo general Ibrahim Babangida. O combate à máfia era uma das estratégias para se usar a bandeira da "moralização rígida" como forma de se ocultar a ausência da democracia.

Mas a Embaixada da Nigéria no Brasil começou a soltar alertas contra a máfia 419. Em 1993 chegaram a cinqüenta por mês os pedidos de vistos nigerianos feitos por empresários brasileiros atraídos pelo golpe, sem saber de nada. Naquela época, o adido nigeriano Peter Dama começou a dizer em Brasília que as vítimas eram "pequenos empresários que se tornam vítimas de sua própria ambição de lucro fácil".

As cartas não paravam e foram bater até mesmo no gabinete de Antônio Ermírio de Moraes, superintendente do Grupo Votorantim. "Li com atenção e vi que faltava seriedade", comentou Ermírio. "Muitos receberam a mesma correspondência, é incrível isso", avaliou. Outra proposta pousou na mesa de Roberto Caiuby Vidigal, presidente da Confab Industrial. "É negócio descabido", comentou o empresário.

Em janeiro de 1993 fui procurado na redação da *Folha*, por telefone, por uma senhora que não parava de chorar. Queria denunciar o caso sem ser identificada. Também queria a garantia de que seria encaminhada a uma autoridade, no caso o delegado Romeu Tuma Jr. — porta-voz da Interpol lotado então no Palácio dos Bandeirantes, não muito longe do gabinete de Luiz Antônio Fleury Filho, governador de São Paulo. O relato dessa senhora divorciada, secretária executiva de 48 anos, era demolidor:

"Peguei minhas finanças e fui até Lagos, depois de três meses de cartas trocadas. Levei minhas economias, US$ 15 mil. Fui recebida no Aeroporto de Lagos por dois homens muito bem vestidos, que estavam numa Mercedes Limusine. Conduziram-me a uma mansão lotada de obras de arte, tapetes de peles e pedras gigantes. Estive lá por duas vezes, sendo muito bem tratada... Depois de cinco dias queriam meu dinheiro a todo o custo... Caso eu não 'investisse' inicialmente no negócio não poderia sair da Nigéria. Queriam meus dólares para, segundo eles, dar entrada na papelada, e o dinheiro iria para as 'custas processuais'. Fui ameaçada, dei parte do dinheiro e fugi para o Brasil".

Naqueles dias começaram a surgir nomes de empresários bra-

sileiros que teriam sido torturados em Lagos. Mas não queriam falar, denunciar ou dar dicas: sentiam-se humilhados. Cheguei a ter dados precisos de dois desses empresários, que falaram com a condição de permanecerem anônimos, apenas a título de informar à imprensa o que realmente estava acontecendo.

Foi somente em julho de 1995 que alguém se dispôs a falar publicamente o que vira e sofrera. O comerciante Ronaldo Yoshida, de Maringá, no Paraná, era um simpático rapaz de 29 anos de idade. Desembarcou no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Cumbica, no dia 16 de julho, vindo de Lagos. "Quero alertar os outros brasileiros para que não caiam nesse golpe", disse aos jornalistas.

O comerciante decidira buscar empréstimos em bancos internacionais. E nessa época, junho de 1995, passou a receber cartas do nigeriano Chukuma Eberi, que se apresentava como "mediador" de empréstimos do Banco Central da Nigéria. Por carta, ele e o brasileiro acertaram um empréstimo de US$ 10 milhões, 50% dos quais seriam dados a Ronaldo como adiantamento do empréstimo. Os outros US$ 5 milhões ficariam depositados no Banco Central da Nigéria, como garantia do negócio. A dívida deveria ser paga pelo brasileiro num prazo de dez anos, com uma carência de quatro anos.

No dia 5 de julho, Ronaldo Yoshida embarcou para Lagos. Foi levado a um hotel, também numa Mercedes, por quatro nigerianos. À frente do carro iam duas motos com batedores abrindo o trânsito. Já no carro os nigerianos começaram a exigir do brasileiro somas para poder "encaminhar" a burocracia do negócio. Acuado, Yoshida telefonou a seu pai, no Brasil, que daqui acionou por telefone a Embaixada brasileira em Lagos. As autoridades brasileiras comunicaram o golpe à polícia nigeriana, que deu uma batida-surpresa no escritório do "parceiro comercial" e missivista do brasileiro, Chukuma Eberi.

Na casa de Eberi foram confiscados lotes e lotes de documentos falsificados, com os timbres de várias estatais e autarquias nigerianas. Enquanto se desenrolava a *blitz* no escritório, Ronaldo Yoshida era detido por três horas no hotel, no centro de Lagos. Nesse momento é procurado por outros nigerianos, que lhe exigiam o pagamento de US$ 100 mil, para que pudesse deixar o país sem a acusação de ser imigrante

ilegal. "Disseram-me que poderia ser preso e morto por isso", revelou o brasileiro no aeroporto.

Na conferência da ONU em Nápoles foi distribuído um relatório da Interpol, revelando o mais novo golpe da máfia nigeriana: fraudar cartões de crédito, um golpe que teria dado um prejuízo de US$ 1 bilhão às financiadoras internacionais que oferecem cartões.

XI

A Yakuza no Brasil

CJT

Eduardo e Mônica

Era uma terça-feira chuvosa. Dezembro de 1992. Sou procurado na redação por dois agentes da Polícia Federal, que aqui vão ganhar os nomes fictícios de Eduardo e Mônica. Alta, cabelos negros até a cintura, ela parecia, para qualquer pessoa acostumada a lidar com o crime, o paradigma das matadoras contratadas por Pablo Escobar, o chefão de Medellín. Perguntava mais com os olhos do que com a boca e andava sempre acompanhada de um recém-contratado agente da PF — homem de uns trinta anos de idade e um ar um tanto infantil, para as tarefas que se dispunha a executar.

Conhecia Eduardo e Mônica já havia um ano. Fora procurado pelos dois no auge dos assaltos cometidos em São Paulo por pequenas gangues de neonazistas. Cheguei a ensiná-los, na época, a se vestir para se infiltrar, sem despertar suspeitas, entre os *skinheads* que, todos os finais de semana, reuniam-se no edifício Grandes Galerias, no centro de São Paulo, para tomar cerveja e discutir o que seria quebrado, e onde. Eduardo e Mônica queriam agora uma pesquisa sobre tudo o que fora publicado sobre a Yakuza na imprensa internacional. Na época não havia acesso à Internet, e tive de pedir ajuda a amigos nos EUA. Os dois agentes da PF traziam debaixo do braço exemplares esgarçados do livro *Yakuza*, de David Kaplan e Alec Dubro, editado no Brasil pela editora Record. Mônica foi direto ao assunto: "Que fique entre nós, mas a PF já sabe que a Yakuza está invadindo o Brasil".

O *CAPO* NIPÔNICO

Sob o mais estrito sigilo, Eduardo e Mônica fizeram o seguinte relato: um dos líderes da facção Yamaguchi-Gumi, o mafioso Hitoshi Tanabe, então com 31 anos de idade, já estaria operando em território brasileiro. Diziam os agentes que Tanabe viera ao Brasil para comandar uma nova rota de tráfico internacional de cocaína — uma atividade que acabaria por consolidar uma aliança entre a Yakuza e as máfias italianas, elo selado por um pacto de tráfico e distribuição de cocaína. Hitoshi Tanabe, além dessas atribuições, estaria agenciando no Brasil prostitutas para enviá-las a Tóquio e ao Oriente Médio.

A PF dispunha então de um dossiê de três páginas, que fora remetido ao Brasil pela Interpol. Segundo o documento, Hitoshi Tanabe não tinha a falange do dedo mínimo direito e trazia no corpo tatuagens abomináveis, numa extensão que ia do pescoço aos joelhos.

Diziam os dois agentes que Hitoshi Tanabe havia circulado livremente pelo Brasil, em novembro de 1992, nas ruas do bairro paulistano da Liberdade, quase que de braços dados com o japonês Yoshiyazu Watanabe — um homem recatado que morava havia quatro anos na região. Todas as informações eram então transmitidas à PF por dois moradores da Liberdade que mal falavam o português e que se encontravam com os agentes por

intermediação de comerciantes do bairro, todos apavoradíssimos com a presença da Yakuza no tradicional bairro japonês.

O relatório da Interpol dava como prioridade máxima a prisão de Hitoshi Tanabe. O original, que pude ler alguns meses depois, trazia o termo *Classified*, que em português significa "confidencial". Todas as investigações no Brasil partiam do seguinte ponto: no dia 28 de fevereiro de 1993, a polícia de Shizuoka, uma província a sudoeste de Tóquio, prendeu o traficante Takahiro Shiba com 5,8 quilos de cocaína — um recorde para o território japonês. Perante a Justiça, Takahiro Shiba sustentara ser a droga de propriedade de Tanabe — que estaria no Brasil para estabelecer uma novíssima aliança: uma *holding* entre os cartéis colombianos de cocaína e todas as facções da Yakuza.

Eduardo e Mônica supunham que a organização Yamaguchi-Gumi, à qual Hitoshi Tanabe pertencia, era a mais poderosa da Yakuza, com mais de 15 mil integrantes diretos. Os dois agentes da PF, depois de muita negociação, resolveram passar à imprensa alguns dados fundamentais sobre a presença de Tanabe no Brasil. O que mais nos interessava era o nome e o endereço de uma prostituta, na época a melhor testemunha de que a PF dispunha.

Falei com moça, então com 27 anos, na porta da boate Liberty Plaza, numa noite de quinta-feira. Ela havia dormido "com um homem cheio de tatuagens, cabelo molhado de gel, olhar parado, o braço direito sempre metido no bolso, de roupas negras, só as meias e a camisa eram brancas". Dizia ela que o sexo com Tanabe fora rápido: "Eu estava nervosa, ele era muito frio, e um homem não queria sair da porta do hotel em que estávamos, me dava a impressão que ele estava ali para escutar tudo o que se passava dentro do quarto".

Hitoshi Tanabe fora introduzido na Liberdade por Yoshiyazu Watanabe. E várias curiosidades a seu respeito eram distribuídas aos repórteres. Watanabe costumava apresentar Hitoshi Tanabe pelo seu verdadeiro nome — mas o chamava, nas conversas privadas que mantinham na boate Liberty Plaza, de "Jin San". Segundo os repórteres Thaís Oyama e William Kimura, os mais bem informados sobre o assunto naquela época, esse tratamento confirmava a identidade de Tanabe como o líder da facção "Zinshoukai", da Yamaguchi-Gumi — que seguia a tradição de batizar a agremiação criminosa com o nome de seu líder. Segundo

Thaís, ao se desmembrar o nome Zinshoukai em três caracteres, tem-se "kai", que significa associação e "shou", que significa respeito. O terceiro ideograma, "zin", quando combinado com os outros dois, fornecia outra leitura para a palavra Hitoshi, que era o primeiro nome do mafioso Tanabe. Ou seja, a tradução de Zinshoukai era "associação de respeito a Hitoshi".

Na madrugada de 7 de março de 1994 recebo um telefonema de minhas fontes na PF. "Você não vai acreditar: pegamos o cara". O japonês Hitoshi Tanabe havia sido preso por volta das 17 horas do dia anterior, numa avenida de Londrina, quando dirigia seu Escort prata, ano 93. Recebeu voz de prisão, estacionou o carro à direita e já foi entregando as mãos às algemas. "Soube que era ele quando vi que o mindinho estava faltando", disse-me Eduardo.

Naquele dia a polícia japonesa comunicava à Interpol que o mafioso preso estava no Brasil para implantar esquemas de extorsão, tráfico de armas e prostituição. Havia fundado empresas com o objetivo de arranjar trabalho para japoneses e nisseis, no Brasil. Depois, diziam os federais, Tanabe implantaria um esquema que há muitos anos era conhecido pela Polícia Federal brasileira como "formiguinha": a cada grupo de trezentos arregimentados era distribuído um quilo de cocaína e um revólver para o fiel depositário da droga, representante direto de Tanabe nesse grupo. Tanabe obtivera seu visto para entrar no Brasil através do Consulado brasileiro em Buenos Aires. Em 4 de março de 1993, desembarcara no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Cumbica, encaminhando-se diretamente à Liberdade, onde, já na primeira semana, começou a freqüentar escritórios de pequenos e médios empresários. Deixava cartões com seu nome onde se lia em japonês, logo abaixo, "Yamaguchi-Gumi".

Tanabe estava morando em Londrina com sua mulher, Kiyome, e a filha Mary, que na data da prisão do pai tinha onze meses de idade. A família morava em uma mansão localizada no bairro nobre de Bela Suíça, na rua Lima, número 9.

O VIZINHO AMIGO

Eduardo e Mônica me dão o telefone de uma das testemunhas ouvidas pela PF de Londrina. Era um comerciante que me deu o seguinte depoimento:

"Tanabe dizia ser o executivo de duas multinacionais japonesas em fase de implantação no Brasil. Soube que ele contratou pessoas por aqui e mandou-as para o Japão com amostras de couro e rim de boi. Depois fiquei sabendo que era um teste para estabelecer rotas de cocaína para Tóquio. Uma vez ele falou que tinha perdido o mindinho aos 23 anos de idade. Ele tinha um dragão tatuado nas costas e uma gueixa no peito, mas eu pensava que isso fosse coisa de oriental excêntrico. Ele considerava uma piada o preço que pagava pela sua mansão, na beira do lago Igapó, em Bela Suíça. Para ele era de graça um aluguel de US$ 1,3 mil mensais por aquele casarão. Conheci Tanabe quando ele passeava pela rua Lima com uma cadela *collie*, que lembrava a Lessie da televisão. Tinha uma atitude civilizada para os padrões brasileiros, carregando sempre na mão esquerda uma pá para recolher as fezes do animal na calçada que cercava o lago Igapó. Minha empregada tinha medo dele, porque o jardineiro da casa de Tanabe o temia e espalhou seu temor para a criadagem da vizinhança. Tanabe sempre tomava banho de piscina vestido com uma camisa de mangas compridas, para que os criados não vissem suas tatuagens. Só parecia mais calmo quando ia assistir à construção da escolinha de futebol que quis implantar em Londrina. Ficava um tempão fumando sentado num sofá afundado e apodrecido, que ficava bem defronte ao lugar onde os operários trabalhavam. Ele desenhava rabiscos sobre o que seria a escola no futuro. E às vezes era surpreendido pela sua mulher, que tinha um cabelo espetado, numa cor avermelhada e assustadora".

Em Londrina, Tanabe havia legalmente se associado à empresa japonesa Nichika Co, do ramo imobiliário, que era a patrocinadora dessa escolinha de futebol. Os agentes da PF contavam que a empáfia dos sócios de Tanabe era tamanha que, numa sexta-feira, seus sócios foram até a sede da PF de Lodrina, numa visita surpresa. Queriam mostrar aos federais a quantas andava o relacionamento "estreito" entre os novos empresários japoneses e a colônia nipônica de Londrina. Tanabe participou da visita sob o "nome de guerra" de Jim Yuama.

O melhor amigo de Tanabe, Yoshiyazu Watanabe, que o levara em suas primeiras incursões à Liberdade era, segundo a comunidade londrinense, o melhor amigo do corretor de imóveis Isamu Shiraishi, da Nichika Company. Watanabe comandava uma

agência fantasma de empregos, chamada Fera Recursos Humanos, em Londrina. Watanabe estava tão envolvido com seus negócios para a Yakuza que chegou a encomendar cinqüenta brasileiros para trabalharem em "serviços de diversões públicas" em Tóquio. A encomenda foi feita à empresa Takashi Tour, que não atendeu ao pedido. Mas quatro candidatos foram levados de Londrina pelos mafiosos. Antes de desaparecer, Watanabe comprou dólares, US$ 10 mil, na agência Takashi. Os três cheques que passou eram sem fundos.

Nessa altura dos fatos, a Polícia Nacional do Japão enviava ao Brasil um novo relatório sobre o mafioso Hitoshi Tanabe. Dizia que ele entrara aos oito anos de idade na Yamaguchi-Gumi. Aos 23 anos, conforme dissera ao vizinho londrinense, Tanabe cortara o dedo mindinho da mão esquerda como forma de desculpar-se por uma missão não cumprida. Tanabe seria "facilmente identificável" pelas cicatrizes de queimaduras sob os braços, decorrentes de uma prova de força, que consistia em abraçar caldeirões de azeite fervente.

Comecei, com o auxílio de meus amigos federais, um levantamento sobre o suposto desastre que Tanabe e Watanabe haviam deixado por onde passaram. Watanabe, o *fac totum* do mafioso, surgia com duas contas encerradas por falta de fundos no Banco de Tóquio, em São Paulo, e no Banco América do Sul, em Londrina. Nesse banco, diziam os arquivos bancários, Watanabe emitiu cheques sem fundos, cujo valor máximo chegou a CR$ 348 mil, num só cheque, datado de 9 de fevereiro de 1994, para a agência Tunibra, pela emissão de uma passagem aérea.

A cronologia oficial da PF é a seguinte: Tanabe fugiu para o Brasil em 4 de março de 1993, depois que o traficante Takahiro Shiba foi preso com a sua cocaína, no Japão, em 28 de fevereiro de 1993. Em 19 de abril daquele ano, fugiu para Buenos Aires e voltou ao Brasil apenas em 15 de setembro. Relatório do Departamento Nacional de Polícia do Japão revela que três empresas japonesas no Brasil haviam sofrido tentativas de extorsão pela Yakuza. Em 1993, a polícia japonesa enviara 1 231 relatórios a subsidiárias de empresas japonesas estabelecidas em vinte países. Consultaram-se 45 empresas no Brasil.

A ameaça feita em todo o mundo, incluindo o Brasil, era a seguinte: se os executivos não passassem a pagar uma taxa mensal à Yakuza, as assembléias de acionistas seriam "esvaziadas" com a revelação pública de dados estratégicos sobre a economia das empresas a serem extorquidas. E o pior é que apenas 39% das empresas vitimadas haviam relatado os fatos à polícia.

Por sete votos a três, o Supremo Tribunal Federal brasileiro autorizou a extradição de Hitoshi Tanabe. O mafioso tentara de todas as formas ficar no Brasil, alegando que sua filha era brasileira.

AS CARTAS ANÔNIMAS

Mas toda essa história ameaça se repetir. Em janeiro de 1995 começo a receber cartas anônimas da comunidade japonesa, endereçadas à redação da *Folha*. Pedem que investigue a remessa de japoneses à boate Saci Pererê, do Japão, numa suposta conexão da Yakuza. Telefono para meus amigos Eduardo e Mônica. E as cartas não param de chegar. São anônimas, de comerciantes da Liberdade, que rogam que o assunto não seja esquecido. Encaminho a maioria à PF, e aqui vai a transcrição de uma dessas missivas, endereçada a mim em 1995:

> Gostamos muito da publicação que você fez sobre a máfia japonesa no Brasil. Porém queremos deixar claro que ela atua há muito tempo no nosso país, principalmente dentro da colônia japonesa, pois há muitos dirigentes da colônia que pertencem ou colaboram com a atuação desses mafiosos. Quando acontece algo grave, esses dirigentes abafam tudo, prevalescendo assim a lei do silêncio. Ninguém abre a boca, com medo de represálias.
>
> Fazemos aqui uma grave denúncia de dois assassinatos que chocaram uma pequena cidade do interior de São Paulo, perto de Marília, chamada Guaimbê.
>
> Alguns anos atrás, dois nisseis trabalhavam em São Paulo, em duas empresas do mesmo grupo de telecomunicações. Alguns membros da Yakuza se infiltraram nessa empresa e ocuparam altos cargos. Daí, começaram a contrabandear componentes eletrônicos do Japão. E, como queima de arquivo, eles contrataram pistoleiros profissionais e assassinaram o jovem Carlos Kenji Ono. Seu enterro parecia mais uma festa do que um velório, tanto foi o dinheiro gasto pela firma onde ele trabalhava. Isso tudo para calar a família e a cidade, que ficaram muito chocadas.

Alguns anos depois, um outro jovem da mesma cidade, chamado Heidi Kamiyama, havia sido assassinado por uma bala perdida, mas depois das investigações chegou-se à conclusão de que ele também havia sido assassinado por esses mafiosos, porque estava sabendo quem eram os mandantes do crime cometido contra Carlos. A cidade ficou chocada novamente. Todos já sabem quem são os verdadeiros mandantes desses crimes, mas, com medo, ninguém fala.

Carlos foi induzido a freqüentar boates no bairro da Liberdade, como a Liberty Plaza e foi convencido por uma moça a dar uma volta de carro. Ela estava sendo usada como isca, pois quando saíram foram a um bairro da periferia e lá já havia pistoleiros que estavam à espera de Carlos e da companheira. Quando chegaram, Carlos foi assassinado. Porém com a moça nada aconteceu, nem com o carro e nem com o dinheiro que Carlos carregava no bolso. Heidi sabia demais sobre a morte de Carlos, então os mafiosos, com medo de que a notícia se alastrasse, resolveram matá-lo, levando-o à Guatemala para serviços da empresa e lá uma bala o pegou de costas. Por que matar na Guatemala? Para despistar o crime. O pior de tudo é que esses mafiosos continuam agindo livremente e são considerados dirigentes da colônia japonesa. Esses criminosos fazem de tudo: tráfico de drogas, de mulheres brasileiras, contrabando de armas, componentes eletrônicos, e muitas outras sujeiras.

Cadeia para eles.

Em outubro de 1995, quando corria na praça a informação de que estávamos escrevendo este livro, uma nova carta chega a minha casa, revelando mais suspeitas sobre a Yakuza. Vamos a ela:

Conexão Yakuza no Brasil — o PC japonês: rede do crime organizado na colônia

Um esquema semelhante ao de Paulo César Farias atua na colônia japonesa. Esse grupo possui uma rede de comparsas, inclusive mulheres, que trabalham ou que são diretores em associações da colônia, órgãos governamentais, empresas, entidades filantrópicas, agências de turismo, jornais da colônia, mas que têm algo em comum: são ligados ao PC Farias japonês, que comanda na colônia uma rede do crime organizado, como contrabando de armas e componentes eletrônicos, proteção e cobertura aos yakuzas, tráfico de drogas, suborno de policiais e fiscais da alfândega, tráfico de mulheres brasileiras para prostituir o Japão, exploração e agenciamento de *dekasseguis*, cumplicidade com policiais corruptos.

Esse esquema é forte suspeito de planejar e dar cobertura à entrada e atuação de Hitoshi Tanabe no Brasil e à prática de vários assassinatos em circunstâncias misteriosas que vêm ocorrendo dentro da colônia. Quando acontece um crime, os comparsas do PC japonês o abafam, pois essa rede encobre tudo, sendo assim muito difícil o público ficar sabendo de alguma coisa. O principal suspeito de ser o PC japonês é assessor de um deputado federal nissei do Paraná, Estado onde Hitoshi Tanabe montou uma das bases de atuação da Yakuza no Brasil. Esse deputado tem um hotel no bairro da Liberdade, na rua Galvão Bueno. É o local de onde são comandados os trabalhos. O PC japonês possui um comparsa, que é dono de um grande jornal, da colônia, sediado na rua da Glória. Esse comparsa além do jornal possui algumas agências de turismo, de onde comanda o recrutamento e embarque de mulheres brasileiras para trabalhar em boates e casas noturnas do Japão, contratadas pela Yakuza. Seus comparsas são policiais, inclusive um ex-policial federal nissei muito conhecido na colônia.

Mulheres brasileiras que vão ao Japão nesses termos, quando chegam lá, recebem durante algumas semanas noções da língua japonesa, para depois serem encaminhadas para as casas noturnas nas principais cidades japonesas. Quando elas começam a trabalhar recebem lições de terapia dos yakuzas. Primeiramente são drogadas sem que percebam. Misturam drogas na bebida. Elas ficam fora de si. Assim ficam mais facilmente controláveis pois, drogadas, passam a aceitar tudo o que os yakuza as mandam fazer. Após algum tempo, muitas tentam voltar ao Brasil, e essas são assassinadas. Outras morrem por lá mesmo, de *overdose* de drogas ou também por queima de arquivo, pois a Yakuza não quer que ninguém descubra seus segredos. Umas morrem em circunstâncias misteriosas como suicídios, doenças não comprovadas, etc. O PC japonês possui um comparsa brasileiro na rua São Joaquim, onde preside um centro de estudos da colônia.

O PC possui outro comparsa numa agência de turismo da Liberdade, na rua Galvão Bueno. Esse comparsa é ligado ao pai de um jogador muito famoso do futebol japonês. Esse pai atua no tráfico de drogas do Brasil para o Japão, na região de Shizuoka, só que ultimamente ele está adoentado e passou o comando do tráfico para o seu irmão. O PC japonês fez e comandou um encontro empresarial

de fachada, que era na verdade para discutir como fazer o tráfico de cocaína para o Japão. Isso aconteceu em 1992, na Bolívia.
Na cidade de Mogi das Cruzes há vários *karaokês*, mas um chama a atenção porque o proprietário é uma mulher e ela comanda o recrutamento, na região, de mulheres para a Yakuza. Hitoshi Tanabe não veio por acaso para o Brasil. Isso já havia sido acertado entre os chefes da Yamaguchi-Gumi e a turma do PC japonês. Esse PC também é diretor na associação da província de Yamaguchi, na Liberdade. Ele tem um comparsa que é maestro, um japonês que aparecia na televisão fazendo comerciais. Esse maestro é forte suspeito de levar mulheres brasileiras para o Japão como bailarinas e sambistas, mas que lá chegando caem nas mãos da Yakuza.
O centro de distribuição de mulheres brasileiras e drogas vindas do Brasil, em Tóquio, é a boate Saci Pererê. Essa boate é muito famosa em Tóquio, por servir comidas típicas brasileiras. O PC japonês tem outro comparsa na Avenida Paulista que recruta *dekasseguis* para trabalharem em empreiteiras no Japão. Aqueles que ousam voltar ou denunciar às autoridades do Japão são assassinados. Loja de jóias na rua Tomás Gonzaga é só de fachada, pois na verdade os proprietários são ligados ao Cartel de Cali e levam cocaína para o Japão, e também são comparsas do PC japonês.
O PC japonês possui uma rede de muita influência dentro da colônia japonesa. Ele montou um verdadeiro esquema do crime organizado, aliciando pessoas importantes para facilitar suas atividades criminosas. Anda sempre distinto. Faz reuniões ou jantares de amizade, mas na verdade ele planeja os crimes com seus vários comparsas que também freqüentam *karaokês* noturnos, principalmente no bairro da Liberdade e na avenida Brigadeiro Luís Antônio, nas imediações da rua 13 de Maio. Até certos políticos da colônia japonesa de São Paulo estão indiretamente envolvidos, talvez sem o saber.

Cartas como essa também foram enviadas à PF de São Paulo e à Interpol, que até novembro de 1995 vinham tentando penetrar no inexpugnável mundo do *bas-fonds* oriental paulistano.

Recebi mais uma meia dúzia dessas cartas, sempre anônimas e com acusações inacreditáveis sobre a presença da Yakuza no Brasil, mesmo depois da prisão de Hitoshi Tanabe. Resolvi omiti-las, porque as acusações ainda exigem investigação. Em maio de 1995, dirijo-me à sede da Polícia Federal de São Paulo para

trocar informações e repasso algumas cartas. Faz meses que não vejo Eduardo e Mônica, mas um policial me adianta o que lhe parecia uma "bomba", e na verdade era um petardo atômico: a PF estaria investigando a facilitação da entrada na América Latina de membros do grupo terrorista japonês Exército Vermelho.

OS AMARELOS VERMELHOS

Informações cada vez mais assustadoras começaram a me chegar, depois de ter estabelecido os primeiros contatos no bairro da Liberdade. Numa sexta-feira de maio de 1995 recebo um telefonema pela madrugada. Era "X", uma fonte pouco eloqüente mas que jamais falhara na sua prestação de serviços. "Agora tem Exército Vermelho na parada, fique esperto", e desligou o telefone. Meu primeiro passo foi, logo na segunda-feira seguinte, contactar minhas fontes do FBI da América Latina, no Uruguai, e da Interpol, nos EUA e na Europa. Já na terça-feira respondiam-me com informações estrondosas.

Diziam-me os policiais estrangeiros que um plano de "invasão" da América Latina pelo Exército Vermelho havia sido descoberto em poder da terrorista Yukiko Ekita, 44 anos, presa em 17 de março de 1995 na Romênia (leste da Europa), pelo coronel Ioan Hurdabaie, da Interpol de Bucareste. Ela portava um falso passaporte peruano, além de planos do Exército Vermelho, cujo "alto comando" integrava, junto a outros, ainda em liberdade até o final de 1995. Yukiko, informava a Interpol, era responsável por traçar os planos de "expansão territorial" do Exército Vermelho. Havia sido libertada junto com outros doze militantes, em 1977, em troca do fim do seqüestro de um avião da Japan Airlines, ocorrido na Índia. Ainda aguardava julgamento sob acusação de envolvimento em atentados a bomba ocorridos entre 1974 e 1975, na Europa e Oriente Médio.

O Exército Vermelho Unificado Japonês (Rengo Sekigun) é uma organização terrorista fundada no Japão no final da década de 60, e fazia mais de dez anos, em 1995, que não se tinha notícia de novas atuações do grupo. Havia engrossado suas fileiras com membros de grupos políticos autodenominados "progressistas", das universidades japonesas. Os adeptos do Exército Vermelho sempre propuseram a criação

de "um mundo melhor" pelo atalho da "destruição da sociedade", via terrorismo.

O primeiro ato de violência atribuído ao grupo ocorreu em 31 de março de 1970, com o seqüestro de um avião da Japan Airlines, levado à Coréia do Norte. Em 30 de maio de 1972, três terroristas do grupo mataram 26 pessoas e feriram outras setenta no aeroporto Lod, em Tel Aviv. Em 1988, mataram cinco pessoas num atentado a bomba contra um clube de militares norte-americanos em Nápoles, sul da Itália. A então "líder suprema" do grupo, Hiroko Nagata, em 1995 com cinqüenta anos, conhecida entre seus pares como "A Imperatriz Sanguinária", torturou até a morte catorze ex-militantes, entre 1971 e 1972, acusando-os de "traidores". Foi condenada à morte em fevereiro de 1993.

Era difícil acreditar que criminosos desse porte estivessem a fim de vir para o Brasil ou qualquer outro país da América Latina, mesmo para quem conhecia quase todos os impublicáveis desdobramentos do Século do Crime.

A preocupação era tornar oficial toda essa história. Numa quarta-feira de maio, na sede da PF, busco um policial de ascendência japonesa (sempre soube que as autoridades nipônicas, no Brasil, só falam quando na presença de conterrâneos que dominem o japonês). Deu certo. No décimo sexto andar do prédio da PF, numa sala cheia de brinquedos confiscados de contrabando, recebe-me um simpaticíssimo delegado, japonês de gestos curtos, olhar líquido, poucas palavras e pouco mais de um metro e meio de altura. Na sua mesa, uma placa: "delegado federal Mário Ikeda".

Ele respondeu direto — uma atitude rara entre os federais, ainda mais entre os delegados classe especial. "Nós e a Interpol procuramos no Brasil membros do Exército Vermelho". E relatou:

"Fui visitado por dois policiais especiais do Japão. Disseram-me que esses terroristas do Exército Vermelho estavam se mudando para a América Latina, preferencialmente para Argentina, Peru e Brasil devido à grande concentração de japoneses nesses países. Temos uma lista sigilosa com os nomes dos procurados, você jamais vai acessá-la. A Interpol me informou que o Exército Vermelho mantinha até 1994 sua base no Vale do Bekaa, no Líbano, e também na Síria. Como os norte-americanos exigiram desses países a expulsão dos terroristas como ponto de partida para as negociações de paz no Oriente Médio, agora os membros do Exército Vermelho estão sem base. Os policiais do Japão acrescentaram que os terroristas querem agora usar os nomes de descendentes de japoneses na América Latina, para documentos falsos".

A bomba estava confirmada, e a partir de maio de 1995 a polícia japonesa iniciou um plano antiterror no Brasil, como parte do plano de segurança do imperador Akihito ou do príncipe herdeiro Hironomyia — falava-se — que naquele mês viriam ao Brasil participar das comemorações do centenário da imigração japonesa. Em abril de 1995, um grupo de 38 policiais especiais do Japão estivera em São Paulo, para averiguar as condições de segurança do Aeroporto Internacional de Guarulhos.

Consegui a lista sigilosa de Ikeda via Interpol dos EUA. Revelava que poderiam estar no Brasil, Peru, Argentina ou Paraguai pelo menos oito terroristas. Naquela linguagem seca dos documentos sigilosos, lia-se:

"Kazuo Tohito é o fundador do grupo. Participou do ataque contra o aeroporto de Lod, em Tel Aviv, onde morreram 26 pessoas metralhadas. Desviou em 1973 um jato da JAL para a Líbia. Comanda o grupo de dentro da prisão, em Tóquio; Kunido Bando estava preso até 1977, quando foi trocado por passageiros de um avião da JAL seqüestrado pelo Exército Vermelho. Participou da morte de doze membros do grupo (dez torturados e dois estrangulados), sob acusação de traidores. É especialista em armamentos e explosivos. É condenado à morte pela Corte Suprema do Japão; Hiroshi Sakaguchi é o mentor da "filosofia revolucionária" do Exército Vermelho e comandou pessoalmente o assassinato de doze de seus colegas em 1971 e 1972. Foi condenado a 21 anos de prisão e, depois, sentenciado à morte. É acusado de ter elaborado táticas de seqüestros de aviões no Japão, e é especialista em armas; Junichi Matuura é acusado de ter comandado a invasão da Embaixada francesa na Holanda, em 13 de setembro de 1974, fazendo o embaixador de refém até que fosse libertado Yoshiaki Shinada, terrorista do grupo preso em Paris. Teria participado também da tomada das embaixadas americana e sueca, em Kuala Lumpur, em 1975; Jun Kishikawa comandou um atentado a bomba em 1974, quando um artefato do Exército Vermelho arrasou uma fábrica da Mitsubishi, em Tóquio, e oito

pessoas morreram e mais de duzentas ficaram gravemente feridas. É perito em explosivos e armamentos e planeja operações contra grandes instalações comerciais; Norio Sasaki uniu-se a dois terroristas árabes, em 31 de janeiro de 1974, e seqüestrou um barco em Cingapura. Com outros cinco árabes invadiu a Embaixada japonesa no Kuwait. Foi um dos libertados por autoridades do Iêmen do Sul em 1975, depois de preso por autoridades japonesas. Perito em invasões e armamentos, atuava também na Europa; Hisashi Matsuda é um dos fundadores do Exército Vermelho e autor da idéia de que o grupo só sobreviveria depois que se mudasse para o Oriente Médio e estabelecesse ligações com terroristas árabes. Desviou um jato da JAL para a Líbia, em 1973, e é perito em armas leves e explosivos; Yoko Nagara participou da fundação do Exército Vermelho e seu julgamento durou 21 anos até que, em 1993, a Corte Suprema do Japão condenou-a à morte. Participou da morte dos catorze correligionários em 1971 e 1972 e, neste ano, matou dois policiais japoneses e um civil".

Alguns desses dados saíram publicados numa reportagem que fiz para a *Folha de S.Paulo*, em 6 de maio de 1995. Um leitor esbaforido telefonou ao ombudsman, dizendo que tudo era uma "invencionice" do repórter. Por sorte minha, segurei a resposta ao ombudsman Marcelo Leite por mais de uma semana. Bingo! Os telefones do jornal começam a pipocar, depois de 13 de maio, dando informações de que cinco membros do Exército Vermelho estariam morando no Paraguai. Com ajuda de quem? Da Yakuza. Essa foi a mais nova conexão do Século do Crime detectada até o final de 1995.

Conclusão

O crime como ícone do Mal

Ao equiparar a cocaína à bomba atômica, durante o julgamento de Manoel Antonio Noriega, o megatraficante Lehder Rivas aceitou, no plano simbólico, a entronização da droga como um dos ícones do mal. A bomba atômica significa, em seu conteúdo pleno e eficaz, o próprio fim da humanidade, a negação de que sempre poderá haver um "dia seguinte". Esse era o conteúdo do chamado "equilíbrio do terror" durante a guerra fria: os homens possuíam um poder tão terrível que usá-lo poderia conduzir ao seu próprio fim. Nenhum mal pode superar a ameaça da aniquilação atômica.

Não importa, aqui, saber se Lehder Rivas exagerou em sua avaliação sobre o poder da cocaína ou se quis apenas blefar diante do juiz, causar sensação, que, ele sabia, seria bem explorada pela imprensa. O importante é o fato de que fez um uso simbólico e consciente daquilo que ele mesmo qualificava como um poder devastador, um Anjo da Vingança latino-americano contra o opressor anglo-saxônico. O que importa é que a droga foi caracterizada por um de seus principais traficantes como uma metáfora da destruição.

Não é tanto o crime em geral que aparece, na mídia e no imaginário coletivo, como face do mal, mas muito mais uma de suas práticas, o tráfico de drogas; mais especificamente o de cocaína. A associação entre máfia, crime, terrorismo, narcotráfico e cocaína é intensa e imediata, e a cocaína o signo mais visível e emblemático dessa rede de relações. Mesmo em filmes de ficção, é comum que a linha divisória entre a máfia "honrada", no velho estilo, e a máfia "corrompida", contemporânea, seja determinada por esse signo. É como se o crime, em seu sentido mais amplo, apenas servisse de moldura ao palco onde brilha, poderosa, a fina composição de coca, ácido sulfúrico e éter.

Por isso nossa indagação não recai sobre o poder efetivo da cocaína de arruinar ou não a civilização anglo-saxônica. Não está em discussão o conteúdo "logístico" da afirmação de Lehder Rivas, que já faz parte do verdadeiro problema: como — e por que — a cocaína foi transformada no símbolo contemporâneo do mal.

OS ANOS DOURADOS DO PÓ

A "demonização" da cocaína — como, aliás, a própria existência do produto — é um fenômeno recente. Ela foi produzida em laboratório, pela primeira vez, entre 1858 e 1860, na Europa, pelo químico e farmacêutico Albert Niemann. Sua fórmula, $C_{17}H_{21}NO_4$, foi estabelecida em 1862 por outro químico, Wilhelm Lossen. O novo produto passou a ser utilizado nos mais nobres salões pela classe média alta e pela burguesia européia, incluindo médicos, cientistas e intelectuais, sem nenhuma espécie de restrição moral. Em 1884, Sigmund Freud escreveria o primeiro de quatro ensaios sobre a cocaína, em que elogiava os "efeitos benéficos" da droga, por ele recomendada para curar males que variavam da asma ao debilitamento físico.

Mas o grande *boom* da droga deveu-se ao trabalho de um comerciante corso chamado Angelo Mariani, que criou, em 1863, um "licor" à base de cocaína, além de produzir doces, balas e chá à base de coca. Seu vinho era consumido por ninguém menos que os papas Pio XII e Leão XIII e escritores como Júlio Verne e Alexandre Dumas. Em 1886, aproveitando o tino comercial de Mariani, o famarcêutico americano John Styth Pemberton, de Atlanta (leste dos Estados Unidos), lançou um refresco em seu país ao qual deu o nome de Coca-Cola, que incluía em sua fórmula (um segredo industrial até hoje guardado a sete chaves) uma pequena porcentagem de cocaína.

Quando a cocaína chegou aos Estados Unidos, o país estava em plena ebulição. Era a época em que se formavam as primeiras metrópoles. As tecnologias desenvolvidas durante a Primeira Guerra (1914-18) permitiram um surto tremendo de desenvolvimento na indústria, ao mesmo tempo em que as grandes invenções (cinema, rádio, avião, automóvel, etc.) modificavam completamente as noções de tempo e espaço. A cada dia, uma nova descoberta, como a Teoria da Relatividade de Albert Einstein (1905), sacudia convicções sobre modelos que, até então, eram universalmente aceitos.

Mesmo as idéias mais consagradas sobre comportamento, relações familiares, amor e sexo não resistiam às inovações trazidas pelo século XX. Já na virada de 1900, a bailarina californiana Isadora Duncan causava uma minirrevolução, montando coreografias belíssimas em que exibia seu corpo nu coberto apenas por véus transparentes. Em Chicago, Nova York e outros centros urbanos, multiplicavam-se os cassinos, cabarés, clubes noturnos e casas de prostituição. Escândalos sucessivos envolvendo sexo e drogas acompanharam, desde o nascedouro, o sistema de estúdios e estrelas que consagraria Hollywood como a "Meca dos sonhos". Para completar, em 1918, as mulheres americanas, que haviam tido uma participação importante no esforço de guerra, conquistaram o direito ao voto, ganhando um crescente poder na vida da nação. Era o fim da noção puritana segundo a qual "lugar de mulher é no lar".

E não era só. Na longínqua Rússia, os bolcheviques haviam

tomado o poder (em outubro de 1917), anunciando uma nova era de igualitarismo — e sem Deus. Mensagens de Lênin e Trotsky agitavam as concentrações operárias e industriais. Multiplicavam-se as greves e reivindicações trabalhistas. A palavra "revolução" estava na ordem do dia e seduzia intelectuais jovens e brilhantes como o jornalista John Reed, autor de *Dez dias que abalaram o mundo*, um dos relatos mais comoventes e precisos sobre a revolução comunista.

PROIBIÇÃO: A REAÇÃO PURITANA

A reação puritana não se fez esperar. Sua base foi a Sociedade Americana pela Abstinência, fundada em 1826 por grupos protestantes que pregavam uma vida em moldes bíblicos. Preocupava-os a chegada, aos Estados Unidos, de imigrantes oriundos de países predominantemente católicos, como Irlanda e Itália, onde o hábito de beber não era condenável, nem a vida tão normatizada pelos rígidos códigos calvinistas ou luteranos. A formação dos grandes centros urbanos, evidentemente, estimulou a disseminação do uso do álcool provocando, como reação, a formação de uma União de Mulheres Cristãs pela Abstinência. Nas duas últimas décadas do século XIX, esse movimento adquiriu um poder crescente de mobilização, o suficiente para eleger ou derrotar candidatos em eleições locais e parlamentares.

Com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra, o país precisava de toda sua reserva de grãos e cereais para alimentar os soldados enviados à frente de batalha. Com isso, o Movimento pela Abstinência ganhou força e amplitude inesperadas, o suficiente para dar impulso a um Partido pela Proibição (do uso do álcool como bebida). Em janeiro de 1919, o Congresso americano aprovou a 18ª Emenda, proibindo a fabricação, o transporte e o uso de bebidas alcoólicas. A emenda ganharia força de lei nove meses depois, com o Ato Volstead. Os Estados Unidos entrariam, então, numa fase em que se permitiu a interferência do Estado sobre a vida privada dos cidadãos em grau de amplitude sem precedentes.

O mais interessante, até aqui, é o fato de que a reação ao uso do álcool correspondeu a sentimentos profundamente arraigados

nos setores mais típicos e tradicionais da sociedade americana: os protestantes brancos (também conhecidos como *wasp*, das iniciais de *white anglo-saxon protestant*). Mais do que a mera rejeição a um produto químico, foi uma espécie de reação aos imigrantes — aos católicos, mas também aos judeus e aos não-brancos, para não falar nos negros —, que teimavam em lutar pelos seus direitos. Justifica-se que o símbolo do mal, então tenha sido, "Al" Capone, o chefe mafioso de Chicago, um descendente de italianos do Brooklyn, bairro de imigrantes de Nova York. Gordo, cicatriz no rosto, irônico, ríspido, ele representava tudo o que os *wasps* mais desprezavam e odiavam.

O objetivo declarado da Proibição era eliminar o consumo do álcool, mas deflagrou uma guerra para "moralizar" os costumes. Em nome da Proibição, cassinos e bordéis foram fechados, prostitutas presas, indivíduos perseguidos pelo "crime" de não rezarem pela cartilha puritana ou simplesmente por serem intelectuais; bolcheviques também foram presos, num prenúncio da infame "caça às bruxas" que o senador Joseph McCarthy promoveria nos anos 50. É óbvio que também nessa época a cocaína — e qualquer outra droga cujo consumo tivesse como objetivo propiciar prazer — foi proibida e estigmatizada como pecado. Até a inocente Coca-Cola foi obrigada a portar em seu rótulo uma mensagem assegurando não utilizar coca em sua fórmula.

A "moralização" dos costumes atingiu Hollywood em cheio. Em 1921, depois de vários escândalos com artistas, envolvendo sexo e drogas, os donos e diretores da "Meca dos sonhos" criaram a Comissão Hays, que assumiu um código puritano, por meio do qual realizavam a censura prévia dos filmes. E assim pretendiam evitar que o Estado interferisse nas empresas cinematográficas, gerando prejuízos econômicos e políticos ainda maiores. Will Hays era diretor de uma das produtoras.

Assim, podemos dizer com certa tranqüilidade que, do ponto de vista do *establishment*, o álcool foi para os anos 20 aquilo que a cocaína é para os anos 90. Foi eleito o grande ícone do mal porque era o sinal visível e palpável — talvez mais ainda do que a "ameaça comunista", que lutava para se consolidar na Rússia e repúblicas vizinhas — de uma mudança nos costumes que escapava ao controle de uma sociedade puritana, retrógrada, preconceituosa e racista.

É claro que estamos falando de Estados Unidos, mas é impossível desvincular a história contemporânea mundial da americana, mesmo porque Hollywood encarregou-se de exportar para o mundo, desde os anos 10, todos os mitos e preconceitos de seu país, e o fez com extraordinária eficácia — de Rodolfo Valentino a Harrison Ford, de Theda Bara a Sharon Stone. Se o impacto da Proibição nos Estados Unidos não teve, na época, maior repercussão mundial — o que é discutível —, isso se deveu, por um lado, ao fato de que a Europa tentava ainda se refazer dos efeitos catastróficos da Primeira Guerra e, por outro, os Estados Unidos apenas despontavam como superpotência.

Mas a divisão do mundo em dois blocos geopolíticos após a Segunda Guerra, combinada, posteriormente, com o advento da "cultura de massas" via televisão e indústria da informática, transformaria, sem dúvida, os Estados Unidos na grande matriz e propagadora dos cânones culturais e parâmetros morais praticados pelo menos pela parte mais rica do planeta.

FIM DA PROIBIÇÃO, MAS NÃO DOS PURITANOS

A Proibição acabou em 1933, quando foi derrotada pela vida e enterrada pela 21ª Emenda. Apesar da ação policial, da censura, da repressão e da histeria evangélica, o álcool continuou sendo consumido, os negros (felizmente!) continuaram tocando *jazz* em bares superlotados, e as máfias, forçadas à clandestinidade, aumentaram seu tamanho, agora incorporando o tráfico de drogas (em especial ópio, heroína e morfina). Nessa época, o irlandês Joseph Kennedy ficou muito rico contrabandeando uísque e iniciou uma dinastia que marcaria para sempre a história americana.

Não é mero acaso o fato de a Proibição ter sucumbido justamente em 1933. A sociedade americana passava por uma profunda transformação, provocada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Em 1932, as eleições presidenciais haviam colocado em oposição duas formas radicalmente distintas de enfrentar a crise. De um lado, o presidente Herbert Hoover, candidato à reeleição, um republicano, representante do liberalismo clássico, espelho da cultura *wasp*. Fiel à ideologia individualista, dizia que a crise seria resolvida por si só, desde que o mercado fosse deixado à sua própria sorte. De outro, o democrata Franklin

Roosevelt, que propunha o *New Deal*, com amplas reformas sociais, incluindo a criação de uma infra-estrutura de assistência ao desempregado e aos idosos, dotação de verbas para programas de aposentadoria, saúde pública, educação básica e construção de grandes obras públicas, como o Tennessee Valley Authority.

A vitória esmagadora de Roosevelt (nesta e nas três eleições presidenciais seguintes) mostrou uma tendência geral da sociedade americana a adotar perspectivas democráticas. As drogas continuavam proibidas, e o uso do álcool era desencorajado (em muitos Estados, jamais foi abolida a lei que pune a venda de bebidas alcoólicas a menores de 21 anos), mas a histeria puritana da Proibição passou a ser um fato do passado. Isso não significa, obviamente, que as simpáticas senhoras evangélicas do Movimento pela Abstinência deixaram de existir e de ter um poder considerável.

O MAL NO ENTREGUERRAS

Os anos 30 e 40 foram pródigos na produção de ícones do mal pelos mais variados regimes políticos, em todas as partes do mundo. Esse processo foi estimulado, em particular, pelo surgimento do totalitarismo na Alemanha e na União Soviética, que criou um fenômeno relativamente novo na história da humanidade: a histeria de massa, provocada pela fé cega em certas ideologias sustentadas pelo aparelho de Estado.

Assim, na União Soviética a polícia política (KGB) podia fazer qualquer barbaridade, desde que suas ações fossem explicadas, a uma opinião pública hipnotizada, como combate aos "inimigos do povo", aos "traidores da pátria", aos "trânsfugas do socialismo". Na Alemanha, a polícia política (Gestapo) perseguia com ferocidade equiparável os comunistas, os judeus, os ciganos. Em ambos os países, os líderes Josef Stalin e Adolf Hitler eram venerados como deuses, portadores da verdade e dos grandiosos destinos da pátria. A identidade totalitária, enfim, tinha base na criação de ícones do mal que representariam tudo aquilo que não fazia parte da ideologia oficial do Estado e que, por isso, deveria ser sumariamente eliminado.

Os Estados Unidos, geograficamente distantes da Europa, e às voltas com a reconstrução da economia nacional anunciada pelo

New Deal, passaram os anos 30 olhando para o próprio umbigo. O desenvolvimento da indústria automobilística, as estrelas de Hollywood, o *boom* dos programas de rádio, o florescimento do consumismo — com o invento de novos eletrodomésticos, a consagração de *fast food* e das roupas prontas, as exposições de arte moderna patrocinadas por milionários americanos que compravam as obras daquela gente "exótica" da Europa, como Pablo Picasso, Max Ernst, Francis Picabia — tudo isso, e muito mais, emoldurava a vida da próspera classe média branca dos EUA.

É claro que a fermentação ideológica na Europa atingia a opinião pública americana, mas, distante, não parecia afetar a vida na América. Dentro dos Estados Unidos a imagem da família feliz de classe média só poderia subsistir com base numa atitude totalmente hipócrita, que fingia ignorar a chaga do racismo e dos conflitos cada vez mais violentos nos estados do Sul. Mas a "política do avestruz" iria se tornar impossível a partir de 7 de dezembro de 1941, quando o Japão bombardeou a base militar americana de Pearl Harbor, no Pacífico. Querendo ou não, os Estados Unidos teriam que participar da Segunda Guerra.

GUERRA FRIA: O MAL COMO ANIQUILAÇÃO

Os Estados Unidos e a União Soviética emergiram da Segunda Guerra como as potências vencedoras. Dividindo o mundo em dois blocos, capitalista e socialista, iniciaram uma das eras mais sinistras da história da humanidade, a guerra fria. O que houve de mais sombrio nesse período foi que, durante quatro décadas, a humanidade conviveu, diariamente, com a possibilidade de não mais existir no dia seguinte. O mal era sinônimo de aniquilação total da espécie. Seu emblema era a nuvem de fumaça radiativa que ensombreceu os céus de Hiroshima e Nagasaki, em agosto de 1945. E ensombreceu o céu do mundo inteiro e das gerações subseqüentes.

É claro que, para cada bloco, os responsáveis pelo eventual extermínio da espécie deveriam ser buscados, sempre e em qualquer hipótese, no outro bloco. Para os comunistas, o capitalismo era sinônimo de tudo o que poderia haver de mais degradante, corrupto e imoral jamais produzido pelo homem. A arte abstrata, o *rock*, o consumismo, o desemprego, a prostituição — tudo

era parte de um sistema que alienava o ser humano de sua natureza total, tornando-o um ser fragmentário, egoísta, perverso, capaz de destruir o mundo inteiro com seu arsenal nuclear.

Para os capitalistas, a ditadura total do Estado impedia a livre expressão da criatividade individual, o coletivismo transformava os seres humanos em gado, a censura e a polícia política eram as marcas registradas de um sistema que seria capaz de destruir o mundo inteiro com seu arsenal nuclear. Curiosamente, os dois blocos se acusavam, mutuamente, de produzir drogas e/ou incentivar o narcotráfico, com o objetivo de "corromper a juventude" um do outro.

Não importa que nem o bloco socialista fosse tão "igualitário" quanto apregoava, nem o capitalista tão "democrático" quanto dizia ser. Não nos importa, nos limites deste livro, discutir as mazelas, fracassos, excessos e hipocrisias dos dois sistemas, mas sim detectar como eles criavam o ícone do mal, atribuindo-o ao "outro lado". Era absolutamente necessário que o cidadão médio tivesse a convicção de que seus líderes estavam do lado "certo" da trincheira.

MCCARTHY CAÇA AS BRUXAS

Nos Estados Unidos, o combate ao "demônio" comunista assumiu, nos anos 50, a forma absolutamente caricatural do macartismo. Apoiado pelos mesmos segmentos sociais que impuseram a Lei Seca nos anos 20 — eis, de novo, os *wasps* e evangélicos —, e por demagogos, arrivistas, oportunistas e a escória dos políticos, o senador republicano Joseph McCarthy instituiu o seu Comitê de Investigação de Atividades Antiamericanas, um verdadeiro centro de caça às bruxas que nada ficava a dever aos Tribunais de Inquisição da Igreja Católica na Idade Média.

Acusados de comunistas, alguns dos maiores artistas, cineastas e intelectuais dos Estados Unidos — entre eles, Charles Chaplin, Zero Mostel, Elia Kazan — foram chantageados, pressionados, colocados numa "lista negra" que os impedia de encontrar emprego e ter uma vida digna. Não é de espantar que os acusados de suposto envolvimento com o comunismo fossem, invariavelmente, também suspeitos de homossexualismo e/ou consumo de drogas. É claro. No imaginário mesquinho da classe

média, todas essas atividades estavam intimamente relacionadas: eram, todas, "coisa do demônio"... Como resultado, algumas das vítimas do macartismo foram levadas ao suicídio, outras deixaram os Estados Unidos e outras, ainda, jamais se recuperaram dos danos causados por esse período.

WOODSTOCK QUESTIONA OS VALORES

Os anos 60 foram explosivos porque colocaram em crise, simultaneamente, os dois sistemas de imagens. As revoltas no bloco do Leste, em especial as manifestações pela democracia e pela soberania nacional na antiga Tcheco-Eslováquia, na primavera européia de 1968, mostravam que havia algo de podre no paraíso soviético. Simultaneamente, os movimentos pacifistas, contra o racismo, contra a Guerra do Vietnã, pela democracia e contra os valores hipócritas que aconteceram na Europa ocidental, nos Estados Unidos e até no Brasil expunham a decadência do capitalismo.

Talvez o emblema de maior impacto dessa época tenha sido o festival de *rock* realizado em Woodstock, no Estado de Nova York, em agosto de 1969. A tríade sexo, drogas e *rock'n'roll* sintetizava tudo aquilo que a classe média branca americana mais temia e odiava. Para quem assistiu *Easy Rider* (Sem Destino), a cena em que o caipira branco dispara sua espingarda contra o motoqueiro, unicamente porque o rapaz era motoqueiro (era também barbudo, cabeludo, e — claro, como não!? drogado e homossexual), dá uma visão exata da violenta atmosfera do preconceito puritano. Woodstock produziu ondas de um choque cultural (a chamada "contracultura") que, durante um bom tempo, exerceu profunda influência na vida política e social dos Estados Unidos.

A derrota americana na Guerra do Vietnã e o escândalo de Watergate, que expôs os mecanismos corruptos do poder, contribuíram para colocar na berlinda, pelo menos temporariamente, o *establishment* reacionário dos Estados Unidos. Setores importantes da opinião pública foram convencidos de que os seus maiores inimigos não eram as ideologias "exóticas" dos comunistas e/ou o vício devastador das drogas, mas os homens públicos de seu próprio país. Os dias de glória e onipotência da América pareciam, então, coisa do passado. Criou-se, assim, espaço para uma

retórica política relativamente tolerante, como a defesa dos direitos humanos pelo presidente Jimmy Carter. A "contracultura", antes relegada aos guetos e universidades, foi absorvida pela grande indústria, gerando uma sensação (falsa) de maior liberdade de costumes e ideologias.

Na realidade os intelectuais, os melhores cérebros dos Estados Unidos foram "engolidos", nos anos 70, pelos laboratórios da indústria bélica, pelo desenvolvimento da promissora indústria da informática, pela gerência das grandes corporações e por carreiras superespecializadas nas universidades. Houve uma "tecnicização" da inteligência americana, que absorveu boa parte dos jovens participantes da "contracultura" dos anos 60. Ao mesmo tempo, uma violenta crise econômica, anunciada pelo choque do petróleo em 1973-74, ameaçava "encolher" a classe média, aumentando o número de pobres e desempregados.

Os Estados Unidos terminaram os anos 70, portanto, sem nenhum motivo de orgulho. Ao contrário, como uma nação desmoralizada pela derrota na guerra e por Watergate, com a economia encolhendo (exceto pela indústria de tecnolgia bélica e de ponta) e sem grandes lideranças intelectuais ou políticas. O próprio Carter, apesar de seu discurso "humanista", era um presidente medíocre, um mero plantador de amendoins no Estado da Georgia, sem maiores pretensões intelectuais.

REAGAN, O RAMBO NEOLIBERAL

A reação a esse quadro melancólico não tardou. Veio com a eleição, em 1980, do presidente Ronald Reagan, um representante dos interesses do "grupo da Califórnia" — o conglomerado de indústrias bélicas e de tecnologia de ponta (informática) fortalecido durante a corrida armamentista que se desenvolveu à época da guerra fria. O discurso de Reagan era claro e coerente: tratava-se de restabelecer o "orgulho" da América. Seu simbolismo era primário e truculento: a União Soviética era o próprio Império do Mal. Aqui, o simbolismo aparecia sem nenhum subterfúgio, mediação ou sutileza. Reagan foi uma espécie de guerreiro "xiita" da classe média branca americana contra o Satã comunista. Foi assim que a era Reagan encontrou o seu ícone mais adequado em Sylvester "Rambo" Stallone.

Se Rambo foi o símbolo dos anos Reagan, o neoliberalismo foi sua prática e sua ideologia. Sua marca foi definida por uma lei promulgada em 29 de julho de 1981, que reformou o sistema de impostos no país. O sentido geral da nova lei pode ser resumido numa única frase: os mais ricos — aqueles que financiaram sua campanha presidencial — não pagam impostos. Para sustentar os cortes, o governo reduziu drasticamente todos os serviços públicos instituídos pelo *New Deal*, incluindo os de assistência aos aposentados e aos pobres, e verbas para a Educação e Saúde.

Reagan inaugurava, assim, a nova era "neoliberal" americana, trilhando os passos da britânica Margaret Thatcher. Entre 1977 e 1992, como resultado da "nova era", os 40% mais pobres dos Estados Unidos perderam, em média, 13% de seus rendimentos anuais, ao passo que aquele 1% mais rico da população teve um ganho de 115%. Esse processo, que prosseguiria nos anos 90, com George Bush e Bill Clinton, foi qualificado por economistas, estudiosos e intelectuais como a "brasilianização" dos Estados Unidos, título nada honroso para nenhum dos dois países.

O crescimento da pobreza atingiu, principalmente, negros e hispânicos. Em 1992, dos 36 milhões de norte-americanos que viviam na pobreza, pelo menos 42% estavam concentrados nas grandes cidades, sendo que a esmagadora maioria deles era daqueles dois grupos. Entre 1972 e 1992, o número de litígios provocados por discriminação racial aumentou em 2.200%. Apenas em 1989, a Suprema Corte julgou doze casos contra os interesses de negros e hispânicos que reclamavam de discriminação racial. Em maio de 1992, a explosão contra o racismo e a pobreza em Los Angeles foi uma espécie de apito da panela de pressão. Para conter os revoltosos, que incendiaram barricadas, saquearam supermercados e agrediram policiais, o governo teve que mobilizar mais forças do que, por exemplo, para invadir o Estado do Panamá, em dezembro de 1989.

De um ponto de vista histórico e panorâmico, a era Reagan implicou a revogação do *New Deal*. Foi uma espécie de vitória tardia de Herbert Hoover e de todos aqueles que qualificam o presidente Franklin Delano Roosevelt como um "bolchevique". A tendência geral era de aprofundamento desse quadro nos anos 90. Não por acaso, todos os principais candidatos às eleições presidenciais de 1996 traziam em sua plataforma propostas de cortes ainda mais

radicais nos serviços sociais do Estado, e o fim do sistema de cotas que garantia um número mínimo de empregos às minorias étnicas, como meio de impedir ou atenuar a discriminação racial.

Os ingredientes da nova era são os mesmos que sempre moldaram as perspectivas dos *wasps*: racismo, intolerância, liberalismo econômico. Foi nesse clima que a administração Reagan lançou sua campanha contra o narcotráfico. Ela funcionava como um dos pilares da "revitalização" da América preconizada por Rambo. Era um componente necessário à campanha de "moralização" de uma sociedade desmoralizada por derrotas militares e escândalos políticos, da mesma forma que a campanha contra o álcool, nos anos 20, pretendia "moralizar" uma nação que ameaçava escapar ao controle dos *wasps*.

MORAL E GEOPOLÍTICA CONTRA AS DROGAS

Um dos episódios mais significativos e sombrios desse período, do ponto de vista cultural, aconteceria em 1986. Nesse ano, particularmente importante para a "cruzada contra as drogas" promovida por Reagan, sua mulher, Nancy, premiou publicamente um jovem cujo mérito foi ter denunciado os próprios pais pelo uso de maconha. O Estado invadia a vida privada dos cidadãos e estimulava a delação, práticas adotadas na pior fase do stalinismo. Triste ironia para um presidente cuja marca registrada era a radicalização da retórica contra o império do mal soviético.

Naquele mesmo ano, em discurso pronunciado a 8 de abril, Reagan passou a considerar que o narcotráfico era uma "ameaça à segurança nacional" dos Estados Unidos. Agora, todos os envolvidos com a produção e tráfico de drogas — incluindo os indígenas e plantadores de coca da Colômbia, Bolívia e Peru — poderiam ser acusados como "conspiradores" contra a segurança nacional americana, passíveis, portanto, de ser punidos por "expedições" militares. Lewis Tambs, ex-embaixador americano na Colômbia, criou a expressão "narcoterrorismo", para sintetizar a nova forma pela qual Washington passaria a caracterizar a questão.

A utilidade do novo conceito nas mãos da Casa Branca seria demonstrada em 1987. Naquele ano, uma reunião de altos comandos de exércitos latino-americanos, patrocinada pelos Estados Unidos, concluiu que o narcotráfico "constitui um meio de guerra

revolucionária", já que "o comunismo usa o narcoterrorismo para provocar desequilíbrios sociais, enfraquecer a moral comunitária e desintegrar a sociedade ocidental". Vemos, aqui, perfeitamente casadas, a noção puritana da droga como "destruição", "desagregação", e a necessidade geopolítica de combater militarmente o "inimigo comunista". Também vemos a absoluta intolerância para com outras culturas, como a indígena, que usa a folha de coca há milênios, como alimento e em seus rituais religiosos, desde muito antes da colonização da América pelos brancos puritanos da Inglaterra ou pelos católicos da Espanha e Portugal.

Mas, para além de qualquer consideração moral, a cruzada contra as drogas oferecia a Washington um valioso pretexto para prolongar e acentuar sua presença militar na América Latina, em especial após o fim da "ameaça comunista". De fato, a única "justificativa" que Washington tinha para manter na ativa o Comando Sul (sua base militar no Canal do Panamá) era a atividade da guerrilha comunista na América Central. Com o fim do comunismo, em tese, o Comando Sul deveria ter sido desativado, de tal forma que o Panamá recuperasse a soberania sobre o seu próprio território. Com ou sem comunismo, aliás, a desativação do Comando Sul estava prevista num acordo assinado em 1977 por Estados Unidos e Panamá. Mas não aconteceu nada disso. Ele continua firme e forte onde sempre esteve.

Em dezembro de 1989, um mês após a queda do Muro de Berlim, os Estados Unidos invadiram o Panamá (não por acaso, uma semana antes de expirar o prazo para a devolução do Canal, previsto pelo acordo de 1977). O pretexto: combater o general Noriega, acusado de narcotráfico. O Panamá adquiriu, assim, o estranho "privilégio" de ter sido o primeiro país militarmente invadido no quadro da "cruzada" antidroga. Noriega foi deposto, mas o tráfico de drogas não diminuiu no país após a invasão. Ao contrário, aumentou, segundo relatos de correspondentes internacionais.

AMAZÔNIA EM QUESTÃO

A estratégia da Casa Branca não se limitou ao Panamá. Em sua ofensiva "contra o narcotráfico", Reagan enviou marines à Amazônia internacional (na Colômbia, Bolívia, Peru, Equador e

Brasil), iniciando um processo de ocupação militar daquela região. A intervenção ganhou dimensões suficientemente grandes para provocar inquietação dos setores mais nacionalistas das Forças Armadas do Brasil, que chegaram a denunciar "violação da soberania nacional" por parte de militares americanos. Não é novidade para ninguém que os Estados Unidos há muito estão desejosos de estabelecer seu controle sobre a Amazônia. Não foi por outra razão que alguns "ambientalistas" americanos iniciaram um movimento para declarar a região uma área de interesse mundial. Como tal estaria, pelo menos parcialmente, fora do controle dos países amazônicos.

A chantagem econômica e financeira também faz parte dessa estratégia global. Em troca de novos empréstimos e de assistência tecnológica para projetos de desenvolvimento, a Casa Branca impôs, como condição, a militarização do combate ao narcotráfico, com a devida ingerência de "assessores" americanos nos assuntos dos países latino-americanos. Em alguns casos e "operações especiais", isso colocou setores dos Exércitos nacionais latino-americanos sob o comando direto de marines e agentes dos Estados Unidos.

No plano estritamente político, os Estados Unidos patrocinaram vários encontros de presidentes das Américas, nos anos 90, para discutir uma "estratégia de conjunto" de combate ao narcotráfico. A primeira dessas cúpulas aconteceu em Cartagena, no litoral da Colômbia, em 15 de janeiro de 1990, reunindo Estados Unidos, Bolívia, Peru e Colômbia. A segunda, realizada em San Antonio, no Texas, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1992, reuniu Estados Unidos, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, México e Venezuela. Foram encontros patéticos, em que se multiplicaram os discursos moralistas e ameaçadores, mas tendo como pano de fundo de um lado a arrogância americana e de outro a miséria latino-americana.

Como se vê, os Estados Unidos mobilizaram a opinião pública de seu país, seus militares (em particular, os marines), seu dinheiro e os presidentes da América Latina para criar um plano global cujo objetivo, a pretexto de combater o narcotráfico, era ampliar sua presença na Amazônia internacional. Mas o significado estratégico, geopolítico da "guerra às drogas" não pode apagar a sua importância do ponto de vista de um governo que tinha,

como um de seus grandes objetivos, ressuscitar os valores tradicionais dos segmentos mais puritanos e reacionários da classe média branca dos Estados Unidos.

O MAL NO PÓS-COMUNISMO

Após o fim do comunismo, em especial, a moral puritana tinha necessidade de encontrar novos inimigos diante dos quais pudesse reafirmar seus valores tradicionais, sua determinação de impor normas, limites e disciplina aos imigrantes, aos negros e hispânicos e a quaisquer outros setores, a fim de preservar o edifício democrático americano. O ingrediente ideológico sustenta, no caso, os ataques de envergadura contra as instituições do *New Deal* e todos os vestígios de instituições de Estado voltadas para assegurar um mínimo de bem-estar aos setores mais necessitados da sociedade americana.

É nesse contexto que se entende igualmente, por exemplo, o ódio cego que o *establishment* americano devota ao Islã, religião que mais cresce no mundo, com pelo menos 1 bilhão de adeptos espalhados nas áreas mais pobres do planeta — o que inclui os hiperguetos das metrópoles americanas como Chicago, Nova York e Los Angeles. Na mídia americana — e, por extensão, ocidental — "islâmico" virou sinônimo de "terrorista", "fanático", quando não "exótico".

Dissemos há pouco que, à época da guerra fria, tanto comunistas quanto capitalistas condenavam as drogas, e atribuíam mutuamente o seu uso como "arma" para destruir o inimigo. Isso tinha a ver com o fato de que drogas estão, normalmente, associadas a uma atividade lúdica, sem nenhum compromisso com a produção ou com a indústria. Esse sentido do uso da droga foi exposto de forma muito clara no festival de Woodstock e na produção intelectual e artística da contracultura.

É claro que essa característica constitui um pecado capital, tanto do ponto de vista da lógica do socialismo quanto da moral puritana. Com uma única diferença de ênfase, ambas consagram o trabalho, a disciplina, a obediência e o cumprimento do dever para com a família e com as autoridades como fonte de virtudes e enaltecimento do espírito. Não importa, aqui, que tanto os dirigentes socialistas quanto os milionários puritanos tenham construído seu poder e sua fortuna, muitas vezes, lançando mão da corrupção, da força e da exploração do trabalho alheio. O que importa é a dimensão ideológica da retórica socialista e puritana, e essa dimensão não comporta, em hipótese alguma, o uso de drogas.

DROGAS, AIDS, TERROR IDEOLÓGICO

Não raro, os que combatem o uso das drogas utilizam-se de noções higiênicas, profiláticas e sanitárias para combater as epidemias, como a Aids. É verdade que o consumo de drogas — em particular, as injetáveis — constitui, potencialmente, um perigo real para a vida das pessoas, em vários sentidos: contaminação por vírus, injestão de substâncias nocivas (como o éter e o ácido sulfúrico utilizados para o refino da cocaína) e alterações do metabolismo que podem ter implicações neurofisiológicas. Mas também é verdade que existem várias alternativas para combater esse problema, incluindo a eventual legalização das drogas, com a utilização do dinheiro obtido com os impostos na construção de hospitais, centros de recuperação e programas educativos.

A retórica puritana, como o jargão policial, é sempre terrorista. Não oferece saídas, senão o abandono puro e simples do consumo de drogas. A alternativa é a desgraça, a decadência total do indivíduo, uma vida sombria e sofrida, tudo isso tendo como pano de fundo a repressão policial e a coerção moral exercida pelos indivíduos "de bem". A Aids oferece, de quebra, a oportunidade de restauração de uma rígida moral que trata o sexo como culpa e pecado, um mensageiro da morte. Isso tudo é decorrência do lugar simbólico que a droga ocupa: é o mal que deve ser erradicado. Ninguém poderia propor a "recuperação de Satã". A única forma de combater o demônio é exorcizá-lo e expulsá-lo para sempre do mundo dos puros.

Mais recentemente, nos anos 90, a moral puritana ampliou significativamente sua sombra, atingindo também aqueles que consomem o "inocente" cigarro de tabaco. Estes são condenados a fumar em recintos especiais em restaurantes e locais fechados, quando não são completamente proibidos de fazê-lo. Coloca-se aqui a mesma questão: não se trata, simplesmente, de saber se a

nicotina faz ou não mal ao organismo (obviamente, faz), mas sim de questionar a forma policial e repressiva que as autoridades utilizam contra os fumantes, brandindo os irretorquíveis símbolos do Saber médico e científico.

RETÓRICA PURITANA *VERSUS* LUCROS

Curiosamente, a crescente série de restrições que a moral puritana faz ao uso das drogas e a certos costumes consagrados nos anos 60 contrasta com o também crescente liberalismo econômico, propiciado pelo livre trânsito de capitais através das redes mundiais informatizadas. Nunca foi tão válida como no mundo contemporâneo a expressão: "o capital não tem pátria". A facilidade — também chamada de "desregulamentação" — para a movimentação de grandes quantidades de dinheiro em todo o planeta é uma necessidade imposta pela globalização da economia segundo a lógica neoliberal. É impossível entender as atuais dimensões econômicas e financeiras do crime mundial sem levar em conta as grandes tendências do mercado global e a infra-estrutura tecnológica que viabiliza a consolidação dessas tendências.

Ora, um componente fundamental da economia globalizada é a tendência ao crescimento do capital especulativo. Os jogos financeiros das grandes corporações e escritórios de investimento colocam em circulação eletrônica (via computador) bilhões de dólares que constituem "capital fictício" — dinheiro que não tem correspondência nem em ouro nem em bens materiais. As corporações multinacionais jogam com esse capital como se estivessem à mesa de pôquer: blefam, apostam, compram e vendem milhões em títulos para criar, artificialmente, flutuações de valores. Tornam-se aliás muito tênues, nesse nível, as fronteiras entre os procedimentos "legítimos" e os adotados pelas máfias. É um ambiente financeiro que favorece a proliferação de criminosos de colarinho branco, de gente sem escrúpulos mas com muita agilidade e inteligência.

Boa parte do capital que circula no sistema financeiro mundial está nas mãos das máfias. Só há, portanto, uma forma de conciliar o liberalismo econômico com a retórica antidrogas: a mais completa e total hipocrisia. As grandes instituições financeiras

mundiais, ao mesmo tempo em que lançam mão de dinheiro oriundo do crime, exacerbam os ataques aos criminosos. As regras de sigilo bancário e a tradição de segredo que cerca os negócios financeiros, mesmo fora dos "paraísos", são o caldo de cultura para o florescimento dos vínculos entre as máfias e os bancos. Obviamente, é muito raro que essas instituições permitam o "vazamento" de dados estabelecendo sua conexão com o crime organizado. Uma dessas situações aconteceu em abril de 1991.

O banqueiro saudita Gaith Pharaon, à época um dos quinze homens mais ricos do mundo, declarou, em Buenos Aires, que todos os grandes bancos lavavam dinheiro do narcotráfico, incluindo instituições como o First Bank of Boston e o Crédit Suisse. Pharaon se ressentia do fato de que apenas o seu Bank of Credit and Commerce International, estopim de um grande escândalo financeiro em 1992, fosse citado com freqüência por suas vinculações com o narcotráfico. Pharaon era também dono de uma cadeia de supermercados na França, acionista da rede mundial do Club Méditerranée e da rede de hotéis Hyatt, de cinco estrelas. Entre os seus amigos, estavam homens ilustres, como o presidente Carlos Menem, da Argentina. Tudo isso faz com que suas declarações adquiram uma importância especial e permite que se vislumbre um pouco da hipocrisia presente na retórica dos grandes capitalistas que se comportam, publicamente, como donzelas indignadas contra o crime organizado e as drogas.

No Brasil, é simplesmente impossível calcular com exatidão o impacto do dinheiro "sujo" no mercado formal. Uma das razões para isso foi explicitada durante o escândalo Collor—PC Farias: as autoridades não têm o menor controle sobre as atividades bancárias, já que, como se viu, é muito fácil abrir contas em nome de "depositantes fantasmas", tendo como titulares pessoas de nome e CGC falsos. Assim, por exemplo, se um narcotraficante quiser movimentar grandes quantidades de dinheiro sem chamar a atenção, só terá que abrir várias contas falsas e dividir as somas movimentadas entre depositantes fictícios. A falta de controle foi agravada pelas leis aprovadas no início de 1992 pelo presidente Collor, permitindo que capitais estrangeiros comprassem títulos e ações nas bolsas de valores do país. Em julho de 1992, os investimentos estrangeiros já ultrapassavam a ordem de US$ 0,5 bilhão mensais. É pouco provável que

as autoridades saibam, de fato, qual é a origem desse dinheiro, e menos provável ainda que rejeitem somas vultosas "apenas" por serem oriundas do crime.

MULTINACIONAIS DO CRIME

Dissemos, anteriormente, que as organizações criminais se ajustaram ao processo de globalização da economia, o qual implica um fluxo relativamente livre de capitais através de sistemas informatizados. Em outros termos, as dimensões e as formas de organização do crime no mundo contemporâneo nada têm a ver com aquilo que existia há duas ou três décadas. Comparado com os atuais chefes do crime, Al Capone, por exemplo, não passou de um salteador de quintal. Sua organização, com sede em Chicago, era local, e mesmo assim tinha que disputar território com outros "chefões", como "Bugs" Moran. Calcula-se que a fortuna de Capone não superou os US$ 40 milhões, o que é muito dinheiro, mas nada que se compare aos bilhões movimentados atualmente pelas máfias.

As organizações criminosas atuais possuem vínculos internacionais e informatizados, com capacidade de influir nos rumos da política financeira de um país. Já não se trata de "famílias" cuidando da jogatina, da prostituição e da distribuição de drogas nos bairros. É claro que certas figuras consagradas, como o mafioso de óculos escuros e fumando charuto, continuam existindo. Mas estes são apenas os "peixes pequenos", a parte mais visível de um edifício complexo e multinacional. É mais provável que o grande mafioso se apresente como um honrado executivo de alguma respeitada corporação.

Ninguém pretende, aqui, defender a tese de que exista uma organização multinacional do crime, estruturada internacionalmente, com uma direção central e instâncias "democráticas" de decisão. Ao contrário, as diversas organizações, em geral, são rivais — como no caso dos cartéis de Cali e Medellín, na Colômbia, nos anos 80. Elas se associam ou se afastam segundo conveniências específicas. Nesse sentido, o "edifício multinacional" do crime descreve muito mais uma rede de ações e práticas fora da lei do que uma única estrutura organizada.

Em qualquer hipótese, nos locais e regiões em que atuam, o

capital mobilizado pelas grandes organizações do crime e sua capacidade operacional acentuam suas características de "Estados dentro de Estados", como na Colômbia e na Rússia. Formam grupos com suas próprias regras, são fortemente armados e têm dinheiro suficiente para corromper juízes, políticos (eventualmente, até presidentes), além de comprar jornais, emissoras de rádio e televisão. Quanto maior a desorganização da opinião pública, quanto menor a democracia e a consciência da cidadania, maior a desenvoltura com que atuam as máfias.

Qualquer carioca ou brasileiro que acompanhe as notícias policiais no Rio conhece esse esquema, ou pelo menos ouviu referências. Em alguns morros daquela cidade, antes da intervenção das Forças Armadas, os traficantes conquistavam simpatias entre os favelados mediante a organização de serviços públicos que o Estado brasileiro jamais foi capaz de garantir; entre eles, as "caixinhas previdenciárias" instituídas pelo Comando Vermelho. Quando algum traficante importante era morto em tiroteio com a polícia, recebia em seu enterro honras de herói. O dinheiro dado ao Carnaval pelos "bicheiros" do Rio é outro exemplo de manobra destinada a angariar a simpatia da opinião pública.

AS MÁFIAS E O ESTADO

A evidência mais dramática do alcance das "novas máfias" foi dada pela Operação Mãos Limpas, na Itália, durante a qual a investigação destemida levada a cabo pelo Poder Judiciário prendeu ou indiciou centenas de criminosos comuns, mas também altas personalidades, incluindo magistrados, ministros de Estado, senadores e boa parte da cúpula política, em particular alguns "honrados" senhores dirigentes da tradicionalíssima Democracia Cristã, partido hegemônico do país no pós-guerra.

Não por acaso, coube ao principal expoente da Operação Mãos Limpas, o juiz Giovanni Falcone, propor a realização de reuniões internacionais contra o crime organizado, no quadro das Nações Unidas. A idéia foi proposta por Falcone pouco antes de seu assassinato, em maio de 1992, num atentado à bomba que também matou sua mulher e três policiais que faziam parte de sua escolta. O juiz sentiu que nenhum país poderia, isoladamente, combater o poder avassalador do crime organi-

zado. Não se tratava mais de "caso de polícia", mas sim de um assunto de Estado, que assim deveria ser encarado. Mas Falcone apenas detectou a devida dimensão do problema, o que não significa tê-lo resolvido, nem muito menos ter apontado o método para sua resolução. À parte os esforços heróicos de Falcone e de outros magistrados e promotores de sólidos princípios, a questão é prioritariamente política. Isto é, o combate ao crime no mundo contemporâneo depende muito mais da vontade real dos dirigentes do que de declarações de princípios morais, por mais belos que sejam. Felizmente, ainda há pessoas como Falcone e os magistrados, lá como no Brasil.

É justamente em relação ao narcotráfico, principal atividade das máfias, que a questão fica mais clara. Um dos caminhos mais óbvios para o controle das drogas é sua legalização, é o ponto de vista defendido por intelectuais conservadores, como o economista Milton Friedman, da Escola de Chicago, um dos gurus do general Augusto Pinochet. Friedman afirma que a legalização das drogas implicaria a sua taxação pelo governo, com uma arrecadação extra nada desprezível, que permitiria a construção de hospitais, escolas e centros de reabilitação, assim como o controle técnico dos laboratórios, que teriam de garantir a pureza de seu produto; e possibilitaria a sindicalização de camponeses e outros trabalhadores que, muitas vezes, são obrigados a trabalhar em regime de escravidão. Mais ainda: a legalização das drogas cortaria uma das grandes fontes de renda da vasta rede de policiais e políticos corruptos, que vivem de propinas.

A legalização, porém, não é interessante do ponto de vista do *establishment* estatal, em particular dos Estados Unidos. Já tivemos a oportunidade de verificar o uso ideológico e geopolítico que a Casa Branca faz da "guerra ao narcotráfico". Também não o é do ponto de vista dos policiais e políticos corruptos, que vivem de sua proibição. E, finalmente, tampouco é interessante do ponto de vista dos mafiosos, que preferem viver sem pagar impostos e sem problemas trabalhistas. É certo que em alguns casos excepcionais, como na Colômbia, os chefões dos cartéis chegaram a propor a legalização de seu negócio. Mas isso só aconteceu porque, na prática, eles já controlavam o Estado.

ALMAS GÊMEAS

Descartada a via da legalização do narcotráfico, só resta a do controle policial e repressão. Mas cada nova medida repressiva tomada pelo Estado apenas gera novas respostas das máfias, ou através de atos terroristas como o atentado que matou Falcone, ou com novos "investimentos" em suborno e corrupção, ou ainda mediante a adoção de novas tecnologias. Cria-se, assim, um estúpido círculo vicioso, cuja lógica é a da violência. Existe aí certa analogia com o "equilíbrio do terror" vigente à época da guerra fria, quando o aumento do arsenal de um dos blocos produzia aumento equivalente no outro bloco, ainda que cada um deles já possuísse o suficiente para destruir a vida humana muitas vezes em toda a superfície do planeta.

Mas há um sentido nesse círculo vicioso: trata-se do fortalecimento de duas faces de uma mesma moeda: uma de suas efígies mostra as características policialescas do Estado, cada vez mais acentuadas, e a outra, o crime organizado. Uma prova a necessidade da existência da outra, são almas gêmeas. No meio de tudo, perplexo e angustiado, está o cidadão comum, presa de um clima tenso, labirinto para o qual não vê surgir nenhuma saída, e a quem é negado o direito de optar pelo uso ou não de drogas.

A indústria cinematográfica apropriou-se de maneira muita curiosa dessa perversa equação. Nos enlatados de Hollywood, é o detetive que aparece glamourizado como o grande aventureiro, quando o que ele faz, na verdade, é defender a lei e a ordem, isto é, a mais absoluta rotina, o oposto da aventura. Sempre foi assim nos romances policiais, mesmo antes de existir Hollywood. Mas, antigamente, o investigador era um sujeito que, pelo menos, vivia dramas existenciais, conflitos de consciência, tudo aquilo que caracteriza o romance *noir*. Os heróis de Hollywood não vivem contradições dessa ordem, e é isso que os torna irreais.

Uma das saídas para dar credibilidade à imagem do herói "higiênico" é transformá-lo em robô programado para obedecer à lei, isto é, desumanizá-lo. É o caso de Robocop. O grande problema desses "heróis programados" é que eles aniquilam o único momento em que, de fato, a aventura está na lei: é a

opção, que deve ser diariamente testada, por manter os princípios éticos acima da corrupção, do apelo à violência fácil e das incongruências do dia-a-dia. Aí reside, na verdade, a surpresa, o inesperado, a quebra da rotina.

Mais recentemente, os filmes de Quentin Tarantino pretendem romper essa lógica, enfocando a suposta estrutura psicológica do criminoso, como em *Natural Born Killers* (Assassinos por natureza). A aventura seria o crime pelo crime, a violência pela violência. O tecido social só existe para ser rompido. É o próprio mal que passa a ser glamourizado.

A "QUESTÃO" DA CIDADANIA

Exatamente porque o crime, no mundo contemporâneo, deixou de ser uma questão policial para se tornar um assunto cultural, financeiro e geopolítico, a sua resolução passa por uma reflexão que contemple esses componentes. Assim, por exemplo, a Operação Mãos Limpas só pôde ser desenvolvida mediante uma verdadeira revolução política na Itália, desestruturando o edifício institucional construído no pós-guerra. Se as máfias proliferaram e cresceram até os níveis atuais, é porque existe um ambiente mundial favorável. É crucial mudar esse ambiente.

Uma boa forma de começar é, por exemplo, dar aos cidadãos o direito de decidir livremente sobre o uso ou não das drogas. O Estado tem obrigação de oferecer todos os meios ao seu alcance para esclarecê-los sobre as eventuais conseqüências do consumo de narcóticos, bem como oferecer meios médicos, sociais e psicológicos se necessário, para recuperar pacientes vitimados por qualquer espécie de droga — incluindo o tabaco e o álcool. Transformar a droga — principal motor do crime organizado — em ícone do mal, opção atualmente assumida pelo *establishment* político e cultural, conduz a um beco sem saída: de um lado, o autoritarismo puritano e repressivo, para quem a droga é o próprio Satã; de outro, a atitude irresponsável, que se limita a enxergar nela um exercício lúdico, sem atentar para seus possíveis danos sociais e aos indivíduos.

A defesa do direito individual de opção, combinada com a exigência de que o Estado cumpra com suas obrigações democráticas, permite desnudar o caráter policialesco do discurso colocado em circulação pela era Reagan, mas que tem seu fundamento nos segmentos mais tradicionalistas e reacionários da sociedade americana. A escolha remete ao indivíduo o dever e o direito de decidir sobre o seu próprio destino. E essa é a questão maior colocada pelo exercício da cidadania.

AGRADECIMENTOS

Este livro é resultado de mais de vinte anos de trabalhos jornalísticos acumulados por seus autores. Ele é a síntese de reportagens feitas em mais de trinta países, da (ex)União Soviética aos Estados Unidos, passando por China, Cambodja, Afeganistão, Colômbia, América Central e, mais particularmente, pelas ruas, delegacias e instituições de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Assim, grande parte das informações aqui contidas só puderam ser obtidas mediante a colaboração de um número expressivo de "fontes" e de jornalistas, autoridades, intelectuais e funcionários dos países e cidades que foram objeto de investigação. A todos manifestamos nossos agradecimentos, fazendo a ressalva de que os autores são os únicos responsáveis pelos eventuais erros ou imprecisões que possam aqui ser encontrados.

Sempre correndo o risco do esquecimento — o qual, se ocorrer, não deve ser confundido com ingratidão —, queremos destacar alguns nomes que foram especialmente significativos, já que seria impossível, por razões editoriais, listar todos ou mesmo a maioria:

Clóvis Rossi, Marcelo Beraba, Otavio Frias Filho, Nicole Collet, Sandra Carvalho, Paulo Sérgio Pinheiro, Guaracy Mingardi, Claudio Picazio, Ogladys Volpato Tognolli, Francisco Garisto, Edson Flosi, Nelson Massini, Roberto Precioso Jr., Lauro Trapp, João Cury, Fausto Macedo, Patrícia Marques Vieira, Luís Maklouf, Leão Serva, Fernão Mesquita, Marcelo Mendonça, João Moura, Delmo Moreira, JB Medeiros, JB Natali, Nelson Blecher, Zallo Comucci, Heródoto Barbeiro, Anderson França, Eugênio Bucci, Andréia Fassina, Borga e Braga, Marco Antonio Ferreira Lima, Stella Kuhlmann, Eva Reichman, Romeu Tuma Jr., Rogene Waite, Rodolpho Valentini, Joan Clark, Russ Rodgers, Bob Andrus, Jeff Hoff, Inácio França, Francisco Badenes, Elói Pietá, Francisco Martins Costa, Joaquim Dias Alves, Manoel Camassa, José Luiz Del Royo, José de Sá, Luiz A. Marrey.

Por último, e de forma especial, agradecemos aos amigos Caco Barcellos e Emir Sader, *por terem tido a paciência de ler e comentar esta obra, a ela emprestando o brilho e o prestígio de seus nomes.*

pabx (011) 418-0522 *fax* R: 30

nem todos os grandes órgãos de imprensa serão democratizados, nem todos os sonhos se realizarão no ano 2000. Mas não há caminho para que possamos fazer algo sem a consciência de que o crime hoje faz parte organizada dos blocos de classes no poder. O século, que começou com bons augúrios e cruzou pelos piores massacres, da escravidão das populações negras até a liquidação dos povos indígenas na América, merece mais que orações fúnebres. Merece consciência organizada, informação socializada, ação coletiva. Ou então, resignação-misticismo para os destinos desesperados, auto-ajuda para os abandonados inconsoláveis.

Neste caso, também, procure outro livro.

Emir Sader

José Arbex Jr., 39 anos, foi correspondente da *Folha de S. Paulo* em Nova York (1987) e Moscou (1988/90). Cobriu, como enviado especial, as guerras da Nicarágua, Afeganistão e Cambodja, a Primavera de Pequim e a queda do Muro de Berlim.

Claudio Julio Tognolli, 33 anos, é um dos mais bem-informados repórteres policiais do Brasil. Trabalhou na *Folha de S. Paulo*, entre 1986 e 1995, quando acumulou também experiência como correspondente internacional. Atualmente é repórter do *Jornal da Tarde*.